

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WILLIAM MASSAYUKI FUJII

**Os farrapos no Prata: as relações do Rio Grande do Sul farroupilha
com o Estado Oriental do Uruguai (1835-1845)**

Brasília
2017

WILLIAM MASSAYUKI FUJII

**Os farrapos no Prata: as relações do Rio Grande do Sul farroupilha
com o Estado Oriental do Uruguai (1835-1845)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História
Área de concentração: Sociedade, Cultura e Política

Orientador: Prof. Dr. Francisco Doratioto

Brasília
2017

Os farrapos no Prata: as relações do Rio Grande do Sul farroupilha com o Estado Oriental do Uruguai (1835-1845)

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a reconstruir parcialmente as relações entre o Rio Grande do Sul farroupilha e o Estado Oriental do Uruguai durante o decênio 1835-1845. Partindo da premissa de que a província sulina constituiu uma área de transição entre o Brasil e o Prata, a pesquisa tem como pano de fundo tanto o Período Regencial brasileiro quanto o processo de formação dos Estados platinos. Percorre-se, assim, as ligações e interações entre farroupilhas e uruguaios à luz desses dois processos históricos, reconhecendo a área geográfica da antiga Banda Oriental como espaço singular onde diferentes projetos políticos se entrelaçaram no período em tela. Os aspectos econômico, social e político são considerados, privilegiando-se este último como principal eixo de análise. Busca-se, desse modo, compreender a dinâmica das relações entre farrapos e uruguaios inseridas em um contexto mais amplo de consolidação do Estado Imperial e construção do Estado Nacional Argentino.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha; relações Rio Grande do Sul-Uruguai; Rio da Prata; Estado Nacional.

The farrapos in the Platine region: Farroupilha Rio Grande do Sul's relations with the Eastern State of Uruguay (1835-1845)

ABSTRACT

This work aims to revisit the relations between Rio Grande do Sul under *Farroupilha* control and the Eastern State of Uruguay during the 1835-1845 period. Departing from the premise that the Brazil's southern province constituted an area of transition between Brazil and the Rio de la Plata region, the research has as its background both the Regency Era (1831-1840) and the Platine process of State formation. Thus, the links and interactions between *farrapos* and Uruguayans are covered in light of these two historical processes, recognising the old Banda Oriental geographical area as a unique space where different political projects intertwined in the period in question. The economic, social and political aspects are considered, with a focus on the latter as the main axis of analysis. We seek therefore to comprehend the dynamics of these relations placed in the broader context marked by the consolidation of the Brazilian Imperial State and the building of the Argentinian National State.

Keywords: *Farroupilha Revolution.; Rio Grande do Sul-Uruguay relations; River Plate/Rio de la Plata; National State.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – BREVE SÍNTESE DA FORMAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL	19
1.1.A Banda Oriental como território espanhol <i>de jure</i>	19
1.2.O início da ocupação europeia do território: o primeiro ciclo missioneiro e as bandeiras	23
1.3.A Restauração portuguesa e a retomada da rivalidade entre as Coroas ibéricas: o papel de Buenos Aires e da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais	26
1.4.A afirmação do Estado português e a expansão das fronteiras meridionais na América: Rio Grande de São Pedro como corredor natural entre o extremo sul luso-brasileiro e Colônia do Sacramento	31
1.5.A criação da Capitania de Rio Grande de São Pedro e a configuração territorial do Rio Grande do Sul português entre a guerra e a diplomacia: os Sete Povos das Missões, as invasões hispano-americanas e os tratados de limites.....	36
CAPÍTULO II – O CONTEXTO POLÍTICO NA BANDA ORIENTAL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX E O ADVENTO DA REGÊNCIA	44
2.1. A rivalidade Buenos Aires-Montevideú e a Revolução de Maio	44
2.2. O projeto artiguista, as intervenções portuguesas, a Província Cisplatina e o nascimento do Uruguai independente.....	53
2.3. O Estado imperial de 1824 e o ambiente político regencial antes de setembro de 1835.....	61
CAPÍTULO III – O MOVIMENTO FARROUPILHA E AS CONEXÕES PLATINAS (1832 – 1838)	71
3.1. O ‘fator Uruguai’ na política rio-grandense e o liberalismo farroupilha.....	71
3.2. O espaço fronteiriço Rio Grande do Sul-Uruguai e as vinculações entre farrapos e orientais.....	82
3.3. A política farroupilha para o Uruguai durante o governo Oribe (1835-1838) e a questão do Estado Nacional.....	95
CAPÍTULO IV – A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE E A GUERRA GRANDE NO URUGUAI (1839-1845)	123
4.1.A conjuntura político-militar no início de 1839	123
4.2. Entrelaçamentos da Farroupilha com a Guerra Grande durante o segundo governo colorado (1839-1843)	127
4.2.1. A República entre Rivera e Rosas	127
4.2.2. A dissidência de Corrientes	130
4.2.3. Farrapos, orientais e a guerra em território argentino.....	135
4.3.Dissidências farroupilhas, caudilhos orientais e a ameaça rosista durante as negociações com o barão de Caxias	148
CONCLUSÕES	168
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

Pela sua longa duração e impacto singular que teve no processo de construção do Estado Nacional brasileiro, pode-se dizer que a Revolução¹ Farroupilha foi a mais consistente revolta provincial do Período Regencial (1831-1840). Não no sentido ufanista e epopeico muitas vezes associados a manifestações culturais inseridas no tradicionalismo gaúcho, mas do ponto de vista da dimensão que alcançou na realidade concreta durante quase um decênio, inclusive com repercussões internacionais. Para além de questões vinculadas à construção de sua memória como mito fundador regional, objeto de acaloradas discussões, as evidências históricas disponíveis confirmam objetivamente que a revolta na província meridional foi, de fato, a que mais se aproximou de uma ruptura política plena com o Estado Imperial em formação; representou, por assim dizer, o movimento contestador regencial que logrou transpor suas reivindicações do mundo das ideias para a realidade concreta com relativamente maior êxito. E sua posição geográfica e formação histórica estiveram intimamente ligadas aos fatores que viabilizaram tal feito.

O ciclo das revoltas regenciais se inseriu em um contexto marcado por um sistema político altamente centralizado que se amparava na Carta de 1824 – cujo processo de elaboração fora interrompido coercitivamente – que criou um Poder Executivo hipertrofiado que tinha no Poder Moderador seu sustentáculo. Além disso, ao erigir um Estado Imperial unitário, ‘forçou’ e formalizou uma dinâmica institucional centrípeta entre o poder central e o periférico, subordinando as províncias ao Rio de Janeiro e produzindo um fator de tensão permanente em um país cuja realidade havia sido marcada por tendências centrífugas até então. Se a primeira reação provincial veio ainda em 1824, na forma da Confederação do Equador, as lutas políticas foram canalizadas para o âmbito parlamentar a partir de 1826, com a instalação da Assembleia Geral do Império.

Ainda que contestações ao poder central continuassem existindo durante esse período, o fato de elas haverem se deslocado para a arena legislativa significou uma redução dos riscos de confrontos extraparlamentares violentos e uma temporária

¹ Aqui, utilizamos a expressão ‘revolução’ devido à forma como se convencionou chamar a Farroupilha, sem maiores preocupações quanto a conceituações políticas ou sociológicas. Embora o termo seja usado algumas poucas vezes neste trabalho, optamos pelo uso da expressão ‘movimento farroupilha’, que entendemos ser mais apropriado.

‘suspensão’ das contendas encerradas abruptamente em 1823, durante a Constituinte. Tal realidade, somada à noção de legitimidade dinástica que a Coroa ainda representava na década de 1820², concorreram para uma relativa estabilização das disputas políticas surgidas ainda durante o processo de Independência das colônias da América portuguesa. Nesse período, os embates entre ideias e concepções políticas na esfera extraparlamentar se deram, em sua maioria, por meio de jornais que surgiam em grande número desde o fim da censura prévia, em, 1821, e a constitucionalização da liberdade de imprensa³, três anos mais tarde. Apesar de possuir caráter liberal relativamente ao contexto histórico em questão, a centralização imposta pela Constituição de 1824 acirrou as contradições de um Estado que buscava constituir-se politicamente amparado nos pilares do unitarismo e centralismo⁴ sobre uma vasta e heterogênea base territorial.

Essas contradições culminaram na Abdicação de 1831, que, de certo modo, implicou uma pequena ‘abertura’ no sistema político vigente que levou ao recrudescimento das disputas travadas durante o processo de Independência e sufocadas durante a Assembleia Constituinte. A suspensão temporária do poder da Coroa, ainda que representado por uma Regência, eliminou momentaneamente a noção de continuidade que caracteriza o regime monárquico em um Estado Imperial em plenas vias de construção⁵. Engendrou, como consequência, a ascensão de forças políticas que se opunham ao centralismo imperial e que se tornaram dominantes no Executivo e no Legislativo. A atuação dessas forças, compostas em sua maioria por liberais moderados, se deu pelos canais institucionais e conviveu com agitações extraparlamentares de elementos mais radicais, tanto à esquerda quanto à direita. A resposta desses liberais veio

² O Império do Brasil era uma realidade recente e não havia uma identificação subjetiva das populações de suas variadas unidades com o centro político dessa nova entidade, o Rio de Janeiro, que não seria mais que uma entre outras províncias se não houvesse se tornado a sede da Coroa portuguesa e, depois da brasileira.

³ Art. 179 da Constituição Política do Império do Brasil, de 24 de março de 1824.

⁴ Cujas dimensões institucionais se manifestavam no poder que o governo geral detinha para nomear presidentes provinciais, na inexistência de órgãos deliberativos nas províncias e, como já mencionado, na primazia dos Poderes Executivo-Moderador sobre o Legislativo nacional.

⁵ Evitando qualquer visão determinista que tenda a encarar a monarquia brasileira como inevitável, entendemos que o Período Regencial significou que diferentes alternativas político-institucionais para o jovem país estavam ‘em aberto’ novamente. Conforme Antônio Paim: ‘Sem Imperador, sem instituições consolidadas, exacerbando-se o espírito federalista, muitas vezes identificado com o puro separatismo, que caminho empreender? A situação na década de trinta é de veras dramática. [...] Entre as fórmulas imaginadas e experimentadas aparece a da eleição direta do Regente. Se a experiência tivesse aprovado, estava aberto o caminho à proclamação da República. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998, p.48.

na forma de medidas pontuais de descentralização política, cuja obra maior foi o Ato Adicional de 1834.

Se tal reforma constitucional inseriu alguns componentes ‘federalistas’ na Carta Imperial – e manteve princípios ‘absolutistas’ –, criando o Poder Legislativo Provincial, por exemplo, ela também fomentou as disputas entre as elites provinciais que passaram a competir para preencher o espaço aberto com a descentralização parcial do poder. Em São Pedro do Rio Grande do Sul, essa realidade era agravada pelo fato de a província possuir elites militarizadas com fortes tendências autonomistas em um espaço fronteiro, resultado natural do próprio processo de formação do Rio Grande do Sul português. Como diz José Murilo de Carvalho, ‘*caso único no Brasil, o Rio Grande do Sul tinha proprietários de terra que eram também militares, ao estilo dos caudilhos da Argentina e do Uruguai*’⁶.

Diversas foram as revoltas que irromperam após a abdicação de D. Pedro I, quer de caráter liberal ou nativista, quer de natureza absolutista ou restauradora⁷. Enquanto estas traduziam reivindicações que convergiam para o retorno do ex-imperador ao trono brasileiro, aquelas simbolizavam, em maior ou menor grau, a rejeição a vias políticas que levassem à restauração de seu reinado. Algumas revoltas tiveram, ainda, questões sociais como pano de fundo e foram protagonizadas por escravos, como a de Carrancas (1833), em Minas Gerais, e a dos Malês (1835), na Bahia. Politicamente, as revoltas da Cabanagem (1835-1840), Farroupilha (1835-1845) e Sabinada (1837-1838) levaram à separação das províncias grão-paraense, rio-grandense e baiana, respectivamente, impondo um desafio ‘existencial’ ao Império do Brasil.

Findo o Período Regencial com o assim chamado Golpe da Maioridade em 1840, e a coroação antecipada de Pedro II, em 1841, o regime monárquico iniciava um processo de fortalecimento que levaria à consolidação do Estado Nacional brasileiro ao fim da década. E um dos requisitos fundamentais para tal consolidação foi a reintegração do Rio Grande do Sul ao Brasil, conforme atesta o processo de construção do Estado Imperial que esteve intimamente imbricado com a formação dos Estados na Bacia do Rio da Prata. As elites governantes imperiais do início do Segundo Reinado tinham a consciência de que a consolidação do Império passava necessariamente pela pacificação do Rio Grande

⁶ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional, 1830-1889**, vol. 2. História do Brasil nação: 1808-2010. Direção Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.92.

⁷ Embora estas ocorressem em número bastante inferior e desaparecessem após 1834, dada a ‘perda de objeto’ que a morte de D. Pedro significou para restauradores e ‘absolutistas’.

do Sul, sem a qual as fronteiras meridionais e a integração do território nacional estavam ameaçadas. A Farroupilha representou, assim, a contestação de um poder periférico representado por uma província de cujos rumos dependia a própria construção do Estado Nacional brasileiro.

Como tema mais pesquisado pela historiografia do Rio Grande do Sul, a Farroupilha não é e nem poderia ser livre de polêmicas, tendo proporcionado, ao longo do tempo, uma série de debates entre os pesquisadores do assunto. Entre eles, a questão referente aos objetivos prementes dos farrapos teve importante influência na produção de pesquisas realizadas desde o fim do século XIX. Em linhas gerais, esse debate, que não pretendemos aprofundar aqui, se dá acerca da ‘brasilidade’ ou não do movimento farroupilha. Ou seja, se os dirigentes da revolução intencionavam a separação do Império ou se buscavam avançar seus objetivos dentro do sistema monárquico-constitucional vigente; e, dada a proximidade geográfica do Rio Grande do Sul ao Rio da Prata e a existência de fatores históricos que aproximavam a província sulina dessa região, uma variável que surgiu no âmbito desse debate foi a questão do suposto ‘caráter platino’ da Farroupilha.

As duas primeiras obras de relevo sobre o tema foram publicadas ainda no século XIX por Tristão de Alencar Araripe⁸, em 1881, e Assis Brasil⁹, no ano seguinte. Se o primeiro se mostra abertamente crítico à Farroupilha, apresentando uma perspectiva brasileira, ou, imperial, o segundo é favorável ao movimento e justifica suas razões com base na justa necessidade que a província tinha de reagir aos abusos do Império. A questão do ‘*separatismo x não separatismo*’ já aparece nessas obras de forma relativamente substancial.

Já no século XX, Alfredo Varela publicou *História da Grande Revolução*, 6 volumes (1933), tendo este causado grande impacto no debate vigente à época por defender o ‘caráter platino’ da Farroupilha em pleno ‘governo provisório’ de Getúlio Vargas. Varela utilizou farta documentação do arquivo pessoal de Domingos José de Almeida, prócer farroupilha e principal administrador da República Rio-Grandense que reunira a documentação com o objetivo de escrever sua versão da revolução. De leitura difícil, por utilizar uma linguagem rebuscada e se revestir de caráter de epopeia carregada de ufanismos e heroísmos – refletindo a tendência positivista do autor –, a obra, no

⁸ ARARIPE, Tristão Alencar de. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.

⁹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1982.

entanto, é a que se ampara na maior quantidade de documentos ainda hoje. A documentação herdada de Domingos de Almeida deu origem à Coleção Varela, conjunto de mais de dez mil documentos sobre a Farroupilha mantidos pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Os livros de Varela geraram uma série de respostas de autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Aurélio Porto publicou *Notas ao processo dos farrapos* ao longo da década de 1930, negando intenções separatistas e formulando a tese que deu origem à corrente ‘brasileira’ da Farroupilha. Emílio Fernandes de Souza Docca¹⁰, por sua vez, deu continuidade a essa tendência logo após a primeira publicação de Porto. Na mesma linha, Dante de Laytano¹¹ privilegia as relações dos rebeldes rio-grandenses com os insurgentes de outras províncias brasileiras, focalizando a Farroupilha enquanto revolução inserida no âmbito das revoltas regenciais. É a mesma posição de Walter Spalding¹², vigoroso defensor da tese da ‘brasilidade’ dos farrapos. Não obstante, Spalding não nega as relações mantidas entre farroupilhas e platinos e fornece informações relevantes sobre a dinâmica dessas interações.

O debate que resumimos perdeu força a partir dos anos 1970, embora não tenha desaparecido, com novas pesquisas surgidas que não priorizavam a dicotomia *separação x não separação* ou ‘brasilidade’ x ‘platinidade’. Em *Modelo político dos farrapos*¹³ (1978), primeira obra a tratar especificamente sobre a política na Farroupilha, Moacyr Flores rejeita a tese do separatismo orgânico dos rebeldes rio-grandenses, bem como que as influências do Prata tivessem sido determinantes nesse sentido. No entanto, reconhece que o movimento se tornou separatista após sua fase inicial, constituindo uma espécie de ‘posição intermediária’ relativamente ao debate que mencionamos. O foco da obra de Flores, porém, são as ideias políticas dos farrapos e aspectos relacionados à República Rio-Grandense.

¹⁰ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

¹¹ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. 1936.

¹² SPALDING, Walter. *Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, 1934. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 (original:1936). *A epopeia farroupilha: pequena história da Grande Revolução, acompanhada de farta documentação da época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963 (original: 1958).

¹³ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

Já a partir do fim dos anos 1990, César Augusto Barcelos Guazzelli¹⁴ e Maria Medianeira Padoin¹⁵ apresentaram abordagens e perguntas que superavam as antigas disputas acerca do separatismo farroupilha. Guazzelli trata das relações entre farrapos e caudilhos rio-platenses e demonstra como as questões estavam entrelaçadas nos dois ‘lados’ da fronteira, ao passo que Padoin aborda, entre outras, a questão do federalismo e como ele era compreendido na região do Prata que abarcava o Rio Grande do Sul. É a essas tendências que nossa pesquisa sobre o Rio Grande do Sul e o Uruguai se alinha no tocante à superação da dicotomia que, insistentemente, deu a tônica da historiografia sobre a Farroupilha até relativamente recentemente.

Neste trabalho, nossa proposta consiste em investigar as relações entre o Rio Grande do Sul farroupilha e o Estado Oriental do Uruguai e reconstruir parcialmente a dinâmica das interações entre os dois campos. Por Rio Grande do Sul farroupilha, entende-se os elementos políticos e militares que participaram ou aderiram ao movimento, bem como a República Rio-Grandense proclamada em setembro de 1836 e organizada a partir de então. Do lado uruguaio, o Estado Oriental é compreendido como abrangendo tanto o governo constitucional quanto a facção oposicionista da vez, uma vez que os dois grupos políticos dominantes se alternaram no poder desde a promulgação da Constituição: de 1830 a 1834, governaram o nascente país as forças políticas que dariam origem ao Partido Colorado a partir de 1836; entre 1835 e 1838, o governo constitucional foi ocupado pelo Partido Nacional, que, afastado do poder por uma sublevação colorada nesse ano, foi sucedido pelo Partido Colorado em outubro. A partir de 1843, o Uruguai conviveria com uma duplicidade de governos que só terminaria em 1851.

A pesquisa foi realizada parcialmente em fontes primárias, sobretudo documentos da Coleção Varela publicados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tratados diplomáticos, manifestações políticas, documentos utilizados por Walter Spalding e o diário de Antônio Vicente da Fontoura, deputado e ministro farroupilha. A pesquisa bibliográfica, parte substancial deste trabalho, se baseou não só em obras brasileiras sobre a Farroupilha em si, mas também na historiografia uruguaia, como Alberto Zum Felde, Ana Frega, Benjamín Nahum, Carlos Machado, Juan Arteaga, Pedro Barrán, Pivel Devoto e Walter Rela. Autores argentinos utilizados incluem Andrés Cisneros, Carlos

¹⁴ GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Linus, 2013.

¹⁵ PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora, 2001.

Escudé, José Carlos Chiaramonte, Jorge Fernández, José María Rosa, Julio César Rondina, Halperín Donghi e Roberto Payró, entre outros.

Das poucas obras que se dedicaram especificamente às relações entre a Farroupilha e o Prata, a pesquisa teve como fonte os estudos de César Guazzelli e da historiadora argentina Alicia Vidaurreta, que pesquisou o assunto no *Archivo General de la Nación*, em Buenos Aires. Além disso, recorreu-se a autores que analisam o processo mais amplo de formação dos Estados platinos, como Luiz Alberto Moniz Bandeira e Gabriela Nunes Ferreira, e a obras referentes à formação das fronteiras do Rio Grande do Sul, casos de Ana Reckziegel, Tau Golin e Demétrio Magnoli. Reckziegel, particularmente, utiliza o conceito de ‘diplomacia marginal’ que consideramos útil para compreender a dinâmica das relações entre farroupilhas e orientais, o que se aproxima do que entendemos como ‘diplomacia paralela’. Isto é, uma ‘política externa platina’ dos estancieiros-militares rio-grandenses baseada exclusivamente em seus interesses privados e autônomos em relação aos interesses da diplomacia imperial.

Relações, aqui, são abordadas primordialmente do ponto de vista político¹⁶ – e nossa pesquisa teve esse aspecto como fio condutor –, embora não se ignore as dimensões econômicas e sociais, ainda que sejam abordadas tangencialmente. Optou-se por ‘Rio Grande do Sul farroupilha’ em vez de ‘Revolução Farroupilha’ ou mesmo ‘República Rio-Grandense’ porque, como veremos, o movimento farroupilha precedeu o que normalmente se considera o início da revolução. A sublevação de 20 de setembro de 1835, marco inicial da Farroupilha para a historiografia, representou a culminação das ações do movimento e o início de sua fase armada. Tendo o Partido Farroupilha sido fundado na província já em 1832 como desdobramento da criação de partidos análogos no Rio de Janeiro e em São Paulo, entendemos ser mais apropriado usarmos o termo ‘Rio Grande do Sul farroupilha’. Ademais, em nenhum momento da guerra os farrapos tiveram a adesão de todo o Rio Grande do Sul, que foi marcado pela duplicidade de governos e pela ocupação territorial simultânea por rebeldes e legalistas.

A pesquisa levou em conta uma realidade muitas vezes simplificada por uma perspectiva que, não raro, tende a enxergar o movimento farroupilha como coeso e os objetivos de seus integrantes como estáticos no tempo. A guerra entre os rebeldes e o Império durou mais de nove anos e transcorreu em meio a intensas movimentações políticas e militares tanto no Brasil quanto no Prata, sendo as mudanças de interesses,

¹⁶ A realidade no espaço Rio Grande do Sul-Uruguai e o contexto em que se inseriu a Farroupilha, contudo, tornam os aspectos políticos e militares dessas relações virtualmente ‘inseparáveis’.

perspectivas, ideias e objetivos variáveis constantes que acompanharam esse evento histórico do início ao fim – no começo de 1845, sequer havia consenso quanto aos termos de paz. O Brasil passava por um processo de construção do Estado Imperial que foi duramente desafiado pela Farroupilha, enquanto o Rio da Prata testemunhava guerras civis na Argentina e no Uruguai e a efêmera Confederação Peru-Boliviana se desintegrava como resultado da derrota para o Chile. Com exceção do Paraguai, cujo isolamento político e econômico também o isolavam dos conflitos que varriam o Prata, a região foi palco de sucessivas conflagrações que afetavam o Rio Grande do Sul, a ‘estremadura platina’ do Império em nossa visão.

Nesse sentido, a perspectiva deste trabalho é a de que a Farroupilha, como processo histórico, esteve inserida em um contexto regional mais amplo marcado pela formação dos Estados platinos, sem retirá-la, por outro lado, do enquadramento das revoltas regenciais brasileiras. Ao contrário da premissa binária na qual se ampara o debate historiográfico entre as correntes ‘brasileira’ e ‘platina’, entendemos que a Farroupilha não foi nem brasileira nem platina, ou, por outra, foi brasileira *e* platina.

A formação histórica do Rio Grande do Sul português nas porções norte e central da área geográfica da Banda Oriental, em cuja parte meridional se configurou o Uruguai espanhol, proporcionou uma realidade objetiva em que a província meridional brasileira encontrava-se plenamente inserida no contexto rio-platense. Politicamente vinculados à América portuguesa e ao mesmo tempo distantes de seus centros de poder, os habitantes da província sul-rio-grandense se relacionavam diretamente com as populações ‘além-fronteiras’ em um espaço geográfico que, na ausência de demarcações, era ‘cortado’ por uma ‘linha’ imaginária. Nas palavras de Tau Golin:

Na história da fronteira rio-grandense, a fixação da linha divisória, sua afirmação ou suas oscilações, dependeram de decisões acordadas politicamente nos centros de decisão de poder, a exemplo do Rio de Janeiro, Lisboa, Madri, Londres, Buenos Aires e Montevideú. Combinados com a conquista militar, a expansão demográfica e o recorrente *uti possidetis*, ao cabo, a sua definição significou uma opção imaginária, arbitrária, pesada na balança limitativamente possível da geopolítica¹⁷.

Na perspectiva do Prata, a própria formação territorial da província, marcada por intensas disputas entre as Coroas ibéricas, criou um fator subjetivo nas mentes de próceres da Independência rio-platense que fazia do Rio Grande do Sul um objeto legítimo de suas

¹⁷ GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. São Paulo: L&PM, 2002, p.13.

ambições. Tal foi o caso do movimento artiguista a partir de 1813, que não só olhou para a província do extremo sul luso-brasileiro como objeto de uma desejada expansão territorial, mas buscou propagar os ideais da ala mais radical da Revolução de Maio entre sua população. Antes disso, a própria Revolução de Maio de 1810 contemplou o Rio Grande do Sul como província passível de ser incorporada ao processo revolucionário platino sob a liderança de Buenos Aires, não diferente do que ocorreu com outras províncias que integravam o Vice-Reino do Rio da Prata. Assim, compreendemos que a província sul-rio-grandense esteve inserida no processo de formação do Estado brasileiro e integrada ao Império, atuando, inclusive, como ‘sentinela da fronteira’ contra os desígnios expansionistas do ‘outro lado’. Ao mesmo tempo, sua localização geográfica, a inexistência de fronteiras definidas com o Uruguai – onde as elites estancieiras rio-grandenses tinham sólidos interesses – e as relações mantidas com as populações platinas concorriam para inserir o Rio Grande do Sul também no subsistema platino. Tanto assim que os farroupilhas participaram ativamente do jogo político do Prata, como já haviam feito em períodos anteriores, embora ainda não sob essa égide. Não haveria, em nossa visão, uma contradição intrínseca em vislumbrar o ‘caráter híbrido’ da Farroupilha no tocante a essa questão.

Esse quadro geopolítico mais amplo, caracterizado pela formação dos Estados na Bacia do Prata, também esteve marcado pela imbricação das questões decorrentes do próprio processo de construção do Estado brasileiro, sendo o espaço geográfico da Banda Oriental – onde as unidades políticas ‘Rio Grande do Sul’ e ‘Uruguai’ se formaram – uma espécie de ponto de intersecção entre esses processos. Assim, o Rio Grande do Sul, que Gabriela Nunes Ferreira¹⁸ chamou de correia de transmissão dos conflitos platinos para dentro do Império, constituiu um espaço econômico, geográfico, político e social que se articulava aos processos históricos que transcorriam em torno de dois centros gravitacionais distintos, Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Em vista disso, este trabalho examina tanto os aspectos conjunturais das relações farrapo-uruguaias quanto os fatores estruturais que moldaram e moldavam o contexto no qual elas se desenvolveram, associando-se a uma perspectiva de curta, média e longa duração que contempla: os eventos imediatos na conjuntura das guerras travadas dos dois ‘lados’ da fronteira, o ciclo farroupilha e os fenômenos históricos associados aos processos de construção dos Estados no Prata e no Brasil, respectivamente.

¹⁸ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

O primeiro capítulo apresenta uma breve síntese da formação político-territorial do Rio Grande do Sul enquanto colônia da América portuguesa, fruto de sucessivas disputas entre as Coroas ibéricas que moldaram as fronteiras políticas na Banda Oriental. O capítulo aborda os ciclos missioneiros, as incursões bandeirantes como frente de expansão lusa, a resistência dos jesuítas como manifestação da contenção espanhola desse avanço e as ligações de Buenos Aires com a América portuguesa. Percorre, ainda, o projeto português de expansão rumo ao Prata e a fundação de Colônia do Sacramento como fator decisivo para a formação do Rio Grande do Sul, bem como as disputas militares e diplomáticas que acabariam dando os contornos da Capitania do Rio Grande de São Pedro (1760) e da *Gobernación de Montevideo* (1751) em uma mesma área geográfica após o Tratado de Madri.

O segundo capítulo trata da Banda Oriental no início do século XIX, quando o nome desse espaço geográfico já era plenamente associado à entidade política da *Gobernación de Montevideo* tanto por luso-americanos quanto por hispano-americanos. A rivalidade entre os portos de Buenos Aires e Montevideú, o processo de Independência do Rio da Prata e seus desdobramentos na Banda Oriental, as intervenções portuguesas, a criação da Cisplatina e a guerra que a transformou em Estado independente são abordadas. De forma sucinta, o capítulo examina, ainda, o centralismo imperial vigente no Brasil e o ambiente político regencial no período que antecedeu imediatamente a fase armada do movimento farroupilha, de modo a contemplar uma certa continuidade entre as disputas da época da Independência e as que recrudesceram no pós-Abdicação.

Já o terceiro capítulo aborda o ‘fator Uruguai’ na política rio-grandense no início do Período Regencial, procurando demonstrar que, ao contrário das disputas regenciais travadas em outros pontos do Império, a contenda na província sulina tinha como variável adicional diversos fatores vinculados à realidade uruguaia e, obliquamente, do Prata em geral. Considerando que este trabalho privilegia o enfoque político das relações farrapos-orientais, uma breve conceituação do liberalismo farroupilha, inclusive no tocante às suas contradições, é apresentada. O capítulo trata também do espaço fronteiriço Rio Grande-Uruguai e das interações sociais nessa área, abarcando possíveis influências políticas do Prata e as ligações de estancieiros-militares da fronteira¹⁹ com a antiga Cisplatina, assim como suas vinculações com forças políticas orientais antes de 1835. Além disso, aborda os principais acontecimentos que levaram ao início da fase armada do movimento que

¹⁹ Grupo dirigente do movimento farroupilha.

derrubou o presidente provincial, os esforços dos farroupilhas em institucionalizar a República e criar as bases do novo Estado e suas relações com o governo constitucional oriental de Manuel Oribe, sem negligenciar as relações buscadas com Buenos Aires. Apresenta, adicionalmente, uma breve conceituação do Estado e do Estado Nacional, dada a relevância que atribuímos a esses conceitos em face do período histórico em tela.

Por fim, o quarto capítulo aborda as relações da República Rio-Grandense com as facções políticas uruguaias, o governo de Buenos Aires e a província argentina de Corrientes, inserindo a Farroupilha no contexto regional da Guerra Grande uruguiaia. Nesse sentido, o capítulo busca demonstrar como os farrapos, na condição de atores políticos e sociais regionais, eram sensíveis e respondiam aos processos que se sucediam no Rio da Prata, tendo alguns de seus setores chegado a contemplar arranjos institucionais com entidades políticas platinas. O papel da dissidência de Corrientes relativamente a Buenos Aires é abordado, considerando que a província faz fronteira com o Rio Grande do Sul e teve posição de destaque nos acontecimentos político-militares a partir de 1839. Se os farroupilhas se insurgiam contra o Império, os correntinos o faziam contra Buenos Aires, e ambos buscaram bases de convergência para fazer frente aos seus respectivos adversários.

O capítulo examina, ainda, as articulações levadas a cabo por farroupilhas, uruguaios colorados e correntinos para criar um terceiro polo de poder fora das esferas de influência do Império do Brasil e da Confederação Argentina, bem como a reação desses dois países. Aborda, ainda, as dissidências internas ocorridas no seio da República Rio-Grandense à luz das relações desta com o Partido Colorado uruguaio, assim como a duplicidade de governos no Uruguai a partir do início de 1843. Naturalmente, o papel do Brasil também é levado em conta, sobretudo a partir da chegada do barão de Caxias, em fins de 1842, cuja política de pacificação será discutida dentro de uma conjuntura de intensa movimentação de farrapos e uruguaios ao longo da fronteira. O capítulo encerra identificando a delineação de um projeto expansionista bonaerense como fator decisivo para o fim da guerra no Rio Grande do Sul, servindo a ameaça externa como uma ‘solda’ que ‘uniu’ o poder periférico rio-grandense ao poder central imperial.

CAPÍTULO I

BREVE SÍNTESE DA FORMAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

1.1. A Banda Oriental como território espanhol *de jure*

De acordo com os imprecisos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e tacitamente fixados por portugueses e espanhóis no século XVI, a área que atualmente corresponde ao Rio Grande do Sul pertencia à Coroa espanhola²⁰ quando da implantação do sistema de capitanias hereditárias por D. João III, em 1534, formando uma unidade geográfica com o espaço que viria a constituir o Estado Oriental do Uruguai em 1830. Segundo os cálculos de Francisco Adolfo de Varnhagen, por sua vez baseados nas medidas calculadas pelo cartógrafo sevilhano Martin Fernandez de Enciso²¹ em 1519, os limites meridionais dos domínios portugueses chegavam, aproximadamente, até a localidade onde seria fundado o povoado de Laguna em 1676, na Capitania de Santana²². Essa unidade geográfica do que se convencionou chamar de Banda Oriental²³ decorre das características físicas da região, que, limitada ao norte pelo rio Pelotas e pela Serra Geral, a noroeste e a oeste pelo rio Uruguai, ao sul pelo rio da Prata e a leste pelo Oceano Atlântico, constitui uma área relativamente homogênea, sem os grandes acidentes naturais que caracterizam outras partes do continente.

Assim, em termos puramente geográficos, a área na qual se formaram os embriões dos núcleos populacionais que dariam origem ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, estendendo-se desde a divisa sul do atual estado de Santa Catarina até o rio da Prata, na costa sul uruguaia, não possuía fronteiras naturais internas; as fronteiras

²⁰ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.50

²¹ GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p.32.

²² Uma das quinze capitanias hereditárias criadas em 1534, correspondia à colônia mais meridional da América portuguesa. Seu território estendia-se por quarenta léguas ao sul da ilha de Cananéia, perto da atual divisa litorânea entre os estados de São Paulo e Paraná. Sobre a história de Santa Catarina como território da América espanhola no século XVI, ver MELLO, Amílcar. *Expedições e Crônicas das Origens – Santa Catarina na Era dos Descobrimentos Geográficos*. Florianópolis: Editora Expressão, 3 volumes, 2005.

²³ 'La Banda Oriental del Río Uruguay', assim os espanhóis de Assunção chamavam o território desde o século XVI, em uma óbvia referência à sua localização a leste do rio Uruguai.

políticas, artificiais que são, seriam moldadas por portugueses, espanhóis, luso-brasileiros e *criollos* das colônias espanholas seguindo uma lógica tanto geopolítico-econômica dos impérios ibéricos naquela região como comercial dos próprios colonos, resultando em uma longa e intensa disputa pela Banda Oriental que terminaria por dividi-la definitivamente entre Portugal e Espanha por meio de sucessivos tratados diplomáticos e conflitos militares ao longo do século XVIII. Apenas a partir daí, mais precisamente de 1801, com a tomada definitiva dos Sete Povos das Missões por luso-brasileiros²⁴, é que os limites entre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Província Oriental seriam estabelecidos de fato, ainda que o reconhecimento de direito viesse apenas em 1851²⁵, já no âmbito das relações entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai.

Durante o século XVI e até a primeira metade do século XVII, a região não despertou os interesses das Coroas ibéricas devido à aparente inexistência de riquezas econômicas, eis que não possuía metais preciosos que permitissem a organização de atividades mineradoras e tampouco era propícia para o cultivo da cana de açúcar, principais atividades econômicas de Espanha e Portugal em suas colônias americanas à época, respectivamente. Mesmo durante a União Ibérica (1580-1640), quando Portugal esteve formalmente incorporado à Espanha, a Banda Oriental não foi ocupada pelos portugueses, cujos interesses nesse período, em termos geográficos, estiveram voltados principalmente para a Amazônia, conforme assinala Renato Mendonça:

E o grande problema, a que se ia ater a colonização portuguesa nessa época, era a posse exclusiva das margens do Amazonas. De 1580 até a restauração em 1640, decresce a importância dos limites meridionais. A Amazônia focaliza todas as atenções. Para rebater as incursões de flamengos e ingleses, frequentes no Pará, ali se estabeleceu Castelo Branco²⁶.

A Coroa espanhola, ‘proprietária’ *de jure* daquele território, tampouco teve interesse em consolidar seu domínio *de facto* sobre ele pelo mesmo motivo, havendo apenas alguns poucos fortins precariamente erguidos por particulares, como Sebastião Caboto. Ademais, a impressionante quantidade de prata encontrada em Potosí, no Alto Peru, e em Zacatecas, no México, contribuía para fomentar ainda mais o desinteresse

²⁴ GARCIA, Elisa Frühauf. ‘A derradeira expansão da fronteira: a ‘conquista’ definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801’, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005.

²⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, p.34.

²⁶ MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*, Brasília: FUNAG, 2013, p. 58.

espanhol, estando o núcleo do seu projeto colonizador na América do Sul localizado em Ciudad de los Reyes, atual Lima, fundada em 1535, longe da pobre e despovoada Banda Oriental.

Vencida a resistência incaica, a Coroa espanhola fundou o Vice-Reino do Peru em 1542, estabelecendo uma organização política que compreendia a quase totalidade das colônias espanholas na América do Sul, à exceção da província da Venezuela. Em certa medida, e guardadas as proporções, tal centralização pode ser comparada à criação do Governo-Geral do Brasil pela Coroa portuguesa que ocorreria sete anos mais tarde. Por meio desse processo, a região da Banda Oriental subordinou-se ao Vice-Reino do Peru como parte integrante da Governadoria do Rio da Prata e Paraguai (1534-1617), cuja jurisdição incluía, além das áreas que atualmente constituem o Rio Grande do Sul e o Uruguai, os atuais estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, além de parte de São Paulo. Com o intuito de melhor administrar esse vasto território, o rei Filipe III o dividiu em dois no ano de 1617, criando a Governadoria do Paraguai, com capital em Assunção, e a do Rio da Prata, a ser governada desde Buenos Aires, cuja população portuguesa, na primeira metade do século XVII, correspondia a cerca de um quarto do total²⁷.

A negligência das autoridades espanholas levou a uma situação em que essa área localizada entre o rio da Prata e o Império português era espanhola de direito, porém sem que sua ocupação fosse efetivamente realizada. Ao fim do século XVI, além de Ciudad de Los Reyes, os espanhóis haviam fundado as vilas e cidades de Assunção (1536), Buenos Aires²⁸ (1536), Santa Fé de Bogotá (1538), Santiago (1541) e Santiago del Estero (1553), entre outras, enquanto a Banda Oriental foi deixada virtualmente abandonada por um longo período, tendo o primeiro povoado espanhol sido criado apenas em 1724, com a fundação de San Felipe y Santiago de Montevideo. Salvo visitas esporádicas de aventureiros, bandeirantes e contrabandistas, essa área permaneceria livre de ocupações minimamente significantes do ponto de vista populacional – espanhola ou portuguesa – até a fundação de seu primeiro povoado permanente em 1680, com a

²⁷ PAYRÓ, Roberto P. *Historia del Río de la Plata, Tomo II: peripecias de la organización nacional en los países del Río de la Plata y sus vecinos, 1810-1852*. Madri-Buenos Aires: Alianza, 2008, p.29.

²⁸ Buenos Aires teve duas fundações em razão de sua completa destruição por tribos indígenas em 1541, apenas cinco anos após sua primeira fundação. A cidade seria fundada novamente, em 1580, pelo fidalgo espanhol Juan de Garay, que se deslocou do Paraguai para erguer Buenos Aires em janeiro desse ano. Esse empreendimento fez parte de uma iniciativa mais ampla das autoridades de Assunção que buscavam 'abrir as portas da terra' para evitar o completo isolamento da cidade, tendo sido precedido pela fundação de Santa Fé, em 1573. LUNA, Félix. *Breve historia de los argentinos*. Buenos Aires: Planeta, 1993.

fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses. Ainda assim, essa iniciativa constituiu um fenômeno localizado, e seria apenas a partir da segunda década do século XVIII que a Banda Oriental veria um processo de ocupação e povoamento mais amplo que gradualmente daria contorno às futuras unidades político-territoriais do Rio Grande do Sul e do Uruguai em suas porções centro-norte e meridional, respectivamente. Bertino e Millot sintetizam esse processo da seguinte forma:

[...] la colonización de la Banda Oriental fue espontánea y privada y dio lugar a una población predominantemente rural, que le dio el tono a la sociedad toda, por lo menos hasta el último cuarto del siglo (XVIII). [...] el ‘descubrimiento’ de la mina de cueros y ganado que era la Banda Oriental, atrajo gente de toda la Cuenca y la seguirá atrayendo hasta por lo menos la segunda década del siglo XIX. [...] son los peones de las vaquerías, legales o clandestinas, españoles, criollos y mestizos, portugueses, desertores de los barcos e indígenas, los que se mezclan y asientan en la nueva tierra²⁹.

Mas se essa área localizada ao sul da Capitania de Santana não interessava a portugueses nem a espanhóis, o mesmo não poderia ser dito sobre a vasta área ao norte dela que se encontrava a oeste da linha imaginária de Tordesilhas e, conseqüentemente, sob domínio espanhol. Frustrados com a aparente ausência de metais preciosos nas terras que lhes couberam, os portugueses passaram a penetrar profundamente nas terras do ‘lado espanhol’ com o objetivo de encontrar ‘o *outro Peru*’³⁰, rompendo os limites da América portuguesa e tornando o Tratado de Tordesilhas letra morta na prática.

Tal expansão foi facilitada durante os sessenta anos da União Ibérica³¹, o que permitia que seus súditos se deslocassem livremente pela América espanhola. O fim desse arranjo político, porém, não deteve o ímpeto luso-brasileiro de percorrer áreas do Império espanhol em busca de riquezas materiais, seja na Amazônia, nas áreas centrais da América do Sul ou mesmo no Guairá, atual Centro-Oeste paranaense, onde os espanhóis haviam fundado Ontiveros (1554), Ciudad Real (1551) e Vila Rica (1577) ainda no primeiro século da colonização³².

Desse modo, os lusos, com notório destaque para os paulistas, empurraram consideravelmente a ‘linha demarcatória’ de Tordesilhas para oeste, avançando sobre amplas áreas pertencentes à Espanha de direito e ampliando a extensão

²⁹ BERTINO, Magdalena. MILLOT, Julio. *Historia económica del Uruguay*, Tomo I. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p.24.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, São Paulo: Publifolha, 2000, p.83-124.

³¹ União dinástica entre as monarquias espanhola e portuguesa.

³² VAN ERVEN, Domingos. *O ‘Paraná Espanhol’*. Curitiba: Clube de Autores, 2013, p.79.

dos limites do Império português no continente, não ocupando, porém, a Banda Oriental, que continuaria sendo espanhola *de jure* e virtualmente de ninguém *de facto* até as primeiras décadas do século XVIII.

1.2. O início da ocupação europeia do território: o primeiro ciclo missioneiro e as bandeiras

Carente de atrativos materiais que justificassem sua ocupação, a Banda Oriental sem embargo despertou interesses de natureza religiosa por parte da Companhia de Jesus, interessada em difundir o cristianismo pelo ‘Novo Mundo’ por meio da catequese e do aldeamento de povos indígenas, o que explica parcialmente o fato de os primeiros povoadores europeus dessa área terem sido jesuítas, vindos de Assunção e do Guairá, sob jurisdição da Governadoria do Paraguai. Os períodos que vão de 1626 a 1641 e de 1682 a 1767 marcam os ciclos missioneiros de povoamento do Rio Grande do Sul, com o primeiro representando uma tentativa pioneira de ocupação europeia desse território. Por sua vez, esse processo de penetração de jesuítas espanhóis no norte da Banda Oriental representou a continuidade da expansão do sistema de missões implantado no Paraguai e no Guairá, de onde se espalharam para região do Tape, Centro- Oeste do atual Rio Grande do Sul³³.

As reduções do Guairá começaram a ser erguidas em 1610, quando os padres José Cataldino e Simon Mazet fundaram *Nuestra Señora de Loreto* e *San Ignacio Mini*, na margem meridional do Paranapanema, divisa natural entre os atuais estados do Paraná e de São Paulo, somando-se às já citadas vilas fundadas pela Coroa espanhola na região durante o século XVI. Juridicamente, esse território constituía a província do Guairá, criada em 1608 e subordinada a Assunção. Após a fundação das primeiras reduções, doze outras foram organizadas pela Companhia de Jesus nos vales dos rios Paraná, Iguaçú, Piquiri, Ivaí e Tibagi até 1628-1629, quando a constante pressão militar vinda de São Paulo, ironicamente fundada por jesuítas, inviabilizou o projeto missioneiro na região³⁴.

A partir de 1628, bandeiras comandadas por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares cruzaram o Tibagi e destruíram, em sucessivas investidas, a maior parte das

³³ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto no Rio Grande do Sul. In: *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011, p.24.

³⁴ TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. *História das bandeiras paulistas*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012, p.51-55.

reduções jesuíticas da região, acarretando o que ficou conhecido como *éxodo guayreño*, episódio em que um grande número de jesuítas e indígenas fugiu para o Paraguai e a Banda Oriental. Até 1632, não só as missões jesuíticas como os povoados espanhóis no Guairá seriam todos destruídos – ou abandonados em razão da iminência da destruição – pelas bandeiras, o que levou os espanhóis a retornarem à margem ocidental do rio Paraná, abandonando definitivamente o Guairá, que passou ao controle dos paulistas³⁵, ainda que não houvesse distinção legal entre os territórios portugueses e espanhóis em razão da União Ibérica.

Ao contrário do projeto missionário dos jesuítas, a marcha dos espanhóis de Assunção para o Guairá representava uma tentativa de conquistar uma saída para o mar dentro da ideia do ‘grande Paraguai’ segundo a qual o território deste deveria se estender até ao Atlântico³⁶, tendo como objetivo a construção de um porto na baía de Paranaguá ou a captura de Cananeia com esse fim. Essa vila, uma das duas primeiras fundadas por portugueses no Brasil, constituía uma espécie de ‘linha de frente’ da América portuguesa em relação ao Império espanhol. Ou seja, se por um lado havia um movimento paulista do litoral para o interior, também havia uma marcha de Assunção rumo ao Atlântico, o que criava as condições para confrontos entre os dois povos ibéricos naquela região, dos quais os bandeirantes, e consequentemente Portugal, saíram vitoriosos.

Na mesma época em que as missões do Guairá eram atacadas pelas bandeiras, jesuítas liderados pelo padre Roque González de Santa Cruz, vindos de Assunção, criaram os primeiros núcleos populacionais europeus do ‘Rio Grande do Sul’, no noroeste da Banda Oriental, onde fundaram San Nicolás de Piratini em 1626. Apesar de seu pioneirismo, o primeiro ciclo missionário foi transitório pelo mesmo motivo que levou os jesuítas a abandonarem o Guairá, uma vez que o bandeirismo paulista terminou servindo como ‘barreira intransponível’ para os membros da Companhia de Jesus que buscavam se fixar na região.

De fato, as incursões bandeirantes constituíram o primeiro movimento sistemático desde a América portuguesa rumo à Banda Oriental e impediram uma maior expansão do sistema missionário na região, freando a tentativa de sua ocupação pelos padres jesuítas. Com quase uma dezena de reduções fundadas entre 1628 e 1634 na região do Tape, não

³⁵ ELLIS, Alfredo Jr. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p.33.

³⁶ GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015, p.122.

demorou para que estas passassem a ser alvos das bandeiras. Já em 1636, a bandeira de Raposo Tavares atacou e destruiu a missão de *Jesús María*, localizada na atual mesorregião Centro-Oriental do Rio Grande do Sul, capturando milhares de índios guaranis, o que levou o presidente da Audiência de Charcas³⁷, D. Juan de Lizarázu, a escrever ao monarca Filipe IV a

Relatar-lhe as recentes agressões dos paulistas “gente ympia e cruel” que segundo o governador do Paraguai informava, acabava de destruir três novas reduções “matando y cautibando millares de yndios”. Referia-se o informante aos acontecimentos do Tape. “Vayan abriendo paso y camino al Perú”, advertiu, rompendo o caminho das minas a holandeses e marranos “eu todo es uno”. Era preciso, de vez, arrasar aquela perversa gente, aquela corja de judeus³⁸.

De maneira similar ao que ocorreu no Guairá, a incursões bandeirantes levaram, a despeito da resistência dos atacados, ao abandono das reduções por parte de jesuítas e indígenas, que cruzaram o rio Uruguai e fugiram para a mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai³⁹. Diferentemente do que haviam feito no Guairá, no entanto, os bandeirantes continuaram avançando rumo ao oeste, com a bandeira de Raposo Tavares atravessando o Uruguai em busca de índios ao longo da margem direita desse rio, sendo, dessa vez, derrotada pelos guaranis em Caazapa Guazú no ano de 1638. Em 1641, cerca de um ano após o fim da União Ibérica, os bandeirantes avançaram novamente para o outro lado do rio, com a bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, e foram liquidados por guaranis armados na Batalha de M’bororé⁴⁰, nas cercanias da atual cidade de Panambi, na província argentina de Misiones. A partir de então, cessariam as grandes incursões bandeirantes no Tape e ao longo do rio Uruguai, embora pequenas expedições continuassem percorrendo essas áreas⁴¹, interrompendo o avanço desenfreado sobre os territórios meridionais pertencentes à Espanha.

Ao voltarem para o outro lado do Uruguai, os jesuítas abandonaram o gado que haviam trazido em grande quantidade⁴², dando origem aos rebanhos selvagens que teriam duradouro impacto na economia, política e sociedade da região. Estavam lançadas as

³⁷ Órgão com sede em Chuquisaca (atual Sucre, Bolívia) cuja principal função era a administração da Justiça na jurisdição de Charcas, que incluía a maior parte dos territórios que formariam o Vice-Reino do Rio da Prata, no século XVIII.

³⁸ TAUNAY, 2012, p.85-86.

³⁹ LAROQUE, p.26.

⁴⁰ GOES FILHO, 2015, p.122.

⁴¹ VELINHO, Moysés. *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p.64.

⁴² LAROQUE, Op., cit., loc., cit.

bases materiais que viabilizariam a organização da economia estancieira sul-riograndense mais de um século mais tarde, ao mesmo tempo em que se criava uma ‘riqueza natural’ em uma região considerada sem valor econômico, o que impulsionaria o desbravamento e a ocupação do território por preadores de gado e tropeiros e possibilitaria sua integração ao ciclo da mineração da América portuguesa no século XVIII.

1.3. A Restauração portuguesa e a retomada da rivalidade entre as Coroas ibéricas no Sul: o papel de Buenos Aires e da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais

O fim da União Ibérica, que coincidiu com o fim do ciclo das bandeiras no Tape, inaugurou uma nova fase nas relações entre Espanha e Portugal tanto na Europa como na América. A Restauração portuguesa desencadeou um longo conflito direto com Madri na Europa que se prolongou até 1668, quando o Tratado de Lisboa cimentou juridicamente a independência lusitana. A Espanha, que também participava da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), da Guerra Franco-Espanhola (1635-1659) e enfrentava sublevações independentistas na Catalunha (1640-1652) e na Andaluzia (1641), viu-se demasiadamente débil para conter a independência de Portugal, em que pese a própria debilidade deste à época. Na América, as colônias ibéricas foram afetadas pelo conflito militar entre as metrópoles em variados graus, e a Bacia do Rio da Prata, na qual se inclui o atual território do Rio Grande do Sul, foi o palco por excelência da rivalidade luso-espanhola.

Ainda em 1641, na mesma época em que a expansão paulista no Prata era freada em M'bororé, os espanhóis de São Vicente, receando perder definitivamente os territórios tomados pelas bandeiras diante do fim da União Ibérica, decidiram separar a capitania do Império português e transformá-la em Estado independente. Sabiam, no entanto, que era necessário convencer a população local de tal necessidade, e assim os fidalgos Juan e Francisco Rendon de Quevedo, Francisco de Lemos, Bartolomeu de Torales e Gabriel Ponce de León, entre outros, incluindo paulistas, levaram adiante uma tentativa de aclamar Amador Bueno, filho de pai espanhol e abastado morador de Piratininga, monarca de São Vicente. O Aclamado recusou a oferta e reconheceu publicamente a autoridade de D. João IV, e, com o auxílio de autoridades religiosas e

cidadãos de prestígio favoráveis à Restauração portuguesa, rapidamente e de forma pacífica, colocou um fim ao movimento⁴³.

Esse episódio, apesar de pouco relevante para a formação político-territorial do Rio Grande do Sul e mesmo para a história de São Paulo, fornece uma noção da dimensão do impacto que o fim da União Ibérica teve nas relações entre os súditos das duas Coroas nos limites meridionais de seus Impérios na América. O antigo sonho hispano-paraguaio de obter acesso ao Atlântico seria revivido juntamente com as inquietações espanholas em relação às ambições portuguesas no Prata, enquanto o receio luso-brasileiro de perder a preeminência no lucrativo contrabando de prata na região alteraria definitivamente a política de Lisboa para ela.

A ambição espanhola relativamente ao acesso ao mar não tardaria em se dissipar em face da efetivação da posse do território do Guairá pelos lusitanos, que, desde a expulsão dos jesuítas para a outra margem do rio Paraguai e para o Tape, haviam povoado os Campos de Curitiba e o litoral, onde o paulista Gabriel de Lara fundou Paranaguá, em 1648⁴⁴ – núcleo da primeira cidade paranaense fundada por portugueses. As demais preocupações, porém, tiveram como consequência o acirramento das tensões entre Espanha e Portugal para além daquelas surgidas em razão da independência portuguesa. Para a Coroa espanhola, os portugueses ameaçavam – pela via do contrabando – não apenas o monopólio colonial que proporcionava ao porto de Lima o exclusivismo comercial no Vice-Reino do Peru, mas representavam, também, riscos reais de ocupação do estuário do Prata, a começar por Buenos Aires, de onde poderiam alcançar as ricas minas de prata do Alto Peru através do caminho que passava por Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Salta e Jujuy⁴⁵, o que, obviamente, era inaceitável para as autoridades espanholas.

Durante o período em que vigorou a União Ibérica, a capital da Governadoria do Rio da Prata tornara-se, do ponto de vista demográfico e comercial, uma cidade sob forte influência portuguesa, tendo seus interesses comerciais inequivocamente ligados ao mundo luso-brasileiro e às rotas do Atlântico Sul, ao contrário da Espanha, que privilegiava a conexão Pacífico-Caribe-Atlântico Norte. Buenos Aires era um porto

⁴³ TAUNAY, Affonso d'Ecragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 50.

⁴⁴ O embrião da vila já existia desde 1617, onde o mesmo Gabriel de Lara havia criado um pequeno povoado.

⁴⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.49.

fechado desde o fim do século XVI⁴⁶ por determinação da Coroa espanhola, o que a tornava dependente do comércio ilegal com os portos do Império português, de onde recebia escravos, açúcar, manufaturas, tecidos e sal, entre outras mercadorias, e para onde enviava a prata contrabandeada do Alto Peru. Somente por um breve período o comércio com a América portuguesa havia sido autorizado, em 1602, conforme lembra Varnhagen, mas foi proibido pela Coroa novamente apenas três anos mais tarde devido ‘*ao dano que dali resultava às terras do Rio da Prata*’⁴⁷.

Com o fim da união dinástica entre as Coroas ibéricas, a população portuguesa de Buenos Aires foi alvo de expulsão⁴⁸, o que impôs considerável prejuízo a esses comerciantes que praticamente dominavam o comércio clandestino no Prata, mas também aos próprios espanhóis e *criollos* que dele dependiam. Mas se a expulsão dos portugueses de Buenos Aires resguardava a cidade contra possíveis ameaças internas, ela de pouco servia contra ameaças externas. Antes, concorria para acirrá-las, uma vez que a perda do acesso ao contrabando de prata na região tornava uma eventual anexação de Buenos Aires pelo Império português uma alternativa a ser considerada, pois, se consumada, daria aos portugueses acesso ao Alto Peru e o completo controle da costa sul da América do Sul – o litoral norte estava fora do controle dos portugueses a essa época, pois uma extensa porção da costa da atual região Nordeste do Brasil estava sob domínio holandês por meio da configuração formal da Nova Holanda (1630-1654), cujas elites mercantis ambicionavam substituir Portugal no fornecimento de escravos às colônias da Bacia do Prata⁴⁹.

Por certo, as preocupações das autoridades espanholas não eram infundadas, uma vez que havia, realmente, vozes que defendiam a anexação de Buenos Aires como colônia portuguesa. Não foi outra senão essa a posição de Salvador Correia de Sá e Benevides, governador da Capitania do Rio de Janeiro e entusiasta da ideia de estender os domínios portugueses até Buenos Aires como forma de recuperar o controle do comércio do Atlântico Sul, desorganizado pelos holandeses desde a ocupação da costa

⁴⁶ MOUTOUKIAS, Zacarias. ‘Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites de Buenos Aires en el siglo XVII’, *Anuario del IEHS*, III, Tandil, 1988, p.215

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, Tomo I*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870, p.400.

⁴⁸ CRUXEN, Edison Bisso. ‘A ocupação ibérica do território e as disputas pelas fronteiras do continente de Rio Grande’, in *Releituras da História do Rio Grande do Sul*, p.65-88, Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011, p.78

⁴⁹ SCHWARTZ, Stuart. ‘Prata, açúcar e escravos: de como o Império restaurou Portugal’, *Tempo*, vol. 2, Nº. 24, Niterói, 2008.

angolana pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1641, coincidindo com a perda do comércio rio-platense pelos portugueses. Nesse sentido, em 1643, Benevides fez gestões junto ao Conselho Ultramarino com vistas a convencê-lo da necessidade de ocupar Buenos Aires em face da difícil situação econômico-comercial por qual passava Portugal naquela década de 1640, apresentando um plano que consistia em

Despachar do Rio de Janeiro uma força naval, transportando cerca de quinhentos a seiscentos homens, para atacar Buenos Aires pelo estuário do Prata, enquanto os bandeirantes cruzariam o Paraguai e a invadiriam por terra.....os bandeirantes, especialmente Antônio Raposo Tavares, voltaram a investir contra as reduções jesuíticas do Paraguai e, em 1651, planejaram um ataque combinado, por terra e mar, contra Buenos Aires⁵⁰.

Essa proposta não constituía um plano isolado, mas uma estratégia maior de recuperar o controle da lucrativa triangulação comercial ultramarina formada pelo eixo Pernambuco-Luanda-Buenos Aires, cuja perda havia afetado duramente as finanças portuguesas. Tamanha era a lucratividade que tal triangulação proporcionava que os holandeses instalados na Nova Holanda pretendiam dominá-la por completo, o que, em vista do fato de que Angola e Pernambuco já se encontravam ocupados, fazia de Buenos Aires o último porto desse circuito a ser anexado pela Companhia. Entre os defensores dessa ação estava o próprio Maurício de Nassau⁵¹, instalado no Recife/*Mauritsstadt* desde 1637, que pretendia ocupar Buenos Aires e preencher o vácuo deixado pelos portugueses no contrabando de prata. O conde julgava que a ocupação de Buenos Aires ‘*abriria a porta traseira do caminho, tão longo quanto dificultoso, das minas de Potosí*’⁵² e planejava controlá-la por completo, chegando a organizar uma expedição com essa finalidade em 1642.

Na ocasião, armou-se uma empresa considerável, reunindo-se ‘*o maior número possível de naus grandes e pequenas, e..... um exército de cerca de 800 homens*’, segundo Gaspar Barléu⁵³, que deveriam ocupar Buenos Aires e fazer dela a base para o controle do fluxo da prata potosina pela Companhia, que também supriria a demanda do Alto Peru por escravos trazidos de Angola. Revoltas anti-holandesas no Maranhão e em São Tomé, e a necessidade de fornecer armamentos e suprimentos à expedição de Hendrik

⁵⁰ BANDEIRA, p.55.

⁵¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de, p.116.

⁵² BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p.206-207.

⁵³ BARLÉU, Gaspar. *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*. Brasília: Senado Federal, 2005, p.277.

Brouwer⁵⁴, no entanto, inviabilizaram os planos de Nassau⁵⁵, que se viu obrigado a desistir da invasão do Rio da Prata.

Como Nassau, Benevides também fracassou em seu intento de enviar uma expedição para atacar e anexar Buenos Aires. O Conselho Ultramarino concluiu que, antes de se buscar a retomada do controle do contrabando no Prata, era necessário recapturar aos holandeses a região mais rica da colônia e restabelecer o controle do fluxo comercial de escravos no Atlântico Sul, o que exigiria, invariavelmente, a retomada de Angola. Pesou, na decisão do Conselho, não apenas os interesses diretos de Portugal nos lucros do comércio transatlântico de escravos que outrora controlou, mas também o entendimento de que a reconquista de Angola desorganizaria o comércio de escravos mantido pelos holandeses de Pernambuco, o que enfraqueceria a posição da Nova Holanda frente ao Brasil português⁵⁶. Em 1648, Salvador comandou a esquadra que partiu do Rio de Janeiro e reconquistou Angola⁵⁷, cortando uma importante fonte de fornecimento de escravos e desferindo, de uma só vez, dois duros golpes no Brasil Holandês: a perda de mão de obra imprescindível para a economia açucareira e o estancamento do comércio clandestino de escravos no Rio da Prata.

O período que vai do fim da União Ibérica até o Tratado de Lisboa de 1668, passando pelo Tratado de Haia (1661), que formalizou a devolução dos territórios da Nova Holanda a Portugal, é marcado por um recuo da presença luso-brasileira na Bacia do Prata. Ocupada com uma guerra de independência contra a Espanha e em conflito pela retomada do controle comercial do Atlântico Sul contra os holandeses, cuja perda acarretara graves perdas financeiras, a Coroa portuguesa evitou maiores confrontos com os hispano-americanos nas fronteiras meridionais entre os dois Impérios.

Mesmo as iniciativas de caráter privado, como as bandeiras e o contrabando, passaram por um sensível recuo na região durante esse período; este, pela já mencionada expulsão dos portugueses de Buenos Aires; aquelas, pela abertura de novas frentes de expansão nas áreas centrais do continente e pela formação de exércitos de guaranis

⁵⁴ Governador-Geral das Índias Orientais Neerlandesas no período 1632-1636, Brouwer comandou uma expedição à costa chilena a partir de Pernambuco, em 1643, tendo como objetivo o estabelecimento de um posto comercial em Valdivia, que havia sido abandonada pelos espanhóis em 1604 após sofrer ataques de tribos mapuches e huilliches. Consultar BOXER, Charles Ralph, 2004.

⁵⁵ BARLÉU, p.277-278.

⁵⁶ LOUREIRO, Marcello José Gomes. Reconnectando o Império: mercês e interesses mercantis na Força Naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola, *Revista Navigator*, V. 4, N. 7, 2008, p.40-41.

⁵⁷ BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola: 1602-1686*. Londres: The Atholone Press, 1955.

armados com armas de fogo, cuja autorização pelo rei da Espanha Filipe IV e pelo Papa se deu como resultado de gestões encaminhadas pelo padre Antonio Ruiz de Montoya⁵⁸, jesuíta que havia liderado o êxodo do Guairá ao final dos anos 1620. De certo modo, a militarização de jesuítas e guaranis, a qual explica o episódio de M'bororé, 'fixou' temporariamente os limites dos Impérios ibéricos aproximadamente na atual divisa centro-leste entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concorrendo para que a Banda Oriental continuasse à margem das ondas de ocupação que ocorriam no Guairá, em Itatim⁵⁹, no oeste de São Vicente e na Bacia do Amazonas, onde os portugueses ergueram o Forte de São José da Barra do Rio Negro, embrião da futura vila de Manaós, em 1669.

1.4. A afirmação do Estado português e a expansão das fronteiras meridionais na América: Rio Grande de São Pedro como corredor natural entre o extremo sul luso-brasileiro e Colônia do Sacramento

Com a expulsão dos holandeses, a reincorporação dos territórios tomados pela Holanda, a reorganização do comércio transatlântico de escravos e a consolidação de sua independência, Portugal estava em melhores condições de embarcar em uma política expansionista no Rio da Prata para retomar o controle do contrabando de prata de que o país e suas colônias tanto necessitavam. Em vista dos prejuízos causados pela referida perda, que por sua vez geraram fortes pressões dos comerciantes, a Coroa portuguesa decidiu avançar rumo ao Prata e povoar as áreas ao sul de Paranaguá, onde algum ouro havia sido encontrado⁶⁰.

É o início de um lento processo de fortalecimento do Estado português, marcado, entre outros aspectos, pela substituição do poder privado pelo poder estatal como principal motor da expansão territorial luso-brasileira⁶¹. Se o processo de expansão e ocupação ocorrido até então era capitaneado principalmente pelo particular, com a notória predominância das bandeiras, a gradual afirmação do Estado Nacional português

⁵⁸ GOES FILHO, 2013, p.91.

⁵⁹ Aproximadamente a porção sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

⁶⁰ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, p.49.

⁶¹ IGLESIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.60.

levaria a um predomínio do poder público como principal formulador e executor de um projeto expansionista⁶².

Com a descoberta de ouro no atual litoral paranaense, a necessidade de recuperar o comércio da prata peruana e a afirmação do Estado português, estavam dadas, pois, as condições e razões para que a Coroa se lançasse em uma onda povoadora naqueles territórios formalmente pertencentes à Espanha. Fundaram-se, à revelia de Madri, São Francisco do Sul (1660), Nossa Senhora do Desterro (1662), Curitiba (1668) e Laguna (1676), esta, servindo como último porto antes do rio da Prata para os navios vindos dos demais portos brasileiros ou de Lisboa. Posto de outra forma, esse avanço para além dos limites meridionais representou uma ousada iniciativa da Coroa portuguesa de povoar a extensa área ao sul de Paranaguá antes que os espanhóis de Assunção ou de Buenos Aires o fizessem, constituindo

O desdobramento, em nível oficial, dos esforços que os luso-brasileiros, por meio das bandeiras, empreenderam, desde pelo menos 1636 e intensificaram, sobretudo a partir da rebelião contra a Espanha, para efetivarem sua presença na Bacia do Prata e prosseguirem o avanço sobre o resto da região⁶³.

Após a fundação de Laguna, a geografia impôs-se como barreira quase intransponível para o projeto expansionista luso-brasileiro. O retilíneo litoral do que viria a ser o Rio Grande do Sul já havia afastado exploradores e colonizadores ainda no século XVI, incluindo o próprio Martim Afonso de Souza, fundador de São Vicente, que navegou ao longo da costa em sua viagem ao Prata em 1531. Assim, fundada Laguna, *‘las dificultades físicas del tramo siguiente del litoral explican el salto dado en 1680 con la fundación de Colonia frente a Buenos Aires, en tierra indudablemente española’*⁶⁴. Por instrução e ordem da Coroa, o governador do Rio de Janeiro Manuel Lobo fundou Colônia do Sacramento, um enclave luso-brasileiro na margem setentrional do rio da Prata, a apenas dez léguas de Buenos Aires, tendo como objetivo não apenas a ocupação de uma das margens do rio da Prata para o controle do fluxo ilegal de prata, mas também possível

⁶² Caio Prado Júnior divide a História Colonial em dois períodos: o primeiro vai do ‘descobrimento’ até a expulsão dos holandeses, enquanto o segundo se estende até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Do ponto de vista político, a diferença fundamental entre os dois períodos esteve na extensão dos poderes e as formas de atuação do Estado, cuja ação nos dois primeiros séculos é mais tímida, embora longe de ser irrelevante, adquirindo protagonismo gradualmente após a reconquista do que viria a ser a região Nordeste. Ver *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

⁶³ BANDEIRA, p.63

⁶⁴ ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 16.

posterior invasão e conquista daquele porto⁶⁵ que já havia sido alvo dos planos de Salvador Correia de Sá e Benevides e de Maurício de Nassau.

Apesar do recuo da presença portuguesa no Prata desde a expulsão de portugueses de Buenos Aires, a fundação de Colônia quarenta anos mais tarde reacendeu e potencializou as inquietações espanholas frente às ambições de seu arquirrival na região. Uma parcela significativa de lusitanos e de seus descendentes permanecera em Buenos Aires⁶⁶ e os interesses comerciais da cidade continuavam, a despeito do fim da União Ibérica, que pouco alterou a realidade concreta e o quadro de necessidades econômicas e comerciais bonaerenses, intimamente ligados a Portugal e à América portuguesa. O monopólio aduaneiro do porto de Lima continuava em vigor em todo o Vice-Reino do Peru, o que concorria para manter Buenos Aires dependente do comércio com os portos do Império português no Atlântico. Cientes da ameaça que Colônia, praça-forte lusa no Prata, representava, o governador do Rio da Prata José de Garro organizou uma expedição que terminou com a ocupação do enclave apenas poucos meses após sua fundação⁶⁷.

A ocupação de Colônia por forças de Buenos Aires marcou o início do que Fernando Cacciatore de Garcia chamou de ‘Guerra dos cem anos’ pela margem setentrional do Prata, período este que vai de 1680 a 1777 e durante o qual o controle do enclave alternou-se entre Portugal e Espanha diversas vezes. Não é, e nem poderia ser, objetivo desta pesquisa discutir a ‘Questão de Colônia’ e os acontecimentos políticos, diplomáticos e militares que se desenvolveram em torno dela, inclusive com desdobramentos no xadrez dinástico-diplomático europeu, a não ser na medida em que sejam imprescindíveis para os objetivos deste capítulo⁶⁸.

Nesse sentido, por ora, é suficiente anotar que a fundação de Colônia não se deu de forma isolada, mas representou o primeiro de três estágios da estratégia de ocupação da margem setentrional do rio da Prata pela Coroa portuguesa, inaugurando a ocupação efetiva do sul da Banda Oriental ou do que viria a ser o Uruguai. Pretendiam os portugueses fundar outros dois povoados no que é hoje a costa sul uruguaia, um na

⁶⁵ BANDEIRA, 2012, p.63.

⁶⁶ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Editora Thesaurus, 1998, p.166

⁶⁷ ARTEAGA, p.17.

⁶⁸ Para uma leitura detalhada sobre a disputa luso-espanhola por Colônia, ver PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre, 2002.

Baía de Montevidéu e outro onde está localizada a atual cidade de Maldonado, de modo a estabelecer linhas de comunicação entre Laguna e Colônia⁶⁹.

Em 1723, por ordem régia, uma expedição de Colônia liderada por Manuel de Freitas Fonseca chegou a construir o Forte de Montevidéu como primeiro passo para a fundação de um povoado no local⁷⁰, sendo, no entanto, descoberta em pouco tempo pelo governo de Buenos Aires. O governador bonaerense Bruno de Zabala respondeu enviando um protesto ao governador de Colônia e organizando sua própria expedição para expulsar os portugueses de Montevidéu, que, sem reforços, abandonaram o lugar já em janeiro de 1724. A constante pressão militar hispano-platense desde Buenos Aires acabou colocando os colonenses na defensiva permanentemente, não só tornando inviável uma futura invasão a Buenos Aires, mas também ameaçando a própria posse portuguesa da vila.

Outro ponto a se destacar é a importância de Colônia para a formação política e territorial do Rio Grande do Sul português, uma vez que os diferentes esforços empreendidos por particulares e pela Coroa lusitana de ocupar e defender essa área ao sul de Laguna estiveram ligados, em maior ou menor grau, aos imperativos de manter as comunicações e defender esse posto avançado português no Prata. Ou seja, *‘a conquista e povoamento do Rio Grande do Sul são capítulos complementares desse recuado acontecimento’*⁷¹. Após a fracassada tentativa de povoar Montevidéu – que terminou incentivando os espanhóis a ocupar a área em definitivo –, o Conselho Ultramarino recomendou ao rei a povoação de todo o território localizado entre Santa Catarina e a Lagoa dos Patos⁷². Diante do isolamento geográfico, do permanente assédio espanhol desde Buenos Aires e da inviabilidade do plano de ocupação e povoamento da costa sul da Banda Oriental ao longo do rio da Prata, fazia-se necessário povoar o vasto ‘corredor’ entre Laguna e Colônia do Sacramento⁷³.

Como as próprias datas de fundação dos primeiros povoados portugueses na área do atual Rio Grande do Sul sugerem, a ocupação efetiva do território teve início apenas a partir de 1725, quando D. João IV solicitou às autoridades de Laguna que estabelecessem um posto militar na barra do Rio Grande⁷⁴, ao passo que a primeira onda

⁶⁹ PRADO, *Ibid.*, p.41-43.

⁷⁰ POSSAMAI, Paulo. ‘Montevideo fortificado es outro Gibraltar’: as tentativas dos portugueses em ocupar Montevidéu no século XVIII, *Estudios Historicos*, Nº3, dezembro, 2009, p.9.

⁷¹ VELINHO, Moysés. VELINHO, Moysés. *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p.22.

⁷² *Ibid.*

⁷³ ABREU, p.187.

⁷⁴ GARCIA, 2012, p.109.

de povoamento se iniciou a partir da mesma vila, em 1727. Em comparação, Laguna e Colônia foram fundadas ainda no último quartel do século XVII, ou seja, mais de quarenta anos antes da criação da primeira vila rio-grandense, Rio Grande, em 1737; esse fato pode ser explicado justamente pela condição de ‘corredor de passagem’ que esse território adquirira para os lusitanos na medida em que era por ele que o extremo sul do Império português, até então nas imediações meridionais de Laguna, se conectava ao posto avançado de Colônia, isolado geograficamente em terras espanholas e defronte a Buenos Aires.

Além disso, *‘tratava-se de criar uma retaguarda militar para a defesa de Colônia do Sacramento e, ao mesmo tempo, consolidar a posse da região meridional na eventualidade da perda daquele posto avançado para o inimigo espanhol’*⁷⁵, o que concorre para demonstrar a dimensão da importância que o enclave luso às margens do Prata teve para a formação do Rio Grande do Sul português. Esse movimento de povoamento das terras ao sul de Laguna, no entanto, não foi conduzido exclusivamente pelo Estado, mas constituiu uma política oficial que era complementada por ações de particulares.

Se bem é verdade que a expansão luso-brasileira em direção ao Prata a partir dos anos 1670 representou principalmente uma iniciativa da Coroa, como se assinalou, essa frente expansionista se desenvolveu paralelamente a outra menor conduzida sobretudo por paulistas, que retomaram a marcha ao sul não mais em busca de escravos, mas de gado bovino e cavalos⁷⁶. A organização da economia da mineração no centro da América portuguesa criava, assim, um fator adicional de incentivo à ocupação das terras localizadas ao sul de Laguna, levando à formação de uma frente essencialmente privada que complementava e se articulava com as ações da Coroa que terminaram por ‘lusitanizar’ o território que se viria a formar o Rio Grande do Sul.

⁷⁵ COSTA, Wilma Peres, 1996, apud FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p.71.

⁷⁶ PRADO, 2002, p.44.

1.5. A criação da Capitania de Rio Grande de São Pedro e a configuração territorial do Rio Grande português entre a guerra e a diplomacia: os Sete Povos das Missões, as invasões hispano-americanas e os tratados de limites

Apenas dois anos após a fundação de Colônia do Sacramento no extremo sul da Banda Oriental, padres da Companhia de Jesus e guaranis estabelecidos no Paraguai e na mesopotâmia ‘argentina’ cruzaram para a margem leste do Rio Uruguai e retomaram o projeto missioneiro que havia sido interrompido naquela área havia mais de quarenta anos. Começava o segundo ciclo missioneiro (1682-1767), mais longo e próspero do que o primeiro, e que desempenharia papel central nos acontecimentos que desembocaram na configuração definitiva do atual Rio Grande do Sul enquanto unidade político-territorial integrada à América portuguesa. Partindo da redução de San Tomé, localizada no atual território de Corrientes, jesuítas liderados pelo padre Francisco Garcia fundaram a missão de San Francisco de Borja em 1682⁷⁷, o que faz da atual cidade de São Borja a mais antiga do estado, apesar da visão predominante na historiografia brasileira de atribuir essa condição à cidade de Rio Grande, erguida quase meio século mais tarde.

Com o fim das bandeiras de preação, que, ao fim do século XVII haviam sido amplamente substituídas pelas bandeiras de prospecção e se concentravam nas áreas centrais da colônia, os jesuítas puderam retomar seu projeto missioneiro na margem oriental do rio Uruguai. Além de São Francisco de Borja, outras seis missões seriam construídas até 1706, formando, juntas, o que ficou conhecido como os Sete Povos das Missões Orientais, ou Missões Orientais do Rio Uruguai. Essas missões, ou povoados, floresceram rapidamente do ponto de vista econômico, urbanístico e populacional, aproveitando-se da grande quantidade de gado selvagem existente na região, como assinala Fernando Cacciatore de Garcia:

Além de lá erigir centros urbanos padronizados – com belas e imponentes igrejas, casas de pedra para os índios, oficinas artesanais, colégios, rica vida cultural, etc. –, incomparavelmente superiores aos acanhados centros populacionais que a Espanha erguera no Prata, os Sete Povos estabeleceram extensíssimas estâncias de gado, geralmente bravio, que chegavam até o Rio Negro, no atual Uruguai⁷⁸.

⁷⁷ RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p.22.

⁷⁸ GARCIA, 2012, p.89.

O rápido desenvolvimento dos Sete Povos atraiu a atenção das autoridades luso-brasileiras, inclusive as de Colônia do Sacramento, com quem as missões passaram a competir comercial e economicamente em relativamente pouco tempo. Mais que uma concorrência econômica, no entanto, as Missões Orientais representavam um projeto político⁷⁹ que incluía o efetivo povoamento de uma região ainda formalmente pertencente à Espanha, o que poderia significar a consolidação da posse *de facto* de uma extensa área que compreendia a maior parte da porção ocidental do atual território gaúcho. No início do século XVIII, os portugueses ainda não haviam ocupado efetivamente aquela área no norte da Banda Oriental, havendo apenas precárias linhas terrestres de comunicação ao longo da costa entre Laguna e Colônia, a assim chamada Estrada de Laguna ou Caminho da Praia.

É precisamente nesse sentido que o desenvolvimento dos Sete Povos irá influenciar, juntamente com Colônia, a ocupação definitiva e o povoamento do que seria o Rio Grande do Sul por portugueses, lagunenses, colonenses, paulistas e pessoas oriundas de outras partes do Império português, inclusive dos Açores. Se Sacramento foi reflexo do desejo português de ocupar a costa sul da Banda Oriental, a fundação dos Sete Povos representou uma tentativa espanhola – embora levada a cabo pela Companhia de Jesus, não pela Coroa ou por autoridades seculares – de ocupar o norte dessa região geográfica, do antigo Tape até os Campos de Viamão. As Missões Orientais eram, assim, a resposta hispano-americana para a iniciativa luso-brasileira no Prata; e como tal implicaria duras reações por parte de seus rivais.

Perdida para a Espanha em 1705, Colônia seria devolvida a Portugal dez anos mais tarde pelo Tratado de Utrecht (1715), iniciando um ciclo de prosperidade impulsionado pelo constante fluxo de prata, exploração de gado, produção de gêneros agrícolas e fornecimento de produtos ‘brasileiros’ a todo o Rio da Prata, inclusive a Buenos Aires, além do ouro contrabandeado da região das Minas Gerais. Esse período de prosperidade seria interrompido em 1735, quando teve início o sítio de Colônia do Sacramento por tropas hispano-americanas. Ao longo de quase dois anos, o enclave esteve sitiado e sofreu constantes ataques que destruíram grande parte da capacidade de produção agrícola das terras no seu entorno⁸⁰. Ironicamente, a ameaça de destruição de Sacramento constituiu fator decisivo e imediato para o ‘nascimento’ do Rio Grande do

⁷⁹ VELINHO, Moysés. VELINHO, Moysés. *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p.77-80.

⁸⁰ PRADO, 2002, p.120-121.

Sul português: diante das extremas dificuldades enfrentadas pelos colonenses, a Coroa ordenou ao governo do Rio de Janeiro que enviasse uma expedição para socorrê-los, devendo, ainda, ocupar as ilhas de São Gabriel, o Cerro de Montevideú, onde a tentativa de fundar uma vila havia fracassado em 1723, e fundar uma colônia na barra do Rio Grande⁸¹, na entrada da atual Lagoa dos Patos.

Assim, o governador do Rio de Janeiro, o brigadeiro José da Silva Pais, comandou a expedição que ergueu o Forte Jesus, Maria, José, embrião da atual cidade de Rio Grande, primeiro núcleo populacional português fundado em terras hoje consideradas gaúchas, em 1737. No ano seguinte, criava-se a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, primeiro desenho jurídico do território, subordinado à também recém-criada Capitania de Santa Catarina. Com isso, cuidava-se de povoar deliberadamente o território com populações leais a Portugal, de modo a integrá-lo à América portuguesa, como observa Pedro Calmon:

O povoamento das coxilhas rio-grandenses obedeceu às mesmas injunções da conquista de Santa Catarina. Porém, ali, como no Nordeste, o homem apenas começou a obra, dominando [...] a lagoa dos Patos, cujo sangradouro, o 'Rio Grande de São Pedro', dos jesuítas, dera nome à terra. [...] A Câmara de Laguna pedira ao rei a remessa de casais de açorianos para a colonização da nova terra: vieram cento e sessenta, núcleo efetivo do povoamento do Rio Grande. Em 1731, Cristóvão Pereira de Abreu iniciou um comércio ativíssimo, levando em três meses do Rio Grande a Curitiba 800 cabeças de gado⁸².

Desse modo, o território que viria a constituir o Rio Grande do Sul se inseria formalmente, ainda que de forma tênue, no mundo luso-brasileiro, integrando-se, em poucos anos, à economia do Estado do Brasil por meio do fornecimento de gado, mulas e cavalos a outras regiões, sobretudo à das Minas Gerais, cujo ciclo do ouro atingia seu apogeu em meados do século XVIII⁸³.

Além de servir como cabeça de ponte para expedições que partiam do Estado do Brasil para Colônia, estando em posição quase equidistante entre esta e Laguna, a fundação da vila e do porto de Rio Grande representou o início da ocupação e do povoamento efetivo daquele território localizado entre os Sete Povos, o rio Pelotas e o Atlântico – ao sul, a efetivação da posse da área era mais problemática devido à forte resistência espanhola. Dessa forma, a presença luso-brasileira espalhou-se pelo território sul-rio-grandense com o estabelecimento de vários núcleos populacionais: Bujuru/São

⁸¹ PRADO, *Ibid.* p.54.

⁸² CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002, p.87.

⁸³ ABREU, p.153.

José do Norte (1738), Santo Antônio da Patrulha (1743), Viamão (1747), Porto dos Casais (1747), Rio Pardo (1752) e Triunfo (1754), o que concorreu para a ‘lusitanização’ de fato do território. Sobre essa política deliberada de expansão ao sul, observa Demétrio Magnoli:

Na região meridional, a Coroa portuguesa desencadeou, na década de 1740, um amplo programa de reconhecimento de fronteiras e espionagem direcionado para os aldeamentos missionários do Paraguai, Uruguai e Rio Grande do Sul. As primeiras conversações visando ao futuro tratado, que datam de 1746, assinalam a multiplicação das expedições para as zonas limítrofes de soberania incerta⁸⁴.

Firmado entre as Coroas ibéricas em 1750, o moderno Tratado de Madri⁸⁵ revogou o medieval Tordesilhas, tendo a Espanha reconhecido o Rio Grande como território português pela aplicação dos princípios das fronteiras naturais e do *uti possidetis*, segundo o qual a ocupação de fato de um território confere direitos sobre ele ao ocupante. Tendo Colônia do Sacramento como um dos pontos centrais das negociações que levaram à assinatura do diploma, Portugal comprometeu-se a entregá-la à Espanha em troca dos Sete Povos e do reconhecimento formal da soberania portuguesa sobre as imensas áreas da América espanhola ocupadas desde as bandeiras, como o Guairá, o Itatim e a Bacia do Amazonas.

Todavia, se por um lado a obrigação de entregar Colônia à Espanha não causou maiores problemas, embora contrabandistas e comerciantes tenham pressionado em sentido contrário, a resistência da Companhia de Jesus impôs obstáculos para a anexação dos Sete Povos ao Rio Grande português. Recusando-se a abandonar as Missões Orientais, os jesuítas, seus exércitos guaranis e mesmo parte das autoridades espanholas seculares não acataram as ordens da Coroa espanhola para que abandonassem o território. Diante das insistentes recusas dos jesuítas, forças luso-espanholas invadiram os Sete Povos em fevereiro de 1754 para dar cumprimento aos dispositivos do Tratado de Madri. Começava o conflito que ficou conhecido como Guerra Guaranítica. O governador do Rio da Prata, José de Andonaegui, e o comandante português, Antônio Gomes Freire, comandaram suas respectivas tropas e devastaram as

⁸⁴ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p.73.

⁸⁵ Consultar CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, 2 volumes, São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2006.

missões, matando cerca de 1500 guaranis no processo⁸⁶. Terminado o conflito dois anos mais tarde, no entanto, a permuta não se consumou devido à mudança de atitude da Espanha, que, por meio do novo governador do Rio da Prata, inocentou os padres da Companhia de Jesus e incentivou abertamente seu retorno aos Sete Povos⁸⁷.

O Tratado de El Pardo, assinado em 1761, foi a expressão diplomática – embora não exclusivamente – do fracasso da permuta entre Sacramento e as Missões Orientais, e como tal anulou por completo o Tratado de Madri. Mantida Colônia sob controle português, voltava ela a ser objeto de desconfiança e de cobiça de Buenos Aires, cujo governador Pedro de Ceballos encarnava um forte sentimento expansionista em relação ao Extremo Sul da América portuguesa. A entrada de Portugal e Espanha na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) em 1762, em lados opostos, forneceu o *casus belli* necessário, e Ceballos comandou a expedição que ocupou Colônia e a vila de Rio Grande.

Porém, em face da paz de Fontainebleau na Europa, as tropas hispano-americanas se retiraram de Sacramento, recusando-se Ceballos, no entanto, a devolver a capital Rio Grande, fato que a essa altura preocupava mais a Coroa portuguesa do que a perda do enclave no Prata, uma vez que o ciclo do ouro e do diamante nas áreas centrais do Brasil havia acarretado uma perda relativa da importância do contrabando da prata do Alto Peru.

A importância que o Extremo Sul ganhara para a Coroa se refletiu na elevação da Comandância Militar à condição política de Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1760, com capital em Rio Grande e agora subordinada à Capitania Real do Rio de Janeiro, cuja capital passaria a ser o centro político oficial do Estado do Brasil em três anos. Em razão da ocupação de Rio Grande e de grandes áreas ao sul e ao leste de Rio Pardo pelas tropas de Ceballos, setores da população luso-brasileira dessas partes do território fugiram para Viamão⁸⁸, que passou a ser a nova sede da capitania até sua transferência, em 1772, para Porto Alegre, antiga Porto dos Casais.

Se Rio Grande e a porção sul da capitania – e os Sete Povos – estavam ocupadas pelos espanhóis, que chegaram a controlar cerca de dois terços do atual território gaúcho nesse período⁸⁹, as áreas sob controle luso-brasileiro eram rapidamente povoadas por iniciativas oficiais e particulares, com contingentes de açorianos, lagunenses e paulistas,

⁸⁶ PAYRÓ, p.76.

⁸⁷ GARCIA, 2012, p.146.

⁸⁸ LESSA, Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo: como surgiu o Rio Grande*. Porto Alegre: Editora AGE, 2002, p.66.

⁸⁹ MURADÁS, Jorge. 'A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil'. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2008, p.227.

entre outros, sendo assentados em áreas no litoral, na região central e na capital, enquanto fortificações eram erguidas mais ao sul. Tratava-se de expandir os limites do Império português, tanto quanto possível, em direção ao oeste e ao sul com o objetivo de avançar sobre os Sete Povos e de fixar a fronteira o mais próximo possível da margem setentrional do Prata.

Diante da franca expansão luso-brasileira por um território cuja posse era incerta, dada a anulação do Tratado de Madri e a ocupação efetiva de parte dele por portugueses e brasileiros, o governo do Rio da Prata organiza uma nova expedição ao Rio Grande de São Pedro. O fato de esta constituir legalmente uma capitania do Estado do Brasil, inclusive vinculada ao Rio de Janeiro e com amplas áreas já efetivamente ocupadas, pouco significava para as autoridades hispano-americanas: se o próprio Tratado de Madri já não vigia, não haveria que se falar em *uti possidetis* em primeiro lugar. Assim, o novo governador do Rio da Prata, Juan de Vértiz y Salcedo, comandou a invasão do território de São Pedro em 1773, tendo como objetivo a destruição das fortificações militares da Serra do Herval e Serra do Tape, a ocupação de Rio Pardo, uma espécie de cabeça de ponte para expedições luso-brasileiras para os Sete Povos, e a região do Viamão⁹⁰, onde estavam o porto homônimo e a nova capital, Porto Alegre.

A essa época, já era possível se falar em uma elite própria, ainda que incipiente, do Rio Grande de São Pedro com interesses locais definidos e íntima identificação com as terras duramente conquistadas e defendidas. Rafael Pinto Bandeira, comandante militar e primeiro sul-rio-grandense a governar a capitania, e o português Joaquim Gonçalves da Silva, capitão de guerrilhas e pai do futuro líder farroupilha Bento Gonçalves, são alguns nomes dessa fase de formação das elites locais que tiveram papel de destaque na resistência às invasões hispano-platenses e que mais tarde desafiariam o centralismo político do Império do Brasil. Dessa maneira, o período de ocupação hispano-americana e constantes ameaças impostas por Buenos Aires não tiveram outro resultado senão o de levar à '*aceleração do processo de militarização da sociedade rio-grandense*'⁹¹.

Ao contrário de 1763, as tropas luso-brasileiras resistiram aos ataques do invasor durante vários anos, passando para a ofensiva em 1775. A oportunidade de recuperar os territórios perdidos para a expedição de Ceballos estava dada; no entanto, diante da importância que Rio Grande de São Pedro havia adquirido para a Coroa, inclusive para a política externa do próprio Marquês de Pombal, e da correlação de forças

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ CRUXEN, p.75.

daquele momento, as tropas luso-brasileiras foram muito além da reconquista do território perdido:

[...] foi iniciado o ataque pelos luso-brasileiros, com o avanço sobre os Sete Povos. Rafael Pinto Bandeira arrasou o forte de São Martinho, parte da defesa das Missões Orientais, ao sul de São Miguel, e destruiu alguns arraiais dos índios aldeados. Em março de 1776, desmantelou o forte de Santa Tecla [atual Bagé], a meia distância no caminho entre Montevidéu e São Miguel das Missões. Com isso, empurrou o domínio português cento e sessenta quilômetros a oeste e duzentos e oitenta quilômetros ao sul de Rio Pardo⁹².

Em 1777, porém, era assinado o Tratado de Santo Ildefonso entre as Coroas ibéricas, que revalidou a maior parte do Tratado de Madri, à exceção do que dizia respeito às Missões Orientais, que deveriam ser devolvidas à Espanha, e da criação dos campos neutrais, área entre os limites portugueses e espanhóis que deveriam permanecer desocupadas⁹³. O tratado resultou lesivo a Portugal e a São Pedro do Rio Grande do Sul, que perdeu a maior parte do território conquistado durante o conflito com Buenos Aires. Apenas em 1801, quando a Espanha invadiu Portugal no âmbito da breve Guerra das Laranjas, tropas particulares sul-rio-grandenses atacaram e anexaram os Sete Povos das Missões em caráter definitivo sem que houvesse um conflito formal entre os governos coloniais sediados no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, avançando ainda sobre os campos neutrais diante da passividade espanhola naquele período. Firmado em seguida, o Tratado de Badajoz (1801), que selou a paz entre as nações ibéricas naquela área, em nada alterou as demarcações territoriais da região.

Com isso, a configuração territorial do Rio Grande de São Pedro se aproximava à do atual Rio Grande do Sul, à exceção da parte meridional, cujos contornos definitivos só seriam fixados em 1851, como já se observou, e ‘[...] *o Rio Grande do Sul tinha definido o seu perfil básico: uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno brasileiro e uma sociedade militarizada que se forjava nas lutas contínuas com os castelhanos*⁹⁴.

Em 19 de setembro de 1807, era criada a Capitania-Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul. A posse luso-brasileira do norte e do centro da antiga Banda Oriental estava consolidada de fato e de direito, à exceção da problemática região das Missões

⁹² GARCIA, 2012, p.157.

⁹³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo Apoio à Cultura, 2013, p.80.

⁹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. Editora Brasiliense, 1990, p.9.

Orientais, que continuaria sendo um ponto de atrito mesmo após o fim dos Impérios ibéricos na América do Sul; a dinâmica da ocupação daquele território, sua proximidade geográfica ao Prata e a realidade local marcada pela existência de ‘fronteiras em movimento’, contudo, haviam concorrido para a formação de um espaço fronteiro que muitas vezes mais aproximava do que afastava as populações dos dois lados da fronteira – fronteira não oficialmente delimitada e reconhecida, frise-se sempre –, fatores que teriam profundos impactos nos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul durante o processo de construção do Estado Nacional brasileiro ao qual a Revolução Farroupilha e a longa guerra que se seguiu representaram ameaças existenciais.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO POLÍTICO NA BANDA ORIENTAL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX E O ADVENTO DA REGÊNCIA

2.1. A rivalidade Buenos Aires-Montevideu e a Revolução de Maio

A Banda Oriental dos primeiros anos do século XIX era consideravelmente diferente daquela de períodos anteriores, quando não havia povoações permanentes e a região era vista como secundária pelas autoridades reais e coloniais espanholas, conforme se observou no capítulo anterior. A introdução do gado pelo governador do Paraguai e Rio da Prata, Hernando Arias de Saavedra [Hernandarias], ainda no início dos seiscentos, combinada com condições naturais favoráveis das pradarias orientais, dera origem a imensos rebanhos de gado *cimarrón* – selvagem – que constituiriam a base econômica daquela região⁹⁵, assim como o gado abandonado pelos jesuítas do Tape esteve na origem da principal atividade econômica de São Pedro do Rio Grande do Sul. Explorados predatoriamente nas chamadas *vaquerías*, espaços naturais onde o gado se procriava livremente, os rebanhos passaram a ser criados em estâncias em um processo similar ao que ocorreu na campanha rio-grandense a partir de meados do século XVIII.

A expansão luso-brasileira pelo norte e centro da Banda Oriental, com a gradual formação do Rio Grande do Sul português em detrimento do espanhol, teve impacto direto na mudança da política da Coroa espanhola para o Rio da Prata⁹⁶. Até então relegadas a um segundo plano no âmbito do Vice-Reino do Peru, as colônias espanholas na Bacia do Prata adquiriam maior importância na medida em que os portugueses avançavam sobre a região e, mais preocupante ainda para os espanhóis, consolidavam sua posse de fato e de direito sobre mais da metade da Banda Oriental que outrora pertencera integralmente a Madri. Já não era possível reverter as perdas na região, fato que a feroz resistência dos habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro havia evidenciado durante as recentes invasões promovidas desde Buenos Aires, o que exigia reformas que ao menos freassem a dilatação das fronteiras meridionais da América portuguesa.

⁹⁵ SAÉNZ, María Quesada. *Los estancieros: Desde la época colonial hasta nuestros días*. Buenos Aires: Penguin Random House, 2012.

⁹⁶ DONGHI, Tulio Halperín. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005, p.79.

A resposta da Coroa espanhola⁹⁷ veio na forma do Vice-Reino do Rio da Prata, criado em 1776, com capital em Buenos Aires e jurisdição sobre vastos territórios que compreendiam, grosso modo, em termos atuais, todo o Centro-Norte argentino, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e partes de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conforme se observou no capítulo anterior, a região do Rio da Prata estava juridicamente vinculada ao Vice-Reino do Peru desde o século XVI. Com o declínio do poder espanhol e a ascensão de novas potências, como a Grã-Bretanha e os Países Baixos, que tinham burguesias sólidas e empreendiam esforços modernizadores nos campos político, econômico e militar, a Coroa espanhola implementou reformas ao longo do século XVIII para reverter o atraso da Espanha em relação a essas potências que haviam superado o Antigo Regime precocemente. O resultado foi o início da adoção de uma série de medidas reformistas, as assim chamadas *reformas borbónicas*, entre cujas medidas esteve a criação do Vice-Reino do Rio da Prata⁹⁸. Ou seja, do ponto de vista administrativo, as reformas incluíam a reorganização das colônias americanas para melhor administrá-las, ao que, no Prata, acrescentava-se a necessidade de defender o território contra o expansionismo luso-brasileiro⁹⁹.

Em seguida, a promulgação do *Reglamento de libre comercio* pelo rei Carlos III encerrou o monopólio comercial do porto de Lima¹⁰⁰, abrindo oficialmente 24 portos hispano-americanos ao comércio com a metrópole, entre os quais Buenos Aires e Montevideú, criando as condições objetivas para o que ficaria conhecido como *lucha de puertos*¹⁰¹ e que teria importantes repercussões nos acontecimentos políticos em torno do processo de independência da região.

Apesar do fim do monopólio comercial do porto de Lima, a condição de único porto do Prata – ainda que voltado para o contrabando – da qual Buenos Aires havia

⁹⁷ Destaque-se que, embora a referida expansão portuguesa rumo ao Prata fosse uma das razões para a criação do Vice-Reino do Rio da Prata, ela esteve longe de ser a única, sendo melhor explicada por um conjunto de fatores políticos, econômicos e geopolíticos que envolviam não só as disputas coloniais com Portugal na América do Sul, mas também os interesses e a ameaça representada por outros impérios europeus, como o britânico e o francês. ROCK, David. *Argentina, 1516-1987: From Spanish colonization to Alfonsín*. Berkeley: University of California Press, 1987, p.59-65.

⁹⁸ LORENZO, Celso Ramón. *Manual de historia constitucional argentina*. Rosario: Juris, 2000.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ ENTIN, Gabriel. El patriotismo americano em el siglo XVIII: ambigüedades de un discurso político hispánico. In: HÉBRAD, Véronique; VERDO, Geneviève. *Las independencias hispanoamericanas: un objeto de historia*, Madrid: Casa de Velázquez, 2013, p.26.

¹⁰¹ Refere-se à disputa entre as elites portenhas e montevidéanas em torno da rivalidade entre os portos de Buenos Aires e de Montevideú. MAIZTEGUI, Lincoln Casas. *Orientales: una historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*, Montevideo: Planeta, 2005, p.33.

gozado por mais de dois séculos levava à formação de uma elite mercantil com aspirações monopolísticas em relação às províncias do interior, sentimento este que se fortaleceu após a cidade se tornar a capital de um vice-reino. Se a concorrência imposta por Montevideú por si só já alarmava parcelas expressivas da burguesia mercantil bonaerense, o fato de seu porto ser melhor que o de Buenos Aires, por ser inteiramente marítimo e natural, potencializava as inquietações das elites portenhas. Soma-se a isso o tratamento favorável que as autoridades espanholas conferiram ao porto da Banda Oriental, dispondo, ainda em 1776, que *‘todos los buques que salen del Perú con dirección a España pasen antes por Montevideo’*¹⁰².

Já em 1786, diante do início da produção de charque em grande escala, que os orientais haviam aprendido com os rio-grandenses¹⁰³, o governo do Vice-Reino do Rio da Prata agiu no sentido de dificultar o desenvolvimento do potencial comercial de Montevideú, e

Fez malograr a promissora iniciativa ‘e deixou apodrecer no estabelecimento as carnes salgadas já preparadas’. A indústria do charque apenas ‘pôde crescer às escondidas, para que não deslumbrasse as autoridades superiores [de Buenos Aires], sempre ciumentas de qualquer brilho’.... Em 1797, o porto da Banda Oriental se beneficiou da abertura do comércio com as colônias estrangeiras, contra o que se opuseram, como de sóbito, as autoridades comerciais de Buenos Aires. Solicitaram estas ao rei da Espanha o monopólio desse intercâmbio. Consolidou-se, com isso, a rivalidade dos dois portos, pois enquanto o governador e a população de Montevideú empenhavam-se na causa do progresso local, uma corporação vizinha trabalhava para anulá-lo¹⁰⁴.

As preocupações das elites bonaerenses nesse aspecto não eram exageradas, já que a Banda Oriental possuía as condições necessárias para se tornar um formidável concorrente de sua indústria saladeiril, incluindo, além da melhor qualidade de seu porto principal e do favorecimento proporcionado pela Coroa, os grandes estoques de gado existentes em seus campos que, aliás, também abasteciam a produção em Buenos Aires. Com a liberalização do comércio, Montevideú integrava-se ao resto do Império espanhol principalmente como porto fornecedor de couros e charque/*tasajo*, acarretando um rápido desenvolvimento de sua indústria saladeiril ao ponto de tornar-se rival direto de Buenos Aires. O primeiro carregamento de *tasajo* foi enviado a Cuba em 1785 e, pouco mais de

¹⁰² MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales, Tomo I: De la Colonia a Rivera y Oribe*. Montevideú: Ediciones de la Banda Orienta, 1997, p.11.

¹⁰³ GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p.183.

¹⁰⁴ Ibid.

dez anos depois, começava a abastecer o mercado brasileiro¹⁰⁵, grande importador desse produto que era destinado majoritariamente para o consumo da população escrava. Beneficiado pela decisão do vice-rei de concentrar esse comércio no porto de Montevidéu, a produção na Banda Oriental cresceu sensivelmente em pouco tempo, tendo a exportação de charque passado de uma média anual de 8.152 quintais¹⁰⁶ no período 1792-96 para 24.100 quintais dois anos depois¹⁰⁷.

Essa rivalidade, que gradualmente alimentava o sentimento autonomista de Montevidéu, será um dos elementos constitutivos da identidade oriental enquanto nação distinta daquela que viria a ser a nação argentina, possibilitando a formulação de um projeto nacional autônomo e independente do projeto centrado em Buenos Aires durante o processo de independência das províncias do vice-reino. Assim, mais que uma rivalidade comercial, que por si só já era fonte de tensões, a rivalidade Buenos Aires-Montevidéu concorria para acirrar as contradições rio-platenses ao contrapor as ambições centralizadoras da capital aos interesses marcadamente autonomistas das elites montevidéuanas, que, ao contrário das demais elites rio-platenses, podiam competir comercialmente com Buenos Aires e neutralizar sua supremacia mercantil¹⁰⁸.

Apenas com a anexação da Banda Oriental pelo Brasil, num primeiro momento, e com a independência do Uruguai, em definitivo, é que a *lucha de puertos* será mitigada¹⁰⁹, com Buenos Aires superando os desafios que as atividades comerciais do porto de Montevidéu apresentavam e consolidando sua supremacia sobre o conjunto das províncias argentinas, dependentes que eram do porto bonaerense. No entanto, tal ‘solução’ para a rivalidade entre os dois principais portos do Prata não estava dada durante o processo de emancipação política rio-platense iniciado em maio de 1810, quando o antagonismo entre ambos ficou ainda mais evidente; primeiro, com Montevidéu se tornando a nova sede do Vice-Reino do Rio da Prata e foco de resistência das forças realistas espanholas em oposição aos revolucionários de Buenos Aires; e depois, quando toda a Banda Oriental se tornou base territorial de um projeto político alternativo preconizado por José Gervasio Artigas e que se chocava diretamente com os interesses portenhos, como se verá adiante.

¹⁰⁵ BERTINO, Magdalena. MILLOT, Julio. *Historia económica del Uruguay*, Tomo I. Montevidéu: Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p.77.

¹⁰⁶ 1 quintal = 45,94 kg, de acordo com a fonte utilizada.

¹⁰⁷ BERTINO, MILLOT. Op., cit., p.85.

¹⁰⁸ RELA, Walter. *Uruguay: Cronología histórica documentada*, Montevideo: Ross Pub Inc. 2000, p.261.

¹⁰⁹ Não seria, entretanto, encerrada, pois o governo e parte da burguesia comercial de Buenos Aires continuariam ambicionando o controle do porto de Montevidéu mesmo após a independência uruguaia.

Apesar de sua importância para os rumos que o processo de emancipação rio-platense tomou, a rivalidade Buenos Aires-Montevideú não teve papel determinante para o desencadeamento desse processo, cujos antecedentes imediatos tiveram origem na Europa. Ocorridas no contexto das Guerras Napoleônicas, as invasões inglesas do Prata de 1806-1807 tiveram profundo impacto nos eventos políticos da região ao tornarem patente a fragilidade dos laços coloniais que uniam a decadente Espanha a suas colônias platinas¹¹⁰. Mais que isso, as expedições militares comandadas por William Beresford e Home Popham impulsionaram o desenvolvimento de uma consciência própria da classe *criolla* rio-platense, sobretudo em Buenos Aires, que comandou a resistência e a posterior reconquista frente à inépcia das autoridades espanholas, simbolizada pela fuga do vice-rei Marquês Rafael de Sobremonte com todo o Tesouro da capital¹¹¹.

A avalanche causada pelo fenômeno que Eric Hobsbawm chamou de ‘*dual revolution*’¹¹² – a Industrial e a Francesa – colidia com o cambaleante sistema colonial ancorado no Antigo Regime e que vigia, ainda que precariamente, no Rio da Prata. Ao mesmo tempo, a resistência *criolla* organizada desde Buenos teve como consequência o fortalecimento dos vínculos da capital com as demais unidades políticas do vice-reino, à exceção da Banda Oriental, que, tendo Montevideú sido o centro aglutinador das forças que libertaram Buenos Aires da ocupação inglesa após a primeira invasão¹¹³, deu mais um passo na gradual formação de uma identidade própria distinta da do resto do vice-reino.

Mas se as invasões inglesas – repelidas em relativamente pouco tempo – sinalizaram a crise do sistema colonial, a captura do monarca espanhol, Fernando VII, pelos franceses e sua substituição por José Bonaparte agravaram seriamente esse quadro. Abria-se a questão da legitimidade dinástica, cujos debates, em linhas gerais, questionavam se uma nova dinastia monárquica instalada pela via da usurpação era legítima para reinar no lugar daquela que detinha a Coroa espanhola desde 1700. Em vista

¹¹⁰ BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da Independência a 1870*, Volume 3. São Paulo: EDUSP, 2001, pp.44-45.

¹¹¹ O fato de tal medida estar prevista em regramentos reais de pouco serviu para evitar a indignação *criolla* com o vice-rei e com a própria Coroa.

¹¹² HOBBSAWM, Eric. *The age of revolution, 1789-1848*. Londres: Abacus, 1962, p.11.

¹¹³ Montevideú não foi alvo da primeira invasão comandada por Beresford, o que possibilitou a organização de uma expedição reconquistadora a Buenos Aires. Santiago de Liniers, antigo governador das *Misiones Guaraníes*, comandou as tropas libertadoras que, partindo de Montevideú, atacaram Buenos Aires a partir de Colônia do Sacramento. Como consequência, Sobremonte foi destituído e Liniers foi nomeado vice-rei do Rio da Prata, cargo que ocupou de fevereiro de 1807 a julho de 1809. GALLO, Klaus. *Las invasiones inglesas*. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 2004.

da prisão do rei deposto, juntas governativas leais ao monarca se formaram na Espanha e nas colônias americanas para governar em seu nome. Essas juntas seriam representadas pela *Junta Central Suprema y Gubernativa del Reino* a partir de setembro de 1808, acumulando os poderes antes pertencentes à Coroa e governando em nome dela, pelo menos formalmente, enquanto Fernando VII permanecesse preso, o que representava uma solução temporária para a questão da legitimidade.

Perseguida pelas tropas de Napoleão Bonaparte, porém, a Junta Central viu-se obrigada a deslocar-se de Madri para a Estremadura, e depois para Sevilha, de onde finalmente transferiu-se para a Ilha de León, na Baía de Cádiz¹¹⁴, sendo finalmente dissolvida e substituída pelo fraco Conselho de Regência. O fracasso da Junta Central teria impacto direto na eclosão da Revolução de Maio enquanto antecedente imediato: diante de sua dissolução e da recusa de parte das elites espanholas locais e da maioria das elites *criollas* de Buenos Aires em aceitar a autoridade do Conselho de Regência, desaparecia a autoridade do órgão que governava em nome da Coroa e, por consequência, do vice-rei.

Segundo Jorge María Ramallo¹¹⁵, havia três grandes grupos entre os revolucionários bonaerenses no momento histórico em tela que acabaram convergindo, em última instância, para um objetivo comum em maio de 1810. O grupo encabeçado por Martín Álzaga, espanhol radicado em Buenos Aires e que fora alcaide da cidade, integrado por figuras como Mariano Moreno – este, com inclinações democráticas – e Larrea y Matheu, desejava conservar os territórios platinos sob domínio espanhol, mas sem vínculos com a monarquia, defendendo, portanto, a transição para a república sob controle espanhol; um segundo grupo, liderado pelo advogado *criollo* Juan José Castelli, que, influenciado pelo liberalismo francês, pretendia romper com os laços coloniais ao mesmo tempo que simpatizava com a monarquia constitucional, e defendia políticas moderadamente reformadoras, fazendo parte do bloco, ainda, Manuel Belgrano, Nicolás Rodríguez Peña e Hipólito Vieytes. É o mesmo grupo que formou o ‘partido carlotista’, que defendia a coroação de Carlota Joaquina como regente ou rainha do Prata; e um terceiro, relativamente mais conservador, que tinha como núcleo duro figuras que se destacaram durante a resistência *criolla* às invasões inglesas e que buscavam reformas limitadas, sem, contudo, romper com as estruturas do passado, sendo liderado por

¹¹⁴ Motivo pelo qual a junta é comumente chamada de Junta de Cádiz.

¹¹⁵ Apud FERNÁNDEZ, Jorge. RONDINA, Julio César. *Historia Argentina: 1810-1930*. Santa Fé: Ediciones UNL, 2006, p.28.

Cornélio de Saavedra e integrado por nomes como Juan Ramón Balcarce, Joaquín Campana e Juan José Viamonte¹¹⁶.

Esses principais setores das elites bonaerenses exigiram do vice-rei Baltasar Cisneros a convocação de um cabildo aberto e a formação de uma junta, rompendo com uma ordem política em que os *peninsulares*¹¹⁷ dominavam a administração colonial. Como a legitimidade da Junta Central se perdera, o cabildo aberto, que não reconheceu a autoridade do Conselho de Regência, deveria eleger uma junta governativa para governar em nome do rei preso, como também ocorria em outras cidades hispano-americanas, como Bogotá, Caracas, Santiago do Chile e Bajío, no México, enquanto Cidade do México, Lima e Montevideú declararam lealdade ao Conselho de Regência que havia sucedido à Junta Central¹¹⁸. Após a formação da efêmera junta sob a presidência de Cisneros, uma nova junta, que passou a ser conhecida como *la Primera Junta*¹¹⁹, foi formada sob a liderança de Cornélio de Saavedra, comandante das milícias *criollas* formadas durante as invasões inglesas, e o vice-rei é deposto sob a alegação de perda de legitimidade.

Embora, a essa época, os líderes da revolução não declarassem explicitamente objetivos que levassem à ruptura política com a Espanha – e a questão em torno das reais intenções dos próceres da Revolução de Maio é tema de relevo na historiografia argentina –, tendo a Primeira Junta jurado lealdade a Fernando VII, parte da historiografia liberal argentina, cuja corrente originou-se com Bartolomé Mitre, Domingos Sarmiento e Vicente López¹²⁰, considera que houve recurso ao subterfúgio que ficou conhecido como

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Espanhóis nascidos na Espanha, ao contrário dos *criollos*, que eram os espanhóis nascidos nas Américas.

¹¹⁸ Ver WILLIAMSON, Edwin. *The Penguin History of Latin America: New Edition*, London: Penguin Books, 2003.

¹¹⁹ Oficialmente, *la Junta Provisional Gubernativa de la capital del Río de la Plata*. Da formação da Primeira Junta até janeiro de 1814, o poder central das Províncias Unidas foi exercido por meio de instituições provisórias que deveriam funcionar até que as bases do novo Estado Nacional fossem organizadas, o que explica parcialmente a curta duração dessas instituições: Primeira Junta: 25 de maio a 18 de dezembro de 1810; Junta Grande: 18 de dezembro de 1810 a 22 de setembro de 1811; Primeiro Triunvirato: 23 de setembro de 1811 a 8 de outubro de 1812; Segundo Triunvirato: outubro de 1812 a janeiro de 1814. A Assembleia Constituinte das Províncias Unidas de 1813, realizada em Buenos Aires, embora não atingisse todos seus objetivos, criou o Diretório Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata para funcionar como órgão de governo central, o que ocorreu até 1820, quando as guerras civis platinas levaram à sua extinção.

¹²⁰ ESPUL, Cecilia González. 'Corrientes interpretativas de la Revolución de Mayo de 1810', *Agencia Rebanadas de Realidad*, 04 de dezembro, Buenos Aires, 2009; e DOESWIJK, Andreas L. 'Revisionismo y historiografía em el Bicentenario de la Revolución de Mayo'. *Anuario del Centro de Estudios Historicos* "Prof. Carlos S. A. Segreti, Córdoba, Nº 10, 2010, p.15-34

a *máscara de Fernando VII*. Segundo essa visão, o quadro na Espanha, onde a possibilidade de derrota de Napoleão Bonaparte parecia improvável naquele momento, sugeria que Fernando VII jamais teria sua autoridade restaurada, o que significava que jurar lealdade a ele ao mesmo tempo em que se desconhecia a autoridade do Conselho de Regência equivalia a uma declaração de autonomia na prática. Sobre essa manobra dos revolucionários bonaerenses, usada também pelas elites *criollas* da Nova Espanha e da Venezuela, observa François-Xavier Guerra:

Lo más destacado de todas estas reacciones es el lugar central que ocupa en este imaginario el rey. El monarca aparece como la clave de bóveda de la Monarquía, pero unido indisolublemente a la nación: la ofensa al rey es una ofensa a la nación [...] Consecuencia normal del carácter servil del vínculo de vasallaje, es que la relación entre el rey y sus vasallos necesariamente ha de ser bilateral y, por lo tanto, no puede ser rota por una sola de las partes [...]. Por esto – además de otros motivos – el carácter ilegítimo del régimen napoleónico es indiscutible para todos [...]. El carácter personal del vínculo de cada vasallo para con y el juramento prestado entonces contribuyen a explicar las dificultades considerables que los independentistas tuvieron después en América para franquear el paso de la Independencia total, es decir, del rechazo abierto del rey. La referencia obligada a éste, aun entre los más determinados partidarios de la Independencia – lo que se ha llamado <la máscara de Fernando VII> - encuentra aquí una de sus explicaciones esenciales¹²¹.

No entanto, o governador de Montevideú, o espanhol Francisco Javier de Elío, que reconheceu a autoridade do Conselho de Regência, recusou-se a se submeter à autoridade da Junta de Buenos Aires, transformando Montevideú em reduto da resistência espanhola contra as forças revolucionárias. Embora fosse um absolutista convicto e prezasse pelos interesses da Coroa espanhola, Elío também se aproveitou da condição sediciosa de Buenos Aires para avançar a causa autonomista de Montevideú¹²², antigo objetivo do governador. Diante da perda da capital do vice-reino e da expulsão de Cisneros pela Junta de Buenos Aires, Elío foi designado vice-rei pelo Conselho de Regência e exigiu do governo bonaerense o reconhecimento de sua autoridade, o que, diante da negativa, acarretou a transferência da capital do Vice-Reino do Rio da Prata para Montevideú, mesmo que com jurisdição apenas sobre a Banda Oriental. Rechaçado, Elío acusou Buenos Aires de cidade rebelde e declarou-lhe guerra em fevereiro de 1811.

Dessa forma, a rivalidade entre Buenos Aires e Montevideú, antes circunscrita a questões comerciais dentro de uma lógica colonial, adquire uma dinâmica própria e

¹²¹ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, Madrid: Ediciones Encuentro, 2009, pp.190, 195, 198.

¹²² PAYRÓ, Roberto. *Historia del Río de la Plata, Tomo I: La aventura colonial española en el Río de la Plata*. Madrid-Buenos Aires: Alianza, 2008, p.230-231.

ganha uma dimensão maior em que se chocavam não apenas os interesses comerciais de dois portos, mas também os interesses das elites *criollas* liberais bonaerenses com os dos realistas de Montevideú defensores do Antigo Regime, que desempenharia o papel de último reduto do absolutismo espanhol no Rio da Prata durante parte do processo de emancipação rio-platense. Rompiam-se os laços coloniais na região, onde as províncias platinas se lançavam em violentas campanhas contra o domínio espanhol, enquanto a principal cidade da Banda Oriental mantinha-se precariamente como último bastião¹²³ da resistência espanhola não contra portugueses, mas contra *criollos* descendentes de *peninsulares* e que haviam formado uma identidade própria e adquirido interesses autônomos em relação aos da metrópole.

É importante ressaltar que, durante esse período histórico, os arranjos políticos e o modelo de Estado que emergiriam do processo deflagrado pela Revolução de Maio não estavam claros, não havendo consenso nesse sentido e sequer sobre a manutenção ou ruptura dos laços coloniais com a Espanha. Em Montevideú, o vice-rei Elío trabalhava no sentido de defender a integridade das colônias espanholas enquanto domínios espanhóis; as elites de Buenos Aires, por sua vez, contemplavam diferentes alternativas e projetos nacionais, inclusive um monárquico, representado pelo ‘partido carlotista’¹²⁴, que defendia a coroação de D. Carlota Joaquina, filha de Carlos III, irmã de Fernando VII e esposa de D. João, como regente ou mesmo rainha do Rio da Prata, cujos partidários incluíam importantes nomes como Manuel Belgrano, Juan José Castelli e Nicolás Rodríguez Peña, como já anotado.

Era a alternativa monárquica-constitucional, que, embora pareça pouco provável aos olhos do presente, dada a associação historicista que normalmente se faz entre a emancipação platina e o republicanismo, foi seriamente considerada por parte das elites bonaerenses durante o período que vai da prisão de Fernando VII, em 1808, até a tomada de Montevideú pelos partidários da Revolução de Maio. Porém, com a perda do último reduto da resistência espanhola no Prata, as articulações carlotistas tornaram-se obsoletas¹²⁵. Sem base territorial para governar, não haveria que se falar em monarquia

¹²³ Ao contrário de Montevideú, os *pueblos* de Colônia, Maldonado, Soriano, Florida e Paysandú aderiram à Junta de Buenos Aires, embora os três primeiros fossem reconquistados pelas forças navais espanholas ancoradas em Montevideú em pouco tempo. PAYRÓ, p.268.

¹²⁴ Esse partido correspondia ao grupo liderado por Castelli que pretendia romper com o Antigo Regime e instalar a monarquia constitucional no Rio da Prata, constituindo, portanto, uma das três principais forças políticas da Revolução de Maio.

¹²⁵ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, p.52.

constitucional platina. Ademais, os carlotistas de Buenos Aires eram, em sua maioria, liberais moderados que buscavam conciliar a força e a legitimidade da monarquia com um conjunto de liberdades garantidas por uma Constituição, à qual caberia também limitar os poderes da Coroa e regular as relações entre esta e os Poderes constituídos, objetivos incompatíveis com Carlota Joaquina, cujas tendências absolutistas eram conhecidas em Buenos Aires¹²⁶.

No plano externo, o carlotismo sofreu veemente oposição da diplomacia britânica, que temia a anexação das províncias rio-platenses pelo Brasil como resultado de uma possível união entre os tronos português – sediado no Rio de Janeiro – e a ‘Coroa do Prata’ que Carlota Joaquina passaria a representar desde Buenos Aires ou Montevideú, o que levaria à criação de um imenso Império que dominaria toda a costa atlântica da América do Sul. Além disso, como Londres havia se aliado a Madri na guerra contra a França napoleônica, não convinha aos britânicos arriscar alienar seus novos aliados e, mais grave ainda, um conflito entre Espanha e Brasil/Portugal em decorrência das ambições de Carlota Joaquina sobre territórios que ainda pertenciam aos espanhóis formalmente¹²⁷.

Desse modo, a Revolução de Maio abriu um caminho que acabou culminando na ruptura dos laços coloniais das províncias do Rio da Prata com a metrópole, levando os principais setores revolucionários de Buenos Aires a convergir, a despeito de suas diferenças e após anos de disputas entre diferentes projetos políticos, para o objetivo comum da independência. Mas, se por um lado foi possível para os revolucionários chegar a um consenso quanto a esse objetivo, por outro, não havia um entendimento comum entre as elites rio-platenses sobre os arranjos institucionais e o modelo de Estado a ser perseguido para se organizar as bases do Estado Nacional que emergiria do processo de emancipação política das colônias espanholas daquela região.

2.2. O projeto artiguista, as intervenções luso-brasileiras, a Província Cisplatina e o surgimento do Uruguai independente

¹²⁶ BETHELL, Leslie. *História da América Latina, Volume 3: da independência a 1870*. Brasília: FUNAG, 2004, p.121.

¹²⁷ ROCK, David. *Argentina, 1516-1987: From Spanish colonization to Alfonsín*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1987, p.87.

Pouco depois do início das hostilidades entre as Províncias Unidas e os realistas de Montevidéu, os chefes militares a serviço do vice-rei, Venancio Benavídez e Pedro Vieira, rio-grandense de Viamão, aderiram à Revolução de Maio e a estenderam até a Banda Oriental, dando início à chamada *Revolución Oriental*, cujo principal líder seria o capitão das milícias *blandengues* de Colônia do Sacramento, José Gervasio Artigas. Apoiado pela Junta de Buenos Aires, Artigas liderou a principal sublevação contra o governo de Elío e obteve importantes vitórias contra os espanhóis na Banda Oriental, ocupando a maior parte do território em poucos meses e confinando a jurisdição *de facto* do Vice-Reino do Rio da Prata a Colônia do Sacramento e a Montevidéu, que foi sitiada em meados de 1811 pelas tropas do comandante portenho José Rondeau, às quais se somaram as forças artiguistas em condição de subordinação¹²⁸.

Acuado e diante da real possibilidade de invasão da cidade, o vice-rei Elío solicitou a ajuda do Príncipe-Regente Dom João, que, desde sua chegada ao Brasil, ambicionava estender as fronteiras da América portuguesa até o Prata. Auxiliar os espanhóis de Montevidéu contra as tropas revolucionárias, assim, aparecia como um oportuno pretexto para o regente realizar um antigo objetivo dos reis portugueses; ademais, temia D. João que o Extremo Sul do Império fosse contaminado pela onda revolucionária de Artigas, que chegou a incitar parte da população rio-grandense a aderir à revolução¹²⁹. Comandadas pelo governador de São Pedro do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Sousa, tropas portuguesas invadiram a Banda Oriental sob o pretexto de auxiliar os espanhóis, avançando sobre o território e ocupando Melo, Santa Teresa, Rocha e Maldonado, chegando às portas de Montevidéu em pouco tempo.

A desconfiança hispano-americana com as reais intenções de D. João VI, somada ao impasse da guerra e às sérias dificuldades enfrentadas pelas Províncias Unidas, que também combatiam os exércitos realistas do Vice-Reino do Peru, no entanto, levaram a um armistício entre a Junta Grande e o governo vice-real de Montevidéu ainda em 1811. Segundo o acordo, as tropas revolucionárias deveriam retornar a Buenos Aires e às demais províncias e entregar toda a Banda Oriental aos espanhóis, que, em troca, levantariam o bloqueio naval do rio da Prata que prejudicava o comércio das Províncias Unidas. Discordando do armistício e de seus termos, Artigas liderou um grande

¹²⁸ NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay Independiente*, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, p.15.

¹²⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.81.

movimento migratório que adquiriu contornos épicos como parte do mito fundador da nação uruguaia, o assim chamado Êxodo Oriental. Retirando-se da Banda Oriental, parte expressiva da população da região, cerca de oitenta por cento da população da campanha oriental¹³⁰, atravessou o rio Uruguai e fixou-se perto do arroio Ayuí Grande, então no território de Misiones.

Diferentemente da maioria dos líderes da Revolução de Maio, Artigas concebia um projeto político transformador, perseguindo não apenas a autonomia política, mas também amplas transformações políticas, econômicas e sociais que incluíam a abolição do regime escravista e até uma espécie de ‘reforma agrária’. Se a Junta de Buenos Aires representava, em sua maioria, forças liberais moderadas que buscavam um processo de transição politicamente moderado e sob a hegemonia portenha, Artigas encarnava um projeto que defendia simultaneamente a soberania particular e a igualdade entre as províncias e os povos¹³¹, algo considerado subversivo à época mesmo para alguns setores liberais. Não à toa, enquanto a Revolução de Maio foi influenciada primordialmente por ideias liberais, seu desdobramento artiguista, também com influências liberais, ainda teve fortes vinculações com as ideias democráticas de Jean-Jacques Rousseau¹³², mais associadas, pejorativamente, ao jacobinismo francês pelos seus críticos contemporâneos, embora o modelo político norte-americano também fosse uma importante influência na medida em que Artigas defendia o federalismo nos moldes daquele país.

É nesse contexto que surge o projeto de nação artiguista, republicano, federalista e democrático, confrontando-se diretamente com o modelo centralizador liberal de Buenos Aires, que, do ponto de vista estritamente político, em pouco alterava o *status quo* além da substituição das elites peninsulares pelas elites *criollas* portenhas, mantendo parcialmente as estruturas sociais e a hegemonia político-comercial de Buenos Aires, como anota Moniz Bandeira:

Artigas [...] apoiava a luta de libertação nacional na revolução agrária e se opunha à hegemonia de Buenos Aires e à sua pretensão de conservar o

¹³⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p.54.

¹³¹ Segundo José Carlos Chiaramonte, ‘[...] no breve lapso de uns poucos meses, tiveram início as duas posturas que constituirão uma parte substancial do pano de fundo das lutas políticas que se avizinham. Uma, que atribui a soberania a todas e cada uma das cidades americanas – os ‘pueblos’ –, de maneira que Buenos Aires não é mais que uma cidade soberana entre outras. Outra, que sem contradizer explicitamente essa doutrina, atribui a Buenos Aires uma preeminência derivada de sua posição na estrutura político-administrativa do vice-reino, de seus maiores recursos e de sua ‘ilustração’, e tenta organizar um novo Estado sob sua liderança’, apud FERREIRA, 2006, p. 29-30.

¹³² DOTTA, Mario. *El artiguismo y las vertientes universales*. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2008, p.48.

monopólio sobre o comércio do Prata. Aí residia a diferença básica entre o movimento que Artigas comandava e o de Buenos Aires, cujos líderes, defendendo interesses econômicos similares aos dos espanhóis, jamais o admitiram, ‘senão como o pior dos seus inimigos’, segundo as palavras de Calógeras, ‘a ponto de sacrificar a seu ódio por ele a própria independência uruguaia, sob a bandeira das Províncias Unidas’¹³³.

Essa diferença fundamental entre dois projetos políticos minaria a frágil unidade dos revolucionários rio-platenses já durante o início do processo de organização das bases do novo Estado Nacional. De seu acampamento na margem ocidental do rio Uruguai, Artigas articulou com os caudilhos da região e organizou o projeto de Estado que os representantes orientais defenderiam na Assembleia Constituinte das Províncias Unidas que seria realizada na cidade de Buenos Aires, em 1813, estabelecendo formalmente a Província Oriental no território da Banda Oriental, ainda que Montevideu permanecesse sob domínio espanhol. Essas instruções apresentadas aos deputados orientais traziam os pilares do modelo de Estado defendido por Artigas, com diversos pontos sendo frontalmente incompatíveis com o projeto concebido pelas elites portenhas, como os seguintes:

No admitirán otro sistema, que el de Confederación para el pacto recíproco com las Provincias que formen nuestro Estado (Art. 2º); Como el objeto y fin del Gobierno debe ser conservar la libertad, igualdad y seguridad de los Ciudadanos, y los Pueblos, cada Provincia formará su Gobierno bajo esas bases, a más del Gobierno Supremo de la Nación (Art. 4º); El Gobierno Supremo entenderá solamente en los negocios generales del Estado. El resto es peculiar al Gobierno de cada Provincia (Art. 7º); El despotismo militar será precisamente aniquilado con trabas constituciones que aseguren inviolable la soberanía de los Pueblos (Art. 8º); Que esta Provincia retiene su soberanía, libertad e independencia, todo poder, jurisdicción y derecho que no es delegado expresamente por la Confederación a las Provincias Unidas, juntas e congreso (Art. 10); El sitio de Gobierno no será en Buenos Aires (Art. 11)¹³⁴.

A disputa entre o projeto artiguista e o preconizado pela burguesia portenha acabou contribuindo para o fracasso da Constituinte, ao que se seguiu um conflito armado entre as forças unitárias comandada pelo Diretório de Buenos Aires e as federalistas sob a liderança de Artigas, que formou a Liga dos Povos Livres, ou, Liga Federal, uma confederação de províncias autônomas que incluía Corrientes, Entre Rios, Província Oriental, Santa Fé e os povoados de Misiones, além de Córdoba, que a integrou brevemente. Declarado *protector de los pueblos libres*, Artigas exerceu o papel de líder

¹³³ BANDEIRA, p.81.

¹³⁴ In: *Las Instrucciones orientales del año XIII*, Comisión Nacional Archivo Artigas, Archivo Artigas, Montevideo, 1974, págs. 87, CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina, 1800-1846*, Buenos Aires: Ariel, 1997, p.142-143.

máximo da Liga, ainda que esta não possuísse governo central, ao passo que as demais províncias aderiram ao projeto de Buenos Aires materializado no Congresso de Tucumán (1816-1820), que formalizou a independência das Províncias Unidas em 1816 e aprovou uma Constituição unitária para o novo país, em 1819. Organizavam-se, assim, ainda que precariamente, dois modelos de Estado, mas tanto o Diretório de Buenos Aires como Artigas mantinham o objetivo de unificar as províncias rio-platenses sob suas respectivas lideranças.

No Rio de Janeiro, pressionado por interesses de estancieiros rio-grandenses, espanhóis realistas¹³⁵ fugidos de Montevidéu e de outras partes da América espanhola e emigrados das Províncias Unidas anti-artiguistas, somado ao temor que a subversão de Artigas impunha no tocante à segurança do Extremo Sul brasileiro e mesmo à ordem social do Reino do Brasil, D. João VI, agora no comando de um Brasil que deixava de ser colônia e se tornava parte integrante de um Reino Unido, invadiu a Banda Oriental pela segunda vez sob o pretexto de combater a ‘anarquia artiguista’ e restabelecer a ordem na região – desejo, aliás, da maioria das lideranças orientais àquela altura, conforme Ana Frega:

La invasión portuguesa pretendió legitimarse en la necesidad de resguardar sus territorios del avance de la ‘anarquía’ artiguista, presentándose como ‘ejército pacificador’. Entre las expectativas de los grupos que en la Provincia Oriental habían acompañado tal avance, estaba el restablecimiento del ‘orden’ en la campaña y es desarrollo comercial a través del puerto de Montevideo. El tema central era la conformación de un gobierno estable, aunque fuera asociado o incorporado a otro estado, resguardado por una fuerza militar que garantizara el orden interno y permitiera afianzar la posición de los grupos dirigentes en todo el territorio de la Provincia (cuya extensión, en realidad, no tenía límites precisos)¹³⁶.

Iniciada em 1816, a segunda intervenção luso-brasileira contou com a conivência do Diretório de Buenos Aires, cujo chefe supremo, Juan Martín de Pueyrredón, enviou tropas para atacar as forças aliadas a Artigas nas províncias litorâneas da Liga no âmbito da guerra que se travava entre os dois blocos de poder. Isolados e enfrentando hostilidades tanto do Brasil como de Buenos Aires, os artiguistas foram derrotados, tendo as tropas comandadas pelo barão de Laguna, Frederico Lecor, ocupado Montevidéu no ano seguinte. Os remanescentes artiguistas resistiram por meio de guerrilhas, mas foram finalmente liquidados em Tacuarembó, já em 1820.

¹³⁵ Entre eles, Gaspar de Vigodet, último governador realista de Montevidéu.

¹³⁶ FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía em la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a ocupación portuguesa*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007, p.330.

Derrotado em definitivo, Artigas exilou-se no Paraguai, onde viveria até sua morte. O projeto artiguista sucumbia diante do centralismo portenho e do expansionismo bragantino, e a Província Oriental, com o apoio de parte dos líderes orientais, inclusive Fructuoso Rivera, era anexada ao Brasil na condição de Província Cisplatina, ou Estado Cisplatino Oriental, conforme decidido no Congresso Cisplatino que sacramentou a anexação¹³⁷. O Brasil conquistava, dessa forma, dois importantes ativos: os vultosos estoques de gado presentes nos pastos orientais – principal interesse dos estancieiros rio-grandenses – e o controle da margem setentrional do Rio da Prata, cuja bacia era essencial para as comunicações do Rio de Janeiro com a província de Mato Grosso.

Durante o período em que a Cisplatina esteve incorporada ao Brasil, a penetração de estancieiros rio-grandenses em território cisplatino, que já ocorria antes, intensificou-se sensivelmente¹³⁸. Muitos desses estancieiros adquiriram estâncias e vastos rebanhos de gado na região, sobretudo no norte da província, ao longo da imprecisa fronteira entre o Rio Grande e a Cisplatina, entre eles Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida e Bento Manuel Ribeiro, que também construíram relações pessoais com caudilhos orientais nesse período. A manutenção do controle da Cisplatina, no entanto, provou ser bastante difícil por uma série de razões, entre elas a precária situação econômica em que a província se encontrava após mais de uma década de sucessivos conflitos militares, que desorganizara completamente a economia oriental, e a falta de identidade comum entre a população local – mais acentuada no interior do que nos núcleos populacionais litorâneos – e as autoridades, que nunca deixaram de ser vistas como invasoras.

Do outro lado do Prata, os estancieiros de Buenos Aires, em que pese o papel fundamental que o Diretório teve para anexação da Província Oriental ao Brasil, também cobiçavam o abundante gado das pradarias orientais. Esse seria um dos motivos que levariam o governo de Buenos Aires a apoiar, ainda que relutantemente, o movimento

¹³⁷ O Congresso foi instalado por ordem de D. João VI e tinha como objetivo a definição do futuro da Banda Oriental, que se encontrava ocupada pelas tropas luso-brasileiras. Composto por deputados orientais que haviam se aliado a Lecor, incluindo Fructuoso Rivera e os ex-membros do Cabildo de Montevidéu Francisco Llambí, Juan José Durán e Jerónimo Bianqui, o Congresso decidiu unanimemente pela anexação da Província Oriental pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. FERREIRA, Fábio. O discurso dos deputados orientais na criação do Estado Cisplatino, *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006, p.2-3.

¹³⁸ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012, p.90-91.

pela libertação da Banda Oriental do Império do Brasil¹³⁹, já independente de Portugal. Em 1823, o governo de Buenos Aires pediu a Dom Pedro I que Assim, um grupo de patriotas orientais, conhecido por *los treinta y tres orientales*, iniciou uma campanha de reconquista do território em 1825.

Liderados por Juan Antonio Lavalleja e apoiados militar e economicamente por parte das Províncias Unidas, o grupo formou uma expedição que arregimentou grande apoio da população local e conquistou a campanha oriental em relativamente pouco tempo, confinando o controle imperial a Colônia e Montevideú¹⁴⁰. Fructuoso Rivera, que ocupava o cargo de Comandante da Campanha Imperial, abandonou as fileiras imperiais e juntou-se a Lavalleja, Manuel Oribe e demais patriotas¹⁴¹. Visando a uma rápida formalização da independência oriental, ainda que precocemente, dada a situação de fato na província, os patriotas orientais organizaram o Congresso da Florida e declararam a independência da Província Oriental e, posteriormente, sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata. Como resposta, o governo brasileiro declarou guerra a Buenos Aires em dezembro de 1825, dando início à Guerra da Cisplatina.

O conflito se desenvolveu até 1827 sem que nenhum lado obtivesse vantagem decisiva contra o outro. Se o Império possuía clara superioridade naval, tendo bloqueado o rio da Prata logo no início das hostilidades, as Províncias Unidas conquistavam importantes vitórias terrestres, a principal delas na Batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingó¹⁴², para os hispano-americanos, em solo rio-grandense. O comandante rio-platense, general Carlos Alvear, contudo, não dispunha de recursos suficientes para avançar mais devido à precária situação econômica e política das Províncias Unidas, que sentiam os efeitos do bloqueio naval brasileiro e de sublevações iniciadas em diversas províncias em resposta à Constituição unitária aprovada em 1826. Na Cisplatina, em que pese as vitórias das tropas comandadas por Lavalleja e Rivera, os orientais não conseguiram tomar Montevideú e Colônia, que permaneciam sob controle imperial, criando uma situação similar à de 1811, quando os revolucionários ocuparam a maior parte da Banda Oriental e confinaram a presença espanhola a esses dois núcleos populacionais.

¹³⁹ Ibid., p.165.

¹⁴⁰ DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852). *Navigator* 12, Vol. 6, Nº 12, p.9-20, dezembro, 2010.

¹⁴¹ ACEVEDO, Pablo Blanco. *Historia de la República Oriental del Uruguay*, 1906, p.110.

¹⁴² DONGHI, p.197.

Convencido da necessidade de se chegar a um armistício com o Império, não só pela crise econômica causada pela guerra, mas também pelas sublevações no interior que contestavam a hegemonia política de Buenos Aires, o primeiro chefe do Executivo Nacional das Províncias Unidas, Bernardino Rivadavia, iniciou gestões junto ao Rio de Janeiro e a Londres para avançar nesse sentido. Em comum acordo com a diplomacia britânica, enviou o plenipotenciário Manuel José García à capital imperial com instruções específicas para servir de subsídio às negociações, tendo como base a ‘devolução’ da Província Oriental às Províncias Unidas ou sua total independência do Império¹⁴³.

Chocaram-se, todavia, tais pretensões com a irredutibilidade de D. Pedro no tocante à Cisplatina, o que levou García, após sucessivos fracassos e sob constante pressão da diplomacia britânica, que desejava o imediato fim da guerra para restabelecer o comércio no Prata, a alterar as bases da negociação, o que permitiu que se chegasse à Convenção Geral de Paz, em maio de 1827. A principal mudança dispunha que as Províncias Unidas renunciariam a quaisquer pretensões à Cisplatina ao mesmo tempo em que reconheciam os direitos do Império sobre ela¹⁴⁴. García, que em 1816 incitara D. João VI a invadir a Banda Oriental e defendera a proposta de coroá-lo imperador da América no Congresso de Tucumán¹⁴⁵, mais uma vez ‘entregava’ a Província Oriental aos brasileiros. Tal ato causou indignação no Congresso Nacional das Províncias Unidas e na opinião pública de Buenos Aires, concorrendo para a queda do governo unitário de Rivadavia, que foi substituído no cargo pelo opositor Manuel Dorrego, federalista e defensor dos interesses das províncias do interior.

No comando do Poder Executivo Nacional, Dorrego, diante da forte pressão britânica, entrou em negociações com o Império, por intermédio de Lord Ponsomby, ministro britânico em Buenos Aires, firmando a Convenção Preliminar de Paz em 1828 por meio da qual se reconhecia a independência da Cisplatina do Império do Brasil e sua condição de Estado soberano e independente. Nascia, assim, o Uruguai independente, uma espécie de Estado-tampão entre o Império e as Províncias Unidas, ou, nas palavras do próprio Ponsomby, ‘*um algodão entre dois cristais*’¹⁴⁶.

Desse modo, a secular disputa pela Banda Oriental, herdada de Espanha e Portugal pelas Províncias Unidas e o Brasil, respectivamente, desembocou, em última

¹⁴³ DONGHI, p.197.

¹⁴⁴ GARCIA, p.236.

¹⁴⁵ BANDEIRA, p.91.

¹⁴⁶ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996. p.31.

instância, no nascimento do Uruguai como nação independente; nem Província Oriental, nem Cisplatina, a antiga Banda Oriental tornava-se o Estado Oriental do Uruguai como coroação dos esforços da diplomacia britânica, embora sua independência de direito não representasse nenhuma garantia de independência de fato, o que ficaria evidente no âmbito dos acontecimentos políticos da Bacia do Prata no período pós-Guerra da Cisplatina.

Naturalmente, a independência formal do país não significou que ele já surgisse como Estado consolidado nem que a nação uruguaia se formasse imediatamente como consequência da assinatura da Convenção Preliminar de Paz. Era necessário institucionalizar o novo país, organizar a ordem política nacional e reorganizar as bases da economia, devastada por sucessivas guerras, de modo a construir bases do Estado Nacional uruguaio ao longo das seguintes décadas, coincidindo em parte com o período em que a Revolução Farroupilha levou à ruptura dos laços do Rio Grande do Sul com o poder central do Império e buscou erigir seu próprio Estado.

2.3. O Estado Imperial de 1824 e o ambiente político regencial antes de setembro de 1835

A eclosão da Farroupilha, assim como de outras revoltas regionais do Período Regencial, encontra suas raízes políticas na Constituição Imperial de 1824, que instituiu um Estado centralizado, unitário e com preponderância do Poder Executivo e um único centro de poder na cidade do Rio de Janeiro. Para os objetivos do presente capítulo, é suficiente observar que essas causas se originaram, em sua maioria, de uma dinâmica de relações assimétricas entre centro e periferia que o Estado Imperial centralizado desenhado pela Constituição de 1824 configurou¹⁴⁷.

Ao erguer uma estrutura político-administrativa na qual o Executivo Nacional – dominado pelo poder pessoal do imperador – detinha a prerrogativa de nomear os presidentes das províncias, cujos órgãos ‘legislativos’ eram desprovidos de capacidade deliberativa, e em que o governo central concentrava atribuições de forma desproporcional, inclusive no tocante à instituição e repartição de tributos, a Carta Imperial estabeleceu formalmente um padrão de relacionamento entre a Corte do Rio de

¹⁴⁷ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.112-115.

Janeiro e as províncias no qual estas se submetiam àquela em grande medida¹⁴⁸. Esse padrão, por seu turno, constituiu uma séria fonte de descontentamento por parte das elites regionais e locais que atingiriam seu ápice no Período Regencial – e uma das razões para esse movimento de ruptura foi justamente a ‘suspensão’ temporária do poder da Coroa ocasionado pela abdicação de D. Pedro I, que teve como um de seus efeitos a implicação de uma abertura no sistema político imperial vigente, viabilizando contestações mais contundentes por parte das forças políticas de oposição.

Após o desencadeamento da Revolução do Porto em 1820 e as subseqüentes ações das Cortes liberais de Lisboa para a parte americana do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, as elites das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo se aglutinaram em torno do Príncipe Regente D. Pedro para resistir à assim chamada ‘política recolonizadora’ das Cortes. Durante esse processo, delineou-se gradualmente três distintos projetos políticos para o Brasil, com clivagens e dissensões internas dentro de cada um, que constituiriam as alternativas políticas para a América portuguesa naquele momento histórico. Emília Viotti da Costa divide-os da seguinte forma:

Um partido predominantemente português, composto na maioria por comerciantes ansiosos por restabelecer antigos privilégios. Concentrados na sua maioria no Rio de Janeiro e nas cidades portuárias do Norte e Nordeste do país. A estes se juntavam militares e alguns funcionários da Coroa [...]. O segundo partido compunha-se de brasileiros e portugueses recrutados entre as categorias dominantes, os mais poderosos em posses e empregos de representação [...] que almejavam a autonomia e encaravam com simpatia a fórmula da monarquia dual, sonhando com uma constituição em que figurassem como lords. Estes, diante da impossibilidade de manter unidades as duas Coroas e ao mesmo tempo preservar a autonomia e as regalias já alcançadas, acabariam por aceitar a ideia de ruptura com Portugal. Finalmente, o Partido Republicano, igualmente interessado na Independência, composto na sua maioria de elementos de tendências mais radicais e democratas¹⁴⁹¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

¹⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.48-49.

¹⁵⁰ Em um primeiro momento, o ‘partido português’ buscou na figura de D. Pedro a legitimidade dinástica necessária para organizar a resistência às Cortes de Lisboa, marcadamente liberais e anti-absolutistas e que adotavam postura abertamente hostil ao Antigo Regime que ainda vigia no Império português. Contudo, na medida em que se foi tornando claro que as intenções das Cortes para o Brasil se aproximavam mais de uma política ‘absolutista’ do que propriamente liberal, esse grupo à direita dos outros dois se afastou de D. Pedro e passou a atuar, embora por motivos diferentes, no mesmo sentido que as Cortes de Lisboa e a buscar o retorno das províncias luso-brasileiras à condição de colônia. Por outro lado, os partidos ‘brasileiro’ e ‘liberal radical’ se uniram em torno do Príncipe Regente e atuaram de forma relativamente articulada contra a política das Cortes por algum tempo, sendo essa frágil unidade desfeita na medida em que se tornava cada vez mais evidente que a Independência era questão de tempo e que as Cortes deixariam de representar uma ameaça real. Finda a ameaça do inimigo comum, intensificava-se a disputa entre monarquistas constitucionais e liberais radicais com inclinações democráticas.

Essa disputa foi vencida pelos monarquistas constitucionais moderados que, do ponto de vista do espectro político, representavam a tendência de centro relativamente aos outros grupos, tendo como nome de maior destaque José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro forte de D. Pedro e principal articulador da Independência ao lado do menos conhecido Joaquim Gonçalves Ledo, adversário de Bonifácio e perseguido por ele durante o ápice da disputa entre o ‘partido brasileiro’ e o dos ‘liberais radicais’, ao fim de 1822. Bonifácio concebia um Estado Nacional edificado sobre bases monárquico-constitucionais e da primazia do Poder Executivo, e idealizava um projeto de nação que passava, necessariamente, pela integração político-territorial das províncias brasileiras e a construção de uma identidade nacional brasileira, o que, para ele, só poderia ser realizado por um poder central robusto com capacidade de comandar esse processo¹⁵¹.

Caso contrário, temia o Patriarca da Independência que o Brasil se fragmentaria em vários países¹⁵², como, aliás, ocorria na América espanhola, que, sem um centro de poder único e carecendo de um símbolo de unidade e legitimidade como a Coroa, testemunhava violentas guerras civis e o surgimento de diversos Estados independentes. De certo modo, as inquietações de Bonifácio se confirmariam pouco mais de uma década depois, quando a ausência do símbolo da Coroa e a descentralização política promovida pelos governos regenciais levaram a sublevações por todo o Império que ameaçaram a unidade político-territorial do país.

À época da Independência, os laços que uniam as províncias brasileiras eram física e politicamente tênues, e parte das elites regionais favorecia uma configuração política em que o alto grau de autonomia com o qual haviam se acostumado fosse preservado, o que abriu uma dissidência dentro dos partidários da monarquia constitucional. Enquanto o grupo encabeçado por Bonifácio favorecia um Estado Unitário, com a Coroa representando a unidade nacional e a legitimidade dinástica e o Rio de Janeiro o poder central, parte das elites regionais tendia a defender um Estado Federal assentado na existência de múltiplos centros de poder, algo próximo a uma monarquia federativa, embora o conceito de federação se aproximasse ao de república no contexto histórico em questão¹⁵³.

¹⁵¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

¹⁵² COSTA, p.33.

¹⁵³ Assunto a ser tratado no Capítulo III.

É nessa dicotomia centralização-descentralização que a gênese da Revolução Farroupilha pode ser encontrada¹⁵⁴, sobretudo no tocante a seus objetivos em relação ao poder central do Império do Brasil – em relação ao quadro político no Rio da Prata, a Farroupilha teria outras conotações, como se verá mais adiante. Os farrapos rio-grandenses de 1835 eram, por assim dizer, herdeiros políticos diretos da ala federalista dos monarquistas constitucionais e dos ‘liberais radicais’ de 1822, que concebiam um Estado Federal marcado pela soberania das províncias onde o poder fosse distribuído de forma mais ou menos equânime entre elas, ou, nos casos mais extremos, uma república.

O embate entre o grupo de Bonifácio e os federalistas na Constituinte de 1823 terminou com o sufocamento de ambos por parte do imperador, que, ressaltando suas tendências absolutistas – e, ao mesmo tempo, seu caráter ambíguo –, fechou a Assembleia e ordenou a prisão dos deputados constituintes, inclusive a de José Bonifácio, indispensável aliado de outrora que caíra em desgraça com o monarca diante da aproximação deste aos portugueses simpatizantes da tradição absolutista. Outorgada por D. Pedro no ano seguinte, a Constituição Imperial instituía um Estado unitário em cuja cúpula estava a figura do imperador, que acumulava a chefia do Poder Executivo com a titularidade exclusiva do Poder Moderador, em clara distorção da teoria política de Benjamin Constant¹⁵⁵.

Apesar desses traços, a Carta de 1824 era surpreendentemente liberal para a época, o que pode ser compreendido como mais um reflexo da personalidade ambígua de D. Pedro, que oscilava entre ideias liberais e atitudes absolutistas. Sobre José Bonifácio, sua derrocada política teve contornos paradoxais, uma vez que, se caía em desgraça no cenário político e era exilado na Europa após a prisão, por outro lado, o projeto de Estado que havia formulado e defendido se mostrava vencedor na medida em que a Constituição

¹⁵⁴ FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: FREITAS, Décio. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

¹⁵⁵ Divulgada em 1814 por meio da obra *Princípios Políticos Constitucionais*, a ideia de Poder Moderador – Poder Real, Poder Neutro – em linhas gerais, visava à manutenção da estabilidade do poder político mediante o estabelecimento de um quarto Poder a ser exercido pelo monarca que moderaria as relações entre os demais Poderes, limitando a soberania popular quando necessário e ao mesmo tempo garantindo a estabilidade do Estado. Liberal e preocupado com os excessos da ‘Fase do Terror’ da Revolução Francesa, Constant defendia, assim, a criação de um mecanismo constitucional que fosse capaz de influir diretamente nos três Poderes de modo a evitar impasses que pudessem levar a rupturas e à anarquia, preocupação esta, aliás, comum entre muitos liberais brasileiros da época. Contudo, enquanto na concepção de Constant o Poder Moderador deveria ser neutro, a Constituição Imperial o configurou de tal modo que o imperador poderia exercê-lo para interferir discricionária e arbitrariamente nos demais Poderes, descaracterizando o significado original do conceito e hipertrofiando o poder do monarca brasileiro. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Presidente Prudente: Ao Livro Técnico, 1993; CONSTANT, Benjamin. *Princípios Políticos Constitucionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

outorgada pelo imperador mantinha seus principais pilares do ponto de vista de seu modelo político, como a existência de um Poder Executivo com primazia sobre o Legislativo, a criação do Poder Moderador e a monarquia unitária¹⁵⁶.

Houve reações à forma autoritária com que o imperador procedeu durante o processo de constitucionalização do país, sendo a principal delas a Confederação do Equador de 1824, movimento separatista e republicano que teve na província de Pernambuco seu epicentro. Rapidamente sufocado, o movimento simbolizou o início de um hiato da ação extraparlamentar das forças opositoras ao poder central, tendo estas sido canalizadas para o âmbito parlamentar até o ano de 1831, quando D. Pedro abdicou ao trono.

Desgastado pelas críticas sistemáticas que a excessiva aproximação aos portugueses lhe rendiam, pelo autoritarismo demonstrado na conduta dos negócios do Império e pela derrota na Guerra da Cisplatina, e enfrentando uma onda liberal no Brasil como consequência das revoluções liberais europeias de 1830¹⁵⁷, o imperador abdicou em favor de seu filho mais velho, retornando a Portugal para comandar os exércitos liberais contra os absolutistas liderados por seu irmão D. Miguel como parte da guerra civil portuguesa iniciada em 1828 em torno da disputa pela sucessão real, aberta em 1826 com a morte de D. João VI.

Ironicamente, se a atuação de D. Pedro na Europa simbolizou a luta das forças liberais contra o absolutismo, sua abdicação no Brasil significou o fim da hegemonia do ‘partido português’ de tendências absolutistas, abrindo o caminho para contestações mais combativas por parte de liberais de vários matizes, de moderados monarquistas a exaltados republicanos. A Constituição de 1824, ao concentrar o poder político no governo central em detrimento das províncias, inclusive no tocante aos seus governantes, que não eram eleitos nas províncias e sim nomeados pelo Conselho de Estado no Rio de Janeiro, como se observou acima, acirrou as contradições existentes à época da independência e criou as condições para contestação armada do poder central pelos poderes periféricos; e a Farroupilha foi o reflexo mais expressivo dessas contradições e

¹⁵⁶ NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*, volume 1. Brasília: Edição do Senado Federal, 2012.

¹⁵⁷ Iniciada na França contra o rei Charles X, que subira ao trono como consequência da reação absolutista, a onda revolucionária liberal se expandiu pelos Países Baixos, Polônia, Península Itálica, Estados alemães, Portugal e Espanha ainda em 1830. A abdicação de D. Pedro, cada vez mais visto como absolutista pelos brasileiros, ocorreu nesse contexto de efervescência liberal que varreu a Europa e as Américas.

representou a principal ação contestatória de uma província em relação ao Centro durante o Período Regencial e mesmo durante os primeiros anos do reinado de Dom Pedro II.

Não se pretende, aqui, discorrer sobre os dispositivos constitucionais que traçavam o desenho jurídico do governo regencial, nem os acontecimentos em torno da abdicação de D. Pedro I e do debate sobre a sucessão de seu filho, mas apenas ressaltar que a Regência que se instalou ainda em abril de 1831 representou o recrudescimento das disputas políticas levadas a cabo à época do processo de independência e da Constituinte. Se essas disputas haviam desembocado no triunfo do Estado Imperial centralizado sob o comando de um Poder Executivo Nacional hipertrofiado, a remoção do seu principal símbolo da cena política reabriria a contenda que havia sido violenta e temporariamente encerrada com o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823. Sem o poder monárquico efetivamente representado, uma vez que o sucessor à Coroa tinha apenas cinco anos e fazia-se representar pela Regência, como previa a Constituição, sua legitimidade como símbolo unificador da nação não só perdia sustentação como também passava a ser duramente contestada pelas províncias, que tinham, em sua maioria, elites com aspirações descentralizadoras¹⁵⁸.

Com a queda de D. Pedro I e de seus partidários que haviam formado o ‘partido português’ durante o processo de emancipação do Brasil, grupos liberais assumiram a condução política do Império, sendo subdivididos, segundo consagrou a historiografia nacional, em moderados e exaltados, também chamados de chimangos e farroupilhas, respectivamente¹⁵⁹. Em um segundo momento, os antigos partidários do imperador se reagruparam e constituíram o grupo dos restauradores, também conhecidos por caramurus, que defendiam o retorno de D. Pedro I ao Brasil e a restauração de seu reinado.

Sobre essas clivagens, Marco Morel apresenta parâmetros originais para diferenciar os três grupos de acordo com o conceito de soberania predominante em cada um: os restauradores se vinculavam à antiga noção de soberania, típica do Estado absolutista, segundo a qual a soberania era indissociável da Coroa, enquanto os liberais moderados viam a soberania como decorrente da nação e os exaltados, do povo¹⁶⁰. Por motivos mais pragmáticos, José Bonifácio, que em 1822 fora a principal liderança dos

¹⁵⁸ O que não significa dizer que não houvesse partidários do Estado centralizado e unitário nas províncias, uma vez que estes estiveram presentes na maior parte delas. Mesmo no Rio Grande do Sul durante a Farroupilha, o poder central nunca deixou de estar representado na província – ou na república, a depender da perspectiva adotada –, tendo as três maiores cidades rio-grandenses, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, se mantido fiéis ao Governo Regencial.

¹⁵⁹ PAIM, Antônio. *Momentos decisivos na história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.125.

¹⁶⁰ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

monarquistas constitucionais e liberais moderados, passou a integrar o grupo dos restauradores no quadro político regencial por força de suas antigas preocupações com a ‘anarquia’ e a fragmentação do Brasil, cujo Estado Nacional ainda se encontrava em vias de construção¹⁶¹.

Após o fim da efêmera Regência Trina Provisória que fora instalada logo após o Sete de Abril, os liberais moderados, que formavam a maioria na Câmara dos Deputados, estenderam sua primazia ao Poder Executivo ao eleger os três membros da Regência Trina Permanente, os deputados gerais José da Costa Carvalho e João Bráulio Moniz, e o militar e senador Francisco de Lima e Silva. Ao assumirem o controle do governo e da administração central, atuaram no sentido de reformar pontualmente a Carta de 1824 e flexibilizar seu caráter centralizador, ao mesmo tempo em que agiram para neutralizar as ações dos liberais exaltados, que defendiam reformas políticas estruturantes e mais profundas¹⁶², tendo como oposição, portanto, tanto restauradores de tendências absolutistas como liberais exaltados. Porém, se a representação dos exaltados era bastante reduzida na Câmara e virtualmente nula no Senado, os caramurus – síntese das forças restauradoras e conservadoras a partir da morte de D. Pedro I – formavam pelo menos 35 dos 123 deputados e possuíam ampla maioria no Senado¹⁶³.

A principal reforma se concretizou na figura do Ato Adicional de 1834, que incorporou certos princípios federalistas à forma monárquica de governo vigente, abolindo o Conselho de Estado – e, por consequência, limitando o poder central –, substituindo os Conselhos Gerais das Províncias pelas Assembleias Legislativas Provinciais com poderes deliberativos e transformando a Regência Trina em Regência Una, cujo posto de regente passava a ser eletivo, sendo o líder liberal Diogo Feijó, ministro da Justiça no início do Período Regencial, eleito para o cargo em 1835.

Paradoxalmente, o diploma descentralizador agradou aos liberais exaltados momentaneamente e ao mesmo tempo acirrou as disputas regionais, tornando o poder central mais vulnerável às ações das elites locais que, com a instituição do Poder

¹⁶¹ Pesou, adicionalmente, sobre José Bonifácio, o fato de D. Pedro I haver-lhe nomeado tutor do herdeiro da Coroa, título que foi questionado pela Câmara dos Deputados sob a alegação de que competia a ela a nomeação e a investidura do ocupante dessa função. Após sucessivos embates e discussões políticas, a Câmara acabou destituindo Bonifácio por 45 votos contra 31, tendo o Senado do Império, porém, rejeitado a medida por maioria de apenas um voto. A contenda continuou até que o governo regencial, violando dispositivo da Constituição Imperial, que atribuía tal competência ao parlamento, destituiu o ‘Patriarca da Independência’ do posto de tutor em dezembro de 1833. Ver COSTA, 1998.

¹⁶² WERNET, Augustin. *Sociedades políticas, 1831-1832*. Editora Cultrix, 1978, p.70.

¹⁶³ BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, Volume II - 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.63.

Legislativo provincial, tiveram sua autonomia e esfera de atuação ampliada, sobretudo em províncias com forte tradição autonomista e militar, como o próprio Rio Grande do Sul, conforme afirma Boris Fausto:

[...] a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição entre o governo central e as províncias. Ocorre, porém, que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de províncias fizeram o resto¹⁶⁴.

Não obstante, a reforma constitucional, em parte uma concessão feita pelos liberais moderados às reivindicações de exaltados e restauradores¹⁶⁵, manteve para o poder central uma das prerrogativas mais importantes: a de nomear os presidentes das províncias. Assim, enquanto às províncias foi dado o direito de eleger seus representantes para o Legislativo da província, o Poder Executivo provincial continuou cuidadosamente controlado pelo governo central, tornando possível uma situação contraditória em que as deliberações dos legisladores provinciais eleitos podiam ser vetadas por um chefe do Executivo nomeado exclusivamente pelo Governo Regencial no Rio de Janeiro¹⁶⁶. Como ocorrera no Rio da Prata durante o processo de independência das províncias da região, o embate entre centralização e descentralização foi um constante ponto de atrito durante o Período Regencial, abrindo um amplo debate em torno do modelo de Estado a ser organizado no país, remetendo às discussões e disputas do início dos anos 1820.

Por isso mesmo, o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, iniciado entre a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a elevação da colônia à condição de parte integrante de um Reino Unido, impulsionado com a ruptura da independência e parcialmente consolidado durante o Primeiro Reinado, teria no Período Regencial sua fase mais conturbada precisamente em razão do recrudescimento dos embates intra-elites acerca do modelo de Estado-nação a ser consolidado no país; em certa medida, e tendo em consideração os diferentes contextos, reabria-se a disputa em torno do modelo de Estado que fora abruptamente interrompida em novembro de 1823 por um ato de força do imperador, e o Rio Grande do Sul, província cujo processo de formação engendrou elites fronteiriças e militarizadas com alto grau de autonomia em relação ao

¹⁶⁴ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2009, p.165.

¹⁶⁵ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.30.

¹⁶⁶ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1998, p.70.

Centro, constituía um campo fértil para desígnios autonomistas mais contundentes e até com cores separatistas, embora, na perspectiva do governo regencial, representasse menores riscos para a ordem social do que as disputas travadas em outras províncias, como no Grão-Pará e na Bahia. Sobre esse aspecto, diz José Murilo de Carvalho:

Em algumas revoltas o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema de grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul [...] Briga de estancieiros e charqueadores com complicações internacionais, a Farroupilha não corria o risco de tornar-se guerra de pobres, de tornar-se perigo para a paz social. Era briga de brancos. Mas constituía alto risco político pela posição estratégica da província como fornecedora de charque para a economia escravista e pela ameaça à unidade do país e ao sistema monárquico de governo¹⁶⁷.

A morte de D. Pedro I em 1834, mesmo ano em que o Ato Adicional foi aprovado, enterrou definitivamente as pretensões dos restauradores que desejavam vê-lo coroado imperador do Brasil mais uma vez. Com isso, os partidários de D. Pedro I e do centralismo político se aproximaram da ala menos radical dos liberais¹⁶⁸, engrossando gradualmente as fileiras dos liberais moderados que se encontravam no poder e com maioria na Câmara Baixa do parlamento. Com o tempo, os restauradores passariam a formar o Partido Conservador juntamente com a ala mais conservadora dos liberais moderados, enquanto os elementos mais liberais desse grupo se aproximariam dos exaltados, constituindo, assim, o Partido Liberal durante o Período Regencial¹⁶⁹.

Desse modo, a disputa entre os exaltados rio-grandenses e os conservadores partidários do centralismo da Corte se acirraria após a entrada em vigor do Ato Adicional, manifestando-se com força já na inauguração dos trabalhos da primeira legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em abril de 1835. Ao abrir a sessão legislativa, o presidente provincial Antônio Fernandes Braga denunciou a existência de um partido separatista, acusando os deputados Bento Gonçalves, Bento Manoel Ribeiro,

¹⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p.253-254.

¹⁶⁸ MOREL, p.31.

¹⁶⁹ Sobre a formação desses primeiros partidos políticos brasileiros, diz Antônio Paim: 'com a eleição de Feijó, constitui-se o Partido Progressista que daria origem, posteriormente, ao Partido Liberal. A oposição a Feijó denominou-se inicialmente de regressista. Seus elementos, granjeando o apoio de antigos caramurus e outros descontentes, dariam origem ao Partido Conservador, que se considera estivesse formalmente constituído em 1837'. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998, p.125.

José Magalhães Calvet e o presidente da Assembleia Marciano Pereira Ribeiro¹⁷⁰ de integrá-lo.

¹⁷⁰ SÁ BRITO, Francisco de. Memória da Guerra dos *Farrapos*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950, p.51.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO FARROUPILHA E AS CONEXÕES PLATINAS (1832-1838)

3.1. O ‘fator Uruguai’ na política rio-grandense e o liberalismo farroupilha

Como mencionado no capítulo anterior, a historiografia brasileira sobre o Período Regencial tradicionalmente divide os grupos políticos que disputaram o poder após a abdicação de D. Pedro em três, sendo possível posicioná-los ao longo do espectro político, no contexto histórico da época, com maior ou menor precisão, junto a tendências de centro, de direita e de esquerda: os assim chamados liberais moderados (chimangos), restauradores (caramurus) e liberais exaltados (farroupilhas), respectivamente. Naturalmente, ao se separar as diversas forças políticas dos principais núcleos populacionais do Império daquele período em três blocos com certa rigidez, corre-se o risco de se incorrer em reducionismos e de se perder de vista as complexidades e nuances das ideias e posições políticas dos diferentes agentes políticos que atuavam à época, bem como de se ignorar a permeabilidade que havia entre eles.

Para o escopo deste trabalho, contudo, é suficiente partir da premissa de que os eventos que precederam a eclosão da Revolução Farroupilha ocorreram no contexto de uma conjuntura política nacional na qual havia inicialmente três projetos políticos vagamente definidos em disputa, sem maiores preocupações quanto às especificidades, clivagens e dissidências que haviam dentro de cada grupo ou mesmo fora dessas agremiações informalmente reconhecidas pelos seus contemporâneos. Essa mesma divisão ‘tripartite’ dos grupos políticos dominantes que deu a tônica da luta política durante os primeiros anos do Período Regencial¹⁷¹ também se reproduzia na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde a disputa pelo poder, como na maioria das províncias, também acabou evoluindo para a bipolaridade entre liberais e conservadores. O fato de os restauradores – que tendiam a ser politicamente conservadores e desejavam reinstaurar o reinado de D. Pedro I – terem perdido sua razão de ser no tocante ao seu objetivo político máximo após a morte do antigo imperador não alterava suas inquietações quanto à ‘anarquia regencial’ e suas inclinações antiliberais, o que fez com que abandonassem suas ambições restauradoras e passassem a buscar com maior vigor a

¹⁷¹ Mais especificamente, do início do período até a Regência Feijó (1835-1837).

reversão das mudanças trazidas pelo Ato Adicional de 1834¹⁷². Caducava o objetivo de buscar o retorno de D. Pedro ao trono brasileiro, mas mantinham-se as preocupações quanto às forças que se insurgiam contra a ordem política do Império e à necessidade de se combater os ‘subversivos’ que a convulsionavam, o que aproximou antigos restauradores à ala mais conservadora dos liberais moderados¹⁷³. Estes, por sua vez, tinham suas fileiras engrossadas tanto por restauradores que haviam perdido sua principal bandeira como por parte dos exaltados, que, sem possuírem força suficiente nas esferas institucionais, acabaram migrando para o campo moderado e levando à preponderância do bloco centrista, conforme expõe Antônio Paim:

Deste modo, nos três primeiros lustros subsequentes à Independência, emerge o centro liberal, equidistante dos que sonhavam com um monarca forte como daqueles que aspiravam à abolição da monarquia. Chegou-se a afirmar, com propriedade, que o centro liberal queria “um governo que parece ter sido até agora na Europa o sonho de alguns políticos, mas que vai ser agora uma realidade na América, uma monarquia sustentada por instituições populares”. [...] Os elementos moderados, afinal vitoriosos, é que se fracionariam em liberais e conservadores¹⁷⁴.

Ainda que os grupos políticos que participavam da disputa pelo poder no Rio Grande do Sul regencial refletissem, em grande medida, do ponto de vista da dicotomia *centralização-descentralização*, a contenda que se travava na capital imperial e em outras províncias, havia certas peculiaridades que davam contornos particulares ao embate intra-elites naquela região do extremo sul do Império. A própria bipolaridade que marcou a segunda metade do Período Regencial, resultado de uma cisão dentro do campo moderado que o fracionou, finalmente, em Partido Liberal e Conservador, atraindo respectivamente exaltados e antigos restauradores, se consolidou no Rio Grande do Sul mais cedo do que no próprio Rio de Janeiro¹⁷⁵.

Se tal processo se desenvolveu na capital gradualmente entre a morte de D. Pedro I e a queda de Diogo Feijó da Regência Una, em setembro de 1837, a divisão entre liberais e conservadores (que não eram necessariamente restauradores) se expressava com maior nitidez na província meridional já em 1834, manifestando-se com força na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em abril de 1835¹⁷⁶. Na ocasião, o presidente da

¹⁷² DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005, p.133-134.

¹⁷³ AURÉLIO, Daniel Rodrigues. *A extraordinária história do Brasil*, Vol. 2. São Paulo: Universo dos Livros, 2010, p.46.

¹⁷⁴ PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarin, 1998, p.74.

¹⁷⁵ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

¹⁷⁶ SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p.6-7.

província Antônio Fernandes Braga acusou os liberais de planejarem a separação do Rio Grande do Sul e sua subsequente federação ao Uruguai¹⁷⁷. Em vez de atuar como grupos explicitamente independentes, moderados e os assim chamados exaltados rio-grandenses tendiam a agir politicamente sob o mesmo amplo e impreciso guarda-chuva do liberalismo contra restauradores e depois conservadores, englobando virtualmente toda a oposição da província, incluindo liberais moderados monarquistas, liberais moderados de tendências republicanas e exaltados separatistas¹⁷⁸.

A principal diferença entre as disputas políticas regenciais na província de São Pedro e nas demais regiões do Império, porém, residia na influência que os eventos do Rio da Prata exerciam no debate político e na disputa pelo poder na primeira, dada a óbvia proximidade geográfica entre a região e a província, que continuava formando um espaço sociogeográfico comum com o Uruguai, e as ligações e interesses comuns que haviam entre os caudilhos orientais e parte das elites rio-grandenses:

Assim, a posição *sui generis* do Rio Grande como província fronteiriça de maior extensão no Brasil reservava-lhe um papel fundamental na balança do relacionamento brasileiro-oriental, no qual, seguidamente, o estado ignorou os ditames oficiais, agindo em função de seus próprios interesses, não raro, desvinculados das outras frações do país¹⁷⁹.

Portanto, ao contrário das disputas regenciais que se desenvolviam em vários pontos do Império em torno de questões que derivavam fundamentalmente da dicotomia *centralização versus descentralização* – da qual decorriam as demais reivindicações e disputas –, a luta política no extremo sul brasileiro tinha como variável adicional a realidade rio-platense, sobretudo a do Estado Oriental, cuja fronteira com o Rio Grande do Sul não estava formalmente delimitada e onde estancieiros rio-grandenses mantinham contatos políticos, propriedades e grandes rebanhos de gado¹⁸⁰.

Se os estancieiros da fronteira haviam prosperado durante a experiência cisplatina, período durante o qual o gado dos campos orientais abasteceu a produção rio-

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.62.

¹⁷⁹ RECKZIEGEL, Ana. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015, p.74.

¹⁸⁰ MENEGAT, Carla. Os brasileiros e suas estâncias no Estado Oriental do Uruguai (1845-1852): perspectivas de análise. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, p.7.

grandense¹⁸¹, a perda dessa fonte de abastecimento acarretou duras perdas à economia da província – assunto que será discutido no próximo subcapítulo. Conseqüentemente, durante os primeiros anos de vida independente do Uruguai, a questão dessas perdas econômicas, da proibição do trânsito de gado pela fronteira e do favorecimento que o Império conferia às exportações do nascente país constituíram assuntos permanentes na política do Rio Grande do Sul¹⁸² que complementavam o debate em torno da questão centralização-descentralização.

Desejando ter um vizinho estável em suas fronteiras meridionais, o governo imperial intencionava que o Uruguai prosperasse economicamente e tomou medidas no sentido de recuperar a economia oriental¹⁸³ que havia sido seriamente desorganizada em razão do período cisplatino e da guerra que se seguiu a ele. Ademais, o Império precisava do charque uruguaio para suprir sua demanda, pois a produção do Rio Grande do Sul não era suficiente para abastecer o mercado interno, o que gerou uma situação amplamente desfavorável aos estancieiros rio-grandenses do ponto de vista tributário, pois enfrentavam a concorrência platina em desvantagem, concorrendo adicionalmente para a firme inserção do ‘elemento Uruguai’ na política da província. Como assinala Guazzelli:

Exauridos economicamente, desprestigiados politicamente, os homens da estremadura tratariam de estabelecer e reforçar relações através da fronteira com o Estado Oriental. Para tanto, os principais ‘senhores da guerra’ do Rio Grande estiveram atentos aos conflitos entre as lideranças e facções no país vizinho¹⁸⁴.

Coerente com sua posição intransigente na defesa da monarquia e do Estado unitário e à integridade territorial do Império, os conservadores rio-grandenses viam com suspeita as vinculações entre parte dos líderes liberais farroupilhas com próceres orientais, fato que se agravava na medida em que essas ligações eram usadas como arma política por um grupo contra outro. Em janeiro de 1835, por exemplo, nove meses antes do início da fase armada da Farroupilha e quando a Assembleia Legislativa provincial ainda não estava instalada, o presidente Fernandes Braga denunciava o plano dos liberais

¹⁸¹ MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales, Tomo I*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1997, p.122-126.

¹⁸² AVILA, Arthur Lima de. Caudilhos e fronteiriços: a Revolução Farroupilha e seus vínculos rio-platenses. In: *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011, p.181-202.

¹⁸³ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁸⁴ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013, p.55.

de ‘separar esta província do resto do Brasil, constituindo república semelhante à do Estado do Uruguai, com a qual pretendem federar, caso Lavalleja consiga derribar o Governo Legal’¹⁸⁵.

Assim, o Estado Oriental aparecia no âmbito do tabuleiro político rio-grandense como um importante ator, cujos interesses e conjuntura nacional não poderiam ser ignorados pelas elites provinciais. Era um contraste com o debate regencial que se travava em outras províncias, para cujas elites os acontecimentos políticos e econômicos do Rio da Prata ocupavam um lugar secundário. E os liberais rio-grandenses, que tinham na região da fronteira sua principal base territorial, tendiam a ser ainda mais sensíveis às questões orientais devido à maior permeabilidade política e econômica que a realidade fronteiriça proporcionava.

Nessa perspectiva, o Uruguai, que não só rompera por completo com o centralismo imperial como se constituía em Estado independente havia apenas sete anos antes do início da sublevação farroupilha, aparecia como um possível exemplo a ser seguido pelos elementos mais radicais dos liberais rio-grandenses¹⁸⁶. Afinal, suas reivindicações por mais autonomia e direitos provinciais e a percepção do poder central como fonte de tirania faziam dos conservadores brasileiros seus principais adversários a serem superados, não os orientais¹⁸⁷.

Mas em que consistia o liberalismo encampado pelos farrapos? De um modo geral, a historiografia brasileira tende a confirmar o caráter liberal do movimento farroupilha, incluindo desde os ‘clássicos’ Alfredo Varela¹⁸⁸, Souza Docca¹⁸⁹ e Dante de Laytano¹⁹⁰, passando por Walter Spalding¹⁹¹ e Moacyr Flores¹⁹² e englobando trabalhos mais recentes de Sandra Jatayh Pesavento¹⁹³, Maria Medianeira Padoin¹⁹⁴ e Helga

¹⁸⁵ Ibid., p.68.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ ÁVILA, 2011.

¹⁸⁸ *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*, 6 volumes. Porto Alegre: Livrara do Globo, 1933.

¹⁸⁹ *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

¹⁹⁰ *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*, Porto Alegre: Editora Globo, 1936.

¹⁹¹ *História da Revolução Farroupilha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980 (1ª ed. 1939).

¹⁹² *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 (1ª ed. 1978).

¹⁹³ Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹⁹⁴ *Federalismo gaúcho, fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 2001.

Piccolo¹⁹⁵, ainda que haja muitas diferenças na forma como esse liberalismo é conceituado e interpretado.

Embora *farroupilha* fosse um termo que englobasse os assim chamados liberais exaltados em nível nacional após a queda de D. Pedro I, foi no Rio Grande do Sul que o movimento farroupilha encontrou sua maior expressão e força política. Fundado pelo militar Luís José dos Reis Alpoim em Porto Alegre, no ano de 1832, o Partido Farroupilha, que já existia no Rio de Janeiro e em São Paulo¹⁹⁶, trazia entre seus objetivos programáticos a instituição da federação e a proclamação da república¹⁹⁷, formando, assim, uma espécie de facção radical no âmbito do heterogêneo campo liberal da província que gradualmente se imporia às demais correntes.

Moacyr Flores associa os farroupilhas aos jacobinos da Revolução Francesa, apontando para uma espécie de correspondência entre os dois grupos no que diz respeito ao radicalismo de suas posições políticas em relação às demais em disputa, mencionando, inclusive, passagem de um jornal¹⁹⁸ de Porto Alegre que se referia aos dois como sinônimos e criticava o fato de que *‘já houve um tempo em que os farroupilhas governaram a França, com prestígios de renunciar às riquezas e a proscrição de todos os talentos que não tomassem a divisa dos farrapos da ferocidade e da bruteza’*¹⁹⁹.

No tocante ao conteúdo ideológico, todavia, Flores distancia uns dos outros, posicionando os farrapos no campo liberal e o liberalismo farroupilha como tributário do liberalismo inglês, do qual teriam retirado a ideia de direito à rebelião formulada por John Locke²⁰⁰; os jacobinos franceses, como se sabe, possuíam tendências democráticas, algo extremamente radical para o início do século XIX. De fato, em manifesto de 1835, publicado poucos dias após a deflagração do movimento armado, Bento Gonçalves faz referência à derrubada do governo provincial como *‘consequência inevitável de uma má e odiosa administração’* e da necessidade de *‘restaurar o Império da lei, afastando de*

¹⁹⁵ O discurso político na Revolução Farroupilha. In: *Revista de História do IFCH/UFRGS*. Porto Alegre, UFRGS, 1987.

¹⁹⁶ FLORES, Moacyr, *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.326-328.

¹⁹⁷ FLORES, *Ibid.*, p.328.

¹⁹⁸ *Sentinela da Liberdade* (na Guarita ao Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro), editado entre 1830 e 1837.

¹⁹⁹ FLORES, 1996, p.31.

²⁰⁰ *Ibid.*, p.32-34.

nós um administrador inepto e faccioso’, uma vez que o governo de Fernandes Braga teria rompido a confiança do povo²⁰¹.

Mesmo após o início da fase armada contra o governo provincial em 20 de setembro de 1835, *farroupilha* continuou sendo um termo para se referir apenas aos radicais do movimento, não englobando os liberais mais moderados que dele participavam. Com a escalada da sedição para uma rebelião separatista, que desembocou na proclamação da República Rio-Grandense, parte dos moderados abandonou a causa por discordar dos rumos que ela tomava, provocando uma cisão no interior do movimento farroupilha²⁰².

É a partir desse momento que os rebeldes passam a ser progressivamente chamados de farroupilhas de um modo geral, independentemente das divisões anteriores entre liberais moderados e exaltados, a começar pelo próprio Bento Gonçalves²⁰³, que não era separatista – uma das principais clivagens para identificar um exaltado naquele momento histórico –, mas permaneceu à frente do movimento até 1844. Retornando à analogia dos jacobinos, se os farroupilhas correspondiam a estes no tocante ao radicalismo de suas propostas, os liberais moderados se aproximavam dos girondinos; mas, ao contrário do que ocorreu na França, os ‘girondinos’ e os ‘jacobinos’ rio-grandenses acabaram convergindo para um objetivo comum e sendo englobados sob a mesma ampla égide da Farroupilha.

De certo modo, porém, pode-se dizer que o liberalismo farroupilha, assim como as correntes liberais que circulavam no Brasil à época, encontrava seus próprios limites em uma realidade social marcada pela vigência do regime escravista. Essa noção é reforçada quando se considera que muitos farrapos eram proprietários de escravos, sobretudo os estancieiros, ainda que um projeto de abolição da escravatura fosse apresentado na Constituinte farroupilha realizada entre o fim de 1842 e o início de 1843²⁰⁴. No contexto rio-grandense, bem como no brasileiro em geral, o liberalismo não representava a mesma força transformadora que havia demonstrado no âmbito europeu a partir do final do século XVII. Enquanto na Europa o liberalismo, em suas vertentes econômica e política, servia como referência ideológica e justificativa teórico-moral para

²⁰¹ Manifesto de Bento Gonçalves da Silva, em 25 de setembro de 1835. In: AMARAL, Roberto. BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da história do Brasil*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2002, p.66-73.

²⁰² SPALDING, 1980.

²⁰³ FLORES, 2002, p.367.

²⁰⁴ A proposição foi apresentada pelo constituinte e vice-presidente da República Rio-Grandense, Mariano de Mattos, sendo, contudo, derrotada.

a revolucionária burguesia que assumira a vanguarda do processo de *transição* do Estado Absolutista para o Estado Liberal, e, portanto, a substituição de uma classe dominante por outra, o liberalismo rio-grandense fornecia a justificativa para a *manutenção* da hegemonia política e econômica das classes dominantes da província²⁰⁵. Nas palavras de Vogt:

Fato é que a Revolução Farroupilha não provocou transformações na estrutura econômica e social existentes desde o período colonial. Os farrapos nunca aboliram a escravidão na República constituída. A República instaurada possuía uma semelhança muito grande ao que tinha sido adotado pelo Império do Brasil e era uma extensão do antigo regime português. [...] Ainda que tributários do pensamento iluminista e dos ventos liberais que em 1789 aprovaram, na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a maior parte dos farroupilhas era escravocrata. [...] Entre o artigo primeiro da declaração e o artigo 172, falava mais forte este último que dizia respeito ao direito de propriedade, sendo mais uma demonstração que o liberalismo se adaptou a diferentes contextos históricos²⁰⁶.

Por outro lado, no tocante às relações entre a província rio-grandense e o Império, ou, entre periferia e centro, uma dinâmica mais próxima à do liberalismo clássico europeu pode ser observada. Uma das principais questões colocadas pelo liberalismo na Europa, começando na Inglaterra²⁰⁷, que foi a dos limites do poder do Estado perante o indivíduo, encontra algum paralelo com as reivindicações dos liberais rio-grandenses contra o Estado Imperial. Se John Locke formulou uma sofisticada teoria política que questionava a extensão dos poderes do Estado Absolutista ao mesmo tempo que advogava em defesa da limitação desses poderes – em parte, com o intuito de legitimar a ascensão da burguesia inglesa –, a reivindicação liberal rio-grandense pela redução dos poderes do Estado brasileiro – em vias de construção e com resquícios ‘absolutistas’ – e pela ampliação dos direitos da província reproduzia uma dinâmica semelhante. Em manifesto publicado em 1838, por exemplo, Bento Gonçalves expôs as razões que levaram o Rio Grande do Sul a se separar do Brasil, vinculando a maioria delas ao excessivo centralismo

²⁰⁵ DORNELLES, Laura de Leão, Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Vol. 2, Número 4, dezembro de 2010, p.173-174.

²⁰⁶ VOGT, Olgário Paulo. O liberalismo farroupilha e a escravidão na República Rio-Grandense. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 153-168, 2014, p.166.

²⁰⁷ Por meio do *Act of Union* de 1707, os reinos da Inglaterra e da Escócia foram abolidos, tendo esses dois Estados dado origem ao Reino da Grã-Bretanha, motivo pelo qual fala-se em Inglaterra até essa data e em Grã-Bretanha a partir de então.

político do Império que comprometia as liberdades, as finanças, a segurança e a honra da província²⁰⁸.

O fato de os líderes da Revolução Farroupilha terem sido estancieiros-militares possuidores de vastas terras e rebanhos de gado e donos de verdadeiros exércitos particulares, muitos dos quais descendiam dos primeiros estancieiros que colonizaram a província, refletiu em parte tal realidade concreta em que o liberalismo com frequência adquiria significados diversos dos originais formulados no contexto europeu e adaptava-se, em um processo que Sandra Jatahy Pesavento chamou de ‘*metabolização do liberalismo*’²⁰⁹, à realidade sociopolítica local. Mas se por um lado o liberalismo podia ser instrumentalizado pelos farrapos com a finalidade de defender os interesses das oligarquias regionais, por outro, essa interpretação também fornecia o arcabouço ideológico para ações reivindicatórias contra o poder central que pugnavam pela ampliação dos direitos da província e seu desenvolvimento econômico com base na visão da soberania local; e a descentralização política era condição essencial para o atingimento desses objetivos.

Isto é, em vez de fornecer uma justificativa para a limitação do próprio *poder estatal* frente ao indivíduo, como ocorria na Europa, o liberalismo no contexto regencial/rio-grandense oferecia um argumento racional para se pleitear a limitação do *poder central* – cuja associação à ideia de tirania era comum entre os exaltados do Período Regencial²¹⁰ – em relação ao poder periférico, no caso, o Rio Grande do Sul. Sobre esse aspecto, observa Sandra Jatahy Pesavento:

A elite revolucionária gaúcha realizou um endosso seletivo das ideias liberais em voga na época na Europa e no Brasil, adaptando-as aos interesses e problemas locais. Tal processo, evidentemente, implicava uma metabolização, pela elite social, daquelas ideias que, surgidas no contexto europeu, representavam uma justificativa racional para o poder burguês, que se expandia na nova ordem capitalista e uma arma de combate contra os resquícios do antigo regime [...] De Locke, foi recolhido o princípio de legitimidade para o enfrentamento de um poder que ameaçava a propriedade e a soberania dos rio-grandenses. Entenda-se, no caso, o conceito de soberania como capacidade de livre determinação e interiorização dos mecanismos de decisão na província [...]. Nesta medida, justificava-se a rebelião contra um poder arbitrário que restringia uma liberdade original, no caso, aquela gozada pelos potentados

²⁰⁸ *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes*, em 29 de agosto de 1838. In: SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha: pequena história da grande revolução*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1963, p.332-345.

²⁰⁹ PESAVENTO, 1985.

²¹⁰ SPALDING, 1980.

locais antes da instalação da política centralizadora e unitária emanada da Corte²¹¹.

Percorridos esses pontos, pode-se dizer que os líderes farroupos eram, em sua maioria, liberais e federalistas, em maior ou menor grau, sendo possível dividi-los, de acordo com Padoin, que aponta para uma cisão fundamental entre as facções farroupilhas de acordo com suas reivindicações políticas, entre os campos majoritário e minoritário - tal cisão ganharia força sobretudo durante os trabalhos da Constituinte de 1842-43. Segundo a autora, o primeiro tinha como ponto unificador a defesa de um federalismo que se aproximava mais da ideia de confederação, com forte viés republicano que preconizava a organização do Rio Grande do Sul enquanto República soberana confederada a outras 'províncias-regiões' igualmente soberanas, alinhando-se ao conceito desenvolvido por José Carlos Chiaramonte²¹². Por sua vez, o bloco minoritário, relativamente mais conservador, buscava a implementação de um modelo federativo como parte integrante do Império do Brasil²¹³, ligando-se, assim, à ideia de monarquia federativa defendida por parte dos monarquistas constitucionais de 1822-23.

Naturalmente, tal divisão não implica dizer que os dois grupos possuíam, internamente, um alto grau de coesão que permitisse homogeneizá-los por completo, como se todos os integrantes de uma ala tivessem as mesmas ideias e aspirações políticas entre si. Mesmo no tocante ao que se pode considerar o objetivo político maior do movimento, a questão das liberdades provinciais/modelo de Estado, a federação com as províncias brasileiras, a confederação com o Uruguai, a república unitária ou outros arranjos, não se pode falar nesses objetivos como se estáticos e imutáveis fossem, como se um determinado líder farroupilha que defendesse certos arranjos no início da sublevação não pudesse mudar de posição ao longo do conflito – o que, de fato, verificou-se. Estancieiros e militares que eram, a maioria dos líderes farroupilhas não agia concretamente no mundo material tendo como referência constante princípios doutrinários retirados do mundo das ideias, o que significa dizer que a própria ideologia farroupilha – ou, ideologias farroupilhas – era fortemente moldada pelas circunstâncias e vicissitudes da guerra e se retroalimentava nas disputas e eventos políticos ocorridos no Império e no Rio da Prata.

²¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, p.22.

²¹² PADOIN, 2001. CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

²¹³ PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho, fronteira platina, direito e revolução*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.131-132.

Essa realidade talvez ajude a explicar por que, apesar de a Farroupilha ser tema amplamente pesquisado, ainda haja certa divergência entre os historiadores sobre as ideologias e os objetivos políticos de seus próceres. Ao contrário de Maria Medianeira Padoin, autores como Walter Spalding²¹⁴ e Moacyr Flores²¹⁵, que se alinham à tradição da ‘brasilidade do movimento’²¹⁶, minimizam o caráter orgânico do republicanismo farroupilha, interpretando-o mais como produto das circunstâncias políticas e contingências da guerra do que como fruto de uma ideologia propriamente dita. Isso não quer dizer que não houvesse figuras com inclinações ideológicas mais definidas no movimento farroupilha, como os liberais letrados dos núcleos urbanos da província, a exemplo de Domingos de Almeida, Ulhôa Cintra e Francisco de Sá Brito²¹⁷, os carbonários de Luigi Rossetti e os *mazzinianos* liderados por Giuseppe Garibaldi, mas sim que não é simples apontar inequivocamente as filiações ideológicas da maioria de seus líderes pelas razões mencionadas.

Portanto, paralelo aos alinhamentos ideológicos e às convicções políticas dos farrapos, é certo que o movimento farroupilha também foi conduzido por considerável grau de pragmatismo diante das dificuldades advindas das circunstâncias da guerra tanto do Brasil quanto do Rio da Prata. Essa tendência se reforçava no próprio fato de as classes dirigentes farroupilhas serem compostas majoritariamente por estancieiros-militares, tendo seus setores intelectuais desempenhado um papel relativamente mais discreto na condução do movimento, embora longe de ignorável.

²¹⁴ 1963.

²¹⁵ 1996.

²¹⁶ Inaugurada por Aurélio Porto, em 1933, essa tradição interpreta a Farroupilha como movimento essencialmente brasileiro e federalista, afastando o componente republicano e a influência platina, bem como outras influências estrangeiras. A centralização política patrocinada pelo Governo Provisório encabeçado por Getúlio Vargas, oriundo do Rio Grande do Sul e que agora, no comando do país, buscava implementar uma política de centralização nacional, concorria para a formação de um ambiente doméstico em que reforçar a brasilidade do movimento farrapo não só era desejável, mas necessário. Seguida em sua maior parte por historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, essa tradição também contou com os trabalhos de Souza Doca (1935) e de Dante de Laytano (1936), entre outros que a eles se seguiram.

²¹⁷ Liberal convicto e um dos poucos rio-grandenses com estudos em Coimbra – a formação foi concluída na Faculdade de Direito de São Paulo –, Sá de Brito esteve entre os moderados que abandonaram o movimento farroupilha após sua escalada separatista, em setembro de 1836. Voltou, no entanto, a colaborar com os rebeldes, inclusive participando dos trabalhos da Assembleia Constituinte farroupilha de 1842-43, tendo sido um dos membros da comissão que elaborou o Anteprojeto da Constituição.

3.2. O espaço fronteiriço Rio Grande do Sul-Uruguai e as vinculações entre farrapos e orientais

O grau de influência que a Revolução de Maio e seus desdobramentos uruguaios tiveram sobre o movimento farroupilha constitui objeto ligado ao antigo debate historiográfico acerca da ‘brasilidade’ ou ‘platinidade’ dos farrapos, conforme se expôs na Introdução. Independentemente de discussões dessa natureza, que não constituem objeto desta pesquisa, o que se pode dizer com certeza é que, dada a formação histórica e a proximidade geográfica do Rio Grande do Sul ao Prata, as questões rio-platenses permearam a política rio-grandense muito mais do que qualquer outra arena política provincial brasileira ou mesmo a nacional. No plano das relações individuais, líderes do movimento farroupilha mantiveram relações pessoais e se vincularam politicamente aos principais caudilhos²¹⁸ orientais da época, isto é, a Juan Antonio Lavalleja, Fructuoso Rivera e Manuel Oribe, personagens centrais do processo de independência do Uruguai e de construção do Estado Nacional oriental, além de manterem diversos graus de relacionamento com forças políticas de Buenos Aires, Corrientes e Entre Ríos²¹⁹.

Em agosto de 1810, ainda nos estágios iniciais do processo revolucionário rio-platense desencadeado pela Revolução de Maio, o membro da *Primera Junta* Mariano Moreno apresentou um plano de ação que incluía ‘*la conquista de la campaña del Río Grande del Sud, por medio de la insurrección, y los intereses que sacrificaremos bajo el aspecto de proteger la independencia, y los derechos de su libertad*’, e continuava:

[...]. Estando todo el Río Grande en el estado de revolución según y conforme llevo expresado, e internadas en sus pueblos nuestras tropas [...] Suponiendo que todos los pueblos se hayan ya declarado por libres e independientes, bajo la garantía de nuestras tropas bajo las circunstancias expresadas de hallarse guarneciendo una parte de nuestras tropas los más interesantes destinos [...]. Debe de proponerse este mismo convenio a las familias pobres de la Banda Oriental de Montevideo y Capital de Buenos Aires, que quieran ir a poblar a los territorios del Río Grande, para de esta manera introducir en dichos destinos el idioma castellano. En los dichos destinos del Río Grande deben abolirse ya, en este caso, las escuelas y otras clases de estudios, en los niños de cinco años

²¹⁸ Uma das definições do caudilhismo pode ser encontrada em BOBBIO, segundo o qual esse fenômeno ‘é caracterizado pela divisão do poder entre chefes de tendência local [...] geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da desmobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante [...]. Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas, que haviam recrutada geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas, em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra seus iguais, com o apoio dos senhores locais’. BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 2008, p.156.

²¹⁹ CISNEROS, Andrés. ESCUDÉ, Carlos (Org.) *Historia de las relaciones exteriores argentinas, Tomo IV*. Buenos Aires: CARI, 1998.

para arriba, en el idioma portugués, remitiéndose maestros que enseñen en castellano y lo mismo sacerdotes para los mismos fines²²⁰.

O plano revela um Rio Grande do Sul, visto desde a perspectiva do principal intelectual da Junta, como um espaço político-territorial inserido na esfera rio-platense e passível de ser anexado pelos revolucionários bonaerenses, o que não ocorria relativamente a outras unidades da América portuguesa, que eram tratadas de forma diversa. Em certa medida, Moreno buscava dispensar ao Rio Grande um tratamento similar àquele conferido a outras províncias do Rio da Prata às quais Buenos Aires enviou tropas para ligá-las à revolução (ainda que coercitivamente) e integrá-las politicamente sob a liderança portenha, como aconteceu com as demais unidades que compunham o Vice-Reino do Rio da Prata, com sucessos²²¹ e fracassos²²².

Em 1816, uma das várias razões que motivaram a intervenção luso-brasileira na Banda Oriental teria sido *‘el temor y la propagación del ‘sistema’ artiguista, que ganaba adherentes al sur del Brasil, vinculado a la Banda Oriental y ganado por el separatismo ante las pretensiones centralistas de la capital’*²²³. Já em 1843, o ministro farroupilha Domingos José de Almeida manifestava, por meio de O Povo, jornal oficial da República, que o movimento farroupilha era o *‘desenvolvimento mais recente do movimento de Maio’* e que se filiava aos trabalhos começados por Mariano Moreno e ultimados por Bolívar²²⁴. Em 1834, Ana Monteroso, esposa de Juan Lavalleja, atuava em Porto Alegre supostamente na condição de espiã de Rosas, tendo Walter Spalding assinalado, porém, que:

Entretanto, parece que, na realidade ela viera para sondar o ambiente no sentido da formação do famoso quadrilátero sonhado por Artigas, Rivera e Lavalleja: o Estado livre composto com os territórios do Rio Grande do Sul, Corrientes, Entre Rios (Argentina e Uruguai)²²⁵.

Mais que estabelecer se a Farroupilha fez parte do ciclo revolucionário brasileiro ou platino, parece-nos mais relevante, aqui, o fato de que o Rio Grande do Sul, politicamente ligado ao Brasil e geograficamente inserido no Prata, formou um espaço

²²⁰ MORENO, Mariano. Plan revolucionario de operaciones, 1810. In: PIÑERO, Roberto. *Mariano Moreno: escritos políticos y económicos*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

²²¹ Casos de Córdoba e Tucumán, por exemplo.

²²² Além da própria Banda Oriental, os territórios que formariam Bolívia e Paraguai não reconheceram a autoridade de Buenos Aires e permaneceram fora da configuração político-territorial que deu origem à Argentina.

²²³ MACHADO, 1997, p.98.

²²⁴ GUAZZELLI, 2013, p.221.

²²⁵ SPALDING, 1963, p.261.

tipicamente fronteiroço em que questões oriundas dos dois ‘subsistemas’ se entrelaçavam no âmbito de uma mesma área político-territorial.

Conforme exposto no primeiro capítulo, o processo de formação político-territorial do Rio Grande do Sul e do Uruguai em uma mesma região geográfica, a Banda Oriental, engendrara um espaço político-social fronteiroço comum que condicionava as relações entre as populações nesses dois territórios a despeito de suas subordinações legais a Coroas distintas e rivais. Com a consumação de fato e de direito das respectivas independências das colônias ibero-americanas, o Rio Grande firmava-se política, territorial e juridicamente como província do Império do Brasil, enquanto a antiga Província Oriental, após o período cisplatino, configurava-se como Estado soberano e independente, ainda que precariamente, dadas as disposições da Convenção Preliminar de Paz que comprometiam seriamente tal soberania, o que será discutido no subcapítulo seguinte.

Em que pese essas importantes mudanças políticas, o espaço fronteiroço Rio Grande do Sul-Uruguai continuou a proporcionar uma realidade social e relações locais com as quais rio-grandenses e orientais haviam se acostumado, muitas vezes se sobrepondo à dinâmica das relações internacionais entre suas respectivas entidades políticas superiores²²⁶, no caso, superado o domínio luso-espanhol, os governos do Império do Brasil e do Estado Oriental. Helen Osório observa que, por exemplo, em 1814, mais de 10% dos créditos a serem recebidos pelos comerciantes de Jaguarão eram devidos por pessoas chamadas de ‘castelhano’, ‘espanhol’ ou outros termos correlatos²²⁷. O mesmo ocorria do ‘lado espanhol’ da fronteira, onde documentos como testamentos comprovam a ‘*fluidéz das relações entre os moradores da fronteira*’²²⁸.

Os próprios comandantes da fronteira e nomes de destaque no movimento farroupilha, Bento Gonçalves e Bento Manoel Ribeiro, eram compadres dos mais importantes caudilhos da Banda Oriental pós-Artigas, Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera, respectivamente²²⁹, ao passo que o primeiro era casado com a ‘castelhana’

²²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila. Salles, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, Volume II – 1831-1870*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

²²⁷ OSÓRIO, Helen. A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. In: *Cadernos do CHDD*. Ano 6. Número Especial, 2007, p.14

²²⁸ Ibid.

²²⁹ FLORES, 2002, p.101-103.

Caetana Garcia, com quem teve sete filhos²³⁰. Sobre os entrelaçamentos sociais existentes nesse espaço fronteiriço, Alicia Vidaurreta argumenta que

Esa frontera de gran movilidad conformó también un contexto étnico diferenciado. Una gran hibridación social determinó que los riograndenses, geográfica y culturalmente, se identificaran más con los países de la cuenca platense que con el Imperio. Tradiciones, costumbres y vocabulario otorgaron a Río Grande del sur un carácter regional típico de áreas de frontera. Ello contribuye a explicar también que sus jefes políticos se identificaran en forma natural con los caudillos uruguayos participando en sus movimientos revolucionarios mediante el auxilio armado, el de ganado y ofreciendo aquel territorio como seguro refugio a los vecinos. [...] En la realidad, la frontera era un límite ficticio, un espacio abierto sin trabas ni obstáculos [...] ²³¹.

Geograficamente mais próximos entre si do que de seus respectivos governos centrais, e compartilhando um espaço comum no qual a fronteira não existia na prática, as populações fronteiriças da estremadura rio-grandense-oriental tendiam a privilegiar seus próprios interesses privados no âmbito dessa realidade concreta em detrimento dos interesses de Estado defendidos desde o Rio de Janeiro e de Montevideú. Sobre esse espaço comum que extrapolava as fronteiras internacionais²³², diz Pandiá Calógeras:

Dos longamente protraídos tumultos em ambas as margens do Rio da Prata, e da semelhança de meios, de modos de viver, de costumes e de pontos de vista na região inteira, formara-se nas populações sulinas uma comunhão de mentalidade. Suas feições dominantes constavam de autonomia, de liberdade de movimentos e de hábitos [...]. Durante a campanha da Cisplatina, entre rio-grandenses e uruguayos existia muita simpatia, muita correspondência de ideias. Os primeiros eram leais ao Brasil, mas este sentimento afetuoso estendia-se aos vizinhos que pelejavam para conquistar sua independência. Após o tratado de 1828, tais laços, velhos e novos, continuaram a existir. [...] nenhum estudo válido da bacia do Rio da Prata se pode aceitar, do ponto de vista histórico, que não leve em conta o fato de que, por aqueles tempos, a região constituía um todo, uma unidade político-geográfica, na qual os limites convencionados não isolavam realmente as populações. Em ambos os países, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e sua influência não se continha dentro de lindes legais, e ultrapassava as fronteiras²³³.

²³⁰ Ibid.

²³¹ VIDAURRETA, Alicia. Los farrapos y el Río de la Plata. *Jahbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de America Latina* (tradução), p.417-454, 1987, p.417-418.

²³² Esclareça-se que a fronteira entre o Império e o Uruguai foram formalmente delimitadas apenas em 1851, mas, com o independência do Estado Oriental em 1828, podia-se falar em fronteiras *de facto* entre esses dois países mesmo que estas ainda não fossem oficialmente reconhecidas, uma vez a própria emancipação política da Cisplatina levava ao restabelecimento de fronteiras internacionais entre o extremo sul brasileiro e aquela província que se tornava um Estado soberano, mesmo que a Convenção Preliminar de Paz houvesse deixado as questões lindeiras em aberto. Daí que a histórica imprecisão da fronteira do extremo sul brasileiro continuaria existindo durante todo o ciclo farroupilha no Rio Grande do Sul.

²³³ CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1966, p.140.

Adicionalmente, analisando o processo histórico de fixação dos limites na Banda Oriental entre o que viria a constituir o Rio Grande do Sul e o Uruguai, conclui Ana Reckziegel:

No decorrer do processo de ocupação desses territórios, houve uma séria imbricação de interesses econômicos, familiares e culturais, o que tornava problemática, muitas vezes, a separação da condição oriental da sul-rio-grandense, e vice-versa. Para essa zona, a noção de limite foi um tanto fluída, mesclando-se interesses de indivíduos ou grupos de nacionalidade diversa que muitas vezes se uniram em torno de causas estranhas à sua origem estatal propriamente dita²³⁴.

Do lado rio-grandense, tal peculiaridade se respaldava no alto grau de autonomia e militarização das elites estancieiras do centro-sul da província, que com frequência não só agiam à revelia do governo imperial, mas também de seus prepostos provinciais instalados em Porto Alegre, dada a debilidade do poder central que o impedia de impor sua vontade a esses grupos²³⁵. Já no Uruguai, a desorganização da economia e a inexistência de um aparato estatal efetivo concorriam para limitar o poder extroverso do incipiente Estado uruguaio sediado em Montevideu sobre o interior, principalmente ao norte do rio Negro, onde era possível agir militar e politicamente com considerável autonomia em relação ao governo constitucional²³⁶.

Assim, ainda que a província do Rio Grande formasse parte integral do Império, os estancieiros-militares da campanha mantinham uma margem de ação relativamente ampla em relação ao poder central, comandando seus próprios pequenos exércitos particulares e se relacionando diretamente com o Estado Oriental com base em seus interesses privados e sem o intermédio dos governos provincial e imperial²³⁷. Tratava-se, por assim dizer, de uma espécie de ‘diplomacia paralela’ por meio da qual os líderes do movimento farroupilha externavam seus interesses e formulavam sua própria ‘política externa’ para o Estado vizinho, tanto em relação ao poder constituído representado pelo governo constitucional em Montevideu como no tocante ao poder privado dos caudilhos orientais do interior.

²³⁴ RECKZIEGEL, Ana. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. *História: Debates e Tendências*, vol. 15, n. 2, jul/dez, 2015, p.438-439.

²³⁵ RECKZIEGEL, Ana. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015, p.79-80.

²³⁶ À época da independência do Uruguai, o nascente país tinha uma população de cerca de 70 mil habitantes, dos quais apenas sete mil ao norte do rio Negro, ao passo que a população rio-grandense chegava a 180 mil, sendo que três quartos das terras públicas pertenciam a brasileiros, apesar de estarem formalmente localizadas dentro do território do novo Estado que se constituía juridicamente. SOUZA, Susana Bleil, apud RECKZIEGEL, 2015, *Ibid.*, p.77.

²³⁷ GUAZZELLI, 2013.

Portanto, se por um lado esses estancieiros, classe dirigente do movimento farroupilha, tinham dificuldade em influir diretamente no governo regencial por meio de canais institucionais²³⁸, dado o centralismo político que se impunha pela Carta de 1824 e nela se legitimava, por outro, sua capacidade de agência em relação ao Estado Oriental era mais ampla e se viabilizava mediante a ação política extraoficial. Em outras palavras, as elites farroupilhas da fronteira tinham mais condições e recursos à sua disposição para intervir na política nacional oriental do que na do próprio Império do Brasil do qual formalmente faziam parte, o que não se resolveu com o Ato Adicional de 1834, uma vez que os presidentes provinciais continuaram sendo indicados pelo Rio de Janeiro e tinham o poder de veto sobre as decisões do nascente Poder Legislativo das províncias²³⁹, reduzindo, assim, os efeitos da descentralização política.

Esse era o caso do principal chefe político e militar do movimento farroupilha, Bento Gonçalves da Silva, que, valendo-se do poder que exercia no espaço fronteiriço Rio Grande-Uruguai, onde atuava como um genuíno ‘senhor da fronteira’, imiscuiu-se em assuntos orientais ainda durante o período do Governo Provisório (1828-1830) do Estado Oriental. Na verdade, as origens de tal padrão de ingerência datavam de muito antes, uma vez que Gonçalves mantinha interesses em terras orientais desde a intervenção luso-brasileira de 1811, quando, a serviço do governador do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza, providenciou auxílio logístico às tropas invasoras desde Cerro Largo²⁴⁰, onde já vivia anteriormente. Envolvendo-se estreitamente nas questões da Banda Oriental durante o período de turbulência aberto com a Revolução de Maio, o caudilho rio-grandense teve ampla atuação no decurso do movimento artiguista, período em que as elites estancieiras rio-grandenses começaram a se envolver mais ativamente nas disputas platinas²⁴¹.

²³⁸ Por força do Decreto Imperial de 26 de março de 1824, que fixou o número de deputados gerais e senadores na Assembleia Geral e vigeu até 1847, a bancada do Rio Grande do Sul possuía apenas três deputados e um senador em um total de 102 e 52 parlamentares, respectivamente. A título de comparação, a província do Rio de Janeiro elegia 8 deputados, São Paulo, 9, Bahia, 13, e Minas Gerais, 20. À Cisplatina, ainda vinculada ao Império quando da edição do referido Decreto, caberia ser representada por 2 deputados gerais. *Coleção das Leis do Império do Brasil, 1824, Parte 2ª*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

²³⁹ Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. ‘Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832’. In NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras, Vol. 1 – 1824*. Brasília: Senado Federal, 1999, p.107-114.

²⁴⁰ BENTO, Cláudio. *O Exército Farrapo e seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, p.72-73.

²⁴¹ *Ibid.*

Segundo Cesar Augusto Guazzelli, *quando iniciou o movimento de Artigas, Bento aderiu a ele num primeiro momento*²⁴², abandonando os artiguistas posteriormente, *talvez em razão do sucesso das armas luso-brasileiras*, e se incorporando às milícias rio-grandenses. Nessa esteira, Gonçalves participou de diversas batalhas contra as forças artiguistas, ampliando seu contato com as ideias políticas que circulavam no Prata, em particular, as propostas federalistas defendidas pelo *Jefe de los orientales*²⁴³. Coerente com as aspirações autonomistas das elites fronteiriças do Rio Grande do Sul, o federalismo, que comporia o quadro de reivindicações farroupilhas duas décadas mais tarde, conforme já exposto, entraria para o leque de alternativas políticas de parte dessas elites rio-grandenses durante esse conturbado período marcado pelo ápice de um movimento emancipacionista preconizado pelas forças mais radicais da Revolução de Maio.

Após a derrota definitiva e o exílio de Artigas, Bento Gonçalves participou da incorporação da Província Oriental pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aumentando seu círculo de relações pessoais e políticas na Cisplatina, em especial com Juan Antonio Lavalleja. Os dois ficariam em lados opostos durante a Guerra da Cisplatina, quando Bento combateu os patriotas orientais na condição de tenente-coronel das milícias rio-grandenses e Lavalleja atuou como principal líder do movimento pela secessão da Cisplatina do Império, tendo os dois se reaproximado após o fim do conflito e a criação jurídica do Estado Oriental independente²⁴⁴.

Mas se essas ingerências de Bento Gonçalves nas questões orientais se deram como parte e no âmbito da ação oficial do Estado, seja o português (primeira intervenção), o luso-brasileiro (Guerra contra Artigas) ou o imperial (Guerra da Cisplatina), a interferência do caudilho rio-grandense no Uruguai pós-Independência realizava-se principalmente na esfera privada, compatível com a visão que os estancieiros da campanha tinham sobre os assuntos do espaço fronteiriço²⁴⁵ que abrangia o sul da província e o norte do Estado Oriental.

A trajetória da maioria dos generais farroupilhas seguiu padrões similares à de Bento Gonçalves no tocante à Banda Oriental, onde Bento Manuel Ribeiro, Antônio de Souza Netto e Davi Canabarro também iniciaram suas carreiras militares no contexto da

²⁴² GUAZZELLI, 2013, p.59.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ SPALDING, 1963.

²⁴⁵ GUAZZELLI, 2013.

primeira intervenção luso-brasileira, passando pela atuação nas campanhas contra Artigas e, mais tarde, da Guerra da Cisplatina²⁴⁶. Assim, dos seis generais²⁴⁷ que a República Rio-Grandense chegou a ter, cinco iniciaram sua trajetória militar durante a primeira intervenção luso-brasileira na Banda Oriental após a deflagração da Revolução de Maio, e atuaram nas demais campanhas platinas até a conclusão do processo de independência do Uruguai, ao final de 1828, ampliando seus laços pessoais, políticos e econômicos naquela região.

O estabelecimento do Estado Oriental acarretou duras perdas econômicas para as elites estancieiras do Rio Grande do Sul, uma vez que a Cisplatina, com seus pastos mais férteis que os rio-grandenses, havia se tornado a principal fonte natural de gado selvagem para as atividades econômicas dessas elites, tendo sido retiradas, desde a ocupação de Montevideú pelas tropas de Frederico Lecor, ou seja, de 1817 a 1828, até cerca de 14 milhões de reses²⁴⁸. Tal quantidade, de fato impressionante, fornece uma noção da dimensão dos prejuízos econômicos que o Rio Grande teve com a ‘perda’ da Cisplatina, ao mesmo tempo que, inversamente, demonstra que os interesses de natureza econômica dos estancieiros rio-grandenses se coadunavam com as pretensões geopolíticas do Império durante aquele período em que o território cisplatino esteve incorporado à comunhão brasileira.

A independência do Uruguai, conseqüentemente, implicou duas importantes e rápidas mudanças do ponto de vista das elites fronteiriças do Rio Grande em relação ao vizinho meridional, de caráter econômico e político, mas intimamente interligadas entre si: o fim da convergência de interesses com o Império e o surgimento do Estado Oriental como um *possível* interlocutor independente – ainda que precariamente, frise-se – no quadro geopolítico da bacia do Rio da Prata, respectivamente. Desse modo, ironicamente, a secessão da Cisplatina e a configuração do Uruguai independente ocasionaram um distanciamento entre as elites do centro-sul rio-grandense e as elites políticas dirigentes do Império concomitantemente a uma reaproximação daquelas às forças políticas

²⁴⁶ BENTO, 1992.

²⁴⁷ O único general farroupilha que não participou das intervenções luso-brasileiras na Banda Oriental dos anos 1810 foi João Manoel Lima e Silva, irmão do regente Francisco de Lima e Silva e tio do futuro barão de Caxias e mais jovem do que ele, cuja carreira militar teve início em 1822, no Rio de Janeiro. Ibid. p. 49.

²⁴⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.107.

uruguayas, ou pelo menos parte delas, uma vez que havia setores das elites políticas orientais que se vinculavam aos interesses imperiais²⁴⁹.

Sob a ótica interna do Império, a independência uruguaia teve como um de seus efeitos o afastamento das elites estancieiras do Rio Grande das do centro, rompendo uma convergência de interesses que existia desde 1811, quando aquelas aderiram ao projeto expansionista bragantino com base em seus interesses privados voltados para os volumosos estoques de gado existentes nas pradarias orientais. Além das perdas econômicas, concorreu para esse distanciamento a atuação das forças imperiais durante a Guerra da Cisplatina, quando os comandantes rio-grandenses foram preteridos e subordinados a oficiais de outras províncias e de Portugal, como o Marquês de Barbacena e o próprio Frederico Lecor, respectivamente, que atuaram como chefes do Exército do Sul em períodos distintos ao longo do conflito. Havendo sido relegados a um segundo plano numa guerra travada parcialmente em solo rio-grandense, os estancieiros-militares do Rio Grande demonstraram forte descontentamento com a condução da campanha pelas autoridades imperiais e as culpavam pelos subsequentes reveses militares e políticos, o que serviu como fator adicional na sua alienação relativamente ao projeto de Estado Imperial centralizado²⁵⁰

Entre a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro e a posse do primeiro Presidente constitucional do Uruguai, em 1830, o Poder Executivo do novo país foi exercido pelo Governo Provisório encabeçado pelo portenho José Rondeau, último²⁵¹ *Director Supremo* das Províncias Unidas²⁵² e veterano da Revolução de Maio que havia comandado o sítio a Montevideu contra os realistas espanhóis a serviço do vice-rei Francisco Elío. Eleito pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Estado Oriental ainda em 1828, Rondeau deixou o cargo após a promulgação da primeira Constituição do país, em abril de 1830, sucedendo-o imediata e interinamente Juan

²⁴⁹ NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia uruguay: 1830-1903*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1993, p.269.

²⁵⁰ GUAZZELLI, 2013, p.31.

²⁵¹ Para ser mais preciso, Rondeau foi o último a ocupar o cargo em caráter *efetivo*, uma vez que, após sua queda, Juan Aguirre governou interinamente por onze dias, período após o qual renunciou diante da inviabilidade de manutenção do órgão.

²⁵² O cargo deixou de existir em 1820, como resultado da Batalha de Cepeda, que colocou um fim à primeira onda de guerras civis nas Províncias Unidas com a vitória dos federalistas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, que integravam a Liga Federal, comandados pelos caudilhos Pedro Campbell, Estanislao López e Francisco Ramírez. Derrotados os unitários, as instituições nacionais foram dissolvidas, passando cada província a governar de forma autônoma, o que significou o fim do Diretório Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, que (mal) servira como órgão máximo do Poder Executivo Nacional desde sua criação, em 1814, iniciando o que a historiografia argentina chama de *La Anarquía del Año XX*.

Antonio Lavalleja, que já fora governante da Cisplatina em plena guerra contra o Império. As primeiras eleições para a Presidência oriental, realizadas em agosto do mesmo ano, evidenciariam a acirrada disputa pelo poder entre as principais forças políticas uruguaias que marcariam todo o processo de construção do Estado Nacional daquele país.

Em linhas gerais, a política do Uruguai pós-independência estava dividida entre aqueles que estavam alinhados a Fructuoso Rivera e eram identificados com as forças políticas que haviam colaborado com o Império durante a intervenção contra os artiguistas e no processo de anexação da Província Oriental, e os elementos políticos ligados a Lavalleja que se aproximavam dos federalistas de Buenos Aires e que haviam composto o ‘núcleo duro’ dos patriotas de 1825 na *Cruzada Libertadora* contra o Brasil, inclusive com vultoso apoio financeiro das elites estancieiras bonaerenses, base social dos *federales* da província²⁵³. Essas facções constituíram o embrião dos dois partidos políticos históricos do Uruguai, o Colorado e o Nacional – ou, Blanco –, respectivamente, que surgiram em julho de 1836 durante o confronto militar entre riveristas e lavallejistas na Batalha de Carpintería.

Figuras políticas dominantes em um Uruguai que começava a dar os primeiros passos enquanto país soberano, Rivera e Lavalleja disputaram a primeira eleição presidencial do país, realizada de forma indireta pelo Legislativo, da qual o primeiro saiu vencedor por 27 a 5 votos²⁵⁴, tornando-se o primeiro presidente constitucional do Estado Oriental. Com a eleição, delineava-se institucionalmente a divisão das forças políticas do país, com um bloco governista ligado ao presidente Rivera e uma facção oposicionista aglutinada em torno de Lavalleja, que se firmava como principal chefe da oposição aos *abrasilerados* riveristas.

Os primeiros tinham como base social os setores médios urbanos dos principais povoados uruguaios – apesar de seu líder máximo ser um ‘senhor da fronteira’ – e inclinavam-se pelo livre-cambismo, aproximando-se do liberalismo econômico preconizado pela Grã-Bretanha e, de um modo geral, favoráveis a influências de potências estrangeiras²⁵⁵; os partidários de Lavalleja, por seu turno, tinham sua base de apoio no interior do país e estavam ligados aos estancieiros e *saladeros* orientais, constituindo, portanto, uma facção intimamente vinculada às elites agrárias que tendiam a ser

²⁵³ BANDEIRA, 2012, p.109-110.

²⁵⁴ NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia del Uruguay, Tomo I, 1730-1903*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, p.64.

²⁵⁵ BETHELL, Leslie. *História da América Latina, Volume 3 – da Independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.673-674.

antiliberais e mais hostis a influências externas, sendo possível identificar certos traços do que poderia ser considerada uma tendência ‘protonacionalista’ oriental²⁵⁶.

Verdadeiro caudilho da fronteira e pouco afeito a questões administrativas e de governo, Rivera passou parte significativa de seu mandato percorrendo a campanha oriental, delegando a administração do Estado a seus aliados do antigo *Club del Barón*, grupo formado em torno do ex-governador da Cisplatina Frederico Lecor, o barão de Laguna, e composto por parte das elites montevideanas que haviam apoiado a ocupação da Província Oriental pelas tropas luso-brasileiras²⁵⁷, como Lucas Obes, José Ellauri, Nicolás Herrera, Julián Álvarez e Juan Gelly. Os lavallejistas, por sua vez, compunham a minoria absoluta na recém-instalada Assembleia Geral, mas mantinham importante apoio das elites estancieiras do interior.

No plano externo, o Uruguai sob a Presidência de *Don Fructos* organizou a diplomacia oriental sobre uma base pró-Império, refletindo as estreitas, ainda que pragmáticas, relações construídas entre o caudilho e as autoridades imperiais durante o período de ocupação da Cisplatina²⁵⁸. Por outro lado, a antiga desconfiança de Rivera com relação a Buenos Aires, mais especificamente os *federales* provinciais, cuja base social eram os estancieiros bonaerenses, se manifestava na política externa uruguaia para aquela província. Inversamente, os partidários de Lavalleja mantinham ligações com esses federalistas portenhos, incluindo o governador da província, Juan Manuel de Rosas, de quem receberam apoio decisivo na campanha dos *treinta y tres orientales*, ao mesmo tempo que, no âmbito do Império, se vinculavam aos farrapos rio-grandenses, principais apoiadores nas articulações contra o governo de Rivera nos anos que se seguiram à independência oriental.

Visando tomar o poder constitucional do país pela via das armas, Lavalleja liderou uma sublevação contra Rivera no ano de 1832 desde a fronteira com o Rio Grande do Sul, na região do Jaguarão, cujo Comandante da Fronteira era o seu amigo Bento Gonçalves, que forneceu apoio material e logístico ao caudilho rebelde e às suas tropas²⁵⁹.

²⁵⁶ Ver HOBBSAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780: Programme, myth, reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²⁵⁷ DELFANTE, Carlos B. *Una flor blanca en el cardal*. Clube de Autores, 2009, p.65.

²⁵⁸ Ressalte-se que a proximidade de Rivera ao Império era relativa e dizia respeito à sua posição em relação aos partidários de Lavalleja, claramente mais hostis ao Brasil. O caudilho colorado temia uma nova invasão da Banda Oriental – agora, configurada como Estado Oriental – por parte dos brasileiros e não havia desistido das Missões, de onde fora obrigado a se retirar durante a Guerra da Cisplatina. Assim, embora nutrisse suspeitas e ressentimentos pelo Império, Rivera era mais favorável a ele *comparativamente* a Lavalleja e seus aliados.

²⁵⁹ GUAZZELLI, 2013, p. 56.

Reagindo à rebelião, o governo oriental fez gestões junto ao Império para que contivesse a interferência de rio-grandenses em questões internas do Uruguai, chegando o ministro das Relações Exteriores, Santiago Vázquez, a informar o governo regencial de que os sublevados de Lavalleja *se han concentrado y refugiándose a un extremo de ella, y en proximidad a la Frontera de ese Imperio, desde donde continúan las violencias*²⁶⁰.

Apesar do auxílio prestado pelos farrapos aos rebeldes lavallejistas na região da fronteira, as forças legalistas subordinadas a Rivera não tiveram grandes dificuldades em derrotá-los, o que levou parte dos insurretos a buscar refúgio no Rio Grande do Sul, com a ajuda de Bento Gonçalves e de Bento Manoel Ribeiro²⁶¹, este, Comandante da Fronteira do Rio Pardo. O partido de Lavalleja, no qual se incluía o padre Caldas, pernambucano que havia sido constituinte em 1823 e veterano da Confederação do Equador, se rebelaria novamente em 1834, acarretando sucessivas reclamações do governo uruguaio e alertas da Legação brasileira em Montevideú à Regência Trina no Rio de Janeiro, que, diante da continuidade das articulações entre farrapos – entre os quais havia emigrados orientais – e lavallejistas – cujas fileiras incluía rio-grandenses e brasileiros de outras províncias –, ordenou ao marechal Sebastião Barreto, Comandante das Armas da província, que tomasse as providências necessárias para pacificar a fronteira e expulsar Lavalleja do território rio-grandense, mas

Bento Gonçalves e Bento Manoel o tinham eficazmente protegido, se bem que por forma não ostensiva, e os delegados imperiais não possuíam força para coibir o abuso, tais o prestígio e as ligações dos dois militares e políticos, tanto na fronteira de Jaguarão a Bagé, como na região de S. Gabriel ás Missões²⁶².

Apesar do apoio que recebiam na fronteira, os lavallejistas acabaram se retirando da região, entre outras razões, porque a ação dos comandantes da fronteira sofreu um momentâneo revés por meio de sucessivas denúncias encaminhadas pelo governo provincial à Regência, retirando-se Lavalleja e seus partidários para a província de Entre Rios, governada pelo federalista e aliado de Rosas, Pascual Echagüe.

Essas vinculações com o ex-chefe dos *33 orientales* acabariam por levar Bento Gonçalves e João Manuel de Lima e Silva ao Rio de Janeiro em 1834, para onde foram chamados para prestar esclarecimentos acerca de seu apoio a Lavalleja e a um suposto plano para separar o Rio Grande do Sul e federá-lo ao Estado Oriental. Beneficiados por

²⁶⁰ Ibid., p.57.

²⁶¹ FLORES, 1996, p.74.

²⁶² CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império*, Volume III. Brasília: Senado Federal, 1998, p.199.

um ambiente político relativamente favorável na capital, uma vez que os liberais moderados controlavam a Câmara dos Deputados e mesmo a direção da Regência Trina, entre cujos regentes estava Francisco de Lima e Silva, irmão de João Manuel, além de exercerem importante influência por meio da imprensa, com destaque para a ação de Evaristo da Veiga, os acusados rio-grandenses acabaram inocentados e Gonçalves manteve seu posto de Comandante da Fronteira do Jaguarão, de onde continuou a apoiar a facção de Lavalleja.

Ainda em 1834, o líder farroupilha cruzou a fronteira com um exército de 300 homens, dos quais cerca de 50 eram orientais, e atacou as forças do coronel Servando Gómez, as quais saíram derrotadas e foram feitas prisioneiras²⁶³. Diante da continuidade da interferência de estancieiros-militares da fronteira em assuntos orientais, o governo uruguaio viu-se obrigado a extrapolar a ação puramente diplomática, que não vinha dando resultados, e passou à ação militar: enviou reforços à fronteira do Jaguarão com vistas a dissuadir os farrapos de futuras incursões, enquanto o governo regencial, após sucessivos alertas por parte do cônsul-geral do Império em Montevidéu, Manuel de Almeida Vasconcelos, ordenou ao governo do Rio Grande do Sul que contivesse os elementos desestabilizadores da província e assegurasse a ordem na fronteira²⁶⁴.

Abria-se em definitivo a contenda que desembocaria diretamente na eclosão do movimento armado farrapo em setembro do ano seguinte, e o Estado Oriental aparecia como ator central nessa disputa intraprovincial que tinha como pano de fundo o choque entre o centralismo imperial ancorado na Constituição de 1824 e os velhos desígnios autonomistas das elites liberais fronteiriças da província, reforçados e impulsionados pelo fim do reinado de D. Pedro I. Se em 1823 a luta dos liberais brasileiros por maior descentralização política fora interrompida com o fechamento da Constituinte, simbolizando o autoritarismo e a preponderância do imperador sobre o Legislativo, a abdicação de 1831 representou uma abertura no sistema imperial que possibilitou às forças liberais um retorno efetivo ao tabuleiro político nacional, quadro este que ganhava variáveis adicionais no Rio Grande do Sul, cujas lideranças políticas de todos os matizes não podiam ignorar os acontecimentos políticos e militares que se desenvolviam do outro lado da fronteira.

Em 20 de setembro de 1835, começava a sublevação farroupilha em Porto Alegre. Tropas rebeldes da Guarda Nacional comandadas por Bento Gonçalves, Onofre

²⁶³ GUAZZELI, 2013, p.66.

²⁶⁴ *Ibid.*, p.67.

Pires e Gomes Jardim rapidamente destituíram Fernandes Braga do governo, ao que se seguiu, já no dia seguinte, a posse de Marciano Pereira Ribeiro como presidente provisório da província. Vice-presidente provincial e liberal moderado simpático ao movimento àquela altura, Marciano defendeu o movimento perante o governo regencial, justificando-a como resultado da perseguição do governo Braga aos liberais da província. Bento Gonçalves, por sua vez, já dava o movimento por concluído no dia 25, e os rebeldes de tudo fizeram para convencer a Regência de que o ato se dera contra a administração de Fernandes Braga e o marechal Barreto, não contra o Império, mas:

Apesar dos reiterados protestos de fidelidade à monarquia constitucional, apenas as autoridades assistiram ao Te Deum na matriz de Porto Alegre, em 2-12-1835, pelo aniversário de D. Pedro. Só a barca a vapor Liberal e um bergantim americano se embandeiraram, numa demonstração que a província do Rio Grande do Sul não tinha feições ao imperador ou ao sistema monárquico²⁶⁵.

3.3. A política farroupilha para o Uruguai durante o governo Oribe (1835-1838) e a questão do Estado Nacional

Ao analisar o processo histórico de desenvolvimento do conceito de Estado moderno Inglaterra, o historiador Quentin Skinner observa que a mesma adquiriu relevância gradualmente entre o fim do século XVI e o início do século XVII, em grande medida influenciada por discussões escolásticas sobre a *summa potestas*²⁶⁶, tratados franceses acerca da ideia de soberania e manuais políticos oriundos da Península Itálica sobre a razão do Estado²⁶⁷. Associando esse processo de afirmação do Estado na modernidade europeia ao surgimento da própria perspectiva absolutista, Skinner atribui às teorias de Jean Bodin (1530-1596) e de Robert Filmer (1588-1653) – este, autor de uma elaborada articulação da doutrina do direito divino dos reis – lugar de destaque no processo de evolução do conceito no plano teórico. Tal visão absolutista do Estado seria, pouco a pouco, desafiada por um robusto conjunto de ideias políticas e econômicas comumente conhecidas como liberalismo e que constituiriam o arcabouço jurídico-

²⁶⁵ FLORES, 2002, p.342.

²⁶⁶ Poder próprio do Estado caracterizado pela sua supremacia sobre indivíduos e quaisquer associações de natureza privada, confundia-se com o conceito de soberania e constituía objeto privilegiado de discussões de pensadores escolásticos do início da Idade Moderna europeia.

²⁶⁷ Ver SKINNER, Quentin. A genealogy of the modern State. *Proceedings of the British Academy*, 162, p.325-370, 2009.

político do que viria a ser o Estado Liberal, contrapondo-se, assim, aos pressupostos do Estado Absolutista moderno contra o qual a burguesia inglesa se insurgia.

Na esfera da realidade concreta, a disputa entre as duas concepções de Estado, que teve na Guerra Civil Inglesa (1642-1651) sua manifestação mais violenta, culminou com o triunfo do Parlamento sobre a Coroa e o declínio do Estado Absolutista inglês, concorrendo para a gradual transição para o que se pode considerar o primeiro Estado Liberal da história. Decaía o poder real e o da nobreza, enquanto a burguesia, em grande parte representada no Parlamento pelos *whigs*²⁶⁸, construía lentamente sua hegemonia político-econômica que culminaria, do ponto de vista da evolução do Estado, na organização das bases do Estado capitalista moderno, consolidadas no século XIX.

O confronto entre esses dois modelos de Estado se repetiria nas colônias portuguesas na América durante o processo que levou à ruptura dos laços coloniais com a metrópole portuguesa, guardadas as proporções e levando em consideração as particularidades da região e suas diferenças históricas relativamente ao caso britânico. A consolidação da Grã-Bretanha²⁶⁹ como potência econômica e militar dominante ao longo da segunda metade do século XVIII, com significativa influência na América do Sul, fizera do modelo de Estado britânico contemporâneo uma das principais alternativas políticas a serem emuladas do ponto de vista das elites políticas e econômicas lusobrasileiras após a eclosão da Revolução do Porto – ela própria tributária dos valores ‘liberais anglo-saxões’ e da intensificação do processo autonomista brasileiro.

Nesse sentido, cumpre mencionar a atuação de Hipólito da Costa que, por meio da ação doutrinária de seu *Correio Braziliense*, desempenhou papel fundamental na disseminação de valores, ideias e medidas político-econômicas liberais pelo mundo lusobrasileiro no início do século XIX. O jornal constituiu a principal fonte de informação e de doutrinação política para os setores das elites da América portuguesa que a partir de 1820 se aglutinariam em torno de D. Pedro para organizar a resistência às demandas e

²⁶⁸ Partido político de tendências liberais que defendia, entre outros ideais, o constitucionalismo, o liberalismo político e econômico, a supremacia do Parlamento sobre a Coroa e a tolerância religiosa com os protestantes, polarizou a política inglesa e depois britânica com os conservadores do Partido Tory entre 1678 e 1859. Representou os interesses da ascendente burguesia contra os partidários da monarquia absoluta, cujos principais defensores no Parlamento eram os *tories*, precursores do atual Partido Conservador britânico.

²⁶⁹ Em consequência do *Acts of Union* de 1706-1707 votados pelos respectivos parlamentos, os reinos da Inglaterra e da Escócia se fundiram para dar origem ao Reino da Grã-Bretanha, unificando as duas Coroas e governos, motivo pelo qual fala-se em Inglaterra aqui, ao contrário do período do ciclo farroupilha, quando o que se tinha já era o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda – tendo este último reino sido absorvido por meio dos *Acts of Union* de 1800 e 1801.

pressões das Cortes de Lisboa. Nascido em Colônia do Sacramento em uma família de rio-grandenses, Hipólito, após viver em Filadélfia e em Lisboa, fixou-se em Londres em 1805, onde fundou o que seria o primeiro jornal brasileiro da história três anos mais tarde. Servindo mais como veículo de doutrinação política liberal do que como um jornal informativo propriamente dito, o *Correio Braziliense* advogava sistematicamente ideias políticas intimamente associadas ao liberalismo, como o modelo parlamentar de governo, a monarquia constitucional, a separação e equilíbrio entre os Poderes e o consentimento dos governados²⁷⁰, sendo seu redator, de certo modo, o precursor do liberalismo no Brasil.

Por outro lado, a manutenção de um corpo político nitidamente subordinado ao poder da Coroa, cuja legitimação derivava da doutrina do direito divino dos reis, apresentava-se como alternativa para uma parte das elites luso-brasileiras que, por razões diversas, defendiam a continuidade do Estado monárquico sob a égide de pressupostos do absolutismo.

Fosse como fosse, após a consumação de fato da independência do Brasil, a questão do Estado – e da nação – se colocava perante as elites dirigentes: rompidos os laços com Portugal, fazia-se necessário construir o Estado Nacional do novo país, como também era o caso das recém-emancipadas colônias espanholas na região, ainda que, no caso peculiar brasileiro, pode-se dizer que tal construção se daria sobre uma estrutura estatal pré-existente, moldada principalmente a partir de 1808, com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.

Ao contrário do processo de emancipação política das colônias espanholas do Prata, o qual foi tratado no capítulo II, a luta pela Independência brasileira se caracterizou pela sua relativa curta duração, o que permitiu que as elites nacionais organizassem as bases do novo Estado e consolidassem um projeto nacional – monárquico-constitucional centralizado e amparado em uma ordem social escravista – antes das Províncias Unidas, apesar de a Revolução de Maio preceder a do Porto em uma década.

O processo de construção do Estado Imperial, cujas bases jurídicas foram estabelecidas pela Constituição de 1824, sofreria um revés com a abdicação de 1831 e as turbulências do Período Regencial que se seguiram, e foi precisamente a Farroupilha que representou a maior ameaça à consolidação do modelo de Estado monárquico-constitucional centralizado no Brasil. Por outro lado, ironicamente, a radicalização do movimento farroupilha manifestada na secessão de 1836 alienou os liberais moderados

²⁷⁰ FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 22, 2006, 319-338, p. 319.

que ocupavam o governo regencial e formavam maioria na Câmara, concorrendo, ainda, para a subsequente queda do governo Feijó e a reação conservadora simbolizada pelo Regresso²⁷¹.

Em outras palavras, se a Farroupilha, cujas lideranças reivindicavam reformas políticas profundas que exigiam arranjos institucionais que levariam ao fim do modelo vigente, colocou em xeque a construção do Estado Nacional brasileiro. Ela, ao constituir-se em ameaça separatista, também foi parcialmente responsável por fortalecer os elementos conservadores e endurecer os liberais moderados do cenário político imperial, dada a grave ameaça de desintegração territorial do país. Devido à separação da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e da proclamação da República Rio-Grandense, ganhavam força os conservadores, principais defensores da unidade territorial do Império, enquanto muitos dos liberais moderados, assustados com a radicalização do movimento, tornavam-se relativamente mais conservadores nesse aspecto²⁷².

Seria um equívoco, porém, tratar a separação farroupilha como um objetivo orgânico das elites liberais rio-grandenses como um todo, devendo-se frisar que ela compôs uma dentre algumas opções políticas naquele momento histórico. As evidências disponíveis demonstram que nem mesmo o desencadeamento da revolta contra o governo provincial foi fruto de um plano conscientemente amadurecido pelo conjunto das elites liberais da província contra o poder central, a despeito da existência de antigas reivindicações, uma vez que as *causas imediatas* da sublevação de 20 de setembro derivaram da crescente perseguição que as forças conservadoras da província levavam a cabo contra os liberais²⁷³. E, ainda assim, a insurreição se deu contra o governo provincial de Antônio Fernandes Braga e o comando militar de Sebastião Barreto, não contra o governo central encabeçado pelo regente Feijó, uma das mais conhecidas lideranças liberais do Império à época. Em discurso pronunciado após a derrubada do governo Braga, disse Bento Gonçalves:

[...] Compatriotas! Vossos votos e vossas justas exigências já estão satisfeitas. Caducou aquela autoridade cujo manto cobria os atentados de homens perversos, que tem conduzido esta benemérita província à borda do precipício. [...] Conheça o Brasil que o dia vinte de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração, e que não tivemos outro objeto, e não nos propusemos a outro fim, que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso sustentando o trono do nosso jovem

²⁷¹ PAIM, 1998, p.47-50.

²⁷² FLORES, 1996.

²⁷³ SPALDING, 1980.

monarca e a integridade do Império. [...]. Desgraçadamente, nesta província, como nas demais do Império, existe uma facção retrógrada adversa por princípios e interesses à nova ordem de coisas e inimiga implacável de todos aqueles que professam decidido amor às liberdades pátrias. Apoiado este partido antinacional pelo marechal Barreto, cuja ambição desmedida e princípios impopulares são assaz conhecidos, deixou sentir sua fatal influência em todas as presidências anteriores à do Sr. Braga, mas nunca ousou mostrar-se tão descaradamente como neste último período²⁷⁴.

Como se depreende desse curto trecho extraído do discurso, a sublevação de 20 de setembro representou a culminação da disputa política travada na província entre liberais e conservadores desde o início do Período Regencial, na qual aqueles, em ampla superioridade militar e em maioria na Assembleia Legislativa, apesar de aliados do governo provincial, saíram vencedores. A rebelião se dava especificamente contra o governo Braga e o chefe militar da província e simbolicamente contra ‘os retrógrados inimigos da liberdade’, ou seja, os conservadores do Rio Grande do Sul, e não contra o Império do Brasil governado por uma Regência liberal. Ademais, havia a percepção em setores das elites farroupilhas de que os interesses dos conservadores de sua província e de outras se confundiam com os interesses dos antigos absolutistas portugueses, cujo principal braço no Rio Grande era a Sociedade Militar, o que era razoável, visto que muitos dos antigos partidários lusos de D. Pedro continuavam ocupando postos importantes na burocracia estatal e no Exército.

Como se observou acima, consumada a deposição de Braga, os rebeldes de Bento Gonçalves instalaram o 3º vice-presidente da província, Marciano Pereira Ribeiro, considerado o mais confiável pelos liberais dentre os quatro vices, que governou a província interinamente até fevereiro de 1836. O governo regencial não reagiu imediatamente à derrubada de Braga, tampouco buscou sufocar a sublevação pelas armas, limitando-se a enviar um novo presidente à província meses após o Vinte de Setembro²⁷⁵. Após assumir o governo provincial na cidade de Rio Grande, o que foi considerado nulo pela Assembleia Provincial sob a alegação de que apenas ela possuía competência legal para empossar o presidente, o enviado pela Regência José de Araújo Ribeiro passou a governar a província desde a cidade portuária, gerando uma duplicidade de governos no extremo sul do Império mesmo antes da fase separatista do movimento

²⁷⁴ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de São Pedro*, Paris: Tipografia de Casimir, 1839, p. 362-363.

²⁷⁵ SPALDING, 1963, p.304.

farroupilha. Em que pese as instruções da Regência para que evitasse agir de modo a agravar a crise na província, tal medida tomada pelo novo presidente causou indignação e acarretou mais desconfianças entre as forças rebeladas sobre as reais intenções por trás da política conciliatória do governo regencial²⁷⁶. Em seguida, Araújo Ribeiro atraiu Bento Manoel, seu parente e receoso de uma possível radicalização do movimento do qual fazia parte, para seu lado e o nomeou Comandante das Armas provincial, encarregando-o de organizar a contrarrevolução. Em seguida, o novo chefe militar legalista da província ordenou aos comandantes militares de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte:

Salvem a província dos males da anarquia, em que a pretende envolver um partido republicano, que infelizmente aparece, o qual tem chegado a dominar a Assembleia Legislativa provincial, conseguindo obstar que se desse posse ao Dr. José de Araújo Ribeiro da presidência da província, para que fora legalmente nomeado pelo Regente, em nome do Imperador D. Pedro II²⁷⁷.

Assim, se as principais reações imediatas contra os farrapos vieram dos conservadores da província comandados pelo marechal Sebastião Barreto e coronel Silva Tavares – que se refugiaram no Uruguai após a derrubada do governo Braga –, a reação do novo presidente provincial enviado pelo Rio de Janeiro terminou por inviabilizar quaisquer tratativas que levassem a uma composição com os rebeldes que desagravasse a crise, a despeito da política conciliatória da Regência liberal, cujo chefe, Diogo Feijó, via o movimento farroupilha essencialmente como um levante sedicioso que deveria ser tratado com negociações, não um movimento separatista a ser sufocado pelas armas²⁷⁸.

Do lado dos farrapos, é certo que parte dos elementos moderados do movimento o davam por encerrado após a queda do governo Braga e em face da política conciliatória da Regência²⁷⁹, a exemplo do próprio Bento Manoel, mas a radicalização gerada após um longo impasse político e a precipitação de Araújo Ribeiro acabaram impulsionando os componentes mais exaltados dos farroupilhas que defendiam a escalada do movimento para uma revolução política plena. Como tende a ocorrer em casos dessa natureza, os

²⁷⁶ Em resposta à posse ilegal de Araújo Ribeiro na cidade de Rio Grande enquanto ainda se negociava com o governo revolucionário em Porto Alegre, e temendo que a medida levasse ao fim definitivo das negociações com os farrapos, Feijó escreveu-lhe: *'Deus queira que a esta hora esteja V. Ex. a de posse de toda a Província, e que tenham cessado os motivos mais fortes das dissidências. Grandes razões teria V. Ex. a para deixar de tomar posse na capital, eu, contudo, muito temo desse passo, porém, V. Ex. a lá está, e sua prudência e patriotismo lhe sugerirá o mais conveniente'*. VARELA, Alfredo. *História da grande revolução, volume 3*, Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p. 42.

²⁷⁷ FLORES, 2002, p. 348.

²⁷⁸ Ibid., p. 361.

²⁷⁹ FLORES, 1996.

elementos radicais foram fortalecidos pela própria intransigência do oponente em detrimento dos mais moderados; e a proclamação da República Rio-Grandense seria consequência direta dessa radicalização.

Desse modo, pode-se dizer que a declaração de secessão da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 11 de setembro de 1836, não foi resultado da vontade do movimento contestador como um todo nem um objetivo orgânico cuidadosamente planejado para ser colocado em prática, mas, sim, o desfecho da radicalização que se seguiu à destituição de Braga. Como se tratou aqui, o separatismo certamente compunha o leque de reivindicações no ideário farroupilha, e mesmo antes de 1835, mas ele representava uma dentre outras bandeiras empunhadas pelo movimento que, diante das medidas tomadas por Araújo Ribeiro e do impasse político que se instalou após a queda de Fernandes Braga, acabou se impondo às demais.

Proclamada a República por Antônio de Souza Netto, a percepção da liderança farroupilha em relação à situação político-militar do Rio Grande alterava-se radicalmente no plano das ideias: já não se tratava de uma província convulsionada por rebeldes, mas de uma República sob o ataque de invasores do Império do Brasil, cujos prepostos buscavam governá-la ilegal e ilegitimamente. Naturalmente, tal mudança de percepção causada pela declaração de separação da província não implicava mudanças automáticas e profundas no plano da realidade objetiva, marcada que estava por um conflito militar pelo qual o Império tentava reincorporar sua província meridional, muito menos que o Rio de Janeiro aceitaria uma medida considerada extrema e unilateral dessa natureza apenas em respeito à vontade dos farroupilhas.

Sua importância reside no fato de que, tendo o Rio Grande se tornado uma república nominalmente independente, e havendo os legalistas passado à condição de invasores na perspectiva dos farrapos, fazia-se necessário organizar o Estado Farroupilha e efetivar a soberania da nova República por meio de medidas concretas. Em outras palavras, impunha-se às elites separatistas organizar as bases do Estado Nacional rio-grandense concomitantemente à condução da guerra, o que, dada a formação histórica da província, sua proximidade geográfica ao Rio da Prata e as ligações entre farroupilhas e caudilhos platinos, ensejava uma multiplicidade de alternativas de projetos políticos que se entrelaçavam com outros inscritos nas disputas travadas no Uruguai e na Confederação Argentina²⁸⁰, ambos em vias de construção de seus próprios Estados Nacionais.

²⁸⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

Sobre esse conceito, é preciso que se faça uma distinção entre Estado Nacional e Estado, uma vez que aquele é mais amplo do que este, englobando, além de uma dimensão político-administrativa objetivamente verificável, aspectos culturais e identitários de natureza essencialmente subjetiva, além de situá-los nos devidos contextos histórico e geográfico da Bacia do Prata²⁸¹ da primeira metade do século XIX de modo a evitar anacronismos e a abordagem de ‘ideias fora do lugar’.

Para Max Weber, cuja definição do Estado moderno está entre as mais conhecidas, em síntese, trata-se de uma manifestação histórica da política, um corpo político que possui entre suas características fundamentais a detenção do monopólio do uso legítimo da violência dentro de um território claramente demarcado, que é aceito pelos governados, nos Estados modernos, com base em uma ampla crença na validade legal de normas racionalmente constituídas²⁸².

O Estado Nacional, por sua vez, consiste na identificação psicológica, cultural e histórica dos membros de uma nação – ou, nações – com um determinado Estado ao qual estão jurídica e politicamente vinculados como cidadãos; fundamentalmente, refere-se a um conjunto composto por Estado e nação/nações cujo elo é a identificação subjetiva da segunda com o primeiro. A socióloga Montserrat Guibernau conceitua esse fenômeno como produto da modernidade, marcado pela formação de um Estado que possui o alegado monopólio do uso legítimo da força em um determinado território. Esse Estado busca unir os povos sujeitos à sua autoridade por meio de um processo de homogeneização, fomentando a criação de uma cultura comum, símbolos e valores, e reconstruindo ou inventando tradições e mitos fundadores que não se confundem com aqueles existentes dentro de cada nação que vem a compor determinado Estado Nacional²⁸³.

Essas definições fornecem uma ideia básica sobre os pressupostos e requisitos fundamentais para a existência do Estado e do Estado Nacional em geral, mas devem ser complementadas por um recorte temporal e espacial mais específico. Em obra que se propõe a reconstruir os significados dos conceitos de Estado e nação na linguagem

²⁸¹ Embora as concepções contemporâneas de Estado e Estado Nacional vigentes no Império do Brasil e nas repúblicas do Rio da Prata não fossem idênticas, e em que pese a óbvia constatação de que o Rio Grande do Sul se constituía historicamente como parte daquele, pode-se dizer que a noção que as elites estancieiras e os letrados farroupilhas tinham acerca desses conceitos se aproximava bastante da predominante no Uruguai e na Confederação Argentina em razão dos fatores já abordados neste trabalho.

²⁸² WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

²⁸³ GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms: The Nation-State and nationalism in twenty-first century*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

política das elites rio-platenses no período que interessa a este trabalho, José Carlos Chiaramonte observa que, durante o Congresso Constituinte realizado em Buenos Aires no período 1824-1827, o deputado e ex-integrante da Junta Grande, Juan Ignacio Gorriti, formulou uma ‘*paradigmática distinción en Río de la Plata*’ que definiu a nação como ‘*gentes que tienen un mismo origen y un mismo idioma, aunque de ellas se formen diferentes estados*’, e ‘*como una sociedade ya constituída bajo el régimen de um solo gobierno*’²⁸⁴, complementando o autor que

En tiempos de las independencias se consideraban como sinónimo los conceptos de Estado y nación [...] al asimilar nación y Estado, éste no era visto como un conjunto institucional complejo, tal como se refleja, por ejemplo, en la expresión relativamente reciente de ‘aparato’ estatal, sino que ‘Estado’ – o ‘república’ – eran vistos como conjuntos humanos con un cierto orden y una carta modalidad de mano y obediencia, criterio que hacía posible asimilar ambos conceptos²⁸⁵.

A definição de Chiaramonte encontra eco na linguagem política dos líderes farroupilhas, que em seus manifestos e correspondências tratavam nação, república e Estado como sinônimos, tanto que Estado Rio-Grandense e República Rio-Grandense eram termos usados de maneira intercambiável. Isto é, apesar de a segunda terminologia ser mais conhecida popularmente, o Projeto de Constituição ‘farroupilha’ elaborado em 1843 também utilizava a primeira, como no dispositivo que estabelece que ‘*Os representantes da República Rio-grandense são a Assembleia Geral e o Presidente do Estado*’²⁸⁶. A ideia de nação evoluiria para um significado mais próximo ao atual a partir das últimas décadas do século XIX, tendo sua construção sido posterior à do Estado e se dado como produto de esforços conscientes e deliberados das elites nacionais após a consolidação dos respectivos Estados soberanos que ocorreu por volta de 1850 no Brasil e de 1880, no Uruguai e na República Argentina.

A construção do Estado (Liberal) requer medidas concretas que levem à centralização política e a criação de um aparato burocrático-administrativo-militar calcado em um amplo arcabouço jurídico que regule as relações entre os Poderes constituídos e a ordem social de um determinado território de forma autônoma em relação

²⁸⁴ CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004, p.41.

²⁸⁵ *Ibid.*, p.22.

²⁸⁶ Art. 11 do Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, 1843, *Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre.

a forças externas, visando, em última instância, à consolidação da soberania nacional e à proteção das liberdades da população.

As primeiras providências para a organização do novo governo foram tomadas em Piratini, escolhida para ser a capital da República em face da retomada de Porto Alegre pelos imperiais, pela sua topografia privilegiada e por estar localizada no coração da base territorial dos farroupilhas, na região da fronteira do Jaguarão. O governo republicano foi constituído em 6 de novembro de 1836, tendo os oficiais farroupilhas reunidos na nova capital eleito para presidente Bento Gonçalves, que se encontrava preso no Rio de Janeiro após a Batalha do Fanfa. Para os postos de vice-presidentes, foram escolhidos Antônio Paulino da Fontoura, Domingos de Almeida, Inácio José de Oliveira Guimarães e Mariano de Mattos, que exerceu a Presidência de 1838 a 1841²⁸⁷. Gomes Jardim, que comandara pessoalmente o levante que derrubou o governo Braga em 1835, foi eleito presidente interino e nessa condição governou até abril de 1837, tendo o sequestro dos bens dos inimigos dos farrapos ocorrido durante sua administração. Nesse mesmo mês de abril, Fructuoso Rivera, que se juntara aos farrapos após um período de internação em Porto Alegre na esteira da derrota de sua primeira sublevação, compareceu à ‘*eleição de Caçapava*’ que elegeu ‘*Antônio Netto para general em chefe do exército republicano*’²⁸⁸.

Para o ministério, foram nomeados Domingos José de Almeida, vice-presidente e um dos mentores do movimento e dos mais exaltados republicanos, para Fazenda e Interior; o advogado e diplomata José Pinheiro Ulhôa Cintra, para a pasta da Justiça e Estrangeiros; e o também vice-presidente Mariano de Mattos, para Marinha e Guerra²⁸⁹. Assim como Bento Gonçalves e Bento Manoel, os três haviam sido deputados provinciais antes do advento da república. O general João Manuel de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias, assumiu o cargo de Comandante do Exército Republicano²⁹⁰. Por meio do Decreto de 12 de novembro de 1836, criou-se a bandeira e o brasão da nova República²⁹¹. O hino nacional seria composto e oficializado em maio de 1838, em Rio Pardo, após a tomada da maior cidade rio-grandense pelos farroupilhas²⁹².

Além da organização administrativa do governo republicano, era necessário constituir politicamente o Estado rio-grandense por meio da adesão dos poderes locais

²⁸⁷ FLORES, 1996, p.136.

²⁸⁸ CALÓGERAS, 1998, p.205.

²⁸⁹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*, vol. I. Porto Alegre: ERUS, 1981, p.190-191.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ SPALDING, Walter. *Bandeira, brasão e hino do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: DAER, 1930, p.32.

²⁹² BARBOSA, p.178.

representados pelos municípios a um novo poder central que se buscava formar desde Piratini. Na conjuntura contemporânea, os municípios possuíam grande importância não só enquanto primeiros núcleos políticos formados nas Américas e ao papel que desempenharam no processo de emancipação política, mas também devido à tendência vigente de associá-los ao próprio conceito de soberania local²⁹³, isto é, ‘a primeira das soberanias’, uma vez que, mesmo após a ruptura dos laços coloniais com Portugal, as câmaras municipais continuaram sendo a única instância de representação do poder local – as Assembleia Legislativas, instaladas apenas no início de 1835, ainda eram uma novidade política e conceitual para a população. Sem a adesão dos municípios, que constituem a instância mais básica de poder e a base territorial de qualquer Estado, a proclamação da República Rio-Grandense não seria muito mais do que um ato heroico sem maiores consequências políticas práticas.

Herdeiro de uma tradição colonial marcada pela ausência de um poder central e pela fragilidade dos laços que uniam suas capitânicas, o Brasil se libertara do controle português sem que houvesse uma identificação das populações locais com o poder central sediado no Rio de Janeiro, visto como mais uma unidade política como as outras. Se até 1822 a principal identificação simbólica e subjetiva da população com o poder nacional se dava por meio da Coroa portuguesa e se assentava na noção de legitimidade dinástica, tal realidade não se alterou rapidamente após a ruptura dos laços coloniais, tendo a instituição da monarquia brasileira passado a exercer o papel simbólico e político enquanto representação da unidade nacional mesmo após a criação de uma ordem constitucional.

Apesar dos esforços centralizadores e homogeneizadores empreendidos pelas elites imperiais no pós-Independência, José Murilo de Carvalho argumenta que a forte tradição localista e centrífuga que vinha desde o tempo da Colônia permaneceu viva por todo o Período Regencial, tendo a centralização política do Império se consolidado posteriormente mais como resultado de uma conjugação de fatores objetivos do que de uma percepção subjetiva da população e das elites locais²⁹⁴.

²⁹³ PADOIN, Maria Medianeira. PEREIRA, Alessandro de Almeida. Concepções de república entre a elite farroupilha (1835-1845) e a institucionalização da República Rio-Grandense. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, p.7.

²⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización em el Imperio brasileño. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). *Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Assim, a adesão dos municípios à República era condição imprescindível para a própria existência e legitimação desta, tendo os novos governantes logrado obter a adesão da maioria dos quatorze municípios rio-grandenses²⁹⁵ com órgãos representativos à época, a começar pela Câmara de Jaguarão, que aderiu poucos dias após a declaração de secessão, sendo seguida pelas de Piratini e Alegrete, além de Caçapava, Cruz Alta, São Borja, Cachoeira, Triunfo, Rio Pardo e Lages, este último, localizado na província de Santa Catarina. Dessa maneira, formava-se gradualmente um novo poder central por meio da união entre os municípios que proclamavam o desligamento dos poderes locais da comunhão brasileira e sua adesão ao Estado Rio-Grandense, o que levaria, no médio e longo prazos, à construção de uma nova soberania assentada sobre bases republicanas.

Além disso, com vistas à institucionalização da República, o novo governo deliberou acerca da convocação de uma Assembleia Constituinte para elaborar a Constituição que deveria constituir os Poderes do Estado, regular seu funcionamento e delimitar as garantias, os direitos e os deveres dos cidadãos rio-grandenses, entre outras providências, devendo passar a exercer as funções de Poder Legislativo nacional após a promulgação da Carta da República²⁹⁶. Devido a fatores e circunstâncias impostos pela escalada da guerra, contudo, a convocação da Constituinte acabou não se realizando imediatamente, tendo o ministro Domingos de Almeida publicado o Decreto convocatório para a instalação do Conselho de Procuradores-Gerais dos Municípios em setembro de 1838, ‘*afim de que o governo pudesse consultá-los em todos os negócios concernentes ao bem do país e de cada município*’²⁹⁷.

Como José Bonifácio fizera em 1822 ao convocar os procuradores-gerais das províncias do Brasil, o governo republicano farroupilha convocava os procuradores-gerais dos municípios rio-grandenses, que, reunidos ao final de 1839, decidiram:

Que se tomem as necessárias providências para a pronta instalação da Assembleia Geral Rio-Grandense [...] que a Assembleia referida seja constituinte e legislativa, por assim convir ao bem da nação. [...] decidiu-se

²⁹⁵ Para fins ilustrativos, cite-se trecho da ata da sessão da Câmara de Alegrete que decidiu pela adesão: ‘*Tendo a Câmara Municipal de Piratini, oficiado à de Alegrete, comunicando-lhe a declaração da Independência Rio-Grandense (11-Set-1836), esta municipalidade, em Sessão de 16 de Junho de 1837, resolveu aderir à manifestação republicana da sua congênere. Determinou, para esse fim, uma sessão extraordinária para o dia 24 de Julho, fazendo-se público convite por Editais, em todo o município, às autoridades, funcionário e povo, a fim de retificarem os seus juramentos e assistirem a tão transcendente acontecimento político. Foi também, para o mesmo dia ordenado ao Pároco da Vila (Pároco Manoel Carlos Airez de Carvalho), a celebração de um Te Deum, com missa solene e oração análoga ao ato da Independência*’. Retirado de SANTOS, Danilo Assumpção. *Adesão da Câmara de Alegrete aos Revolucionários Farroupilhas*. Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831 – 2011), 2011.

²⁹⁶ FLORES, 1996, p.152.

²⁹⁷ Ibid.

que a Assembleia Geral Constituinte Legislativa se comporá de 36 deputados por geral eleição, feita pelo método semidireto adotado no Brasil, cujas concernentes leis e instruções sejam alteradas na parte que convier²⁹⁸.

Essas medidas administrativas e políticas para a organização do governo republicano e das bases do Estado rio-grandense eram implementadas em meio a um quadro marcado pela guerra, o que condicionava todas as demais ações dos republicanos nesse sentido. As contingências impostas por um conflito armado travado contra um oponente com ampla vantagem de recursos e no próprio território onde se buscava organizar e construir um novo Estado Nacional comprometia os esforços empreendidos pelos governantes de Piratini, que constantemente viam-se obrigados a conciliar suas atividades políticas com as relacionadas à guerra em uma conjuntura na qual quase sempre os imperativos desta se sobrepunham aos daquela²⁹⁹. Ante às dificuldades advindas da guerra e da dimensão do que se visava alcançar – nada menos que a constituição de um novo país –, os letrados e chefes militares farroupilhas inclinavam-se por buscar soluções no Rio da Prata, inclusive do ponto de vista econômico.

Simultaneamente à organização do novo governo, os farroupilhas também tomaram providências de caráter econômico com o duplo objetivo de manter o esforço de guerra e viabilizar a incipiente República. Em 11 de novembro de 1836, o recém-formado governo republicano expediu Decreto sequestrando os bens dos legalistas da província, abrangendo todas as mercadorias existentes nas alfândegas, povoados e até mesmo em casas particulares³⁰⁰.

Passado o período de hesitação do regente Feijó, a Marinha imperial impôs um bloqueio ao litoral rio-grandense e reforçou o controle que detinha sobre os portos provinciais com o objetivo de asfixiar os rebeldes economicamente. Considerando as ligações de muitos chefes farrapos com o Uruguai e a facilidade com que se moviam por esse país, era natural que ele aparecesse como a alternativa mais óbvia para neutralizar o bloqueio. Em linha com o apoio extraoficial que vinha concedendo aos rebeldes, o governo oriental de Manuel Oribe permitiu que artigos de guerra, reses, cavalos e mercadorias em geral transitassem pela fronteira³⁰¹, ‘abrindo’ o território oriental aos

²⁹⁸ Ata da Sessão de Instalação do Conselho de Procuradores-Gerais da República Rio-Grandense e Convocação de Assembleia Constituinte, em 21 de dezembro de 1839. In: ALMEIDA, Roberto Amaral de. BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da história do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2002, p.978.

²⁹⁹ ASSIS BRASIL, 1981.

³⁰⁰ GUAZZELLI, 2013, p.92.

³⁰¹ ÁVILA, p.198.

republicanos. Autorizou, ainda, que a praça de Montevideu fosse usada, possibilitando à República Rio-Grandense escoar seus produtos e adquirir artigos na capital uruguaia³⁰². Os farrapos, assim, se ligavam ainda mais profundamente com os rumos do Estado Oriental, de quem passavam a depender para a manutenção da guerra contra o Império e para a própria sobrevivência do Estado que buscavam constituir, conforme Maestri:

A economia da República Riograndense continuou se baseando na produção e exportação de gados e couros, realizados pelo Uruguai, por causa do controle imperialista do porto de Rio Grande e de São José do Norte. Nos fatos, se o governo uruguaio fechasse a fronteira aos farroupilhas, o movimento teria fenecido inexoravelmente por asfixia³⁰³.

Manuel Oribe assumira a Presidência constitucional em março de 1835, mesmo mês em que Rosas foi eleito governador de Buenos Aires com a soma dos poderes públicos³⁰⁴ após um golpe de Estado e intensa pressão sobre o Poder Legislativo. No poder, ambos empreenderam esforços para a organização e a construção de seus respectivos Estados desde aquele mesmo ano em que a Farroupilha foi deflagrada. Vinculado politicamente a Rivera quando de sua eleição para o cargo, Oribe mostrou-se um administrador bastante diferente de seu antigo aliado. Enquanto *Don Fructos* passou a maior parte de seu primeiro mandato (1830-1834) no interior, delegando a administração do governo ao seus *abrasilerados*, Oribe não só demonstrou notável aptidão para tratar dos negócios públicos como também para colocar em marcha políticas que viabilizassem a construção do Estado uruguaio, cuja soberania seguia em estado precário.

O artigo 10º da Convenção Preliminar de Paz de 1828 trazia a previsão expressa de intervenção do Império e das Províncias Unidas (formalmente, Confederação Argentina desde 1831) na ‘*Provincia de Montevideo*’ em caso de ‘*la tranquilidad y la seguridad fuese perturbadas dentro de ella por la guerra civil*’³⁰⁵ durante os cinco anos seguintes, além de não fazer qualquer referência aos limites territoriais do novo país, tornando o Uruguai um Estado soberano apenas nominalmente durante os primeiros anos pós-Independência. Caducado esse dispositivo que vigera durante a maior parte do

³⁰² Ibid.

³⁰³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Editora UPF, 2010, p.169.

³⁰⁴ Pelo ato, o Legislativo transferia a Rosas o exercício dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criando, na prática, uma ditadura na província de Buenos Aires

³⁰⁵ *Convención preliminar de paz entre el Gobierno de la República de las Provincias Unidas del Río de la Plata y Su Majestad el Emperador del Brasil sobre la Independencia de la Provincia de Montevideo.*, de 27 de agosto de 1828, Rio de Janeiro.

primeiro governo Rivera, urgia agir no sentido de efetivar a soberania oriental e colocar em marcha a construção do Estado e da nação uruguaia, necessidades prementes que não diferiam drasticamente daquelas impostas ao governo rio-grandense instalado em Piratini que se pretendia independente e soberano, ainda que sem o reconhecimento de outros governos àquela altura.

A principal e mais evidente diferença entre as duas situações, além da questão do reconhecimento diplomático, estava em que, ao contrário do Uruguai, cuja Independência fora produto de negociações após anos de conflito armado e contara com o apoio da diplomacia britânica e a anuência do Império e das Províncias Unidas, a República Rio-Grandense encontrava-se ainda no estágio de contestação armada contra um poder político constituído e soberano ao qual permanecia juridicamente vinculado. Nessa perspectiva, apesar de consideráveis avanços políticos, administrativos e institucionais, o processo rio-grandense estava, por assim dizer, cerca de dez anos ‘atrasado’ em relação ao uruguaio, cuja fase armada havia começado em 1825, com o desembarque dos 33 *orientales* na *Playa de la Agraciada*.

Não obstante, havia muito a ser feito para a construção de fato do Estado Oriental para além de sua configuração jurídica, sendo

Necesario ante todo poblarlo, dotarlo de instituciones sólidas, afirmar su sistema político-constitucional e tomar providencias que permitiesen determinar sus fronteras, crear un ejército profesional capaz de defender su soberania y una política que hiciera respetar la ley y el orden³⁰⁶.

Assim, Oribe teve como uma das prioridades de seu primeiro governo o estabelecimento das bases do Estado Nacional uruguaio, tomando algumas medidas nesse sentido, como o saneamento das finanças públicas³⁰⁷ – em grave estado de desarranjo deixado pelo governo Rivera³⁰⁸ –, a criação de uma universidade nacional e de um sistema de aposentadoria e pensões, a organização de serviços postais, a recriação de uma

³⁰⁶ ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000, p.67.

³⁰⁷ Poucos días após assumir a Presidência, manifestou-se Oribe: ‘*Los cofres del erario nacional se encuentran totalmente exhaustos; las rentas y los arbitrios que debían abastecerlos de caudales han sido consumidos de antemano o están empeñados para el reembolso de anticipaciones, que también han sido ya invertidas; el crédito se ha extinguido por una consecuencia forzosa de la falta de cumplimiento de los compromisos contraídos en los momentos de conflicto; y una deuda de 2.200.000 pesos abrumba con su enorme peso al tesoro público*’. MACHADO, 1997, p.162.

³⁰⁸ As acusações recaíram principalmente sobre o ex-ministro da Fazenda, dr. Lucas Obes, que retaliou pedindo à Câmara dos Deputados que se responsabilizasse solidariamente o próprio Oribe, uma vez que ele também havia servido como ministro no governo de Rivera. CALÓGERAS, 1998, p. 201.

biblioteca nacional e o início de políticas básicas de saúde pública, além de enviar seu chanceler Jerónimo Villademoros ao Rio de Janeiro para solicitar providências para a fixação de limites e pleitear negociações em torno de um tratado de paz definitivo³⁰⁹, visto que a Convenção de 1828 tinha caráter *preliminar* e as questões lindeiras continuavam sem definição. Sem razões aparentes para aquiescer aos pedidos do governo oriental, a Regência ignorou-os, mas a sublevação farroupilha desencadeada no mesmo ano criou um sério fator de instabilidade no extremo sul do Império que tornaria o Rio de Janeiro mais propenso a buscar melhores termos de inteligência com Montevideú.

Paradoxalmente, do lado uruguaio, a Farroupilha representou ao mesmo tempo riscos e oportunidades adicionais para os esforços de construção do Estado Nacional que o governo Oribe empreendia. Riscos, pois uma guerra aberta em território rio-grandense, com o qual o Uruguai compartilhava extensas ‘fronteiras abertas e em movimento’, inviabilizava a demarcação legal e definitiva do território oriental, o que constitui um entrave capital para a edificação de qualquer Estado soberano, mormente quando se considera que a generalização do conflito armado na província levou à intensificação de fluxos de rio-grandenses – rebeldes e legalistas – rumo ao território oriental.

Oportunidades, uma vez que o advento do Rio Grande do Sul farroupilha como ator político-militar autônomo no quadro da Bacia do Prata e abertamente hostil ao Império colocava-o como um possível interlocutor do governo Oribe e ampliava o poder de barganha deste relativamente ao governo regencial, ainda que Montevideú declarasse neutralidade perante o conflito armado que varria seu vizinho ao norte. Com a intensificação da guerra e seu ‘transbordamento’ para o território oriental³¹⁰, o processo de construção do Estado Nacional uruguaio se entrelaçava ainda mais firmemente com os rumos do Rio Grande do Sul.

Acobertado pela posição oficial de neutralidade de um lado, Oribe manteve, de outro, contatos com os farrapos durante todo seu primeiro mandato, chegando mesmo a apoiar a ala mais radical do movimento em relação ao ‘cruzamento do Rubicão’ que a separação expressa e inequívoca da província do Império do Brasil representaria, valendo-se precisamente da ‘janela de oportunidades’ que havia sido aberta desde

³⁰⁹ MACHADO, Carlos, p.162.

³¹⁰ Não em sentido estrito, pois as operações militares não transbordaram para o Uruguai, a não ser na imprecisa região da fronteira, mas sim em uma acepção mais ampla que diz respeito à utilização do território oriental pelos republicanos rio-grandenses como parte de seu esforço de guerra.

setembro de 1835. Se a derrubada do governo legal de Fernandes Braga e a crise que se seguiu enfraqueciam o Império na região platina, a secessão da província rio-grandense e a posterior consolidação dessa independência o afastaria em definitivo do Prata, criando um tampão que reduziria a capacidade de ação do Rio de Janeiro no Uruguai.

Assim, em resposta à solicitação por auxílio material enviada pelo coronel farroupilha Antônio Souza Netto, que derrotara as forças do legalista Silva Tavares que retornavam do território oriental após a destituição do governo Fernandes Braga, Oribe respondeu que

Enquanto não erguesse um pavilhão, afirmando que lutava pela ideia de separação, ele não comprometeria o futuro do seu País. [...] unidas as Repúblicas do Uruguai e a Rio-Grandense, formariam um colosso capaz de resistir à totalidade das falanges brasileiras [...] só em tal caso deveriam contar com a proteção da República Oriental, a qual saberia colocar-se na altura reclamada por um povo vizinho, quase irmão e tão digno da sua independência³¹¹.

Evidentemente, deve-se ter cuidado para não se superestimar o peso da exigência de Oribe na decisão de Netto, posto que, conforme se assinalou neste trabalho, a separação da província do resto do Brasil era ideia e objetivo antigos acalentados por setores das elites rio-grandenses. Estes, no entanto, careciam de um projeto consistente e amadurecido de independência, apesar de importantes nomes como Tito Lívio Zambeccari³¹², João Manuel de Lima e Silva, Joaquim Pedro Soares³¹³ e Lucas de Oliveira³¹⁴, terem defendido abertamente a proclamação da República, tendo os dois últimos, inclusive, persuadido Souza Netto diretamente nesse sentido³¹⁵.

Mais que uma irresistível e decisiva influência circunstancial na importante decisão que Netto tomara, a iniciativa do presidente oriental demonstra sua intenção de valer-se da Farroupilha para avançar os interesses do Estado Oriental, o que é ratificado pela subsequente política adotada por Montevideu de transitar da retórica para o auxílio concreto à República Rio-Grandense. Do lado dos farrapos, a busca por soluções políticas e militares no Rio da Prata foi colocada em prática logo nos primeiros estágios de organização da República.

³¹¹ VARELA, p. 214.

³¹² Um dos idealizadores da revolução, atuou, até sua prisão na Batalha do Fanfa (outubro de 1836), como principal estrategista político do movimento farroupilha.

³¹³ Militar próximo a Souza Netto. Organizou o 1º Corpo de Lanceiros Negros do Exército Farroupilha.

³¹⁴ Deputado provincial e ministro da Guerra da República Rio-Grandense em sua fase final.

³¹⁵ BENTO, p.171.

Nesse sentido, no mesmo mês em que o governo provisório republicano era organizado em Piratini, novembro de 1836, os farrapos solicitaram ao governo bonaerense o reconhecimento da República Rio-Grandense e que o governador Rosas assumisse o caráter de seu protetor³¹⁶, enviando, ainda, o emissário José Carlos Pinto a Buenos Aires para estabelecer relações diplomáticas com a Confederação Argentina, cujas relações externas estavam a cargo dessa província. Hesitante em assumir uma posição frontalmente hostil ao Império, Rosas evitou comprometer-se com o agente enviado pelo ministro farroupilha Ulhôa Cintra, mas não se opôs a que ele

Adquiriera y despachara desde el puerto de Buenos Aires cuarenta cajones repletos de material de guerra, a pesar de las seguridades dadas por Arana al encargado de negocios Lisboa y al agente secreto imperial Antonio Cândido Ferreira, de que eran destinadas para auxiliar a Oribe³¹⁷.

Como ocorrera em 1811, 1816 e 1825, mais uma vez setores das elites rio-grandenses voltavam-se para o sul de seu território para defender seus interesses internos, embora, aqui, já não se tratasse mais de interesses exclusivamente particulares, mas também de necessidades de natureza pública advindas da imperiosidade de se consolidar a independência política e organizar a República. Apesar disso, os conflitos entre interesses privados e públicos seriam um problema constante no governo republicano, sobretudo na esfera econômica. Parte dos estancieiros-políticos farrapos deixou de observar os atos oficiais do governo que contrariassem seus interesses econômicos³¹⁸, inclusive, e ironicamente, Domingos José de Almeida, o principal organizador da República.

Ao contrário de Rivera, que mantinha relações relativamente estáveis com o Rio de Janeiro e auxiliava os legalistas rio-grandenses desde o lado uruguaio da fronteira, Oribe e Rosas demonstravam inclinações pró-farroupilhas, ainda que dissimuladas, o que era lógico e racional na conjuntura contemporânea platina, considerando o papel histórico da província como base de operações do Império na Bacia do Prata, como observa Tau Golin:

De certa forma, a partir da ótica do Prata, o movimento republicano conseguiu, por fim, fragmentar o poderoso Império. [...] Rosas e Oribe, os temerários inimigos do Império, viram nos farroupilhas o instrumento para fracionar o

³¹⁶ VIDAURRETA, p.425.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ GUAZZELLI, 2013, p.88-98.

Brasil. Nos primeiros anos da insurreição, o governo portenho concebeu planos com a pretensão de transformar o perfil político da América meridional³¹⁹.

Não obstante, se por um lado Manuel Oribe apoiou diretamente os republicanos rio-grandenses, ainda que veladamente, Rosas, ocupado com uma guerra civil contra os unitários de seu país liderados por Juan Viamonte e José María Paz, ex-governadores das províncias de Buenos Aires e de Córdoba, respectivamente, optou por concentrar seu apoio pela via indireta por meio seus aliados de Corrientes e Entre Ríos após o auxílio material concedido nos momentos iniciais na fase separatista da revolução. Sobre a reação dos referidos caudilhos à desejada radicalização do movimento farroupilha, diz o historiador argentino José María Rosa:

Pero Oribe y Rosas saben a qué atenerse. Aquél quiere ayudar a los insurrectos, y choca con Rivera, a quien separa de la comandancia de campaña. Rosas – ya Jefe virtual de la Confederación con la suma del poder público – instruye a los gobernadores de Corrientes y Entre Ríos “que conviene a los intereses de la Confederación que triunfe el coronel Bento Gonçalves...esperando que presten la cooperación que fuese posible”. Viaja a Buenos Aires, a poco de estallada la insurrección, Eliseo Antunes Maciel en nombre de Gonçalves para solicitar la ayuda “*visto ter dado o passo que desmascarava a revolução*”. Pero Rosas no se mostró conforme con los ambiguos términos de las proclamas *farroupilhas*, o no creyó prudente provocar al Imperio, y limito su apoyo a la manera indirecta señalada³²⁰.

Apesar das dificuldades que tais relações enfrentaram dentro do complexo e volátil quadro de alianças vigente no Rio da Prata, é certo que, durante os três anos em que esteve à frente do governo oriental, Manuel Oribe pendeu claramente para o lado dos farroupilhas e agiu no sentido de apoiar seu esforço de guerra, inclusive abrindo a praça de Montevideú para os farrapos e permitindo que seu porto fosse utilizado para o escoamento de produtos rio-grandenses³²¹ em face do bloqueio naval que a Armada Imperial havia imposto à República. Permitia o governo oriental branco, ainda, que os farrapos se refugassem em território uruguaio quando julgassem necessário ou as circunstâncias assim exigissem, ocasionando diversas reclamações do Império e mesmo de antigos farroupilhas, como Bento Manoel, que escreveu a Araújo Ribeiro denunciando que

Mais de dois mil homens estão emigrados no Estado Oriental, protegidos por Oribe, e Rosas, e todos saberão tirar proveito de precipício, e confesso-lhe

³¹⁹ GOLIN, 2002, p.343-344.

³²⁰ ROSA, José María. *Historia argentina: unitarios y federales (1826-1841)*, Tomo IV, Buenos Aires: Editorial Oriente, 1981, p.275.

³²¹ GUAZZELLI, 2013, p. 98-102.

francamente, que eu não me atrevo a opor-me a esta nova impetuosidade de paixões que eles têm incendiado³²².

Mais do que uma opção de apoio externo, o Estado Oriental havia se tornado imprescindível para a sobrevivência da República Rio-Grandense, quer do ponto de vista econômico, quer do logístico. Em 1837, por exemplo, o ministro Domingos de Almeida dava conta de 446 reses que enviara para vender na praça de Montevidéu, e, até abril desse ano, mais de 2300 cavalos haviam sido adquiridos pelo governo rio-grandense na capital oriental³²³. Em outro momento, o ministro registra o despacho de um total de cinco a seis mil reses³²⁴ à capital oriental como forma de pagamento pela aquisição de mercadorias que o governo realizara.

A política do governo Oribe para o conflito armado que se travava no Rio Grande do Sul, no entanto, não se baseava apenas em cálculos que abrangiam fatores relacionados à consolidação da soberania uruguaia *de facto*, mas levava em conta, também, questões de caráter essencialmente interno acerca da disputa pelo poder e pelo modelo de Estado a ser construído no Uruguai. Oribe, apesar de haver chegado à Presidência com o apoio de Rivera, era, para todos os efeitos práticos, um lavallejista³²⁵; e, como tal, tinha claras tendências conservadoras e nacionalistas, vinculando-se politicamente a militares de academia, clérigos e aos *aportañados* uruguaios³²⁶ – e, por extensão, à burguesia portenha que havia financiado parcialmente a expedição dos *33 orientales* em 1825. Com tendências liberais e livre-cambistas, apesar de ser um ‘homem da fronteira’, *Don Fructos*, por sua vez, estava ligado a *los hombres civiles de tendencias liberales y progresistas*³²⁷, *los militares gauchos, el populacho y la indiada*³²⁸. Essas características naturalmente influíam nas políticas de blancos e colorados para o conflito que se desenvolvia do ‘outro lado’ de limites fronteiriços pouco precisos, embora não devam ser superestimadas em detrimento de fatores mais pragmáticos.

Com a decadência da importância de Lavalleja no cenário político oriental após o fracasso das rebeliões de 1832 e 1834, Oribe, ao se libertar gradualmente da influência de Rivera, firma-se como maior líder dos lavallejistas que evoluíram para o Partido

³²² CV 7711 – Carta de Bento Manoel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em 17 de fevereiro de 1837.

³²³ SCHMITT, Anderson Marcelo. *O despacho para o Uruguai de bens legalistas durante a guerra civil no Rio-Grandense*. Aedos, nº 12, volume 5 – Jan/Jul 2013, p.221-223.

³²⁴ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. ‘A República Rio-Grandense e a praça de Montevidéu’. *Unbral Fronteiras*, 2004.

³²⁵ ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*, p. 146-147

³²⁶ *Ibid.*

³²⁷ Os assim chamados *abrasilerados*, conforme se expôs anteriormente.

³²⁸ *Ibid.*

Nacional, o que o colocava em situação de oposição aberta ao seu antecessor. Rivera, como forma de manter parte de seu poder formal e militar após a saída da Presidência em 1834, havia criado o cargo de Comandante-Geral da Campanha para si, gerando, na prática, uma ‘duplicidade de jurisdição’ de fato. A extinção do posto pelo governo Oribe e sua subsequente recriação para acomodar seu irmão, Ignacio Oribe, bem como divergências acerca do apoio do Estado Oriental aos republicanos rio-grandenses³²⁹, estiveram entre os fatores imediatos que concorreram para que o confronto entre os dois caudilhos desbordasse do campo da política para o do conflito armado.

Em julho de 1836, Rivera iniciou uma sublevação contra o governo uruguaio juntamente com emigrados unitários argentinos anti-rosistas desde a região da fronteira, sendo batido em setembro do mesmo ano na Batalha de Carpintería, oito dias após a proclamação da República Rio-Grandense. Derrotado, o caudilho refugiou-se em Alegrete junto com o chefe unitário Juan Lavalle e cerca de quatrocentos soldados remanescentes, onde entrevistou-se com Bento Manoel Ribeiro, que já havia passado para as forças legalistas. Apesar disso, Ribeiro ofereceu proteção a Rivera, uma vez que, além dos laços pessoais que ligavam os dois, os interesses do caudilho colorado possuíam maior convergência com os do Império naquele momento em que as desconfianças da Regência quanto às ligações entre o governo Oribe e os farrapos se confirmavam. Abrigado por Bento Manoel, *Don Fructos* organizou uma nova rebelião durante os meses que passou na região de Alegrete, sendo, no entanto, interrompido como resultado das gestões do governo uruguaio³³⁰.

Reagindo à proteção que Bento Manoel fornecia ao chefe colorado, o governo Oribe enviou a Porto Alegre o emissário Atanásio Cruz Aguirre, presidente interino do Uruguai em 1864-5, para negociar uma intervenção por parte do governo da província do Rio Grande do Sul. Aguirre encontrou-se com o novo presidente Antero de Brito, e, beneficiado pela existência de disputas pessoais entre este e Bento Manoel, conseguiu que o governo provincial interviesse contra as articulações que se produziam entre o ex- chefe farroupilha e o ex-presidente uruguaio³³¹.

³²⁹ Segundo José María Rosa, documento do agente imperial em Montevideu datado de 1838 diz sobre Rivera que ‘*as circunstâncias o tinham feito sucessivamente caramuru ou farroupilha para tirar partido de uns ou outros. Pero seus sentimentos, contudo, foram sempre a favor dos legalistas por causa dos quais tiveram origem, em parte, suas desavenças com Oribe*’. p. 274.

³³⁰ CALÓGERAS, 1998, p.204.

³³¹ VIDAURRETA, p.426.

Durante o período em que esteve exilado no Rio Grande do Sul, Rivera buscou o apoio tanto de imperiais quanto de farroupilhas para sua causa, fazendo gestões junto ao governo provincial de Porto Alegre em um primeiro momento e ao republicano em Piratini, posteriormente. Ao Império, procurava demonstrar a necessidade de remover Oribe do poder em face do auxílio material e da proteção que este fornecia aos farrapos em território oriental, ligando o fim da Farroupilha à queda do governo oriental blanco³³². Apesar da dissimulação, o apoio que Oribe fornecia aos farrapos tornara-se conhecido pelo governo regencial após os sucessivos informes encaminhados pelo encarregado Manoel de Almeida Vasconcelos.

Por outro lado, as conversas com os farroupilhas buscavam convencê-los de que o êxito da República dependia da saída de Oribe do governo, valendo-se da relutância deste em reconhecer diplomaticamente o Estado Rio-Grandense, além de procurar mostrar uma convergência entre as duas causas. Em carta enviada a Bento Gonçalves no início de 1838, quando já se encontrava sublevado contra o governo de Oribe pela segunda vez, Rivera expressou que os dois estão *‘hermanados en principios, pues una misma es la causa por que ambos peleamos, pues si U aspira a libertar a su Patria sacudiendo el yujo de um Gobierno Monárquico, yo peleo para destruir un tirano que se há entronizado en mi pátria...’*. E prosseguia:

Debemos también ponernos em inteligencia para favorecernos mutuamente y por mi parte no se perdonaran medios para arribar a ello, así es que desde ya le invito, y lo hago com hechos no com palabras, yo ya me he dirigido a la Corte del Brasil por conducto muy seguro, y he introducido en ella en suma contra el Gobierno de Montevideo que lo alejara sin duda de toda negociación, y a la vez mis agentes adquirirán la bastante confianza para estar al conocimiento de todos los recursos de aquella corte y las medidas que pensé tomar sobre La Provincia de San Pedro, y de consiguiente podemos prevenirlo todo com bueno suceso. También ya nos podemos convenir en el modo de dar un golpe sobre as fuerzas legales que hay en esta frontera, sino que yo haré aparecer esto como una intriga jugada por el Gobierno de Montevideo³³³.

Do lado do Império, a Regência Feijó, apesar de suas hesitações em relação à Farroupilha e às questões do Prata, não aguardou os acontecimentos em completa passividade no campo da diplomacia. Desde o início do conflito, o governo regencial tendia a encarar Rivera como seu principal interlocutor no Uruguai para conter os

³³²CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi: corsário rio-grandense (1837 – 1838)*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992, p.43.

³³³CV 7876 – Carta de Frutuoso Rivera a Bento Gonçalves da Silva, em 2 de março de 1838. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, volume 18, Porto Alegre, 2009, p.136-137.

farrapos, em parte devido à existência de maior convergência de interesses entre ambos³³⁴. Diante da aproximação do governo oriental de Manuel Oribe aos farroupilhas, ainda que extraoficialmente, e do início das hostilidades entre os dois caudilhos, reforçava-se o papel de Rivera como aliado em potencial do Império na medida em que as circunstâncias concorriam para que os interesses de ambos convergissem: o caudilho colorado desejava derrubar Oribe do poder, enquanto ao Império, buscando reintegrar sua província sulina, cabia sufocar o movimento farroupilha cujo principal apoiador externo era o governo oriental oribista.

Porém, desentendimentos entre Bento Manoel e o novo presidente provincial acabaram desencadeando eventos que criaram uma cisão no campo legalista rio-grandense e alteraram imediata e radicalmente esse quadro, impactando nos alinhamentos e alianças vigentes. Bento Manoel era primo do presidente Araújo Em fins de março de 1837, após as tratativas com Anastásio Aguirre e em meio a desinteligências acerca de questões em torno da condução da guerra³³⁵, o presidente buscou destituir Bento Manoel do posto de Comandante das Armas e exigiu que Rivera se transferisse de Porto Alegre ao Rio de Janeiro. Em sinal de afronta, Bento Manoel retirou-se para Alegrete, enquanto Rivera, não acatando as ordens do presidente, teve sua prisão decretada. Em seguida, Antero de Brito deslocou-se para a fronteira na região de Alegrete para dar cumprimento à sua decisão e prender Ribeiro, que, antecipando-se, surpreendeu o presidente e prendeu-o antes. Bento Manoel comunicou o ocorrido a Francisco das Chagas Santos, sucessor de Brito no cargo, valendo-se do episódio para garantir a segurança de Rivera:

Conhecendo os males desastrosos que o despotismo e iníquas arbitrariedades do brigadeiro Antero José Ferreira de Brito faziam pesar sobre os mais distintos e leais rio-grandenses, e bem assim os que por sua péssima administração ameaçavam submergir para sempre n'um pélagos esta infeliz Província, prendi-o para evitar enquanto é tempo o precipício a que em tão curto espaço nos ia arrojando. [...]. Eu me comprometo a responder perante o Governo Imperial pela detenção do brigadeiro Antero. É ainda necessário que no momento que Vossa Excelência receba esta conceda-se ampla faculdade ao general D. Fructuoso Rivera para vir para o meio dos seus companheiros, na certeza de que a vida do brigadeiro Antero, que desde já entrego aos orientais, será o garante para a execução desta cláusula³³⁶.

Como consequência, Bento Manoel rompeu com o Império e retornou aos quadros farroupilhas, levando consigo tropas que não respondiam a nenhum comando a não ser

³³⁴ CISNEROS, ESCUDÉ, 1998.

³³⁵ VIDAURRETA, p.426.

³³⁶ CV 7713 – Carta de Bento Manoel Ribeiro a Francisco das Chagas Santos, em 24 de março de 1837.

ao seu. Tal mudança implicou o afastamento de Rivera e de seus colorados da órbita do Império e ao mesmo tempo os aproximou da esfera dos farrapos, ainda que não houvesse consenso em Piratini acerca da conveniência de se estreitar relações com o caudilho, dada sua amplamente conhecida ardileza que gerava a percepção em setores do movimento e do governo republicano de que *‘de Fructus nada se pode esperar’* e que sua amizade seria *‘falsa, efêmera e prejudicial’*³³⁷.

A complexa e volátil conjuntura do espaço Rio Grande-Uruguai, todavia, exigia uma alta dose de pragmatismo dos políticos e chefes militares que compunham o governo farroupilha, que logrou alcançar razoáveis termos de inteligência com Frutuoso Rivera a despeito de eventuais restrições que se pudesse levantar relativamente a ele. E, no ano seguinte, o chefe colorado ofereceria a Piratini algo que Oribe se esquivara de fazer desde que o movimento assumiu expressamente um caráter separatista: o reconhecimento diplomático do Estado Rio-Grandense pelo Uruguai, a produzir seus efeitos após o retorno de Rivera à Presidência oriental³³⁸.

As relações entre Rivera e os farrapos se estreitaram ainda mais durante esse período, ao ponto de o caudilho integrar diretamente as divisões farroupilhas no esforço de guerra contra as forças legalistas em território rio-grandense³³⁹. Foi em tal contexto que Rivera iniciou a articulação de uma aliança formal com Bento Gonçalves e tornou a mobilizar tropas com o objetivo de invadir o território oriental novamente, comprometendo-se, em troca, a apoiar os farrapos em suas ambições de conquistar um porto para a República em território rio-grandense. Tratava-se de se alcançar bases mutualmente aceitas para futuras ações conjuntas contra o Império e o governo blanco por meio das quais os farroupilhas estenderiam seu domínio ao litoral rio-grandense e os colorados tomariam o governo nacional uruguaio, conforme elucidada Tau Golin:

Uma grande operação foi montada em conjunto: a tomada de Montevideú por Rivera e a cidade de Rio Grande pelos farrapos. Os recursos seriam maximizados. Entretanto, mais tarde, Rivera conquistou a capital uruguaia e, subornado pelo Império, não cumpriu a sua parte. Ele havia se comprometido com os farroupilhas a fornecer três mil cavalos, permitir a organização de uma tropa rebelde nos campos de Maldonado, prometendo protegê-la até a fronteira de Santa Teresa. A traição de Rivera foi a causa do atraso das operações dos rebeldes rio-grandenses e de jamais terem conquistado a cidade de Rio Grande, onde se localizava o porto de fundamental importância para o comércio

³³⁷ CV 8033 – Ofício de Luigi Rosetti para Domingos José de Almeida, em 5 de janeiro de 1838.

³³⁸ Por meio do Tratado de Canguê, de agosto de 1838, conforme se examinará no capítulo seguinte.

³³⁹ CALÓGERAS, 1998, p.205-206.

exterior e sobrevivência da República insurgente. Porém, a posição dos insurretos da província sulina não permitia rompimentos³⁴⁰.

Tendo em vista a aproximação entre farrapos e colorados e a intensa movimentação destes na fronteira, o Império e o Estado Oriental blanco ganhavam um ponto de convergência à medida que seus respectivos insurretos pareciam agir em conjunto e representavam graves fontes de instabilidade para os governos instalados no Rio de Janeiro e em Montevideú. Reagindo a essa aproximação, o governo Oribe publicou um decreto que exigia que o gado transportado ‘*dos territórios brasileiros adjacentes*’ para ‘*a tablada montevideana*’ fosse acompanhado de documentos legais assinados pelo legítimo proprietário, comprometendo, na prática, as medidas confiscatórias implementadas pelo governo rio-grandense contra seus adversários³⁴¹; devido à debilidade do Estado Oriental naquela conjuntura, no entanto, o ato não foi implementado efetivamente e o decreto não produziu seus efeitos³⁴².

Dando continuidade às negociações que haviam sido iniciadas na capital uruguaia, e visando também tirar proveito da fragilidade do Império para fixar em definitivo as fronteiras, o Encarregado de Negócios do Estado Oriental, Carlos Villademoros, manteve na capital imperial uma série de encontros com o ministro dos Estrangeiros da Regência, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma. Durante as tratativas, Villademoros propôs um tratado ofensivo-defensivo dirigido contra farroupilhas e colorados que previa a possibilidade de forças regulares orientais atuarem em território rio-grandense com o intuito de combater os dois grupos, e vice-versa. Tal acordo incluiria, entre outras providências:

Auxílios recíprocos, constantes de força de terra e mar, bem como de recursos pecuniários; as tropas de cada nação conservariam seus uniformes, e seriam comandadas por um chefe geral do país em cujo território operassem; os criminosos políticos seriam imediatamente retidos e enviados para longe das fronteiras, ficando ao arbítrio do governo do qual fossem súditos marcar o lugar de internação, para onde receberiam passaporte; desarmamento e internação das forças rebeldes que passarem de um para outro país; entrega recíproca dos chefes da rebelião³⁴³.

³⁴⁰ GOLIN, Tau, 2002, p.354.

³⁴¹ LEITMAN, 1979, p.164.

³⁴² Ibid., p.165.

³⁴³ CALÓGERAS, 1998, p.208.

O ministro Montezuma e o regente Feijó simpatizaram com a proposta, ainda que ela envolvesse a autorização para forças estrangeiras operarem em solo brasileiro³⁴⁴, pois era imprescindível debelar a *‘insidiosa e sanguinária rebelião da importantíssima província do Rio-Grande do Sul’* e, para tanto, *‘seria mui vantajosa uma força habituada àquele gênero de guerra’*³⁴⁵. Contudo, a proposição gerou forte repulsa na comissão parlamentar eleita para analisá-la e agravou o isolamento político do governo Feijó, terminando rejeitada por deputados e senadores, que reprochavam o que entendiam como extraordinária debilidade do Poder Executivo. Já enfraquecido por disputas internas, hesitações diante da Farrroupilha de cujas reivindicações jamais discordara de verdade³⁴⁶ e agora por um ato de surpreendente e evidente fragilidade, o governo Feijó caiu quatro dias depois da rejeição unânime da proposta de acordo³⁴⁷. Menos de um mês depois, com o apoio relutante e decisivo de Piratini, Rivera invadia o Uruguai com tropas coloradas e unitárias.

Com o fim da Regência Feijó, afastavam-se as frágeis possibilidades de entendimento do Império com o governo Oribe, e os liberais moderados eram afastados do poder. A Regência conservadora de Araújo Lima³⁴⁸ formularia uma política externa menos vacilante para o Rio da Prata, embora mantivesse a posição oficial de neutralidade de seu antecessor. Tal política incluiu a nomeação de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, conservador convicto e um dos responsáveis pelo acirramento das tensões após a derrubada do governo de seu irmão Fernandes Braga, para o posto de Encarregado de Negócios do Império em Montevidéu.

Instalado no cargo em janeiro de 1838, quando as tropas sublevadas de Rivera já estavam em Canelones, Chaves propôs a Oribe a formação de uma brigada de cavalaria integrada por brasileiros residentes no Uruguai³⁴⁹, buscando um acordo em termos considerados menos humilhantes para o Império. A proposta não previa qualquer contrapartida, e Oribe, desconfiado das intenções do Brasil e ainda ligado a Piratini, recusou-a. Refletindo uma política mais incisiva do Império para o Prata, Chaves,

³⁴⁴ Por motivos óbvios, havendo a Regência se recusado a reconhecer a separação do Rio Grande do Sul, o território do Estado Rio-Grandense era tratado como brasileiro.

³⁴⁵ Palavras proferidas por Feijó na ocasião e registradas por Montezuma. CALÓGERAS, Op. cit., p.211.

³⁴⁶ BARMAN, Roderick. *Brazil: The forging of a nation, 1798-1852*. Stanford-CA: Stanford University Press, 1994, p.185-188.

³⁴⁷ CALÓGERAS, 1998, p.212.

³⁴⁸ Não encontrando sucessor nos quadros liberais, e enfrentando pressão da Câmara conservadora, Feijó indicou o conservador Pedro Araújo Lima para sucedê-lo na Regência Una, o que foi confirmado pela eleição realizada em abril de 1838.

³⁴⁹ VIDAURRETA, p.431.

buscando tirar proveito de uma possível vitória definitiva de Rivera, propôs ao governo regencial ‘*apalpá-lo, e para bom êxito conviria oferecer-lhe vantagens, as quais V. Exa. dirá quais sejam*’, pois ‘*Oribe, sempre propenso para os farrapos, agora que a fortuna os favorece mais e mais se lhes há de ligar*’³⁵⁰.

Tendo em vista o apoio que o governo oriental ainda dava aos farrapos³⁵¹, mesmo diante da aparente aproximação destes aos colorados, e da quase obsessiva política do presidente oriental de buscar extrair do Império um tratado de fronteira com base no Tratado de Santo Ildefonso, a Regência conservadora passou a conceber uma política de instrumentalização de Rivera e dos colorados para destituir Oribe³⁵². Convergiam os interesses do Império novamente com os de Rivera no tocante aos rumos do Estado Oriental – e, por extensão e ironicamente, cada vez mais com os dos farroupilhas naquele momento –, evidenciando mais uma vez o alto grau de complexidade e instabilidade dos alinhamentos existentes no amplo tabuleiro político-militar platino que se estendia até o Rio Grande do Sul.

As forças de Rivera conquistaram a maior parte do interior do território oriental em poucos meses, chegando às portas de Montevideú em janeiro de 1838, ao que o governo Oribe respondeu propondo um acordo com o chefe colorado – que não foi adiante – e solicitando a intervenção do general e ex-governador de Buenos Aires, Miguel Estanislao Soler, que assumiu a defesa da capital. Pouco depois, motivado por uma crise diplomática aberta entre o governo Rosas e o Reino da França acerca da obrigatoriedade de alistamento militar dos cidadãos franceses residentes na província de Buenos Aires³⁵³, começava o bloqueio francês do Rio da Prata que duraria até outubro de 1840.

Como consequência da resistência de Rosas em ceder à pressão francesa e da vinculação expressa entre o governador bonaerense e Oribe, que recusara a solicitação do almirante francês Leblanc para utilizar o porto de Montevideú como base naval contra Buenos Aires³⁵⁴, os franceses decidiram apoiar os colorados contra os blancos, que foram decisivamente derrotados pelas tropas de Rivera na Batalha de Palmar, em junho de 1838³⁵⁵. Com seu exército devastado e com Montevideú bloqueada e sob a mira de canhões franceses, Oribe renunciou e se refugiou em Buenos Aires, não sem antes

³⁵⁰ GUAZZELLI, 2013, p.121.

³⁵¹ A praça e o porto de Montevideú permaneciam abertos à República Rio-Grandense a essa época.

³⁵² BANDEIRA, p.111.

³⁵³ FERNANDÉZ, Jorge. RONDINA, Julio César. *Historia Argentina: 1810-1930*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2006, p.161.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ ROSA, p.280.

registrar que a renúncia era resultado de coerção e de exigir de Rivera o compromisso de realizar eleições.

Desse modo, com o apoio do Estado Rio-Grandense, da esquadra francesa e crescentemente do Império, Rivera depõe Oribe da Presidência e impõe derrota militar incontestável aos blancos, encerrando sua rebelião contra o governo oriental. Não obstante, a disputa entre os dois caudilhos não só não estava terminada como escalaria para um conflito militar mais amplo, com impacto no Rio Grande do Sul. Tendo em vista as inclinações pessoais e ideológicas dos dois caudilhos, suas bases sociopolíticas e seus alinhamentos internos e externos, e considerando a conjuntura contemporânea e o momento histórico no qual estavam em marcha os processos de organização das bases dos Estados Nacionais dos países da região e a multiplicidade de projetos que se inscreviam nas contendas travadas dos dois lados da fronteira, a disputa entre blancos e colorados não se limitaria às fronteiras internas orientais.

Mais que uma disputa entre caudilhos, estava em jogo o modelo de Estado Nacional que seria conformado no Uruguai, enquanto os possíveis rumos da República Rio-Grandense se encontravam estreitamente entrelaçados com as alternativas que se apresentavam no contexto da Guerra Grande que se abriria após a derrocada do governo Oribe e seu exílio em Buenos Aires, em 23 de outubro de 1838. Antes mesmo da retomada do poder pelo Partido Colorado, Rivera já tinha um emissário junto aos farrapos, Martiniano Chilavert³⁵⁶, militar argentino veterano da Guerra da Cisplatina, que seria encarregado de representar os interesses do caudilho colorado junto ao Estado Rio-Grandense.

Do outro lado da contenda, o exílio dos blancos em Buenos Aires e a nomeação de Manuel Oribe para o posto de comandante das tropas da Confederação concorriam para cimentar a inserção do Partido Nacional na órbita de Rosas, fazendo do caudilho blanco uma espécie de extensão dos interesses do ditador portenho e acirrando ainda mais as divisões políticas e o antagonismo de interesses no Prata, cujos conflitos penetravam as fronteiras brasileiras por meio da ‘*correia de transmissão*’³⁵⁷ que o Rio Grande do Sul representava para o Império.

³⁵⁶ FIGUEIREDO, Joana Bosak de. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. Región y nación: el Río Grande insurgente, entre el Imperio de Brasil y las Repúblicas del Río de la Plata (1838-1842). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Vol. 16, Nº 2, 2012, 9-43, p.18.

³⁵⁷ FERREIRA, 2006, p.69.

CAPÍTULO IV

OS FARRAPOS NO PRATA: A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE E A GUERRA GRANDE NO URUGUAI (1839-1845)

4.1. A conjuntura político-militar no início de 1839

Do início da fase armada do movimento farroupilha, em setembro de 1835, até a queda do governo Oribe, em outubro de 1838, a guerra civil no Rio Grande do Sul estruturou dois alinhamentos políticos no quadro platino, tendo farrapos rio-grandenses, blancos uruguaios e a maior parte dos federalistas de Buenos Aires, Corrientes e Entre Rios de um lado, e colorados, unitários e uma parte minoritária de *federales*³⁵⁸, de outro, com variados graus de cooperação e padrões de relações que eram definidos pelas circunstâncias e vicissitudes advindas do complexo e turbulento subsistema platino daquele período.

Do ponto de vista das Repúblicas do Prata, os três primeiros anos da Farroupilha foram marcados pelo apoio concreto – ainda que dissimulado – aos rebeldes por parte do Uruguai, e retórico e indireto de Buenos Aires, enquanto as províncias de Corrientes e Entre Rios prestaram auxílios na forma de fornecimento de cavalcadas e armas aos rebeldes³⁵⁹. Visto por outro ângulo, pode-se dizer que os farrapos estiveram alinhados às forças políticas que ocupavam os principais governos platinos que detinham interesses na rebelião farroupilha, seja no Uruguai, em Buenos Aires ou nas províncias litorâneas da Confederação. O Império, embora mantivesse posição oficial de neutralidade, buscou articular algum tipo de ação tanto com blancos como com colorados com o objetivo de pacificar o Rio Grande do Sul. Se estava alinhado a Rivera e seus *abrasilerados* no início do conflito, tentou agir em conjunto com os blancos – o que

³⁵⁸ Uma das razões para a divisão interna do Partido Federal decorria da recusa de Rosas em nacionalizar as rendas da aduana de Buenos Aires e de fechar os rios interiores à navegação, o que prejudicava as províncias. A Lei de Aduana de 1835 mitigou esse problema ao estabelecer uma política protecionista que beneficiava as economias provinciais, mas não foi suficiente para eliminar por completo as dissidências entre os *federales*, a exemplo de Corrientes, cujo federalismo se chocava com a forma centralizadora com que Rosas governou. Além disso, havia *federales* que se opunham a Rosas em razão de seu autoritarismo. Ver LYNCH, John. *Argentine caudillo: Juan Manuel de Rosas: 1829-1851*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

³⁵⁹ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da História do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

concorreu para a queda de Feijó da Regência – em um segundo momento, optando finalmente pelo polo colorado após o fracasso das tratativas com o governo Oribe.

Se tais alinhamentos começaram a ser desfeitos ainda 1837, quando Bento Manuel Ribeiro se reintegrou aos farrapos junto com os colorados, foi com o exílio de Oribe em Buenos Aires e o retorno de Rivera à Presidência oriental que uma nova estruturação de coligações foi colocada em marcha. Tendo os colorados chegado ao poder com o auxílio de Piratini e dos agentes franceses em um primeiro momento, e do Império posteriormente, Rivera iniciou seu segundo mandato vinculado a uma série de compromissos com forças estrangeiras que impactariam na teia de relações do tabuleiro rio-platense.

Para os republicanos rio-grandenses, tal fato implicava, na prática, a manutenção do apoio do governo uruguaio ao esforço de guerra farroupilha, considerando o auxílio prestado por Oribe anteriormente. Além disso, e talvez ainda mais importante, representava expectativas de que o novo governo levasse essa cooperação a um novo nível, principalmente em relação ao reconhecimento diplomático do Estado Rio-Grandense, antigo ponto de divergência entre o governo blanco e Piratini. Afinal, Rivera havia se comprometido a reconhecer a República durante o tempo em que esteve com os farrapos no ano de 1837, formalizando o compromisso no ano seguinte por meio do Tratado de Canguë, como já se disse.

Buscando consolidar sua independência e organizar as bases de seu Estado Nacional, objetivos indivisíveis, os líderes farroupilhas viam como imprescindível o reconhecimento internacional da República³⁶⁰, a começar pelo Uruguai, e a contínua recusa de Oribe em fazê-lo desempenhou papel importante no afastamento entre os dois blocos, juntamente com o retorno de Bento Manuel Ribeiro aos quadros republicanos e a aproximação a Rivera que esse ato acarretou. A partir de então, *os farroupilhas teriam em Rivera um aliado mais convicto e movediço do que fora Oribe*, e, por força do antagonismo existente entre os dois caudilhos orientais, *participariam nas complicadas manobras políticas que Don Frutos armava com os unitarios argentinos e os dissidentes do litoral, especialmente a província de Corrientes*³⁶¹.

As ambiguidades de Rivera e as desconfianças que ele despertava levaram os farrapos a tentar uma nova aproximação a Rosas ao longo de 1839, mas, já em setembro

³⁶⁰ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.124.

³⁶¹ GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 1997, p.126.

desse ano, os integrantes do governo republicano decidiriam permanecer vinculados aos colorados. Sobre o afastamento dos republicanos rio-grandenses de Oribe, o redator do diário oficial farroupilha, Luigi Rossetti, escreveu ao ministro Domingos de Almeida desde Montevideu:

Oribe, a não ser a pouca ou nenhuma franqueza que houve de nossa parte, era nosso amigo. Ele era farroupilha; eram caramurus os seus empregados e seu ministério, os membros da Câmara permanente. Precisava lhe subministrar razões para nos poder proteger, ao contrário, que se fez? [...]. Se o Senhor General Neto, e o Coronel Canabarro não tivessem nunca contestado às suas cartas, e se não entrasse o Governo nunca em tratados com Lavalleja³⁶², me posso enganar, mas me atrevo dizer que Oribe teria conhecido desde muito tempo a independência do Rio Grande³⁶³.

Objetivamente, a aproximação entre farrapos e colorados significou a redução da margem de convergência entre estes e o Império, tornando o outro campo da disputa, isto é, o Partido Nacional, aparentemente mais atraente do ponto de vista da política platina do Brasil no que dizia respeito à pacificação do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a Regência conservadora de Araújo Lima manteve tratativas com o novo governo oriental de Rivera, pois uma maior aproximação ao partido de Oribe era vista com cautela na medida em que poderia levar, em última instância, ao estreitamento de relações com Juan Manuel de Rosas, visto como principal adversário estratégico do Império no subsistema platino³⁶⁴. Por isso mesmo, a linha de ação adotada pela diplomacia imperial após o exílio de Oribe e seus partidários em Buenos Aires e a chegada de Rivera à Presidência foi a de neutralidade, porém com algum grau de engajamento com o novo governo colorado-oriental. Se os blancos eram cada vez mais vistos como uma espécie de extensão dos interesses de Rosas no Uruguai, cabia ao Império agir no sentido de buscar alguma base de convergência com o grupo político de Fructuoso Rivera, que, no entanto, apoiava os farroupilhas e com o apoio deles derrubara Oribe.

Dessa maneira, ao começar o ano de 1839, a República Rio-Grandense estava vinculada aos colorados – e, conseqüentemente, ao governo oriental – e em situação de

³⁶² É possível que Rossetti tenha querido se referir a Rivera, em vez de Lavalleja, por dois motivos: quando a carta foi escrita, os farrapos haviam firmado um tratado com Rivera no ano anterior na capital Piratini, no período em que o chefe colorado esteve emigrado; a essa mesma época, Lavalleja e Oribe já estavam há muito ligados ao mesmo grupo, o Partido Nacional, e não haveria, salvo melhor juízo, antagonismos mais profundos entre os dois, como as ações militares de ambos demonstrariam ao longo dos anos seguintes.

³⁶³ CV 8035 – Carta de Luigi Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de fevereiro de 1838.

³⁶⁴ BUENO, Clodoaldo. CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008, p.110-113.

neutralidade tácita em relação aos blancos orientais exilados em Buenos Aires e aliados dos *federales* de Rosas. Além disso, encontrava-se em óbvio estado de beligerância *vis-à-vis* o Império, cujas tropas conquistaram a capital Piratini em fevereiro; e o Partido Colorado tratava tanto com farroupilhas como com imperiais, além de estar intimamente ligado aos interesses franceses, de quem, reforce-se, havia recebido apoio decisivo na luta contra as forças de Oribe.

Na Confederação Argentina, a província de Corrientes, que há muito se ressentia do centralismo bonaerense, levantara-se pela primeira vez contra Rosas em dezembro de 1838 com o *pronunciamiento* do governador Genaro Berón de Astrada, que firmou uma aliança anti-rosista com os unitários exilados em Montevideú e com Rivera³⁶⁵ quando este já havia expulsado Oribe e seus partidários do Uruguai. Ao contrário de Corrientes, o governador de Entre Rios, Pascual Echagüe, mantinha boas relações com Buenos Aires e colocou-se do lado de Rosas e dos blancos orientais após o início da segunda sublevação de Rivera, desempenhando importante papel como preposto do ditador bonaerense³⁶⁶.

Já as duas potências europeias com presença e interesses no Prata, França e Grã-Bretanha, atuavam de forma diversa àquela altura. O bloqueio naval francês, tão importante para a queda de Oribe, continuaria em vigor até outubro de 1840. A diplomacia britânica agia no sentido colocar um fim a essa medida que prejudicava seu comércio na região ao mesmo tempo que buscava evitar uma vitória dos franceses que possivelmente levaria à supremacia destes nas duas margens do rio da Prata³⁶⁷, uma vez que Montevideú já estava ligada aos interesses de Paris.

Desenhavam-se, assim, os alinhamentos e as alianças que davam cores ao tabuleiro rio-platense quando do início da guerra civil que assolou o Uruguai de 1839 a 1851, cujos desdobramentos teriam impacto direto nos rumos do Estado Rio-Grandense, ele próprio parte interessada na disputa que se travava no tabuleiro platino.

³⁶⁵ ROSA, José María. *Historia argentina: unitarios y federales (1826-1841)*, Tomo IV. Buenos Aires: Editorial Oriente, 1981, p.370-371.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ CISNEROS, Andrés. ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina, Parte I, Tomo IV*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, p.100.

4.2. Entrelaçamentos da Farroupilha com a Guerra Grande durante o segundo governo colorado (1839-1843)

4.2.1. A República entre Rivera e Rosas

Após dissolver o Poder Legislativo oriental posteriormente ao exílio de Oribe, Fructuoso Rivera foi eleito presidente do Estado Oriental por uma reconstituída Assembleia Nacional em março de 1839, passado um breve período de governo interino de Gabriel Antonio Pereira, presidente do Senado. A eleição de Rivera formalizou o amplo domínio de fato que o caudilho já detinha sobre a política uruguaia como resultado da vitória sobre o Partido Nacional. Ao assumir o cargo, e sob pressão dos agentes franceses de Montevideú e da *Comisión Argentina* sediada na mesma cidade³⁶⁸, o novo presidente assinou, sem publicá-lo de imediato, documento de declaração de guerra a Juan Manuel de Rosas. Começava, assim, o conflito que varreria o Uruguai durante cerca de doze anos.

Do lado rio-grandense, o transbordamento da guerra entre blancos e colorados para o território argentino significava, entre outras consequências, a ‘extensão’ do conflito farroupilha para o mesmo âmbito, quer pela via indireta por meio da vinculação e das obrigações mútuas existentes entre farrapos e colorados, quer pela direta no tocante às relações que o Estado Farroupilha mantinha diretamente com a limítrofe Corrientes e Entre Rios. Se o alinhamento dos republicanos rio-grandenses aos colorados havia distanciado aqueles dos *federales* de Rosas, a declaração de guerra de Rivera ao ditador bonaerense inseriu objetivamente – ainda que indireta e tacitamente – os farrapos no campo anti-rosista, o que exigiria da República Rio-Grandense atitudes concretas de apoio ao Estado Oriental no conflito contra Rosas e seus aliados.

Na verdade, apesar das tentativas passadas de Bento Gonçalves e de outros chefes farroupilhas de buscar o apoio de Rosas, havia limites objetivos para que as relações entre ambos se desenvolvessem para muito além de um apoio retórico e algum auxílio material do ditador portenho à secessão do Rio Grande do Sul. Não é demasiado registrar, como já se fez neste trabalho, que a base social de Rosas era formada por estancieiros e

³⁶⁸ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.99.

saladeros da província de Buenos Aires que competiam com os estancieiros rio-grandenses tanto por mercado quanto por ‘matéria prima’, isto é, os estoques de gado vacum espalhados pelos campos orientais³⁶⁹.

Se a Rosas interessava um Império fragmentado e enfraquecido, também lhe convinha a desorganização da economia rio-grandense, cujos estancieiros da fronteira ainda detinham extensões desproporcionais de terras no Uruguai. Afinal, o financiamento da campanha dos *33 orientales* por Buenos Aires, em 1825, se dera parcialmente em razão da necessidade de se arrancar a Banda Oriental da esfera de controle dos estancieiros rio-grandenses³⁷⁰, demonstrando a dimensão da importância que os federalistas argentinos em geral e Rosas em particular atribuíam a essa questão.

Por isso mesmo, a entrada tácita da República Rio-Grandense no campo anti-rosista, ainda que discutível do ponto de vista de sua conveniência, fazia sentido economicamente na medida em que Juan Manuel de Rosas representava interesses econômicos antagônicos aos dos estancieiros rio-grandenses. Por essa razão, jamais apoiara direta e seriamente o movimento farroupilha, apesar das diversas gestões encaminhadas primeiro por líderes farrapos e depois pela incipiente diplomacia da República³⁷¹. Para a classe estancieira do Rio Grande do Sul, que constituía a principal base da Farroupilha, os unitários argentinos, cujas bases social e econômica não estavam nas atividades estancieiras ou no campo, mas sim no comércio dos principais povoados, apareciam como aliados mais naturais do que os federalistas que estavam intimamente ligados aos setores rurais e com a indústria saladeiril de Buenos Aires e outras províncias. Nesse sentido, os interesses econômicos dos estancieiros rio-grandenses representados pelo governo farroupilha se coadunavam com os do Estado Oriental colorado, dada a existência de maior complementariedade entre eles. Não foi por outra razão que o Partido Colorado, como uma espécie de expressão política dos unitários argentinos no Uruguai, mostrou-se relativamente menos conflitivo com os farrapos no tocante à questão do estoque de gado no território oriental.

Ainda assim, a volatilidade das relações e alianças no subsistema platino se manifestaria mais uma vez. Diante da (correta) desconfiança de que Rivera mantinha

³⁶⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.113.

³⁷⁰ DORATIOTO, Francisco. Formación de los Estados Nacionales y expansión del capitalismo. In: RAPOPORT, Mario. CERVO, Amado Luiz (Org.). *El Cono Sur: una historia común*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001, p.135-194.

³⁷¹ VIDAURRETA, Alicia. Los farrapos y el Río de la Plata. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de America Latina* (tradução), p.417-454, 1987

negociações secretas com o Rio de Janeiro, em que pese a assinatura do Tratado de Cangüe no ano anterior, e da realidade objetiva em que a Confederação Argentina aparecia como única potência regional capaz de fazer frente ao Império, Bento Gonçalves abriu novas negociações com Buenos Aires em 1839 na tentativa de realizar uma última ofensiva diplomática junto a Rosas³⁷². Em setembro, o ministro farroupilha Correa da Câmara visitou Buenos Aires e reuniu-se com o ditador, que, ao recebê-lo, agiu como se reconhecesse tacitamente a República Rio-Grandense³⁷³.

As principais negociações do governo farroupilha com Rosas, porém, se deram indiretamente por intermédio de Pascual Echagüe, governador rosista de Entre Rios e leal comandante militar de *Don Juan Manuel*. Bento Gonçalves buscou ativamente o apoio dessa importante província – e, por essa via, o de Buenos Aires – ao mesmo tempo que permanecia vinculado diplomaticamente aos colorados de Rivera, mesmo quando este já havia declarado guerra a Rosas em conjunto com Genaro Berón de Astrada, chegando a designar Bento Manuel Ribeiro representante da República junto a Echagüe para avançar as tratativas acerca de uma eventual aliança entre o Estado Rio-Grandense e Buenos Aires.

Apesar do empenho de Bento Gonçalves, Correa da Câmara e Bento Manoel, as conversações com o governador entrerriano terminaram sem resultados concretos, a despeito da proposta farroupilha de aliança militar entre a República e a província³⁷⁴, pois Echagüe exigia como condição prévia uma intervenção direta dos farrapos contra as forças anti-rosistas que haviam invadido o território argentino, isto é, os colorados de Rivera, unitários argentinos e *federales* correntinos. Oferecia em troca, um vago posicionamento do governo de Buenos Aires em favor da Farroupilha³⁷⁵, o que foi recusado pelos líderes rio-grandenses. Por instruções de Rosas, o ministro Felipe Arana escreveu a Correa da Câmara comunicando que

El Gobierno de Buenos Ayres animado siempre de la buena fe y sinceridad que preside a todos sus actos, y muy especialmente a la que tienden a conservar sus amistosas relaciones con el Imperio del Brasil, sorprenderá el reconocimiento del Señor Correa da Cámara en su carácter diplomático, pero no la repelerá absolutamente porque a juicio de S. E. el arribo de esta misión presentaba la lisonjera oportunidad de dar principio a los buenos oficios que está resuelto a ejercer en obsequio de la paz y con el noble fin de obtener un arreglo amistoso entre los partidos contendientes en el Río

³⁷² GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudillos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013, p.134.

³⁷³ GOLIN, Tau. *A fronteira*. São Paulo: L&PM, 2002, p.343-344.

³⁷⁴ GUAZZELLI, 2013, p.136.

³⁷⁵ *Ibid.*, p.135.

Grande, en caso de que ambos se presten deferentes a los nobles deseos de S. E. el señor Gobernador, para cuyo caso sería necesario obtuviere V.E. la competente autorización e instrucciones conducentes al objetivo indicado³⁷⁶.

Fracassava a última tentativa de obtenção do apoio do mais poderoso caudilho do Rio da Prata, fato que concorreu para a permanência definitiva dos farrapos no campo colorado no âmbito da guerra que havia começado. Em face da impossibilidade de se alcançar melhores termos de inteligência com a Confederação, restava à República Rio-Grandense continuar investindo nas relações com o Partido Colorado – que seguiu sendo beneficiado pelo bloqueio francês – e em eventuais dissidências anti-rosistas nas províncias *litoraleñas*.

4.2.2. A dissidência de Corrientes

Apesar de as causas imediatas da Guerra Grande poderem ser encontradas na própria disputa entre dois blocos antagônicos que polarizavam a política oriental antes mesmo da criação jurídica do Uruguai, ou seja, em questões essencialmente locais, o conflito se inscreveu em um processo bastante mais amplo de formação dos Estados e das nações no subsistema platino, tendo como uma de suas características um alto grau de internacionalização devido à complexa e volátil teia de relações e conjuntos de interesses existentes na região.

A própria declaração de guerra de Rivera a Rosas, quando já se tinha vencido o inimigo interno representado pelos blancos de Manuel Oribe, demonstra que, longe de se inserir exclusivamente dentro dos limites do Uruguai, a disputa entre os dois principais grupos políticos orientais extrapolava as ainda indefinidas fronteiras de um Estado que se encontrava em vias de construção. Nas palavras do historiador Pivel Devoto, um dos principais pesquisadores do tema no Uruguai,

La Guerra Grande se nos presenta, así, como un gran drama íntimamente ligado a la configuración de las nacionalidades de la cuenca del Río de la Plata, drama en cuyo planteamiento y desarrollo se discutirán las fronteras de esos países, la navegación de sus ríos, la defensa de la soberanía aún no prestigiadas y amenazadas por la política de los Estados europeos que anhelaban abrir rutas a su comercio. [...] La vida de nuestro país – por circunstancias especiales – estuvo siempre muy vinculada a la de sus vecinos, pero nunca como en este período de su historia³⁷⁷.

³⁷⁶ LANDI, Julián Ota. *Rosas y la rebelión de los farrapos*. Buenos Aires, 2015.

³⁷⁷ DEVOTO, Juan E. Pivel. *La Guerra Grande, 1839-1851*. Montevideo: Editorial Medina, 1976, p.8.

Na Confederação Argentina, a velha animosidade existente entre Corrientes e Buenos Aires, dado o controle desta sobre a aduana e a navegação dos rios interiores, fazia daquela uma das províncias mais hostis ao centralismo imposto pelo governo bonaerense³⁷⁸. Juntamente com sua posição geográfica, essa realidade criava um oportuno ponto de convergência na perspectiva dos farroupilhas após o distanciamento definitivo destes de Oribe e de Rosas, assim como fornecia uma oportunidade aos colorados de Rivera para encadear uma frente contra Buenos Aires dentro da Confederação. Não à toa, após a caída do governo Oribe e a fuga do caudilho blanco para a capital portenha, Rivera firmou um tratado militar com o governador correntino Genaro Berón de Astrada especificamente ‘*contra Don Juan Manuel de Rosas*’, em dezembro de 1839, comprometendo-se a levantar uma força de dois mil homens para esse fim³⁷⁹. Buscava, assim, tirar proveito da oposição anti-rosista para articular um bloco mais amplo contra o ditador argentino durante o período que transcorreu entre a queda do governo Oribe e a declaração de guerra a Rosas, divulgada em março de 1839.

Embora houvesse assinado a declaração de guerra, Rivera esperava que sua publicação se desse quando os preparativos estivessem concluídos, como, aliás, fora acordado com os agentes franceses³⁸⁰. Não obstante, em face da derrota decisiva da Confederação Peru-Boliviana para o Chile na batalha de Yungay³⁸¹, os agentes franceses em Montevideú, que apoiavam aquela, se precipitaram e publicaram a declaração de guerra de Rivera a Rosas em uma reação precipitada a mais um triunfo do ditador argentino, mesmo que os preparativos para a campanha não estivessem concluídos nem do lado oriental nem do correntino³⁸².

Precipitou-se o início do conflito, o que deu a Rosas tempo para agir primeiro e ordenar a invasão de Corrientes pelas tropas entrerrianas comandadas por Pascual Echagüe, infringindo dura derrota ao *Primer Ejército Correntino contra Rosas* na batalha de Pago Largo, em 31 de março de 1839. Astrada, apesar de conseguir reunir cerca de

³⁷⁸ Entre 1839 e 1851, Corrientes levantou-se cinco vezes contra o governo de Rosas.

³⁷⁹ ROSA, p.379.

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ A República do Chile e a Confederação Peru-Boliviana se enfrentaram militarmente entre 1836 e 1839, tendo recebido apoio da Confederação Argentina e da França, respectivamente. Forças rosistas argentinas participam diretamente do conflito a partir de 1837, mas são derrotadas em definitivo no ano seguinte e se retiram do conflito, passando a apoiar o Chile indiretamente enquanto a potência francesa mantinha seu apoio à Confederação Peru-Boliviana. Para uma leitura detalhada sobre o conflito, ver MORALEDA, Ernesto Muñoz. *La guerra contra la Confederación Peruano-Boliviana, 1834-1839*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1983.

³⁸² ROSA, Op. cit., p.380-381.

seis mil homens, terminou derrotado e morto sem receber o auxílio prometido por Rivera³⁸³. Vitorioso, Echagüe, secundado pelos generais Justo Urquiza, Lavalleja e Servando Gómez, cruzou o rio Uruguai e invadiu o território oriental com suas tropas com o objetivo de tomar Montevidéu e colocar um fim à guerra rapidamente. Entretanto, as forças rosistas terminaram derrotadas pelas tropas comandadas por Rivera na batalha de Cagancha, a cerca de 30km da capital, o que obrigou os invasores a retornarem a Entre Rios em dezembro de 1839. O Uruguai colorado recuperava a ofensiva, mitigando os efeitos da derrota do *Primer Ejército Correntino*.

Por sua vez, o governo farroupilha negociara, ainda em 1838, um tratado com Rivera no âmbito das tratativas que selaram o apoio farroupilha ao caudilho durante a campanha contra o governo de Oribe. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores farroupilha, Mariano de Mattos e o representante de Rivera, Martiniano Chilavert, assinaram o já citado Tratado de Cangüe³⁸⁴, nas cercanias de Paysandú, segundo o qual o caudilho colorado se obrigava a ‘*no descender jamás de la silla de Presidente sin pasar a ocupar inmediatamente el cargo de Comandante general de campaña, a fin de que pueda suceder a su turno a su propio sucesor*’, demonstrando a intenção de Rivera de permanecer no poder por tempo indeterminado, e estabelecia que:

El Presidente riograndense se obliga en nombre, por, y de parte de su República, a mantener con todas sus fuerzas y recursos aun cinco años después de conquistada y reconocida la Independencia del Rio Grande por el Gobierno Imperial, la influencia y la preponderancia política en el Estado Oriental del General en Jefe Defensor de la Constitución, siempre que esta preponderancia e influencia fueren despertadas de cualquier modo que sea por un partido facción o potencia extranjera³⁸⁵.

Na prática, o tratado fazia de Fructuoso Rivera a única autoridade oriental reconhecida pelo Estado Rio-Grandense, ao passo que definia o reconhecimento da independência deste por parte do Uruguai após o retorno do caudilho à Presidência do país. Com isso, os farrapos pareciam atingir um objetivo que nunca haviam conseguido alcançar durante o mandato de Oribe, passo fundamental na luta pela consolidação da independência rio-grandense, ainda que não houvesse garantias de que o ardiloso Rivera cumpriria o acordo. A desconfiança era compartilhada até mesmo por Bento Manoel

³⁸³ CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), 1998.

³⁸⁴ ROSA, p.280.

³⁸⁵ Art. 3º, Tratado de Cangüe, 21 de agosto de 1838.

Ribeiro, antigo amigo e aliado de *Fructo*, manifestado certo grau de ceticismo quanto ao cumprimento do tratado³⁸⁶.

Conseqüentemente, os farroupilhas achavam-se ligados diplomaticamente a Rivera quando da eclosão da Guerra Grande em março de 1839, além de continuarem dependendo da praça e do porto de Montevideú para a comercialização e o escoamento de seus produtos. Após uma última série de tentativas de reaproximação ao núcleo rosista da Confederação ao longo do ano, em parte motivada pela desconfiança que Rivera despertava, a cúpula farroupilha desistiu de buscar o apoio militar de Rosas para articular uma aliança com sua vizinha Corrientes. Após a derrota de Pago Largo e um breve período de controle rosista, a província voltava-se pela segunda vez contra o centralismo bonaerense encarnado na figura do ditador argentino.

Aqui, cabe registrar que Corrientes esteve longe de ser a única província que se opôs à política centralizadora de Rosas, uma vez que outras que compunham a Confederação também o fizeram, inclusive mantendo relações mais próximas com governos de outros países do que com Buenos Aires, como as províncias *cuyanas*, entre outras. Em geral, o embate com Rosas representava uma oposição à hipertrofia da mais poderosa província argentina que monopolizava as rendas aduaneiras e controlava a navegação dos rios. Os efeitos dessa política – ironicamente, tributária do centralismo portenho encampado pelos ‘proto-unitários’ dos anos 1810 – asfixiavam economicamente as províncias e foi uma das causas das guerras civis argentinas do período³⁸⁷.

A posição geográfica de Corrientes, localizada entre os rios Uruguai e Paraná e fazendo fronteira com o Império (Rio Grande do Sul), o Estado Oriental e o Paraguai, contudo, conferia-lhe um alto valor estratégico e a tornava particularmente sensível ao controle da navegação dos rios que Rosas detinha. Assim, os dirigentes da província tendiam a contemplar a cooperação com outros países e províncias da região com base em possíveis interesses comuns e antagonicos aos de Buenos Aires.

Afora os fatores geográficos, há que se anotar que Corrientes era uma das províncias mais entusiastas do federalismo e zelosas de sua autonomia no âmbito da Confederação, o que já se fazia claro nas tratativas que haviam culminado na assinatura do Pacto Federal³⁸⁸, em 1831, do qual os correntinos ficaram de fora em um primeiro

³⁸⁶ GUAZZELLI, 2012, p.166-167.

³⁸⁷ PAYRÓ, Roberto P. *Historia del Río de la Plata, Tomo II: peripecias de la organización nacional en los países del Río de la Plata y sus vecinos, 1810-1852*. Madri-Buenos Aires: Alianza, 2008.

³⁸⁸ Documento inicialmente assinado pelas províncias de Buenos Aires, Entre Rios e Santa Fé, em 4 janeiro de 1831, como resposta à criação da *Liga Unitaria/Liga del Interior* por nove províncias no ano anterior.

momento justamente pelos seus desígnios autonomistas. À época, José María Roxas y Patron e Pedro Ferré, delegados de Buenos Aires e de Corrientes, respectivamente, foram encarregados de redigir um projeto de texto do Pacto Federal, travando discussões que terminaram por explicitar as profundas divergências existentes entre as duas províncias no tocante à organização nacional.

Particularmente, três condições apresentadas por Ferré foram rechaçadas por Roxas y Patron: a) a manutenção da representação das províncias até que a nação argentina fosse organizada; b) a exigência legal para essa organização *'hacer el imposible'* na busca pela organização nacional; c) e a garantia da livre navegação dos rios Uruguai e Paraná³⁸⁹. Alegando não poder avançar nesses pontos por se tratarem de assuntos de interesse do conjunto das províncias argentinas, o representante bonaerense resistiu às exigências de Ferré, cedendo apenas quando o próprio Juan Manuel de Rosas concordou com a criação de uma comissão de representação das províncias³⁹⁰, como exigia Ferré.

As tensões entre Corrientes e Buenos Aires aumentaram ao longo da década de 1830 ao ponto de Pascual Echagüe, a mando de Rosas, organizar uma vigilância permanente das movimentações das tropas correntinas desde Entre Rios, tomando a decisão de invadi-la após a revelação da declaração de guerra oriental-correntina a Rosas, conforme se viu acima. Em outubro de 1839, Pedro Ferré é eleito governador da província e inicia a articulação de uma nova frente contra Rosas, buscando o apoio do Rio Grande do Sul farroupilha e, como Berón de Astrada fizera, do Estado Oriental colorado. Em novembro de 1839, Ferré organizou um novo exército anti-rosista, entregando seu comando ao unitário e inimigo ferrenho de Rosas, Juan Lavalle.

No mês seguinte, Bento Gonçalves escrevia a Domingos de Almeida tratando sobre a conveniência de se estabelecer relações ainda mais próximas com Corrientes, manifestando ter conhecimento do apoio que as forças políticas dessa província davam à

Após a queda do governo unitário de Rivadavia durante a Guerra da Cisplatina, ainda nos anos 1820, os federalistas não foram capazes de organizar um novo Estado sobre bases federais devido a uma série de desentendimentos e choques de interesses, o que reanimou os unitários e os levou a promover em conjunto a organização nacional dentro de um modelo unitário e centralizado. Após mais um (breve) período de guerra civil, os federalistas saíram vitoriosos e procederam à organização, pela primeira vez, de um Estado Federal, o que não se concretizou devido à oposição de Rosas, que defendia o adiamento desse objetivo por desejar governar sem um arcabouço constitucional. Ver LORENZO, Celso Ramón. *Manual de historia constitucional argentina*, vol. 2. Rosário: Editorial Juris, 2000.

³⁸⁹ CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), p.165.

³⁹⁰ Ibid.

‘*nossa sagrada causa*’³⁹¹. Os republicanos rio-grandenses precisavam ampliar seu espectro de alianças para continuar fazendo frente ao Império, o que, diante do jogo duplo que Rivera conduzia relativamente a imperiais e farrapos, e da frontal oposição correntina a Rosas, fazia de Corrientes virtualmente um ‘aliado natural’ da República Rio-Grandense.

4.2.3. Farrapos, orientais e a guerra em território argentino

Enquanto as tropas comandadas por Rivera batiam as forças de Pascual Echagüe em Cagancha, no Uruguai, Pedro Ferré declarava guerra a Juan Manuel de Rosas desde Corrientes, iniciando a segunda sublevação da província contra o governador bonaerense. Ao mesmo tempo, a República Farroupilha sofria um duro revés com a reintegração de Santa Catarina ao Império, que, após apenas quatro meses, logrou reincorporar a província, empurrando as forças republicanas de volta para o território rio-grandense.

A própria proclamação da República Juliana em Laguna havia se dado como um desdobramento da guerra travada no Rio Grande, tendo a ideia de estender a revolução à província catarinense surgido da necessidade de se obter um porto para o Estado Rio-Grandense³⁹², ainda que Montevideú continuasse sendo usado como ‘porto farroupilha’, dada a extrema vulnerabilidade de se depender de apenas um porto.

Do ponto de vista dos diferentes projetos políticos que se inscreviam no âmbito dos conflitos que se travavam no espaço geográfico da Banda Oriental naquele período histórico, a Independência de Santa Catarina, conduzida pelo general farrapo Davi Canabarro³⁹³, representou, na prática, uma opção ‘brasileira’ e pelo modelo federativo-constitucional por parte da liderança farroupilha. Isso não permite arguir que os farrapos buscavam instalar uma república em todo o território brasileiro de modo a puramente substituir o modelo imperial pelo republicano; antes, significa que a ‘alternativa brasileira’, tão propagada pelos jornais farroupilhas³⁹⁴, representava um modelo segundo

³⁹¹ GUAZZELLI, 2013, p.175-176.

³⁹² BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013, p.112.

³⁹³ Apesar disso, não eram poucos os simpatizantes da Farroupilha em Santa Catarina, sobretudo no litoral, o que é atestado, entre outros, por Giuseppe Garibaldi, que liderou a invasão de Laguna por mar simultaneamente à ofensiva terrestre comandada por Canabarro. Ver ROSENFELD, William. *Garibaldi and Rio Grande do Sul's war of independence from Brazil – the memoirs of Luigi Rossetti, John Griggs and Anita Garibaldi*. Boston: Dante University Press, 2013.

³⁹⁴ FLORES, 1996.

o qual as demais províncias se desligariam da comunhão brasileira, uma a uma e individualmente, para constituir laços federativos com o Estado Rio-Grandense³⁹⁵, cada uma mantendo sua soberania particular cujo conjunto simbolizaria a soberania geral da nação que se construiria posteriormente, conforme registrou o próprio Bento Gonçalves em seu manifesto de agosto de 1838:

[...]. Perdidas pois as esperanças de concluírem com o Governo de Sua Majestade Imperial uma conciliação fundada nos princípios de justiça universal, os Rio-Grandenses reunidos às suas municipalidades solenemente Proclamaram e Juraram a sua Independência Política debaixo dos auspícios do sistema Republicano, dispostos todavia a federarem-se quando nisso se acorde às províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema. Bem penetrados da justiça de sua santa causa, confiando primeiro que tudo no favor do juiz supremo das nações, eles têm jurado por esse mesmo supremo juiz, por sua honra, por tudo que lhe é mais claro, não aceitar do Governo do Brasil uma paz ignominiosa que possa desmentir a sua soberania e independência³⁹⁶.

Ao que as evidências disponíveis indicam, parece haver semelhanças entre esse modelo e o defendido por Artigas na década de 1810, na medida em que ambos conferiam acentuada importância à soberania particular das províncias e tinham na igualdade jurídico-política entre elas um valor inegociável, de modo que nenhuma se impusesse às demais. Se o movimento artiguista defendeu intransigentemente a soberania da Província Oriental e a vinculação das outras províncias platinas a ela sobre bases federativas e igualitárias, o movimento farroupilha – cujos próceres, em parte, receberam influências de Artigas – seguia a mesma direção no tocante à República Rio-Grandense e às províncias brasileiras.

Como analogia comparativa, objetivamente falando, o papel do Rio Grande do Sul farroupilha de 1840 assemelhava-se ao da Província Oriental artiguista de 1813: ambos buscavam a consolidação de sua soberania particular ao mesmo tempo em que defendiam a soberania das outras unidades que compunham um ente mais amplo do qual faziam parte e contra os quais se insurgiam, isto é, o Império do Brasil e as Províncias Unidas, respectivamente, e articularam ações no sentido de retirá-las da comunhão desses Estados em formação para dar origem a novos corpos políticos.

Em meio à ‘interrupção’ que o Período Regencial significou para o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, os chefes da República Rio-Grandense não

³⁹⁵ Ibid., p.126.

³⁹⁶ *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes*, em 29 de agosto de 1838. In: SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha: pequena história da Grande Revolução, acompanhada de farta documentação da época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963, p.332-342.

ignoravam a possibilidade de atrair outras províncias que mantinham significativas forças de oposição ao centralismo imperial. Na conjuntura regencial e no imediato pós-Regência, cujo marco foi a maioria de D. Pedro II, em 1840, províncias como Bahia, Grão-Pará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, além de Santa Catarina, estavam entre aquelas que poderiam ser contempladas pelo ‘projeto federativo’ farroupilha, o que, se concretizado, levaria inevitavelmente à desintegração do Império do Brasil na forma como ele existia naquele momento histórico.

Foi com tal intuito que o governo farroupilha acompanhou atentamente os movimentos contestadores de diversas naturezas que irrompiam por todo o Império, fazendo causa comum com a Sabinada e a Cabanagem em manifesto divulgado em 1840 que dizia que *‘proclamastes a vossa independência política e ainda hoje gemeis curvados sob o jugo abominável de vossos senhores’*, e que *‘a sorte dos baianos e dos paraenses acha-se identificada com a nossa própria sorte’*³⁹⁷. Da mesma forma, quando a onda de revoltas é estendida a São Paulo em 1842, cujo principal agitador é o ex-chefe da Regência Diogo Feijó, que reagira à centralização política levada a cabo pelo gabinete conservador de 1841, Bento Gonçalves pronunciava que *‘já as falanges paulistas marcham sobre o inimigo comum...o Brasil em massa se levanta como um só homem para sacudir o férreo jugo do segundo Pedro’*³⁹⁸.

Para que tal via tivesse qualquer viabilidade para além de ideias e discursos, no entanto, a manutenção da independência da República Juliana, primeiro passo nessa direção, fazia-se imprescindível para a criação de uma espécie de Confederação Brasileira. Não foi por outra razão que sua perda implicou o surgimento de um ‘partido da paz’ no seio da cúpula farroupilha e sinalizou o início de um período, ainda que longo e marcado por interrupções, de negociações de paz desse setor com o Rio de Janeiro³⁹⁹. Encabeçado por Domingos José de Almeida e Luigi Rossetti em um primeiro momento, e contando com a simpatia de Bento Gonçalves, essa ala, amplamente minoritária que era àquela altura, ficou isolada durante as discussões que se travaram acerca de um possível fim da guerra após o fim da República Juliana.

³⁹⁷ CASTRO, Denise Zullo. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1835-1935*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985, p.292.

³⁹⁸ *Ibid.*, p.294.

³⁹⁹ FLORES, 1996, p.128.

Mesmo diante das crescentes dificuldades militares e políticas, o presidente interino Mariano de Mattos⁴⁰⁰ expediu Decreto convocando o Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios, que se reuniu ainda em Caçapava no início de 1840. Se, por um lado, parte dos integrantes do governo farroupilha passara a fazer gestões no sentido de encaminhar a pacificação da província, por outro, setores majoritários pareciam estar mais determinados do que nunca em consolidar a independência e a soberania da República⁴⁰¹. Conforme visto anteriormente, o Conselho havia sido criado em 1838, mas não fora instalado devido às circunstâncias da guerra que frequentemente exigiam a presença das autoridades políticas rio-grandenses no campo de batalha. Cumprindo sua função, estabeleceu regras para a eleição dos constituintes e a convocou, mas, devido ao avanço imperial sobre a capital farroupilha, a contagem dos votos foi interrompida e as eleições, anuladas. Passar-se-iam quase três anos até que a Assembleia Constituinte rio-grandense fosse instalada, em Alegrete, capital da República a partir de 1840.

Entrementes, ao sul, após avançar sobre as forças de Echagüe, o *Segundo Ejército Correntino contra Rosas* sofria uma derrota parcial em Sauce Grande, no sul de Entre Rios, levando Lavalle a deslocá-lo pelo Rio Paraná até a província de Buenos Aires em uma ousada – e, talvez, açodada – tentativa de impor uma derrota surpresa e decisiva ao governador portenho. Os ventos da guerra pareciam soprar favoravelmente para colorados, correntinos, unitários e, indiretamente, farroupilhas, sendo interrompidos com a conclusão bem-sucedida das tratativas entre os governos de Buenos Aires e da França. Cada vez mais pressionada pela Grã-Bretanha, e por desejo do novo primeiro-ministro, Adolphe Thiers, a diplomacia francesa acordou o fim do bloqueio francês, resultando no Tratado Mackau-Arana, de 29 de outubro de 1840.

Triunfo da diplomacia rosista, o tratado acarretou um sensível aumento do prestígio de Rosas na Confederação e elevou o moral dos *federales* no contexto das guerras civis argentinas e da uruguaia, ao passo que criou sérias dificuldades para os aliados franceses que tinham no bloqueio uma vantagem estratégica relativamente a seus inimigos. Um mês após a assinatura do diploma, Lavalle, que havia se retirado de Buenos Aires por não obter o apoio necessário à invasão da província tanto da França como da população local, era completamente derrotado pelas tropas da Confederação lideradas por

⁴⁰⁰ Bento Gonçalves assumiu o comando máximo do Exército Republicano em diferentes momentos da guerra, ocasiões em que passou o cargo de presidente da República para um de seus quatro vices.

⁴⁰¹ SPALDING, 1982.

Manuel Oribe em Quebracho Herrado⁴⁰², na província de Córdoba, colocando um fim ao segundo exército anti-rosista organizado por Corrientes.

Sem ter como prosseguir com seus planos de atacar Buenos Aires, Lavalle havia planejado unir-se às tropas da *Coalición del Norte*⁴⁰³ comandadas por Gregório Lamadrid em território cordobês, de onde finalmente invadiriam a província bonaerense. Contudo, Lamadrid retirou-se de Córdoba devido ao atraso das tropas de Lavalle, que, perseguidas pelo exército de Oribe, haviam marchado muito mais lentamente do que o planejado⁴⁰⁴. Sem os reforços do norte, Lavalle viu-se obrigado a enfrentar um Oribe em ampla vantagem numérica naquela que foi a maior batalha travada no território da Confederação durante os três primeiros anos da Guerra Grande.

No Uruguai, apesar das hesitações e da ambivalência de Fructuoso Rivera, Montevideú continuava funcionando como porto e praça comercial para os produtos rio-grandenses, que, após a fracassada invasão de São José do Norte em meados de 1840, haviam perdido perspectivas de conquistar um porto para o República. Somava-se a isso o levantamento definitivo do sítio de Porto Alegre, cuja perda para os imperiais em 1836 se mostraria irreversível ao longo do tempo: após três anos de sítio, os farroupilhas finalmente desistiam de retomar a capital⁴⁰⁵.

Tais dificuldades estratégicas concorriam para direcionar o governo farroupilha a buscar alternativas no Prata mais uma vez, posto que, abandonado em definitivo o plano de fazer de Porto Alegre a capital da República, e diante do forte controle imperial sobre Rio Grande e São José do Norte e da perda do porto de Laguna, o Uruguai ressurgia como elemento imprescindível para o sucesso do esforço de guerra farrapo e, em última instância, para a própria construção do Estado Rio-Grandense. Do lado colorado, com a derrota definitiva e a subsequente morte de Juan Lavalle após a derrota de Famaillá, na

⁴⁰² GALLO, Claudio Rodolfo. *'Claroscuros' de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2014, p.356

⁴⁰³ Formada em abril de 1840, a *Coalición del Norte* foi um grupo de províncias formado contra o governo de Rosas, aproveitando-se da guerra movida por Rivera e Corrientes, tendo como objetivo ao fim do poder discricionário de Buenos Aires e a aprovação de uma Constituição nacional. Formada após o *pronunciamiento* de Tucumán contra Rosas, o bloco foi integrado por Catamarca, Jujuy, La Rioja e Salta, e manteve contatos e tratativas com Corrientes, apesar de o isolamento geográfico desta em relação àquelas ter impedido uma colaboração mais estreita. Enfrentando uma série de desentendimentos internos e incapaz de articular ações conjuntas com os elementos anti-rosistas das províncias do litoral, a Coalizão teve vida efêmera e se desfez em outubro de 1841, após a invasão de Catamarca, última província a ser ocupada pelas forças rosistas.

⁴⁰⁴ PAYRÓ, p.429-430.

⁴⁰⁵ Sobre as tentativas das forças farroupilhas de reconquistar a capital e a relação da população desta com os farrapos, consultar GALVALI, Walter. *A difícil convivência: Porto Alegre e os farrapos*. Porto Alegre: AGE Editora, 2013.

província de Tucumán, em setembro de 1841, Rivera, que já havia sofrido um duro golpe com o levantamento do bloqueio francês no ano anterior, passa a depender ainda mais do apoio farroupilha para fazer frente ao bloco rosista que incluía seus inimigos internos do Partido Nacional. Apesar da existência de desinteligências e desconfianças mútuas, as circunstâncias da guerra empurravam mais uma vez o Rio Grande do Sul farroupilha e o Uruguai colorado para a mesma direção.

Esses fatores reabririam uma nova ‘janela de oportunidades’ para o governo farroupilha articular novas ações conjuntas com o governo oriental, ainda que a maior parte dos dispositivos do Tratado de Cangüe de 1838 não houvesse sido cumprida⁴⁰⁶, embora o mesmo pudesse ser dito sobre os próprios farrapos nesse aspecto. As tratativas com Rivera se intensificaram ao longo de 1841, com Bento Gonçalves e Domingos de Almeida liderando as iniciativas no campo farroupilha, resultando na decisão do governo colorado de devolver à República Rio-Grandense quaisquer desertores rio-grandenses que buscassem refúgio na Banda Oriental⁴⁰⁷.

De um lado, Fructuoso Rivera continuava agindo de forma ambivalente em relação ao Rio de Janeiro, tendo como preocupação constante – não de todo infundada – uma eventual reanexação do Uruguai pelo Império; levava em conta, ainda, a necessidade de manutenção do auxílio financeiro prestado pelo governo imperial, o que exigia um cuidadoso equilíbrio da política externa oriental de modo a não alienar nem se aproximar excessivamente ao Brasil. De outro, razões estruturais e conjunturais insistiam em fazer de Rosas seu principal inimigo em toda a extensa Bacia do Prata, o que, diante do fim do bloqueio francês e do fracasso dos *pronunciamientos* anti-rosistas na Confederação, impulsionava o caudilho-presidente a articular novas iniciativas com seus antigos aliados do *litoral* e do Rio Grande do Sul.

As conversações entre as duas partes seriam brindadas com um acontecimento bastante favorável para farroupilhas e colorados: em novembro de 1841, o novo exército correntino criado por Pedro Ferré e organizado e comandado pelo general José María Paz infringia uma dura derrota às tropas de Echagüe em Caaguazú, Corrientes, destruindo completamente o exército entrerriano e colocando a província rosista na defensiva. Animado com o triunfo de Paz, Rivera escreveu a Domingos de Almeida informando-o sobre as oportunidades que se abriam com esse êxito que traria ‘*los más favorables resultados a la causa de ambas Republicas*’ e encaminhando diários que davam conta

⁴⁰⁶ GOLIN, 2002, p.354-355.

⁴⁰⁷ GUAZZELLI, 2013, p.169.

‘del estado favorable de la política en general’⁴⁰⁸, enquanto o próprio Paz comunicava a Bento Gonçalves que o ‘*ejército invasor ao mando do general Echagüe e forte de mui perto de 4 mil homens das três armas foi completamente pulverizado*’⁴⁰⁹. Com Entre Rios na defensiva e quase desmilitarizada, abriam-se novos campos de convergência e de oportunidades para farroupilhas, orientais, correntinos e unitários.

Um mês após a vitória de Caaguazú, o ministro⁴¹⁰ Domingos de Almeida reuniu-se com o emissário colorado José Bustamante na vila de San Fructuoso⁴¹¹, do ‘lado’ uruguaio na região da fronteira, para assinar um tratado de cooperação militar. Pelo acordo, os farroupilhas se comprometiam a fornecer setecentos homens para invadir Entre Rios em conjunto com tropas uruguaias, enquanto o governo oriental obrigava-se a entregar dois mil cavalos para esse fim:

1º. – S. Ex^a. o sr. presidente da República Rio-grandense prestará a S. Ex^a. o sr. presidente da República Oriental do Uruguai um auxílio de 500 homens de infantaria e 200 de cavalaria, todos de linha, para invadirem e ocuparem a província de Entre Rios, depondo sua atual ominosa administração, cujas tropas armadas e equipadas obedecerão, durante a campanha, às ordens de S. Ex^a. o sr. presidente da mencionada República Oriental do Uruguai. [...] 3º. – Será da obrigação de S. Ex^a. o sr. presidente da República Oriental do Uruguai auxiliar de pronto com 2.000 cavalos a S. Ex^a. o sr. presidente da República Rio-grandense, para o serviço do seu ejército⁴¹².

Por meio desse diploma, buscavam os dois governos subjugar Entre Rios e, posteriormente, inseri-la no bloco que se criava e que incluía o Rio Grande do Sul, o Uruguai, Corrientes e, possivelmente, Santa Fé. Deve-se registrar, no entanto, que farrapos e colorados não convergiam no tocante ao principal destinatário dessa rede de alianças que se formava, posto que estes tinham em mente o Partido Nacional e Rosas, enquanto aqueles pretendiam fazer frente ao Império do Brasil, o que, sem dúvida, constituía um elemento de desagregação de articulações e esforços comuns naquele contexto de guerra generalizada no Prata. Como chefe das tropas rio-grandenses que o governo farroupilha forneceria às forças invasoras de Entre Rios, Bento Gonçalves designou o general Antônio de Souza Neto, proclamador da República Rio-Grandense e um dos mais prestigiados militares farroupilhas. Faltava retomar as conversações com o governo correntino que haviam começado em 1840, uma vez que as circunstâncias se

⁴⁰⁸ CV 7882 – Carta de Fructuoso Rivera a Domingos José de Almeida, em 9 de dezembro de 1841.

⁴⁰⁹ GUAZZELLI, 2013, p.177.

⁴¹⁰ A essa época, Almeida ocupava a pasta dos Negócios Estrangeiros.

⁴¹¹ Atual cidade de Tacuarembó.

⁴¹² Tratado de San Fructuoso, de 28 de dezembro de 1841. In: SPALDING, 1982, p.192-193.

mostravam favoráveis em decorrência da vitória estrondosa do general Paz sobre Echagüe.

Paralelo à assinatura do Tratado de San Fructuoso, o governo rio-grandense enviava a Corrientes o plenipotenciário José Pinheiro de Ulhôa Cintra, tendo como objetivo a negociação de um tratado com a província. Em janeiro de 1842, Ulhôa Cintra e o ministro correntino Manuel Leiva assinaram uma convenção secreta tratando de diversos assuntos, como o fomento do comércio, o combate ao contrabando, a conferência mútua do tratamento de Nação mais favorecida, a tomada de providências para o desarmamento de respectivos inimigos que se encontrassem em territórios correntino ou rio-grandense e a formação de uma aliança ofensivo-defensiva *‘logo que as circunstancias permitam’*; definia, ainda, a ampliação das relações da República Rio-Grandense com outras províncias da Confederação e o reconhecimento de sua independência *‘logo que as províncias do Rio da Prata que compõem a República Argentina consigam sacudir o jugo pesado com que oprime o Ditador de Buenos Aires D. Juan Manuel de Rosas’*⁴¹³.

No mesmo mês, o *Tercero Ejército Correntino* comandado pelo general Paz, que havia dizimado as tropas de Echagüe havia cerca de um mês, invadiu Entre Rios e ocupou a capital Paraná, acarretando a fuga do novo governador provincial Justo José de Urquiza. Por sua vez, Rivera marchava sobre o território entrerriano desde a Banda Oriental e iniciava suas campanhas militares na província. Com a queda do governo Urquiza, José María Paz tornava-se a maior autoridade em Entre Rios, passando a responder pelo governo da província nas tratativas que se seguiram. Em Santa Fé, o governador Juan Pablo López, que se ligara ao bloco rosista com relutância, passou para o lado dos unitários após a vitória de Paz em Caaguazú, ingressando o governo santafesino nas tratativas que se desenvolviam entre a mesopotâmia argentina, o Rio Grande farroupilha e o Uruguai colorado.

A falta de combates militares em território rio-grandense a essa época, em parte em razão das revoltas liberais irrompidas em Minas Gerais e São Paulo, que obrigavam o Império a concentrar seus esforços para debelá-las, permitia que o governo farroupilha concentrasse suas ações políticas no Prata. Enquanto o barão de Caxias sufocava a revolta em Minas Gerais, o presidente Bento Gonçalves escrevia ao governador Pedro Ferré

⁴¹³ FIGUEIREDO, Joana Bosak de. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. Región y nación: el Río Grande insurgente, entre el Imperio de Brasil y las Repúblicas del Río de la Plata (1838-1842). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Vol. 16, Nº 2, 2012, 9-43, p.28-30.

propondo ações conjuntas e compartilhando sua visão sobre os destinos do Império e de Rosas:

Combinar mejor nuestros movimientos en lo posible con ventajas comunes. [...] todo me induce a creer que está próxima da caída del único trono que existe en América [...] pienso dar un golpe mortal al ejército imperial, no solo para desembarazar mi patria de la presencia de estos monstruos, como también de común acuerdo dirigir nuestros esfuerzos contra el tirano de Buenos Aires; y entonces firmaremos sólidamente la libertad de nuestros países⁴¹⁴.

Entretanto, diante da inviabilidade do projeto político de se formar uma federação republicana com as províncias brasileiras, cujas possibilidades de êxito haviam sofrido duro revés com a dissolução da República Juliana e do Golpe da Maioridade em 1839 e 1840, respectivamente, Bento Gonçalves agora voltava-se para o Rio da Prata; não mais para unicamente buscar o apoio para o esforço de guerra farroupilha, mas, também, para articular arranjos políticos mais duradouros que poderiam levar, no limite, à vinculação da República a um modelo de Estado Confederado platino⁴¹⁵.

Essa inclinação do presidente rio-grandense se coadunava com a posição de Fructuoso Rivera, que, motivado pelo sucesso militar de Paz em Entre Rios, ressuscitou sua antiga ideia de formação de uma federação entre o Uruguai, o Rio Grande do Sul e as províncias do litoral que, juntas, conformariam um bloco capaz de fazer frente tanto à Confederação quanto ao Império:

Já estavam no ar ideias maiores, de amplo alcance. Se tratava de unir federativamente o Uruguai com a República Farroupilha, como base de um núcleo mais amplo que incluiria Santa Catarina, a Mesopotâmia argentina, talvez Santa Fé, possivelmente o Paraguai, e de criar com isso tudo uma grande Confederação do Uruguai que predominasse sobre o Brasil e a Argentina⁴¹⁶.

A concepção historicamente verificável desse ‘projeto’ político, que Moniz Bandeira chamou de Uruguai Maior⁴¹⁷, reforça nossa visão de que a Guerra Grande ensejou diversos projetos e modelos políticos que abarcavam os diferentes Estados em formação que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos nos conflitos do subsistema platino. Múltiplas alternativas de Estados Nacionais estavam disponíveis para os jovens países da Bacia do Prata em vias de construção, e o ponto de intersecção desses diferentes e por vezes antagônicos projetos residia justamente no Uruguai.

⁴¹⁴ GUAZZELLI, 2013, p.180.

⁴¹⁵ Ibid.; VIDAURRETA, 1987.

⁴¹⁶ SCENNA, apud MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora UESP, 1997, p.156.

⁴¹⁷ BANDEIRA, 2012, p.111.

Por isso mesmo, os rumos desse conflito armado influíam diretamente nos destinos dos próprios Estados e ‘províncias-regiões’ nela envolvidos, o que, a depender das consequências advindas de opções políticas e ações militares, poderiam propiciar os atores do tabuleiro da Guerra Grande a alternativas político-institucionais diversas das que se verificaram historicamente. Cogitar que o Rio Grande do Sul estava destinado a ser reintegrado ao Império do Brasil seria incorrer em um determinismo que esconderia a importância que decisões e eventos conjunturais por vezes têm nos rumos dos processos históricos em geral.

Ao que as evidências disponíveis indicam, Bento Gonçalves, que combinara com Lavalleja a separação do Rio Grande do Sul em 1832⁴¹⁸, não apoiou a ideia de federá-lo ao Uruguai durante os anos iniciais da guerra iniciada em 1835; os sucessivos insucessos em consolidar a independência da República e a falta de reais perspectivas de vitória após a perda de Laguna e da impossibilidade de conquistar São José e Rio Grande, no entanto, o tornaram mais aberto a buscar alternativas político-institucionais no Rio da Prata. Mesmo antes do êxito de Paz sobre Echagüe, o presidente farroupilha já havia enviado José Dias da Cruz Lima como emissário a Montevideu para manifestar a intenção de aceitar qualquer proposição, com a única condição sendo a manutenção da independência rio-grandense⁴¹⁹. E, diante da conjuntura favorável na qual Entre Rios encontrava-se sob o controle do general Paz e a República Rio-Grandense estava ligada a Corrientes e ao Uruguai por tratados assinados e ratificados, o caminho parecia estar aberto para um aprofundamento das relações entre esses entes políticos. Seguindo nessa direção, Rivera convidou os respectivos mandatários para uma conferência às margens do rio Uruguai, em Paysandú, para tratar de assuntos que vinculariam mais estreitamente as unidades políticas envolvidas, conforme Cisneros e Escudé:

Una nueva tentativa de poner a flote el proyecto de crear un macro-Estado que comprendiera las provincias de Entre Ríos y Corrientes, la República Oriental del Uruguay y el Estado de Rio Grande do Sul -proyecto deseado tanto por Rivera como por su colega riograndense Bento Gonçalves- fue la firma de los Protocolos de Paysandú el 14 de octubre de 1842. Rivera había invitado a Paysandú a José María Paz, Juan Pablo López y Pedro Ferré, gobernadores de Entre Ríos, Santa Fe y Corrientes respectivamente, y a Bento Gonçalves⁴²⁰.

Os Protocolos de Paysandú, como ficou conhecido o documento assinado na localidade homônima, simbolizou um esforço conjunto das partes envolvidas de formar

⁴¹⁸ LEITMAN, 1979, p.26-28.

⁴¹⁹ FLORES, 1996, p.130.

⁴²⁰ CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), p.201.

uma frente comum que escapasse às influências do Império e da Confederação, constituindo uma opção pragmática de Bento Gonçalves de vincular a República a esse ‘terceiro campo’. Bento Gonçalves compareceu à conferência, sendo recebido com honras de presidente⁴²¹. Apesar de o presidente farroupilha não ter assinado a convenção, a existência de tratados do governo rio-grandense com o Uruguai e Corrientes já vinculava indiretamente a República Rio-Grandense à aliança que se formava. Preocupado, o ministro bonaerense Felipe Arana encaminhou nota ao Encarregado de Negócios imperial, Gaspar José Lisboa, alertando sobre a ameaça que representava ‘*la combinación en que había entrado Rivera para confederar a la provincia de Río Grande con el Uruguay y las provincias mesopotámicas argentinas*’; e manifestava que o acordo ‘*no sólo atentaba contra la integridad de sus territorios sino, fundamentalmente, contra el equilibrio políticos de los países del Atlántico sur*’⁴²².

Apesar de inclinar-se cada vez mais a buscar soluções políticas no Prata, não é possível estabelecer o grau de comprometimento de Gonçalves com um projeto que poderia levar à ligação política formal do Estado Rio-Grandense a unidades políticas rio-platenses, uma vez que a alta volatilidade do tabuleiro platino naquele período tendia a flexibilizar convicções e objetivos com alguma frequência. O que se pode verificar, independentemente de preferências políticas subjetivas do presidente rio-grandense, é que suas ações concretas direcionaram objetivamente os rumos da República para possíveis arranjos institucionais com outras unidades no Rio da Prata, ainda que esta não fosse a vontade da maioria da cúpula político-militar farroupilha.

O antigo temor do governo imperial e dos conservadores brasileiros de que o Rio Grande do Sul viesse a se separar do Império para federar-se ao Uruguai parecia finalmente se confirmar, e o Império responderia com veemência a essa movimentação. Em Buenos Aires, as notícias dos eventos de Paysandú não foram melhor recebidas, já que, além de estar em guerra contra as províncias mesopotâmicas e o Uruguai, Rosas tinha seu próprio projeto de Estado que envolvia a anexação desse último à Confederação Argentina, como se discutirá em seguida. Unindo o Estado Oriental, as províncias de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, os Protocolos de Paysandú pareciam ressuscitar a antiga Liga Federal de Artigas, com o agravante, na perspectiva de Rosas – e do governo imperial –, de incluir o Rio Grande do Sul, intento no qual *El Protector* havia fracassado três décadas antes.

⁴²¹ GUAZZELLI, 2013, p.183.

⁴²² VIDAURRETA, p.438.

Não obstante, enquanto as articulações se intensificavam do lado leste do rio Uruguai, Manuel Oribe, que invadira Santa Fé e reinserira a província na órbita de Buenos Aires, marchou sobre o território entrerriano desde o outro lado do rio. Visando repelir a invasão de Oribe, Rivera, que havia sido designado *Director de la Guerra* na Conferência de Paysandú, comandou as tropas colorado-correntinas contra os invasores, sofrendo uma decisiva derrota que destruiu a maior parte de seu exército e mudou os rumos da guerra em Arroyo Grande, leste de Entre Rios, em dezembro de 1842. Essa vitória inverteu os papéis e colocou Rivera e seus aliados na defensiva, ao passo que Oribe, encabeçando um exército composto por orientais blancos, *federales* entrerrianos e bonaerenses, passou a ter as iniciativas militares no quadro que passava a se desenhar. Após a tomada de toda a província de Entre Rios, tropas federalistas comandadas por Urquiza invadiram Corrientes, provocando o exílio de diversos correntinos nos territórios vizinhos localizados no Brasil, Rio Grande e Paraguai, sendo este último o destino de Ferré. Por sua vez, Rivera cruzou o rio Uruguai e retornou a Montevideú com as tropas de Oribe em seu encalço.

Para além dos motivos puramente táticos e militares, que de fato concorreram para a derrota de Rivera⁴²³, o fracasso de Arroyo Grande revelou a inviabilidade estratégica do projeto do Uruguai Maior, mesmo em um momento em que ele ainda se apresentava como uma ideia. Como se observou anteriormente, a classe dirigente correntina era marcada por um forte sentimento autonomista e, se não desejava ver a autonomia de sua província ameaçada por Buenos Aires, também não o almejava em relação ao Uruguai. Assim, Pedro Ferré jamais conseguiu superar uma perspectiva estritamente provincial durante as negociações que se desenrolaram, enquanto Paz e López tinham um grau de autoridade precário em suas respectivas províncias, Entre Rios e Santa Fé, dado que a primeira continuava contando com importantes elementos rosistas e a segunda havia sido conquistada por Manuel Oribe. Sobre essas articulações e a derrota em Arroyo Grande, anota Vidaurreta:

[...]...el triunfo de Urquiza significó que no solamente se había derrotado a una fuerza militar sino también al ambicioso plan político que pretendía remodelar el mapa sudamericano. [...]. La batalla fue también decisiva para los disidentes riograndenses que con el eclipse de Rivera perdían a su aliado principal, mientras se acentuaba el conflicto entre los jefes farrapos [...]⁴²⁴.

⁴²³ CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), 1998.

⁴²⁴ VIDAURRETA, p.452.

Ademais, disciplinado militar e convicto unitário que era, o general Paz decepcionou-se com os fortes particularismos demonstrados pelos demais signatários que mais lembravam a rivalidade entre *federales* argentinos, e a oposição constante de Ferré e Rivera a seus planos militares⁴²⁵ selaram sua decisão de se retirar da aliança antes mesmo do combate de Arroyo Grande. No tocante à participação rio-grandense que fora acertada por meio do Tratado de San Fructuoso:

[...] la ayuda *farroupilha* a Rivera no fue eficaz, entre otras causas porque el correntino Ferré impidió el paso de las fuerzas riograndenses que debían atravesar su provincia en auxilio de las de Rivera. Así, éste se enfrentó a Oribe en la batalla de Arroyo Grande (6 de diciembre de 1842) sin contar con el auxilio de Rio Grande ni con el valioso aporte de Paz. La victoria de Oribe en Arroyo Grande truncó la idea del "Uruguay Mayor" y los apetitos de protagonismo del presidente oriental⁴²⁶.

Do lado dos farrapos, Alfredo Varela identifica o não cumprimento do acordo como consequência de forte oposição no interior do governo farroupilha, sobretudo por parte do ministro Antônio Vicente da Fontoura e dos generais Davi Canabarro e João Antônio da Silveira. Estes levantaram objeções, quando a Divisão Expedicionária já estava pronta para marchar para Entre Rios, apontando para o risco de as tropas rio-grandenses não retornarem e para os sucessivos descumprimentos de acordos por parte de Rivera, ao que:

Bento Gonçalves conformou-se com o parecer mais geral, e dissolveu-se a unidade já pronta a seguir, do nosso, para o Entre-Rios argentino. Era o primeiro sério castigo imposto à soeira falsa de Rivera, à sua inveterada falta de escrúpulos, e maior o teve, para o fim do anno 42. Porquanto, solapando a brilhante situação criada pelo general Paz, depois de sua grande victoria, ficou braço a braço, ele, sozinho, contra um poder militar que prestes o esmagaria, sem remédio algum⁴²⁷.

Se o acontecimento de Arroyo Grande representou um prematuro fim de um prematuro projeto que poderia levar à constituição de uma nova unidade política, retirando Corrientes, Entre Rios e Santa Fé da esfera colorado-farroupilha, o mesmo não ocorreu relativamente a estes dois últimos. Afinal, a guerra continuava no território rio-

⁴²⁵ Paz defendia a centralização completa dos esforços de guerra por parte das partes envolvidas, buscando, com isso, conferir maior coesão e efetividade à aliança que se buscava formar. Caso sua posição tivesse prevalecido, as tropas comandadas por Rivera em Arroyo Grande teriam contado com a totalidade do Exército Correntino e com a Divisão Expedicionária Farroupilha, que não chegou a participar da batalha porque Ferré impediu sua passagem pelo território correntino.

⁴²⁶ CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), 1998.

⁴²⁷ VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*, vol. 5. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933, p.449.

grandense e agora retornava ao território oriental após quase quatro anos, ao que os dois governos respondiam intensificando suas articulações diante de um quadro de extrema adversidade que se delineava: no mesmo mês em que Oribe invadia o Uruguai com o Exército da Confederação, o barão de Caxias, nomeado presidente e Comandante das Armas da província pelo governo imperial, iniciava as operações militares após um período de cuidadosos preparativos. Dos cerca e 24 mil soldados que o Império tinha em armas naquele ano, cerca de doze mil haviam sido mobilizados para o Rio Grande do Sul⁴²⁸. Enfrentando o avanço das tropas de Caxias e de Oribe, respectivamente, farroupilhas e colorados passavam para uma posição amplamente desfavorável no tabuleiro dos conflitos que se travavam no espaço geográfico da Banda Oriental do rio Uruguai.

4.3. Dissidências farroupilhas, caudilhos orientais e a ameaça rosista durante as negociações com o barão de Caxias (1843 – 1845)

Em que pese o fracasso de Arroyo Grande e a pacificação das províncias mesopotâmicas pelas forças rosistas, o que reduziu amplamente as possibilidades de manobras e articulações dos farrapos no Prata, os trabalhos da Assembleia Constituinte e Legislativa rio-grandense iniciados em 1º de dezembro prosseguiram até o início do ano seguinte. Ao abrir a sessão, Bento Gonçalves comunicou aos constituintes que a causa farroupilha contava com a simpatia *‘não só das repúblicas vizinhas, mas de grande parte dos brasileiros’*, e que, *‘banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir para estreitar laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses’*⁴²⁹.

A ideia de federação brasileira foi formalmente inserida no Projeto de Constituição concluído em fevereiro de 1843, em uma inequívoca manifestação da preferência da maioria dos constituintes rio-grandenses por essa via. Porém, esse Projeto, no qual é possível identificar claras influências do liberalismo inglês, acabou não sendo votado em parte devido, em parte, ao início das operações lançadas pelo barão de

⁴²⁸ BENTO, p.15.

⁴²⁹ Fala de Bento Gonçalves na abertura da Assembleia Constituinte de Alegrete, em 1º de dezembro de 1842. In: SPALDING, Walter. *A Epopeia Farroupilha*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1963, p.377-378.

Caxias⁴³⁰, que ocasionaram o recrudescimento dos combates militares em solo rio-grandense. Internamente, a principal razão para a dissolução da Assembleia a cristalização de uma cisão política que vinha sendo gestada havia anos entre a ‘maioria’ e a ‘minoria’⁴³¹. Em abril do mesmo ano, o Exército Imperial conquistou Alegrete e desferiu um duro golpe no esforço de guerra farroupilha e na própria República, pois, além de centro político, o local funcionava como centro de abastecimento e de fontes pecuniárias para os farrapos⁴³².

A facção da ‘maioria’ era formada essencialmente pelos deputados governistas que apoiavam o governo provisório de Bento Gonçalves, sendo integrada por parte dos principais nomes que conduziram a República desde 1836. Estes incluíam nomes como Domingos José de Almeida, Ulhôa Cintra e Mariano de Mattos, além de outros, como Francisco de Sá Brito e Hildebrando de Freitas⁴³³. A da ‘minoria’ era nucleada principalmente por deputados que se opunham, em maior ou menor grau, à direção do movimento farroupilha e que se organizaram formalmente durante a Constituinte, tendo como líderes os deputados Vicente da Fontoura, Lucas de Oliveira e Onofre Pires⁴³⁴. O general Davi Canabarro aderiria ao grupo posteriormente. Com exceção do último, que morreria em duelo contra Bento Gonçalves em março de 1844, todos teriam papel de destaque na fase final da guerra na medida em que o grupo se encontrava no poder durante esse período.

Para Maria Medianeira Padoin, a facção governista era relativamente mais progressista e ciosa da independência do Rio Grande do Sul do que a outra, enquanto a oposição minoritária tinha tendências claramente mais conservadoras e, por isso mesmo, mostrava-se mais propensa a aceitar uma composição que levasse ao retorno da República à comunhão brasileira na condição de província⁴³⁵. Conforme já discutido neste trabalho, as ideias e posições políticas no contexto rio-grandense/platino em que os Estados Nacionais estavam em formação eram marcadas por um grau significativo de volatilidade, e a mudança de reivindicações no âmbito da cúpula farroupilha reflete parcialmente essa realidade. Vicente da Fontoura, por exemplo, que estava entre os mais exaltados republicanos à época da radicalização do movimento sedicioso⁴³⁶, agora assumia a

⁴³⁰ HARTMANN, Ivan. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2002, p.69.

⁴³¹ FLORES, 2002, p.439-440.

⁴³² CALÓGERAS, 1998, p.444.

⁴³³ SPALDING, 1963. Op. cit., p.364.

⁴³⁴ Ibid.

⁴³⁵ PADOIN, 2001, p.132-133.

⁴³⁶ FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

vanguarda dos que defendiam a reintegração do Rio Grande ao Império. Por outro lado, Bento Gonçalves, que fora contra a escalada separatista do movimento em 1836, resistia a quaisquer soluções políticas que comprometessem a independência rio-grandense⁴³⁷.

Tais mudanças também foram observadas nas questões sociais que os farrapos tiveram que enfrentar, mormente em relação à escravidão. Se a questão da abolição foi relegada a um segundo plano durante a maior parte da existência da República Rio-Grandense – e a maioria dos chefes farrapos estancieiros, de fato, era proprietária de cativos – os trabalhos da Constituinte colocaram o assunto no centro das discussões. Sobre esse episódio, relata Alfredo Varela:

É de saber-se que numa das sessões, José Mariano, como representante e definidor dos princípios a que se atinham os fiéis de Bento Gonçalves, apresentou à assembleia um projeto que abolia o cativo, semelhante ao que se fizera no vizinho Uruguai. Pois bem, assistiu a extremado e nefando espetáculo. A minoria, acaudilhada por Antônio Vicente opôs-se, irredutível e fera, deixando-nos patente, este, com a sua costumeira, penalizadora truculência, as frágeis razões em que se apoiava, para obstar a "liberdade geral dos escravos". [...]. No "Diário" que estava escrevendo, em determinada altura Antônio Vicente alude a este episódio parlamentar: depois de referir-se "à alma vil e fraca do mulato José Mariano" e "ao mofino Bento", [...] assevera que o plano emancipador apresentado por "esse mulato", "em plena assembleia", tinha "o fim sinistro de tudo confundir para, no início da geral consternação, roubar-nos mais amplamente e evadir-se para o país vizinho"⁴³⁸.

A análise do debate farroupilha acerca da abolição da escravidão é um objetivo que demandaria uma pesquisa inteira, dada a própria complexidade do tema. Aqui, o que nos interessa é o fato de que a Assembleia Constituinte de 1842-1843 representou um marco no sentido de que o assunto foi discutido pelo conjunto das lideranças farroupilhas pela primeira vez desde a deflagração do movimento em 1835, diferentemente do que asseveram as obras que tendem a atribuir aos chefes farroupilhas uma espécie de posição estática e determinista pró-escravidão. E, mais relevante para este trabalho, a apresentação do projeto de abolição da escravidão acabou aprofundando ainda mais a cisão entre os dois grupos.

Além disso, outro motivo imediato para o agravamento das tensões no núcleo da República parece ter sido as relações estreitas entre membros do partido majoritário e o Prata, mais especificamente os colorados uruguaios. Ao comunicar que não participaria mais dos trabalhos da Constituinte, Vicente da Fontoura fez referência aos *‘intitulados*

⁴³⁷ FLORES, 1996.

⁴³⁸ VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*, vol. 6. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933, p.16.

*tratados*⁴³⁹ firmados pelo grupo de Bento Gonçalves, e seu diário, escrito a partir de 1º de janeiro de 1844, traz duras críticas aos convênios firmados com o governo oriental-colorado.

No Uruguai, o *Ejercito de Vanguardia de la Confederación Argentina* comandado por Manuel Oribe havia avançado rapidamente sobre a campanha oriental, conquistando a maior parte do interior e chegando ao entorno de Montevideú em 16 de fevereiro, poucos dias depois da dissolução da Assembleia Constituinte farroupilha. Em vez de invadir a capital, Oribe optou por sitiá-la, dando início ao sítio que duraria cerca de oito anos. Confinando o domínio do governo oriental colorado a Montevideú, Oribe, que continuava se considerando presidente legítimo do país, tomou providências no sentido de organizar um novo governo nos arredores das muralhas fortificadas da capital uruguaia, em área localizada atualmente no bairro montevideano de Cerrito de la Victoria. Nessa condição, passou a governar como se o estivesse fazendo ininterruptamente desde que seu mandato fora precocemente terminado pela sublevação de Rivera em 1838⁴⁴⁰.

Intramuros, a organização da defesa da capital havia começado antes mesmo da aproximação das tropas de Oribe, quando, ainda em dezembro de 1842, o general Paz foi incumbido de preparar um exército de defesa pelo presidente do Senado Joaquin Suárez, em exercício da chefia do Executivo devido à ausência de Rivera, que se encontrava em território entrerriano à época. Formavam-se, assim, o *Gobierno del Cerrito*, encabeçado por Oribe e expressão política do Partido Nacional, com jurisdição em quase todo o território oriental, e o *Gobierno de la Defensa*, dominado pelo Partido Colorado e com controle sobre Montevideú.

Em certa medida, tal duplicidade de governos assemelhava-se à situação de fato existente no Rio Grande do Sul desde setembro de 1836, quando a proclamação da República engendrou a existência de duas jurisdições no território rio-grandense, com os farrapos dominando virtualmente todo o interior e os imperiais controlando o litoral – em 1843, no entanto, tal realidade havia se alterado significativamente, dada a reduzida base territorial que o cambaleante Estado Rio-Grandense possuía após o início das operações de Caxias.

Apesar da situação desfavorável em que se encontravam farrapos e colorados, os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro se alarmaram com as articulações desenvolvidas ao longo de 1842 que pareciam levar à formação de um terceiro polo que

⁴³⁹ SPALDING, 1963, p.362.

⁴⁴⁰ DEVOTO, Juan Pivel. *La Guerra Grande, 1839-1851*. Montevideú: Editorial Medina, 1976.

alteraria o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, como ocorrera com a Liga Federal de Artigas na década de 1810. Para Rosas, havia ainda um grave risco adicional de intervenção das duas maiores potências da época, França e Grã-Bretanha, que, temendo a anexação do Uruguai pela Confederação – aparentemente, uma questão de tempo àquela altura –, ameaçavam bloquear Buenos Aires⁴⁴¹. A reação de Rosas veio na forma de uma política de aproximação ao Império que buscava fixar um ponto de convergência justamente na aliança farroupilha-colorada, mesmo após os eventos de Arroyo Grande.

Como fizera em 1838, quando enviou Manuel Sarratea ao Rio de Janeiro para alertar a Regência do perigo que a aproximação dos farrapos a colorados e unitários representava para os dois países⁴⁴², Rosas buscou uma aproximação ao governo brasileiro mais uma vez. O plenipotenciário da Confederação na Corte, Tomás Guido, fez gestões junto ao governo imperial para convencê-lo da necessidade de ações conjuntas, chegando a sugerir que bastava sua autorização para que as tropas confederadas sob o comando de Oribe entrassem em território rio-grandense para combater colorados e farroupilhas⁴⁴³.

As tratativas com o chanceler imperial Honório Hermeto Carneiro Leão evoluíram para uma proposta, por parte de Guido, de um tratado ofensivo-defensivo entre a Confederação e o Império ‘*contra o poder e a autoridade que exerce Fructuoso Rivera na República do Uruguay, e contra os rebeldes da Província do Rio-Grande de São Pedro do Sul, e contra os partidistas do dito caudilho e dos mencionados rebeldes*’⁴⁴⁴. O diploma detalhava as ações que seriam realizadas conjuntamente contra os dois inimigos, prevendo o bloqueio do porto de Montevideu pela Armada brasileira e o ingresso de tropas argentinas em território rio-grandense, onde seriam colocadas sob o comando de um general imperial. Inversamente, dispunha da mesma forma sobre forças imperiais que marchassem sobre o território oriental e previa o fornecimento de seis mil cavalos por parte da Confederação⁴⁴⁵, providência crucial para as tropas de Caxias que enfrentavam dificuldades nesse sentido.

Inicialmente, o governo imperial relutara em entrar em acordos que ligassem o Império à Confederação tanto por razões estratégicas como táticas. Do ponto de vista estratégico, Rosas era visto como uma ameaça ao projeto de Estado Imperial assentado

⁴⁴¹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p.101.

⁴⁴² BANDEIRA, 2012, p.113.

⁴⁴³ GUAZZELLI, 2013, p.205.

⁴⁴⁴ Tratado de Aliança ofensiva e defensiva entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, de 24 de março de 1843. Sistema Consular Integrado, Ministério das Relações Exteriores.

⁴⁴⁵ Ibid.

sobre os pilares da monarquia, do centralismo político, da unidade territorial e da ordem social escravista, além de representar um possível obstáculo geopolítico no tocante à questão da navegação dos rios internacionais na Bacia do Prata⁴⁴⁶, tão importante para a comunicação do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso. Havia, ainda, a percepção de que o ‘sistema americano’ abertamente defendido por Rosas escondia as ambições do ditador de reconstruir territorialmente o antigo Vice-Reino do Rio da Prata⁴⁴⁷, o que envolveria a anexação do Uruguai e de parte do Rio Grande do Sul, além de Bolívia e Paraguai.

Na esfera tática, a aliança entre farrapos e colorados e as articulações dos dois grupos com a mesopotâmia argentina que preocupavam o Império haviam perdido relevância após Arroyo Grande. O próprio Estado Oriental colorado agora se resumia a pouco mais que Montevideú, sem base territorial significativa e sitiado, e a República Rio-Grandense achava-se em grave estado por uma combinação de fatores: a inviabilização da formação de uma frente comum tanto com as províncias brasileiras⁴⁴⁸ como com o Uruguai e o litoral argentino, a concentração de recursos por parte do Império para colocar um fim à guerra e as velhas dificuldades advindas da falta de um porto para a República.

Não obstante, e talvez ironicamente, a precária situação de Rivera e do *Gobierno de la Defensa* concorreram para uma mudança de atitude por parte do governo imperial. O quadro militar no Uruguai sugeria que o fim do governo colorado – o qual, aliás, era o único reconhecido pelo Rio de Janeiro⁴⁴⁹ – estava próximo e que Oribe controlaria todo o país em pouco tempo. Dadas as conhecidas ligações entre o chefe blanco e Rosas, tal fato poderia ameaçar seriamente a soberania oriental, o que era inaceitável para o Império, ao que o ministro Leão concluiu que ‘*melhor seria pactuar com Rosas, associando-se ao seu triunfo, para ligá-lo a um compromisso de que não intentaria a anexação da República do Uruguai*’⁴⁵⁰. Como em 1816, os interesses do Rio de Janeiro e de Buenos Aires convergiam para a necessidade de liquidar um terceiro bloco de poder que surgia entre os dois países.

⁴⁴⁶ DORATIOTO, 2014, p.26.

⁴⁴⁷ FERREIRA, 2006.

⁴⁴⁸ Em 1843, após o fim das revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo, virtualmente todo o Império havia sido pacificado, faltando apenas o Rio Grande do Sul. As possibilidades de articulação de uma aliança com as diversas províncias brasileiras que se rebelaram, como era a vontade da maioria da cúpula farroupilha, haviam passado. O Estado Imperial caminhava, aos poucos, para sua consolidação, o que ocorreu por volta do fim da década de 1840.

⁴⁴⁹

⁴⁵⁰ BANDEIRA, 2012, p.114.

Desse modo, embora relutante, o governo imperial assinou o tratado em 24 de março de 1843 e o ratificou no mesmo mês, remetendo o diploma a Buenos Aires para ratificação. Porém, a essa altura, os fatores objetivos que motivaram Rosas a propor a aliança pareciam ter desaparecido⁴⁵¹, e o ditador recusou-se a assinar o tratado e desautorizou Guido sob o argumento de que apenas Oribe, na condição de presidente legal do Uruguai, poderia tratar de assuntos que envolvessem o país. As agitações na mesopotâmia argentina haviam terminado com a derrota de Arroyo Grande e a inserção de Corrientes no sistema federal rosista, ‘empurrando’ a Guerra Grande de volta para o Uruguai, enquanto a intervenção anglo-francesa não se confirmou em razão de divergências de entendimentos dentro de seus respectivos governos acerca da conveniência de tal medida⁴⁵². Como razão adicional para a recusa de Rosas, Tau Golin aponta, ainda, a indisposição do governador em desistir em definitivo das Missões Orientais⁴⁵³, visto que o tratado também previa a resolução definitiva da questão lindeira. Além do mais, a recusa de Rosas pareceu confirmar as aparentes suspeitas de que o governo bonaerense se movia para perseguir uma política externa que levaria à reconstrução territorial do Vice-Reino do Rio da Prata, tendo em vista as salvaguardas relativas à independência do Uruguai que o tratado trazia⁴⁵⁴.

O episódio teve como efeito o fim do breve período de aproximação entre o Império e a Confederação e demonstrou, mais uma vez, o quão instável o quadro geopolítico e os alinhamentos vigentes na Bacia do Prata naquele período histórico eram. Discursando no Senado quarenta anos mais tarde, o visconde de Sinimbu, que serviu como ministro do Império em Montevidéu durante parte do sítio da capital oriental, descreveu:

Quando se davam estes acontecimentos, o representante de Rosas nesta corte empenhava os maiores esforços para chamar o governo Imperial aos interesses de sua causa. O incentivo com que pretendia atraí-lo eram a conveniência e oportunidade de acabar o Império com a revolta do Rio Grande, por meio da ação combinada entre os dois Governos. [...] A revolta do Rio Grande foi, desde o começo, animada e auxiliada pelos Governos das duas Repúblicas. Quando ela arrebentou em 1835, foi Oribe, então Presidente do Estado Oriental, o primeiro que a bafejou. Rosas até recebeu emissários dos revoltosos, facilitando-lhes por vezes a aquisição de munições de guerra; Fructuoso Rivera foi ainda mais longe; com eles celebrou convenções. Todos

⁴⁵¹ DORATIOTO, p.26-27.

⁴⁵² CISNEROS, ESCUDÉ (Org.), 1998.

⁴⁵³ GOLIN, 2002, p.344.

⁴⁵⁴ GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas, 1420-1920*. Porto Alegre: Editora Meridional, 2012, p.251.

esses Governos aproximavam-se ou afastavam-se dos revoltosos segundo as conveniências da ocasião.⁴⁵⁵

A partir de então, salvo algumas tentativas pontuais de acomodação, a política da Confederação para o Império se tornaria cada vez mais hostil, enquanto o governo imperial passaria a formular gradualmente uma política platina mais ativa que levaria ao abandono da neutralidade oficial a partir de 1844⁴⁵⁶; e sua culminação viria com intervenção armada contra Rosas e Oribe, em 1851. Condição essencial para essa transição da política externa brasileira, todavia, era a pacificação do Rio Grande do Sul.

Entre os farrapos, a cisão ocorrida em seu núcleo político-militar abriu um período de crise interna que perduraria até a reintegração da província ao Império. Isto é, da dissolução da Constituinte, em fevereiro de 1843, à Paz de Poncho Verde, em fevereiro de 1845, o esforço de guerra farroupilha conviveu com constantes disputas internas que acabaram facilitando a ‘política pacificadora’ de Caxias – que, diga-se, também incluía o fomento dessas discórdias. Para além de desavenças de natureza pessoal, que inegavelmente desempenharam papel relevante nessas disputas, os desentendimentos entre as duas facções também giraram em torno de assuntos mais amplos que passavam, necessariamente, pelo modelo político a ser perseguido naquela conjuntura de 1843 e pelas questões do Prata. A ‘maioria’ convergia para a manutenção da defesa da independência do Rio Grande do Sul, o que implicava a continuação da guerra; já seus opositores buscavam aprofundar as tratativas com o Império com vistas ao fim do conflito⁴⁵⁷.

José Plínio Fachel argumenta que a oposição entre esses dois grupos levou à delimitação de dois projetos políticos já na fase final da Farroupilha, com a ‘maioria’ optando por manter suas reivindicações pela forma republicana de governo e a ‘minoridade’ defendendo a busca por melhorias dentro do próprio sistema⁴⁵⁸, isto é, o monárquico. Para manter o movimento independentista, a facção majoritária e governista desejava continuar buscando alternativas no Prata, ao passo que o partido da ‘minoridade’, refletindo sua posição favorável ao fim guerra e à reincorporação do Rio Grande do Sul ao Império, opunha-se à ‘política platina’ dos primeiros⁴⁵⁹. Buscava, ainda, rejeitar expressamente o

⁴⁵⁵ Apud MAGNOLI, 1997, p.158

⁴⁵⁶ CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2008, p.110-111.

⁴⁵⁷ FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2002, p.124.

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Ibid.

caudilhismo como um obstáculo ao progresso. Em seu diário, Vicente da Fontoura trata os caudilhos orientais com desdém e os associa à barbárie, independentemente das facções às quais estivessem ligados:

Quando as hordas selvagens habitavam estas campinas, quando os caciques dos Charruas e dos Minuanos dominavam seus toldos, não era por certo tão ermo o país. [...] os míseros e infelizes orientais estão jogando seu sangue ao querer dos caudilhos, que disputam o mando supremo de uma pátria, que nas vindouras épocas se envergonhará de tais monstros haver nutrido. [...]. Colorados e blanquillos, dão se aqui mutuamente o nome de selvagens. Estupenda cegueira! Por que não fazem eles um exame dos seus feitos, por que não recordam suas atrocidades, e não se reconhecem, já e já, muito mais desgraçados do que o mais vil Charrua, o mais abjeto Minuano?⁴⁶⁰

Em outras passagens, o principal deputado opositor refere-se ao grupo de Bento Gonçalves como ‘*a mashorca do Alegrete*’⁴⁶¹, como, aliás, o faziam outros membros da ‘minoría’, em uma clara intenção de ligar retoricamente os governistas a Juan Manuel de Rosas, cuja corporação ‘parapolicial’ chamava-se *la Mazorca*⁴⁶². De certo modo, a posição de Fontoura e da oposição buscava vincular o partido majoritário ao caudilhismo rio-platense e associá-lo à violência inerente a esse fenômeno sociopolítico, não muito diferente do que faziam colorados orientais e unitários argentinos relativamente a seus respectivos adversários. Aqui, cabe uma breve distinção sobre a composição dos colorados.

Apesar de, em linhas gerais, o Partido Colorado estar vinculado aos setores médios urbanos e a interesses livre-cambistas, Pivel Devoto diferencia colorados ‘*puros*’ dos ‘*extranjerizantes*’, estabelecendo uma espécie de subdivisão no interior daquela facção⁴⁶³. Segundo o autor, uma das principais clivagens para diferenciar uns dos outros estava no grau de interferência estrangeira nos assuntos do Estado Oriental que cada grupo via como desejável, com os primeiros sendo relativamente mais ‘autonomistas’ do que os segundos. Isto é, ainda que os dois grupos fossem mais favoráveis à interferência estrangeira em questões orientais do que o Partido Nacional, os ‘*puros*’⁴⁶⁴ tendiam a ser mais cautelosos nesse aspecto do que os ‘*extranjerizantes*’⁴⁶⁵; socialmente, estes estavam mais intimamente ligados aos *doctores* dos principais núcleos urbanos – isto é,

⁴⁶⁰ FONTOURA, p.98.

⁴⁶¹ Ibid, p.53.

⁴⁶² Veja-se DI MEGLIO, Gabriel. *Mueran los salvajes unitarios! La Mazorca y la política em tiempos de Rosas*. Buenos Aires: Penguin Random House Grupo Editorial Argentina, 2012.

⁴⁶³ DEVOTO, 1973.

⁴⁶⁴ Encabeçado por Rivera e composto por nomes como José Bustamante, Venancio Flores, Enrique Martínez e Estanislao Vega.

⁴⁶⁵ Entre os quais estavam Joaquín Suárez, Andrés Lamas, Manuel Herrera y Obes e Santiago Vázquez.

Montevidéu e Colônia – e aqueles, à plebe rural, aos gaúchos e a ‘*la indiada*⁴⁶⁶’. Se tais diferenças já existiam desde o início do processo de formação do partido após a batalha de Carpintería, foi com o sítio de Montevidéu que elas se tornaram mais evidentes: os segmentos caudilhescos colorados abriram uma frente de combate contra as tropas de Oribe na campanha e auxiliaram os farroupilhas na fronteira, enquanto os ‘*extranjerizantes*’ iniciaram uma ofensiva diplomática desde Montevidéu para buscar intervenções estrangeiras, sobretudo do Brasil, da França e da Grã-Bretanha⁴⁶⁷.

A cisão consolidada no núcleo do movimento farroupilha significou que os farrapos tiveram que lidar com o barão de Caxias diplomática e militarmente em situação de completa divisão interna, divisão esta que se refletiu nas respectivas gestões encaminhadas por representantes da ‘maioria’ e da ‘minoria’. O partido majoritário adotou a bandeira da defesa intransigente da independência rio-grandense mesmo após o início das negociações com Caxias⁴⁶⁸, em certa medida refletindo o desejo de seus membros de manter uma independência *de facto* com a qual haviam se acostumado. Após quase sete anos de independência, não era simples aceitar o retorno a um sistema político ainda mais centralizado do que aquele que vigia quando da eclosão da fase armada da Farroupilha, em 1835⁴⁶⁹.

Ainda em março de 1843, quando as tratativas de paz com Caxias não haviam começado, Bento Gonçalves manifestava sua preferência por uma solução que levasse à união do Rio Grande do Sul às províncias brasileiras mediante arranjos que se aproximavam de uma liga ou confederação⁴⁷⁰. Na mesma linha, o proclamador da República em 1836, Antônio de Souza Netto, reiterava por meio do jornal oficial a simpatia que os Estados platinos tinham pela causa farroupilha, e instava o Império a reconhecer a independência rio-grandense e aceitar a federação⁴⁷¹. No ano seguinte, já durante o curso das negociações de paz, Gonçalves, que havia deixado a Presidência da República, propôs ao barão:

⁴⁶⁶ ZUM FELDE, Alberto.

⁴⁶⁷

⁴⁶⁸ FACHEL, 2002.

⁴⁶⁹ Medidas tomadas pela Regência conservadora, como a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), e pelo governo imperial, como a recriação do Conselho de Estado (1842), representaram o regresso conservador que terminou por reverter parte das mudanças descentralizadoras trazidas pelo Ato Adicional de 1834, reduzindo, assim, a autonomia relativa das províncias. FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2009, p.171-176.

⁴⁷⁰ GUAZZELLI, 2013, p.221-222.

⁴⁷¹ *Ibid.*

A conciliação com a federação do Rio Grande do Sul ao Brasil, agregando a ela ‘os Estados de Montevideú, Corrientes e Entre Rios’. Caxias contestou, só aceitava a conciliação se o Rio Grande desistisse da independência. [...]. Bento Gonçalves perguntou se nesse caso o Império reconheceria a dívida externa e interna, garantiria a liberdade dos libertos republicanos e os oficiais nos respectivos postos. Caxias anuiu e Bento Gonçalves não quis aceitar a responsabilidade de decidir a paz, deixando para o governo republicano meditar e decidir, pois sempre se dedicou ‘a libertar nossa Pátria sustentando nossa independência’, portanto não queria ser acusado de que, por um capricho, concorreu para a infelicidade de seus patrícios⁴⁷².

Enquanto o líder da oposição Vicente da Fontoura procurava traçar uma ‘linha divisória’ entre seu grupo e os caudilhos do Prata, entre ‘civilização’ e ‘barbárie’, o chefe da facção governista propunha abertamente ao representante imperial a incorporação de três unidades políticas platinas ao Império juntamente com o Rio Grande. Evidentemente, havia um obstáculo virtualmente ‘existencial’, do ponto de vista da Corte, para que tal proposta fosse adiante. Afinal, o Império se sustentava politicamente sobre os pilares da monarquia unitária e da centralização política, o que significava que entrar em arranjos dessa natureza constituiria uma anomalia constitucional.

Ademais, na prática, o Estado Imperial caminhava para sua consolidação – e o último entrave era justamente o quadro político-militar no Rio Grande do Sul – após o turbulento Período Regencial, e não havia qualquer base de negociação para uma solução federativa, menos ainda com províncias e países do Prata. As elites imperiais da Corte no pós-Regência, traumatizadas com as revoltas regenciais e identificando suas causas imediatas na descentralização relativa promovida pelo Ato Adicional⁴⁷³, certamente não aceitariam uma flexibilização tão profunda e extraordinária que dificilmente não implicaria o fim do Império na forma como ele existia.

A disputa entre farroupilhas governistas e oposicionistas se acirrou ao ponto de Bento Gonçalves renunciar à Presidência da República, em 4 de agosto de 1843, entregando o cargo a Gomes Jardim e o comando do Exército Rio-Grandense, a Davi Canabarro. Assim, quando apresentou a proposta a Caxias, Gonçalves o fez na condição de encarregado das negociações do lado rio-grandense, não como presidente, mantendo, ao mesmo tempo, o esforço de guerra ativo na região da fronteira.

Como já se mencionou, após a derrota de Arroyo Grande, Rivera recompôs parcialmente seu exército e iniciou campanhas contra as tropas confederadas de Oribe na campanha, passando a Presidência oriental ao presidente do Senado, o colorado

⁴⁷² FLORES, 2002, p.436 – BGS 379.

⁴⁷³ DOLHNIKOFF, 2005.

‘*extranjerizante*’ Joaquín Suárez, em março de 1843. Esse período inicial do sítio de Montevideu foi o mais ativo em termos de batalhas em solo oriental, com uma série de vitórias para os dois lados que não alteraram significativamente o estado de coisas no Uruguai: em junho, Rivera derrotou as forças de Ignacio Oribe em Solís Grande, perto de Maldonado, enquanto Venâncio Flores comandou as tropas da *Defensa* que bateram os *federales* de Angel Núñez no mês seguinte⁴⁷⁴. Já no próximo mês, o *Gobierno de la Defensa* sofre uma derrota em Cerro Largo, na fronteira com o Rio Grande do Sul. Os combates se aproximavam do espaço fronteiriço na medida em que os colorados dependiam dessa região para neutralizar parcialmente a ampla vantagem do *Cerrito*, tendo combates entre tropas dos dois governos sido verificados em variados pontos da imprecisa ‘faixa’ de fronteira⁴⁷⁵.

Desse modo, Rivera voltou a articular ações conjuntas com os farroupilhas nos dois lados da fronteira, fornecendo-lhes auxílios na forma de cavalos, armas e outros artigos de guerra, além de combaterem juntos no campo de batalha⁴⁷⁶, ora contra imperiais, ora contra blancos-rosistas. Em vista da situação amplamente desfavorável em que se encontravam os farrapos nesse período, o uso da fronteira se intensificou: quando se viam em desvantagem em relação às tropas de Caxias, os farrapos emigravam para o território oriental, ‘*onde os amigos de D. Frutos lhes davam sempre refúgio e guarida*’⁴⁷⁷. Ao mesmo tempo, talvez já percebendo que o movimento farroupilha seria derrotado, o caudilho passou a procurar o barão de Caxias para se oferecer como mediador nas negociações acerca da pacificação do Rio Grande do Sul⁴⁷⁸. A ambivalência – ou, talvez, o ‘pragmatismo radical’ – que tão apropriadamente caracterizava Fructuoso Rivera se manifestaria com clareza também nesse estágio derradeiro da República Rio-Grandense e em pleno sítio de Montevideu.

Se bem já desconfiasse desde antes da permanência das relações entre farroupilhas e colorados, Caxias teve provas concretas de tal realidade em setembro de 1843, quando interceptou um regimento composto por orientais e santafesinos que ingressaram em território rio-grandense e que se subordinavam a Rivera⁴⁷⁹. Antes disso, porém, o

⁴⁷⁴ RELA, Walter. *Uruguay: Cronologia historica documentada*. Montevideo: Ross Pub Inc. 2000 p.82.

⁴⁷⁵ Ibid. p.82-84.

⁴⁷⁶ GUAZZELLI, 2013, p.224-227.

⁴⁷⁷ CALÓGERAS, 1998, p.446.

⁴⁷⁸ GOLIN, 2002, p.355-356.

⁴⁷⁹ MENDES, Jeferson. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011, p.53-54.

comandante imperial já fazia contatos com Manuel Oribe e seus partidários para, também ele, buscar soluções táticas no Estado Oriental, sobretudo no tocante ao fornecimento de cavalhadas. Como consequência da não-ratificação do tratado de março de 1843 por Rosas, o Império via-se privado dos seis mil cavalos que a Confederação Argentina forneceria a Caxias, com sensível impacto no teatro de guerra. A solução encontrada pelo barão foi buscar diretamente junto a Oribe os cavalos de que necessitava, sem passar por tratados ou convenções. No entanto, o caudilho blanco acabou se esquivando de tomar uma medida que beneficiaria o Império tão claramente, ao que Caxias reagiu procurando outras fontes em Corrientes, no Paraguai e até mesmo junto aos colorados⁴⁸⁰.

Apesar da extraordinária superioridade numérica⁴⁸¹ das forças imperiais, a dificuldade em repor montarias mitigava a ampla vantagem de recursos que Caxias possuía em comparação aos farroupilhas. Ao incorporar Bento Manoel Ribeiro ao seu Estado Maior, o barão já havia reduzido uma significativa vantagem relativa que os farrapos possuíam no tocante à capacidade de conduzir guerras de movimento, cujas principais características eram justamente rápidas movimentações de cavalaria ligeira apoiadas em constantes reposições de montaria⁴⁸².

Tão ‘senhor da fronteira’ quanto Bento Gonçalves e Fructuoso Rivera, Ribeiro desempenhou papel central nas operações imperiais ao longo de 1843 e em 1844, mas, ao contrário de seus antigos aliados, não estava autorizado a valer-se da fronteira livremente como um caudilho. Afora traços pessoais que pudessem ter determinado tal conduta, Caxias se opunha frontalmente a incursões em território oriental para evitar qualquer possibilidade de retaliação de Rosas⁴⁸³, o que reduzia a margem de ação de Bento Manoel comparativamente aos farroupilhas. Tamanha era a importância que os chefes políticos orientais tinham para a guerra no Rio Grande do Sul que Caxias escreveu ao governo imperial informando que *‘sem um acordo definitivo com um os dois contendores do*

⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ Segundo o historiador militar Cláudio Moreira Bento, o Exército Imperial contava com cerca de 11.500 homens em território rio-grandense no início de 1843, enquanto o Exército Farroupilha chegava, no máximo, a 3.500, e esse efetivo foi reduzido drasticamente ao longo do ano. BENTO, 1992, p.17-18.

⁴⁸² GUAZZELLI, 2013, p.75-81.

⁴⁸³ Adicionalmente, o barão possuía instruções específicas do ministro da Guerra do Império, Clemente Pereira, que consideravam ilícitas quaisquer incursões no território oriental *‘em perseguição a rebeldes’*. JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: território e territorialidade no Império do Brasil*. 2014 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.146.

*Estado Oriental [Uruguai], nunca será possível concluir de todo a guerra nessa província*⁴⁸⁴.

Assim, o general imperial recorreu a Oribe não apenas para garantir o suprimento de cavalos, mas, também, para tentar alcançar alguma base de convergência que neutralizasse as ações dos farroupilhas do outro lado da fronteira. A Oribe também interessava chegar a algum entendimento nesse sentido, já que Rivera e seus partidários aproveitavam-se igualmente da área fronteira. Como consequência, a margem de manobra de farrapos e colorados na fronteira reduziu-se significativamente, criando mais um fator de dificuldade para os dois grupos.

Apesar disso, o governo imperial também se via duramente pressionado pelas circunstâncias que faziam com que duas de suas prioridades se chocassem: de um lado, a pacificação do Rio Grande do Sul constituía a mais urgente prioridade interna e devia ser perseguida incessantemente; de outro, a facção oriental que apoiava os farrapos e concorria para o prolongamento da guerra era a mesma que resistia às tropas da Confederação, de modo que derrotá-la implicaria, na prática, um apoio à conquista do Uruguai por parte de Rosas. Mais ainda, em meio a desinteligências com a Grã-Bretanha acerca do tráfico negreiro e da não-renovação do tratado de comércio de 1810, o governo imperial temia que a Marinha britânica penetrasse o rio Uruguai e por meio dele estabelecesse comunicações com os farroupilhas⁴⁸⁵. O fato de a potência europeia estar cada vez mais preocupada com as ações de Rosas contra o Estado Oriental àquela altura reforçava essa hipótese.

Montevideu estava sob bloqueio naval parcial da Confederação, mas, enquanto o governo britânico era inequívoco em sua oposição a um eventual controle da cidade por Buenos Aires⁴⁸⁶, o brasileiro, sempre temendo uma intervenção de Rosas no Rio Grande em favor dos farrapos, reconhecia-o. Temendo tanto a caída do *Gobierno de la Defensa* quanto um eventual apoio da Grã-Bretanha aos farrapos, o Encarregado de Negócios imperial em Montevideu, Cansação de Sinimbu, buscava convencer ‘o Governo Imperial a efeito ligar-se ao Oriental já e já...evitando assim os males que resultariam ao Brasil se a Inglaterra tivesse tomado parte’⁴⁸⁷.

⁴⁸⁴ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.462.

⁴⁸⁵ GUAZZELLI, 2013, p.215.

⁴⁸⁶ Embora houvesse reconhecido o bloqueio, após um período de oposição, mediante decisão de Rosas de isentar navios britânicos de seus efeitos.

⁴⁸⁷ Ibid.

Em julho de 1844, o presidente farroupilha substituiu Bento Gonçalves por Vicente da Fontoura nas negociações com Caxias. Gomes Jardim não era do grupo de Fontoura, mas escolheu-o em parte como resultado do impasse das negociações de Bento Gonçalves com o barão, visto que o chefe farrapo insistia em algum arranjo político que garantisse amplas autonomias à província⁴⁸⁸. Diante do impasse, Caxias sugeriu o nome de Fontoura, com o que Jardim concordou.

Do ponto de vista da abordagem que combinava ofensivas militares com medidas conciliadoras, Caxias foi além do que o governo imperial poderia desejar em um primeiro momento. Essas medidas incluíram desde atos oficiais, como a busca ativa pela anistia dos rebeldes junto à Corte, até a concessão de vantagens pessoais como forma de avançar as negociações de paz. Com Fontoura assumindo o comando das negociações do lado dos rebeldes, o caminho estava aberto para que as negociações avançassem.

A questão dos colorados na fronteira, porém, ainda aparecia como um entrave adicional ao lado de outras questões de fundo, como o grau de autonomia política da província após sua reincorporação ao Império, o trânsito de gado do Uruguai e a escravatura, todos intimamente relacionados ao Estado Oriental naquele momento. Sobre a questão da escravidão, cabe registrar que o regime havia sido abolido por completo no Uruguai em dezembro de 1842⁴⁸⁹, e havia o receio por parte da elite imperial – e da farroupilha – de que os escravos libertados pelos farrapos fugissem para o território oriental após a guerra, havendo mesmo os que temiam rebeliões armadas⁴⁹⁰.

Em outubro de 1844, Rivera ainda tentou, uma última vez, colocar-se como mediador da paz entre farrapos e imperiais, o que contribuía para agravar a questão das tropas do *Gobierno de la Defensa* na fronteira desde a perspectiva do Império. Em uma iniciativa ousada, o chefe colorado propôs a Caxias a suspensão de armas por parte das forças imperiais enquanto durassem as negociações⁴⁹¹; aos farrapos, apresentou proposta que consistia em, caso o barão declinasse, marchar conjuntamente rumo ao sul para derrotar Manuel Oribe. Derrotados os blancos, colorados e farroupilhas retornariam ao Rio Grande juntos para, então, bater as tropas imperiais⁴⁹². Habilmente, Caxias recusou a proposta, excluiu Rivera das negociações definitivamente e enviou o tenente-coronel

⁴⁸⁸ FLORES, 1996.

⁴⁸⁹ Lei nº 242, de 12 de dezembro de 1842. *Presidencia – República Oriental del Uruguay*.

⁴⁹⁰ MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora 2010, p.183.

⁴⁹¹ FONTOURA, p.137.

⁴⁹² *Ibid.*

imperial Manoel Luís Osório para ouvir Vicente da Fontoura, que, desiludido com *Fructo*, escreveu em seu diário:

Este gaúcho fino é verdadeiramente um gênio, porém um gênio que, nas torpezas das revoluções por que tem passado seu país, parece estar já familiarizado com desgraças e males alheios, sempre que deles possa fazer a experiência de algum resultado favorável a si ou ao seu país⁴⁹³. [...]. Surpreendeu-me quando me assegurou o quanto lhe era doloroso não poder dar a sua pátria uma testa coroada! [...]. Então pretendia fascinar-nos para o ajudarmos a expelir seus inimigos, e tendo-lhe rebatido este pensamento, mudou e pretende agora que os rio-grandenses e o Brasil se liguem, salvem o Estado Oriental e fixem já os tratados de limites com vantagem sua⁴⁹⁴.

Desacreditado pelos farrapos que ainda intencionavam continuar a guerra, desprezado pelos que desejavam a paz e neutralizado por Caxias, Fructuoso Rivera, que chegou a considerar a possibilidade de transformar o Uruguai em Vice-Reino ligado ao Império⁴⁹⁵, era afastado definitivamente das tratativas. No mesmo mês, Bento Gonçalves alertava o barão sobre os graves riscos que o prolongamento da guerra poderia acarretar para o Rio Grande do Sul e o Brasil, apontando especificamente para a ameaça representada por Rosas:

Acredite V. Ex.^a que não há um instante a perder-se a vista da atitude imponente do tirano Rosas, de quem será presa o continente, se continuam a guerrear-se mutuamente seus filhos, destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao deposto audaz, que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração que sobre mim pesa, deve convencer V. Ex.^a da urgente necessidade de levar a efeito o que proponho, no que fará transcendente serviço ao país que o viu nascer [...]⁴⁹⁶.

Claramente, Gonçalves desejava o fim da guerra a essa altura, apesar de haver discordâncias quanto aos termos sob os quais o concerto se daria, e colocava a pacificação do Rio Grande do Sul como passo fundamental para o Império fazer frente aos desígnios expansionistas de Rosas. Em vista de uma ameaça geopolítica da envergadura da que Buenos Aires parecia representar naquele momento histórico, o principal líder farroupilha sinalizava que os interesses dos rebeldes convergiam com os do Império. Como tende a ocorrer em casos análogos, a ameaça externa parecia implicar uma maior convergência entre as forças políticas internas.

⁴⁹³ Ibid., p.136-137.

⁴⁹⁴ Ibid., p.138.

⁴⁹⁵ BANDEIRA, p.112.

⁴⁹⁶ CV 8573 – Carta de Bento Gonçalves a Caxias, em 13 de outubro de 1844.

O próprio Império já via Rosas como uma ameaça real há algum tempo, mas seus homens de Estado não desejavam correr riscos de ter a poderosa Confederação interferindo em um conflito cujo fim era prioridade para o país e diante do qual Caxias, apesar dos avanços, enfrentava dificuldades para debelar em definitivo. De fato, essa possibilidade era preocupação do barão⁴⁹⁷ e norteou sua ‘*realpolitik*’ para a pacificação do Rio Grande do Sul que tinha ramificações no Uruguai e, indiretamente, poderia afetar os interesses de Buenos Aires. Na prática, a posição cautelosa de Caxias em relação ao Prata já havia tido como efeito a redução da vantagem relativa que o Império poderia passar a ter com o uso da fronteira por Bento Manoel, o que concorrera para que farrapos e colorados continuassem usando a fronteira em condição de superioridade. Agora, porém, o quadro era outro: as articulações entre farrapos e colorados na fronteira haviam sido neutralizadas, Rivera estava afastado das questões farroupilhas e o *Gobierno de la Defensa* fracassava em suas tentativas de obter intervenções estrangeiras contra Rosas⁴⁹⁸.

Em janeiro de 1845, quando as negociações de paz estavam em seus estágios finais, Rosas encaminhou uma proposta a Canabarro oferecendo apoio ‘*aos valorosos rio-grandenses*’⁴⁹⁹ contra o Império. Em resposta, Canabarro, que fazia parte da ‘*minoria*’, respondeu-lhe:

Senhor, o primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República está nosso brio de brasileiros. Quisemos, ontem, a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousarem invadir nosso país, encontrarão, ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas do senhor D. Pedro II⁵⁰⁰.

Não havia possibilidades de soluções serem buscadas em Buenos Aires, menos ainda porque o grupo que estava na condução do que ainda restava do movimento farroupilha favorecia uma saída por meio de arranjos que tivessem o ‘centro gravitacional’ no Brasil, não no Prata e menos ainda em Rosas, chamado de ‘*o tirano de Buenos Aires*’ por Vicente da Fontoura⁵⁰¹. É altamente questionável se o grupo da ‘*maioria*’ teria sido mais receptivo a acordos que ligassem os farrapos a Rosas em janeiro de 1845, quando mesmo Bento Gonçalves já via o ditador bonaerense como principal inimigo. O que se pode afirmar com segurança é que, na fase final da Farroupilha, os

⁴⁹⁷ GUAZZELLI, 2013, p.236-237.

⁴⁹⁸ DEVOTO, 1973.

⁴⁹⁹ SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969, p.158.

⁵⁰⁰ SPALDING, Op. cit., loc. cit.

⁵⁰¹ FONTOURA, p.128.

caminhos para que os farrapos mantivessem a guerra com perspectivas de vitória passavam por algum concerto que os inserisse na esfera da Confederação Argentina. Nesse sentido, nossa interpretação aproxima-se à de Tau Golin, que assinala:

O problema adquiriria uma outra envergadura se os ineptos farroupilhas, na construção do Estado Rio-Grandense, tivessem prosseguido nas negociações com Oribe e Rosas e assumissem uma posição de apêndice das forças portenhas. [...]. Agora, os farrapos estavam espremidos entre os exércitos do barão de Caxias e de Oribe/Rosas. Já consumidos pelo ácido da discórdia entre seus dois grupos internos, Bento Gonçalves, como presidente e chefe da maioria, assinou a sentença de morte da sedição que começara nove anos antes, ao lhe retirar qualquer perspectiva internacional e enredar-se na aliança com um caudilho confinado na campanha latifundiária⁵⁰².

Por outro lado, não se pode perder de vista que os farroupilhas buscaram uma aproximação a Rosas por diversas vezes até o fim de 1839, pendendo ‘definitivamente’ para os colorados de Rivera apenas após o fracasso da última tentativa em setembro daquele ano. Portanto, se é plausível que algum tipo de acordo com Rosas teria dado sobrevida à Farroupilha mesmo no quadro de extrema adversidade que se desenhou a partir de 1843, permanecem dúvidas quanto à viabilidade de tal concerto.

As tratativas entre os farroupilhas e o governo imperial, porém, já estavam muito avançadas, não obstante as divergências que surgiram entre a ‘minoria’ e o Império. No mês anterior, Vicente da Fontoura havia se deslocado ao Rio de Janeiro para tratar sobre a pacificação diretamente na Corte, reunindo-se com os ministros Jerônimo Coelho, José Almeida Torres e Manuel Galvão⁵⁰³ das pastas da Guerra, Império e Justiça, respectivamente. Apesar de ter se tornado a principal voz farroupilha a defender o fim do conflito em sua derradeira fase, Fontoura criticou a intransigência dos ministros Coelho e Torres e manifestou-lhes ‘*a força que ainda tem e pode ter o governo que aqui me mandou*’, inclusive fazendo referência à ‘*eficaz e oferecida cooperação estrangeira*’⁵⁰⁴.

Em que pese as desinteligências iniciais, o governo imperial concordou, após outras reuniões, em delegar plenos poderes ao barão de Caxias tratar da pacificação e conceder anistia a todos os rebeldes que haviam participado da guerra no Rio Grande, embora seu conteúdo fosse secreto⁵⁰⁵. Desse modo, o Império fez concessões que

⁵⁰² GOLIN, 2002, p.456.

⁵⁰³ Manuel Antônio Galvão ocupou o cargo de presidente provincial do Rio Grande do Sul entre 1831 e 1833.

⁵⁰⁴ FONTOURA, p.152.

⁵⁰⁵ BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército Farrapo e seus chefes*, vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, p.7.

incluíam a indenização aos líderes farroupilhas, a incorporação de seus oficiais ao Exército Imperial e a libertação dos escravos que houvessem lutado nas tropas rebeldes, ainda que esta última não fosse propriamente cumprida⁵⁰⁶.

Portanto, quando Rosas decidiu instrumentalizar os farrapos contra o Império mais uma vez – e, pela primeira vez, oferecendo apoio militar –, já não havia maiores possibilidades de se chegar a um entendimento nesse sentido. No mesmo mês, isto é, janeiro de 1845, o governo colorado de Montevideu, pressionado pelas tropas do *Cerrito*, abriu negociações com o Império para fixar definitivamente as fronteiras entre os dois países. O emissário Francisco Magariños estava autorizado a consentir na cessão de parte do território oriental em troca de recursos financeiros, dada a precária situação da *Defensa* naquele momento⁵⁰⁷. No entanto, além de oferecer o que não lhe pertencia, uma vez que o interior do Uruguai estava sob o controle de fato do *Cerrito*, o governo colorado deparou-se com uma postura imperial desfavorável. Mesmo que os rumos dos fatos indicassem que os rebeldes rio-grandenses estavam em vias de rendição, o governo imperial não desejava correr quaisquer riscos de provocar Rosas antes da pacificação plena de sua província meridional⁵⁰⁸. O governo de Montevideu se preparava para uma escalada das ações da Confederação e de Oribe que poderiam levar ao colapso da defesa da cidade.

Um mês depois, oficiais e ministros farroupilhas reuniram-se em Ponche Verde, na fronteira nas cercanias de Bagé, e deliberaram acerca da aceitação ou não da *Convenção de paz entre o Brasil e os republicanos*⁵⁰⁹. A maioria dos presentes votou pela aceitação da proposta, e, em 28 de fevereiro, Canabarro, que estava autorizado a representar o presidente Gomes Jardim, proclamou o fim da guerra. Oito dias antes, Rosas havia ordenado o bloqueio absoluto de Montevideu e que Urquiza impusesse uma derrota decisiva a Rivera⁵¹⁰, o que ocorreu exatos 28 dias após a proclamação de Canabarro.

Terminava a guerra e a República Rio-Grandense via-se absorvida pela província imperial do Rio Grande do Sul, mas a realidade concreta no espaço fronteiriço em pouco se alterava. O conflito terminava como resultado de uma ampla composição influenciada pela crescente ameaça que Juan Manuel de Rosas, bem como seu preposto Manuel Oribe,

⁵⁰⁶ FLORES, 2002.

⁵⁰⁷ GOLIN, 2002, p.360.

⁵⁰⁸ Ibid., p.360-362.

⁵⁰⁹ Documento manuscrito pelo barão de Caxias e encontrado em seu arquivo pessoal. In: BONES, Elmar (Ed.). *A paz dos farrapos: 150 do fim da guerra que separou o Rio Grande*. Reportagem histórica. Porto Alegre: Copesul, 1995, p.70-71.

⁵¹⁰ RELA, Walter. *Uruguay: Cronologia historica documentada*. Montevideo: Ross Pub Inc. 2000, p.85.

representavam para o Rio Grande e o Império. Divergências quanto aos termos da pacificação continuariam existindo por longos anos entre os antigos farroupilhas, inclusive no tocante à concessão de anistia, que foi concedida sem o conhecimento da maioria dos farrapos⁵¹¹. Em 1845, porém, as atenções das classes que haviam dirigido o movimento que fora sucessivamente sedicioso e separatista, convergiam novamente para o Uruguai; já não mais como uma extensão do ‘território farroupilha’ a ser usado na guerra contra o Império, mas como um espaço territorial que muito provavelmente teria que ser defendido do cada vez mais aparente expansionismo rosista. Afinal, os interesses dos estancieiros-militares do sul da província no Uruguai continuariam sólidos mesmo após o fim da guerra. Com a notável exceção de Bento Gonçalves, que morreria em 1847, a maioria dos ex-farroupilhas voltaria ao território oriental, na condição de imperiais, para intervir contra o *Gobierno del Cerrito* e em favor da ‘Troia Americana’ que Montevideú se tornaria naquela década.

⁵¹¹ Integrantes do grupo de Bento Gonçalves, a começar por ele próprio, se opunham a essa medida por ela implicar o reconhecimento tácito de que o tratado não se deu entre duas partes iguais. Como anistias são necessariamente concedidas por uma autoridade superior a quem está submetido a ela, a questão da anistia foi mantida em segredo da maioria dos oficiais e ministros farroupilhas por Vicente da Fontoura.

CONCLUSÕES

São inequívocas as vinculações do movimento farroupilha com as forças políticas uruguaias antes e depois da eclosão do conflito que veio a ser conhecido como Guerra dos Farrapos. A província do Rio Grande do Sul, resultado da expansão colonial portuguesa sobre uma área geográfica ‘espanhola’ sem ocupação efetiva, formou-se territorial, política e socialmente na mesma área geográfica que o Uruguai, sem fronteiras definidas e com uma fluidez de movimentos viabilizada pela ausência de grandes acidentes naturais. De certo modo, e sem ignorar os diferentes contextos e períodos dos dois casos, pode-se fazer uma analogia entre a ‘faixa de fronteira’ traçada horizontalmente na Banda Oriental e a ‘linha imaginária’ vertical de Tordesilhas. Se o medieval Meridiano de Tordesilhas ‘dividiu’ o mundo entre Portugal e Castela, os modernos ‘Paralelos’ de Madri (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801) estabeleceram uma divisão na Banda Oriental.

O expansionismo português na Banda Oriental, começando por Colônia (1680), passando por Montevidéu (1723) e chegando a Rio Grande (1737), ocasionou reações por parte da Coroa espanhola que visavam à contenção do alargamento das fronteiras portuguesas em detrimento dos territórios espanhóis. Buenos Aires, relegada a um plano secundário no campo de interesses de Madri durante mais de dois séculos, tornava-se o principal centro a partir do qual a expansão lusa deveria ser contida. Mais que isso, a vila se transformou no núcleo de um projeto espanhol que buscava avançar seus domínios – ou, na perspectiva espanhola, recuperá-los –, tanto quanto possível, rumo ao norte da Banda Oriental. Assim, somados a outros fatores, Buenos Aires não se limitou a destruir Colônia sucessivas vezes, mas invadiu a capitania rio-grandense em duas ocasiões. Com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1777, o novo poder político e militar de Buenos Aires se formalizava como capital de um vice-reino. Por sua vez, essa nova configuração político-administrativa concorreu para a formação de elites bonaerenses com pretensões hegemônicas em relação às demais províncias platinas, tendência potencializada pelo poder de fato que o porto de Buenos Aires proporcionava a esses grupos.

O processo de Independência rio-platense rompeu os frágeis vínculos entre as unidades integrantes do Vice-Reino do Rio da Prata e levou à sua desagregação territorial,

resultando em uma acentuada diminuição do território das Províncias Unidas, seu principal sucessor. Ao mesmo tempo, a Revolução de Maio de 1810 implicou o surgimento de duas concepções políticas antagônicas acerca da organização das bases dos novos Estados que surgiam, com Buenos Aires se tornando o principal campeão da centralização e José Gervasio Artigas, da descentralização. Essas noções, intimamente ligadas a diferentes concepções de soberania, evoluíram para modelos políticos mais claramente definidos que deram origem às correntes políticas unitária e federalista nas Províncias Unidas do Rio da Prata, cujas variantes na Província Oriental se traduziram mais tarde na forma de blancos e colorados. O choque entre o centralismo portenho e o federalismo artiguista – mais próximo do atual conceito de confederação – desembocou em uma guerra que culminou na perda definitiva, na visão de Buenos Aires, de sua Província Oriental. Anexada à América portuguesa como Cisplatina, a província, contudo, continuou sendo objeto das ambições das elites governantes, pecuárias e mercantis de Buenos Aires.

A incorporação da Cisplatina, em parte fruto da adesão das elites estancieiras rio-grandenses ao projeto expansionista bragantino, intensificou o movimento desses grupos rumo ao sul. Essas elites, formadas durante a ocupação do que se tornaria o Rio Grande do Sul, construíram interesses concretos em terras que viriam a constituir o Uruguai após sucessivas intervenções e o período cisplatino. A criação do Estado Oriental como entidade soberana e independente em pouco alterou esse quadro; antes, agravou seriamente a situação econômica do Rio Grande do Sul, que deixou de contar com os abundantes estoques de gado dos campos orientais. O quadro se tornava ainda mais dramático na medida em que a centralização política imposta pela Constituição Imperial sufocava politicamente uma província já em crítica situação econômica, proporcionando as primeiras e ainda vagas ideias de uma eventual união entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Diferentemente de outras províncias brasileiras, as disputas regenciais na província sulina, portanto, ocorriam em meio a variáveis que não tinham origem apenas em questões internas, mas decorriam também do Rio da Prata.

Com a primeira sublevação de Fructuoso Rivera em julho de 1836, o Uruguai mergulhava em uma guerra civil apenas dez meses após a derrubada do governo Fernandes Braga pelo movimento farroupilha. Conflagravam-se os dois territórios da antiga Banda Oriental e, dada a inexistência de fronteiras na prática, os processos nos dois ‘lados’ se imbricaram intimamente com maior facilidade. As concepções políticas surgidas na esteira da Revolução de Maio se ramificaram no Uruguai sob a roupagem dos

partidos Colorado e Nacional, mas os farroupilhas agiram de forma pragmática e buscaram ativamente a cooperação dos dois grupos.

Curiosamente, apesar de a República Rio-Grandense ter mantido relações mais estreitas com o polo colorado da contenda, os farrapos estavam política e ideologicamente mais alinhados aos blancos de Juan Lavalleja e Manuel Oribe, ao menos em tese. As reivindicações farroupilhas por mais autonomia ou mesmo independência se coadunavam com as inclinações federalistas do Partido Nacional, inclusive no tocante à concepção de ‘provincia-região’ que ambos tinham de suas respectivas pátrias rio-grandense e oriental/uruguaia. Por extensão, os farroupilhas estariam mais próximos dos federalistas argentinos do que dos unitários, que se inclinavam pelo não reconhecimento das soberanias locais e das autonomias provinciais. Ora, os farrapos se insurgiram contra o centralismo fluminense da Regência da mesma forma que os federalistas argentinos resistiam ao centralismo bonaerense, estando os conservadores brasileiros mais próximos doutrinariamente de unitários e colorados que defendiam a centralização política.

Essa era a visão de João Manuel de Lima e Silva, um dos principais líderes exaltados no heterogêneo movimento farroupilha e chefe do Exército Republicano até sua morte, em 1837, que agiu no sentido de inserir a recém-proclamada República Rio-Grandense na esfera da Confederação Argentina. Coerentemente com o caráter federalista dos liberais rio-grandenses, Lima e Silva fez contatos com Juan Manuel de Rosas que faziam causa comum com o federalismo rosista e chegavam a instá-lo a declarar-se publicamente protetor da República Rio-Grandense, como observamos. O complexo quadro platino e as necessidades impostas pela guerra contra o Império, porém, exigiam das lideranças farroupilhas ações pragmáticas que borravam as fronteiras ideológicas vigentes na Bacia do Prata; e, como assinalamos neste trabalho, muitos dirigentes rebeldes, estancieiros-militares que eram, não se moviam no mundo concreto guiados por princípios e ideias, a não ser no que dissesse respeito à autonomia ou mesmo independência do Rio Grande do Sul. O papel dos elementos urbanos da Farroupilha, ou dos intelectuais que estiveram ligados ao movimento, são objetos que carecem de maior atenção por parte da academia, o que não é de todo incompreensível, dado o amplo protagonismo dos estancieiros-militares nesse conflito.

Teria a República Rio-Grandense se viabilizado caso seus governantes tivessem insistido em uma aliança com Oribe e Rosas? Naturalmente, responder a esse tipo de pergunta implicaria um deslocamento epistemológico para as fronteiras do campo da História Contrafactual, o que não é o propósito aqui. O que pudemos verificar neste

trabalho é que Manuel Oribe haveria sido um interlocutor mais confiável e consistente do que Rivera, cuja ambivalência e ardileza constituíram um elemento desestabilizador para os farrapos que, em última instância, limitou os efeitos práticos da cooperação farroupilha-colorada. Oribe, por outro lado, demonstrou ser mais rígido e disciplinado do que seu maior adversário e não firmou compromissos que não pretendesse ou não pudesse cumprir. Exemplo disso foi a recusa sistemática de seu governo em reconhecer a independência da República-Rio Grandense, apesar dos auxílios dissimulados que prestava aos rebeldes, posto que não desejava provocar o Império.

Outra foi a posição de Rivera ao se comprometer a reconhecer a República, condicionando o ato ao seu retorno à cadeira de presidente oriental. Uma vez na Presidência, recusou-se a fazê-lo sob o pretexto de não querer alienar o Império, com quem também mantinha tratativas secretas desde o período em que esteve emigrado no Rio Grande do Sul. Apesar disso, o chefe colorado apoiou mais ativamente os farrapos e o Estado Rio-Grandense do que o governo de Oribe havia feito, e reconheceu a República já em 1844. De mais a mais, é possível que a cooperação entre farroupilhas e brancos tivesse limites intrínsecos na medida em que os dois grupos se apoiavam em bases socioeconômicas similares, representando as elites estancieiras que disputavam os estoques de gado orientais, o que também se aplicava a Rosas, porta-voz dos estancieiros bonaerenses.

O início da Guerra Grande do Uruguai em 1839, como conflito vinculado às disputas na Confederação Argentina, acentuou as contradições existentes no interior do processo de formação dos Estados no Prata e abriu possibilidades que poderiam ter resultado em diferentes arranjos político-institucionais e, provavelmente, em novos espaços nacionais. Por seu turno, as vinculações entre farrapos e orientais e a existência de amplos interesses daqueles no Uruguai criaram as condições para a inserção da Farroupilha no tabuleiro rio-platense. Não geograficamente, pois a província estava objetivamente inserida nesse subsistema, mas do ponto de vista dos interesses subjetivos de seus atores. Ao articularem ações conjuntas com ou contra as forças políticas uruguaias – que estavam ligadas às argentinas de uma forma ou outra –, foram propelidas para as disputas que se decorriam de uma série de interesses e contradições inerentes ao processo histórico platino. Assim, se os atores políticos do Rio Grande do Sul, cuja província representava a ‘estremadura platina’ do Brasil, já se imiscuíam em assuntos orientais antes de 1835, o início de uma guerra contra o Império e a eclosão de uma guerra civil no Uruguai quase simultaneamente concorreram para a intensificação dessa tendência.

Para o Brasil, cujas elites governantes se empenhavam para consolidar o Estado Imperial, o fim da Farroupilha representava condição imprescindível não só nesse sentido, mas também relativamente à crescente ameaça que Rosas refletia. Não há qualquer força determinista que vincule inexoravelmente o Rio Grande do Sul ao Brasil, e, na conjuntura da Farroupilha e da Guerra Grande, o futuro da província estava em aberto – e, por consequência, do próprio Império. A ameaça representada por Rosas, figura cada vez mais associada a um projeto expansionista que envolveria a anexação de Paraguai, Uruguai e parte do Rio Grande do Sul, acarretaria uma profunda desestabilização no Império se concretizada. A navegação dos rios, tão essencial para a integração do vasto território brasileiro, seria comprometida, e a construção do Estado Imperial sem dúvida sofreria um duro revés, inclusive com possíveis perdas de território, embora não seja possível estabelecer as consequências específicas que adviriam de tal situação.

Ao Império cabia reintegrar o Rio Grande do Sul e defender a independência de um Uruguai que parecia estar prestes a ser anexado por Rosas, e, para isso, a pacificação da província sulina também se fazia necessário; e foi exatamente o que ocorreu. Reincorporado o Rio Grande do Sul, as fronteiras meridionais foram asseguradas, o Estado Imperial entrou em sua fase de consolidação e sua política platina concluiu o processo de transição para uma política de caráter intervencionista. Em 1851, diante da aparente iminência da queda do *Gobierno de la Defensa*, e em conjunto com colorados, ex-farroupilhas e as províncias de Corrientes e Entre Rios, o Império intervinha no Prata e derrubava o bloco de poder encabeçado por Rosas e integrado pelo Partido Nacional de Oribe.

Desse modo, os rumos do Estado Nacional brasileiro estiveram diretamente ligados aos possíveis caminhos que a Farroupilha percorreria, que, por outro lado, também inscreveu diferentes possibilidades no tabuleiro rio-platense, principalmente em relação ao Uruguai. Com o fim da guerra, o Rio Grande do Sul foi gradualmente reintegrado ao sistema político imperial e suas elites, acomodadas pelo governo imperial, voltaram a atuar como ‘sentinelas da fronteira’. Não se alterariam, porém, seus interesses no Uruguai. Estes eram tão sólidos que, passados quase 20 anos, o Império interviria novamente no Estado Oriental por pressão dos antigos farroupilhas, acarretando uma série de eventos que acabariam desembocando na Guerra do Paraguai, ela própria consequência do processo de formação dos Estados na Bacia do Rio da Prata.

REFERÊNCIAS

Fontes

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 16. *Uma República contra o Império*. Coleção Varela. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 17. *Guerra civil no Brasil meridional*. Coleção Varela. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 18. *Os segredos do Jarau*. Coleção Varela. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009.

AMARAL, Roberto. BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da história do Brasil*. Volume I. Brasília: Senado Federal, 2002.

FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

Documentos contidos em: SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha: pequena história da grande revolução acompanhada de farta documentação*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1963.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998.

ARARIPE, Tristão Alencar de. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.

ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. *A extraordinária história do Brasil*, Vol. 2. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*, vol. I. Porto Alegre: ERUS, 1981.

ACEVEDO, Pablo Blanco. *Historia de la República Oriental del Uruguay*, 1906.

AVILA, Arthur Lima de. Caudilhos e fronteiriços: a Revolução Farroupilha e seus vínculos rio-platenses. In: *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

BARLÉU, Gaspar. *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*. Brasília: Senado Federal, 2005.

BARMAN, Roderick. *Brazil: The forging of a nation, 1798-1852*. Stanford-CA: Stanford University Press, 1994.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, Volume II - 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BENTO, Cláudio. *O Exército Farrapo e seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

BERTINO, Magdalena. MILLOT, Julio. *Historia econômica del Uruguay*, Tomo I. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da Independência a 1870*, Volume 3. São Paulo: EDUSP, 2001.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina, Volume 3: da independência a 1870*. Brasília: FUNAG, 2004.

BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 2008.

BONES, Elmar (Ed.). *A paz dos farrapos: 150 do fim da guerra que separou o Rio Grande*. Reportagem histórica. Porto Alegre: Copesul, 1995.

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

BUENO, Clodoaldo. CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império*, Volume III. Brasília: Senado Federal, 1998.

CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi: corsário rio-grandense (1837 – 1838)*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Presidente Prudente: Ao Livro Técnico, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización em el Imperio brasileño. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). *Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Denise Zullo. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1835-1935*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina, 1800-1846*, Buenos Aires: Ariel, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

CISNEROS, Andrés. ESCUDÉ, Carlos (Org.) *Historia de las relaciones exteriores argentinas, Tomo IV*. Buenos Aires: CARI, 1998.

CONSTANT, Benjamin. *Princípios Políticos Constitucionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CRUXEN, Edison Bisso. ‘A ocupação ibérica do território e as disputas pelas fronteiras do continente de Rio Grande’, in *Releituras da História do Rio Grande do Sul*, p.65-88, Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DELFANTE, Carlos B. *Una flor blanca en el cardal*. Clube de Autores, 2009.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *La Guerra Grande, 1839-1851*. Montevideu: Editorial Medina, 1976.

DI MEGLIO, Gabriel. *Mueran los salvajes unitarios! La Mazorca y la política em tiempos de Rosas*. Buenos Aires: Penguin Random House Grupo Editorial Argentina, 2012

DOESWIJK, Andreas L. 'Revisionismo y historiografía em el Bicentenario de la Revolución de Mayo'. Anuario del Centro de Estudios Historicos "Prof. Carlos S. A. Segreti, Córdoba, Nº 10, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

DONGHI, Tulio Halperín. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

DORATIOTO, Francisco. Formación de los Estados Nacionales y expansión del capitalismo. In: RAPOPORT, Mario. CERVO, Amado Luiz (Org.). *El Cono Sur: una historia común*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852). *Navigator 12*, Vol. 6, Nº 12, p.9-20, dezembro, 2010.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*. Brasília: FUNAG, 2014.

DORNELLES, Laura de Leão, Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Vol. 2, Número 4, dezembro de 2010.

DOTTA, Mario. *El artiguismo y las vertientes universales*. Montevideu: Ediciones de la Plaza, 2008.

ELLIS, Alfredo Jr. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ENTIN, Gabriel. El patriotismo americano em el siglo XVIII: ambigüedades de un discurso político hispánico. In: HÉBRAD, Véronique; VERDO, Geneviève. *Las independencias hispanoamericanas: un objeto de historia*, Madrid: Casa de Velázquez, 2013.

ESPUL, Cecilia González. 'Corrientes interpretativas de la Revolución de Mayo de 1810', *Agencia Rebanadas de Realidad*, 04 de dezembro, Buenos Aires, 2009.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2002.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FERREIRA, Fábio. O discurso dos deputados orientais na criação do Estado Cisplatino, *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006,

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 22, 2006.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. Región y nación: el Río Grande insurgente, entre el Imperio de Brasil y las Repúblicas del Río de la Plata (1838-1842). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Vol. 16, Nº 2, 2012.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2002.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía em la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: FREITAS, Décio. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

GALLO, Claudio Rodolfo. 'Claroscuros' de la Historia Argentina. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2014.

GALVALI, Walter. *A difícil convivência: Porto Alegre e os farrapos*. Porto Alegre: AGE Editora, 2013.

GARCIA, Elisa Frühauf. 'A derradeira expansão da fronteira: a 'conquista' definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801', *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. São Paulo: L&PM, 2002.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, Volume II - 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms: The Nation-State and nationalism in twenty-first century*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

HARTMANN, Ivan. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. *The age of revolution, 1789-1848*. Londres: Abacus, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, São Paulo: Publifolha, 2000.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: território e territorialidade no Império do Brasil*. 2014 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. 'Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto no Rio Grande do Sul', In *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

- LANDI, Julián Otal. *Rosas y la rebelión de los farrapos*. Buenos Aires, 2015.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LORENZO, Celso Ramón. *Manual de historia constitucional argentina*. Rosario: Juris, 2000.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. 'Reconectando o Império: mercês e interesses mercantis na Força Naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola', in *Revista Navigator*, V. 4, N. 7, 2008.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LYNCH, John. *Argentine caudillo: Juan Manuel de Rosas: 1829-1851*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales, Tomo I: De la Colonia a Rivera y Oribe*. Montevédu: Ediciones de la Banda Orienta, 1997.
- MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- MAIZTEGUI, Lincoln Casas. *Orientales: una historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*, Montevideo: Planeta, 2005.
- MELLO, Amílcar. *Expedições e Crônicas das Origens – Santa Catarina na Era dos Descobrimientos Geográficos*. Florianópolis: Editora Expressão, 3 volumes, 2005.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.
- MENDES, Jeferson. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.
- MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*, Brasília: FUNAG, 2013.
- MENEGAT, Carla. Os brasileiros e suas estâncias no Estado Oriental do Uruguai (1845-1852): perspectivas de análise. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.
- MORALEDA, Ernesto Muñoz. *La guerra contra la Confederación Peruano-Boliviana, 1834-1839*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1983.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOUTOUKIAS, Zacarias. 'Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites de Buenos Aires en el siglo XVII', *Anuario del IEHS*, III, Tandil, 1988.

MURADÁS, Jorge. 'A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil'. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay Independiente*, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*, volume 1. Brasília: Edição do Senado Federal, 2012.

OLIVEIRA, Lizéte Dias de. *O caminho das tropas*, UFRGS, Porto Alegre, S/D.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho, fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira. PEREIRA, Alessandro de Almeida. Concepções de república entre a elite farroupilha (1835-1845) e a institucionalização da República Rio-Grandense. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998.

PAIM, Antônio. *Momentos decisivos na história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

PAYRÓ, Roberto. *Historia del Río de la Plata, Tomo I: La aventura colonial española en el Río de la Plata*. Madrid-Buenos Aires: Alianza, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. Editora Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila. Salles, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, Volume II – 1831-1870*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

PIÑERO, Roberto. *Mariano Moreno: escritos políticos y económicos*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In: *Revista de História do IFCH/UFRGS*. Porto Alegre, UFRGS, 1987.

- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de São Pedro*, Paris: Tipografia de Casimir, 1839
- POSSAMAI, Paulo. ‘Montevideo fortificado es outro Gibraltar’: as tentativas dos portugueses em ocupar Montevidéu no século XVIII, *Estudios Historicos*, Nº3, dezembro, 2009.
- PRADO, Caio Jr. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- RELA, Walter. *Uruguay: Cronologia historica documentada*, Montevideo: Ross Pub Inc. 2000.
- RECKZIEGEL, Ana. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.
- RECKZIEGEL, Ana. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. *História: Debates e Tendências*, vol. 15, n. 2, jul/dez, 2015
- ROCK, David. *Argentina, 1516-1987: From Spanish colonization to Alfonsín*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- RONDINA, Julio César. *Historia Argentina: 1810-1930*. Santa Fé: Ediciones UNL, 2006.
- ROSA, José María. *Historia argentina: unitarios y federales (1826-1841), Tomo IV*, Buenos Aires: Editorial Oriente, 1981.
- ROSENFELD, William. *Garibaldi and Rio Grande do Sul's war of independence from Brazil – the memoirs of Luigi Rossetti, John Griggs and Anita Garibaldi*. Boston: Dante University Press, 2013.
- SÁ BRITO, Francisco de. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950.
- SAÉNZ, María Quesada. *Los estancieros: Desde la época colonial hasta nuestros días*. Buenos Aires: Penguin Random House, 2012.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Editora Thesaurus, 1998.
- SANTOS, Danilo Assumpção. *Adesão da Câmara de Alegrete aos Revolucionários Farroupilhas*. Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831 – 2011), 2011.
- SCHMITT, Anderson Marcelo. *O despacho para o Uruguai de bens legalistas durante a guerra civil no Rio-Grandense*. Aedos, nº 12, volume 5 – Jan/Jul 2013

- SCHWARTZ, Stuart. 'Prata, açúcar e escravos: de como o Império restaurou Portugal', *Tempo*, vol. 2, no. 24, Niterói, 2008.
- SKINNER, Quentin. A genealogy of the modern State. *Proceedings of the British Academy*, 162, p.325-370, 2009.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SPALDING, Walter. *Bandeira, brasão e hino do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: DAER, 1930.
- SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha: pequena história da grande revolução acompanhada de farta documentação*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1963.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- TAUNAY, Affonso d'Ecragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, 6 volumes, Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933.
- VELHINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005.
- VOGT, Olgário Paulo. O liberalismo farroupilha e a escravidão na República Rio-Grandense. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 153-168, 2014.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- WERNET, Augustin. *Sociedades políticas, 1831-1832*. Editora Cultrix, 1978.
- WILLIAMSON, Edwin. *The Penguin History of Latin America: New Edition*, London: Penguin Books, 2003.
- ZUM FELDE, Alberto. *Proceso historico del Uruguay*. Montevideu: ARCA, 1978.